



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA – UFSM**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**  
**DOUTORADO EM LETRAS**

**ARTIGO DE OPINIÃO COMO MACROGÊNERO:  
RELAÇÕES LÓGICO-SEMÂNTICAS NA  
PERSPECTIVA SISTÊMICO-FUNCIONAL**

**TEXTO DE TESE**

**Gessélda Somavilla Farencena**

Santa Maria, RS,

2016

**ARTIGO DE OPINIÃO COMO MACROGÊNERO: RELAÇÕES LÓGICO-SEMÂNTICAS NA PERSPECTIVA SISTÊMICO-FUNCIONAL**

*por*

**Gessélda Somavilla Farencena**

Tese apresentada ao Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Letras, Área de concentração em Estudos Linguísticos, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Doutor em Letras**

**Orientador (a): Prof<sup>a</sup>. DR. Cristiane Fuzer**

Santa Maria, RS, Brasil  
2016

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Somavilla Farencena, Gessélda

Artigo de opinião como macrogênero: relações lógico-semânticas na perspectiva sistêmico-funcional / Gessélda Somavilla Farencena.-2016.

305 p. ; 30cm

Orientador: Cristiane Fuzer

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Artes e Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, RS, 2016

1. artigo de opinião; 2. exposição de opinião;. 3. macrogênero; 4. complexo oracional; 5. relações lógico-semânticas I. Fuzer, Cristiane II. Título.

## **Folha de aprovação**

## AGRADECIMENTOS

A Deus e à Nossa Senhora de Fátima, meus apoios nos momentos de angústias, que me permitiram concluir esta trajetória.

À minha orientadora, Prof<sup>a</sup> Cristiane Fuzer, que há cinco anos me acompanha e guia nesse mundo tão complicado da pesquisa; suas leituras e orientações “cri-críticas” me fizeram crescer.

À Prof<sup>a</sup> Nina Célia Almeida de Barros, com quem tudo começou no Mestrado, e esteve presente também no encerramento desta tão importante etapa.

À Prof<sup>a</sup> Sara Regina Scotta Cabral, que muitas e muitas vezes sanou minhas dúvidas, as mais variadas, sempre com muita paciência, gentileza e sabedoria.

Ao Prof<sup>o</sup>. Raymundo Olioni e à Prof<sup>a</sup> Leila Barbara, que contribuíram com meu trabalho desde o exame de qualificação com suas valiosas e sábias sugestões e críticas.

Às professoras Graciela Rabuske Hendges e Valeria Iensen Bortoluzzi e ao Prof<sup>o</sup> Gil Negreiros, que aceitaram o "cargo" de suplentes e dispuseram-se a ler meu texto.

Ao Prof. Carlos Gouveia, que me recebeu na Universidade de Lisboa e foi fundamental para o encaminhamento deste trabalho; além de ter sido extremamente gentil no período em que lá estive, suas orientações mostraram-me o rumo a ser seguido na pesquisa, definindo um novo foco de análise.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão de bolsa de doutorado durante grande parte do curso e pela oportunidade de realizar Estágio de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE).

Ao programa de Pós-Graduação em Letras, pelo apoio durante esses quatro anos. Em especial, um agradecimento ao Jandir, que sempre se preocupou comigo, torceu por mim e esteve disposto a me ajudar nas dificuldades acadêmico-burocráticas.

Ao Núcleo de Estudos em Língua Portuguesa (NELP) e a todos meus colegas que contribuíram com meu trabalho e com quem convivi e aprendi muito.

Às minhas amigas, Elisane Carginin e Angela Rossi, que estiveram presentes, mesmo a distância, dividindo comigo momentos de tristezas, de dúvidas e de alegrias, encorajando-me a superar as dificuldades, sempre acreditando em mim e na minha capacidade e tentando fazer com que eu também acreditasse. Sem vocês, a caminhada seria muito mais difícil!

À minha família, meus pais Nelson e Inês e meus irmãos Jovani e Joelso, que, mesmo não sabendo e entendo exatamente as "coisas" do mundo acadêmico, sempre torceram por mim, incentivaram-me e sentiram orgulho de mim; vocês foram minha inspiração nos momentos de dificuldades. Obrigada à minha irmã, Gelcimara, que, de longe, sempre esteve "por dentro" de tudo que acontecia, apoiando e incentivando-me nas dificuldades.

Ao meu marido, Everaldo, que sempre entendeu minhas ausências, as horas e horas em frente ao computador, sempre me apoiou nas minhas decisões e acreditou que eu seria capaz.

Enfim, obrigada a todos aqueles que me acompanharam, ajudaram e torceram por mim, colegas, amigos, familiares.

## RESUMO

Tese de Doutorado  
Programa de Pós-Graduação em Letras  
Universidade Federal de Santa Maria

### ARTIGO DE OPINIÃO COMO MACROGÊNERO: RELAÇÕES LÓGICO-SEMÂNTICAS NA PERSPECTIVA SISTÊMICO-FUNCIONAL

AUTORA: GESSÉLDA SOMAVILLA FARENCENA  
ORIENTADORA: DR. CRISTIANE FUZER

Neste trabalho, o principal objetivo consiste em analisar as relações lógico-semânticas na organização do texto em etapas e fases, em artigos de opinião relacionados à temática do Novo Código Florestal Brasileiro e publicados no Observatório da Imprensa. Orientada por esse propósito, esta pesquisa alia duas abordagens teóricas circunscritas na Linguística Sistêmico-Funcional (LSF): 1) a Gramática Sistêmico-Funcional (GSF) (HALLIDAY, 1985, 1994; HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, 2014), da qual nos utilizamos da concepção de contexto – de situação e de cultura –, para delinear o registro dos textos, e de categorias do complexo oracional, para verificarmos como a léxico-gramática realiza, no nível acima da oração, o propósito comunicativo instanciado pelos artigos de opinião e quais relações lógico-semânticas são estabelecidas na organização dos textos; 2) a perspectiva australiana de Gênero e Registro (R&GT) (EGGINS; MARTIN, 1999; EGGINS, 2004; MARTIN; ROSE, 2008; MARTIN, 2009; ROSE, 2011; ROSE; MARTIN, 2012), da qual adotamos categorias para a descrição e análise de gênero sob o ponto de vista funcionalista da Escola de Sydney. Definidas as categorias teórico-analíticas, procedemos à descrição e análise das variáveis de registro (campo, relações e modo) dos nove artigos de opinião que constituem o *corpus*. Conhecidos os contextos situacionais que envolvem os textos, empreendemos a análise léxico-gramatical, com a descrição do complexo oracional, que nos possibilitou esmiuçar a estrutura lógico-semântica dos textos. Findado esse procedimento, procedemos à identificação da Estrutura Esquemática de Gênero (EEG). Uma vez reconhecido o propósito comunicativo dos textos, identificamos as etapas e fases que o realizavam em cada artigo de opinião, bem como possíveis gêneros elementares que pudessem estar instanciados como gêneros encaixados no gênero dominante, que corresponde ao macrogênero (WOODWARD-KRON, 2005). Para a identificação e delimitação tanto das etapas e fases quanto dos microgêneros verificados, baseamo-nos nas relações lógico-semânticas que são estabelecidas por complexos oracionais e simplexos na organização do texto. Assim, juntamente à identificação da EEG, procedemos à verificação das relações lógico-semânticas entre etapas e fases do gênero e, nos casos em que o texto instanciava microgêneros, verificamos também as relações lógico-semânticas entre as etapas e fases do gênero dominante e os microgêneros. Essa análise conjunta, aliando categorias da GSF e da R&GT, demonstrou que os artigos de opinião analisados podem ser vistos como macrogêneros, em que o gênero dominante é a exposição de opinião, da família do argumentar, e os gêneros elementares relato (da família das histórias), interpretação (da família de reações a textos), relatório descritivo, relatório composicional (integrantes da família dos relatórios) e relato histórico (da família das histórias) funcionam como microgêneros encaixados no macrogênero, complementando-o. Entre as etapas e fases do macrogênero e também entre elas e os microgêneros, a organização do texto se dá principalmente por meio de relações lógico-semânticas de extensão (44,3%), intensificação (37,7%) e elaboração (18%). Com isso, tendo em vista o propósito comunicativo do macrogênero, concluímos que os artigos de opinião são organizados de forma a haver uma progressão em termos de conteúdo, com o acréscimo de informações que desenvolvam o que fora anteriormente apresentado ou com o contraponto entre dizeres ou ideias de outrem e fatos e o ponto de vista do articulista, configurando uma estratégia de contra-argumentação. Além disso, na busca pela defesa da Tese, relações causais explicitam razões, propósitos e concessões que buscam justificar ao leitor o posicionamento exposto no texto. Com esse mesmo propósito, exemplificações com fatos e situações concretas são recursos utilizados pelos articulistas para constituir e organizar lógico-semânticamente as etapas, fases e os microgêneros que realizam o gênero exposição de opinião instanciado pelos artigos de opinião analisados.

**PALAVRAS-CHAVE:** artigo de opinião; exposição de opinião; macrogênero; complexo oracional; relações lógico-semânticas.

## ABSTRACT

Doctorate Thesis  
Post-Graduation Program in Letters  
Federal University of Santa Maria

### OPINION ARTICLE AS A MACROGENRE: LOGICAL-SEMANTIC RELATIONS IN THE SYSTEMIC FUNCTIONAL PERSPECTIVE

AUTHOR: GESSÉLDA SOMAVILLA FARENCENA  
ADVISOR: DR. CRISTIANE FUZER

In this work, the main objective consists in analyzing the logical-semantic relations in the text organization in steps and phases, in opinion articles related to the New Brazilian Forest Code thematic and published by the 'Observatório da Imprensa' website. Guided by this purpose, this research allies two theoretical approaches circumscribed in the Systemic Functional Linguistic (LSF): 1) the Systemic Functional Grammar (GSF) (HALLIDAY, 1985, 1994; HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, 2014), from which we use the concept of context – of situation and culture – ,to delineate the registers of the texts, and the categories of the clause complex, to verify how the lexico-grammar does, in the level above the clauses, the communicative purpose instanced by the opinion articles and which logical-semantic relations are established in the text organization; 2) the Australian perspective of Genre and Register (R&GT) (EGGINS; MARTIN, 1999; EGGINS, 2004; MARTIN; ROSE, 2008; MARTIN, 2009; ROSE, 2011; ROSE; MARTIN, 2012), from which we adopt the categories for the genre description and analysis from the functionalist point of view from the School of Sydney. Defined the theoretical-analytical categories, we proceeded to the description and analysis of the register variables. (location, relation and manner) from the nine opinion articles which constitute the *corpus*. Knowing the situational contexts that involve the texts, we undertook the lexicogrammar analysis, with the description of the clause complex, which allowed detailing the logical-semantic structure of the texts. After finishing this procedure, we conducted the identification of the Genre Schematic Structure (EEG). Once known the communicative purpose of texts, we identified the steps and phases that happen in each opinion article, as well as possible elementary genres that could be instantiated as genres embedded in the dominant genre, which correspond to the macro genre (WOODWARD-KRON, 2005). For the identification and delimitation of the steps and phases, and of the micro genres verified, we based in the logical- semantic relations that are established by clause complexes and simplexes in the text organization. This way, with the identification of EEG, we proceeded to the verification of the logical- semantic relations between the genre steps and phases and, in the cases the genre brought micro genres, we also verified the logical- semantic relations between the steps and phases of the dominant genre and the micro genres. This conjunct analysis, linking the categories of GSF and R&GT, demonstrated that the opinion articles analyzed can be seen as macro genres, in which the dominant genre is the exposition, from the family of argumentation, and the elementary relate genres (from the family of stories), interpretation (from the family of reaction to texts), descriptive report, compositional reports (from the family of reports) and historical report ( from the family of histories) work as micro genres embedded in the macro genre, completing it. Between the steps and phases of the macro genre and also among themselves and the micro genres, the text organization occurs mainly through the logical-semantic relations of extension (44,3%), intensification (37,7%) and elaboration (18%). Therewith, facing the communicative purpose of the macro genre, we concluded that the opinion articles are organized in a way to have a progression in terms of content, with an increase of information which develop what was presented before or with the counterpoint between sayings or other people's ideas and facts and the point of view of the writer, configuring an counter-argumentation strategy. Besides, in the search for the thesis defense, causal relations explicit reasons, purposes and concessions that aim to justify to the reader, the writer's point of view. With this purpose, exemplifications with facts and concrete situations are resources used by writers to constitute and organize in a logical semantic way, the steps, phases and micro genres that realize the genre exposition instantiated by the opinion articles analyzed.

**KEY-WORDS:** opinion article; exposition; macro genre; clause complex; logical-semantic relations.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 01 – Representação da estratificação dos planos comunicativos (linguístico e contextual). .....	42
FIGURA 02 – Localização do gênero no campo da estratificação da linguagem. 53	
FIGURA 03 – Escala de níveis. ....	81
FIGURA 04 – Os sistemas de complexidade da oração. ....	86
FIGURA 05 – Representação da projeção e da expansão pela convenção das estórias em quadrinhos. ....	89
FIGURA 06 – Ocorrências de relações lógico-semânticas na organização da Tese, no <i>corpus</i> .....	238
FIGURA 07 – Ocorrências de relações lógico-semânticas na organização dos Argumentos, no <i>corpus</i> .....	240
FIGURA 08 – Ocorrências de relações lógico-semânticas na organização da Reiteração, no <i>corpus</i> .....	241
FIGURA 09 – Ocorrências de relações lógico-semânticas na organização dos microgêneros, no <i>corpus</i> .....	242
FIGURA 10 – Ocorrências de relações lógico-semânticas na organização da EEG, no <i>corpus</i> .....	247

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 01 – Taxonomia dos gêneros sob a perspectiva da R&GT. ....	56
QUADRO 02 – Exemplificação da Estrutura Esquemática do gênero resenha.....	58
QUADRO 03 – Exemplificação da Estrutura Esquemática do gênero interpretação.....	60
QUADRO 04 – Exemplificação da Estrutura Esquemática do gênero relato.....	62
QUADRO 05 – Exemplificação da Estrutura Esquemática do gênero relato histórico.....	66
QUADRO 06 – Exemplificação da Estrutura Esquemática do gênero relatório descritivo. ....	67
QUADRO 07 – Exemplificação da Estrutura Esquemática do gênero relatório composicional. ....	67
QUADRO 08 – Microgênero relatório composicional. ....	68
QUADRO 09 – Exemplificação da EEG discussão. ....	70
QUADRO 10 – Exemplificação da EEG exposição de opinião. ....	72
QUADRO 11 – Relação lógico-semântica de expansão e seus subtipos. ....	89
QUADRO 12 – Sumarização das relações lógico-semânticas de expansão e elementos coesivos. ....	98
QUADRO 13 – Relação lógico-semântica de projeção e seus subtipos. ....	99
QUADRO 14 – Projeção e expansão manifestadas na oração e no complexo oracional. ....	106
QUADRO 15 – Dados de identificação dos artigos de opinião que constituem o <i>corpus</i> . ....	125
QUADRO 16 – Etapas e fases de análise do <i>corpus</i> . ....	126
QUADRO 17 – Exemplificação de esquema lógico-semântico. ....	131
QUADRO 18 – Ocorrência de expansão por extensão no relato, em AO1. ....	148
QUADRO 19 – Ocorrência de ninho em oração projetada, no argumento 2, em AO1.....	152
QUADRO 20 – Ocorrências de parataxe e hipotaxe no argumento 3 ....	154
QUADRO 21 – Ocorrências de simplexo e complexo na Reiteração.....	155
QUADRO 22 – Esquema lógico-semântico de AO1. ....	156
QUADRO 23 – Ocorrência de complexo oracional no microgênero interpretação, no AO2. ....	159

QUADRO 24 – Ocorrências de complexo e simplexo no primeiro argumento, no AO2. ....	162
QUADRO 25 – Ocorrência de complexo oracional no segundo argumento, no AO2.....	163
QUADRO 26 – Ocorrência de complexo oracional na Reiteração.....	164
QUADRO 27 – Esquema lógico-semântico de AO2. ....	166
QUADRO 28 – Ocorrência de complexo oracional na Tese, no AO3. ....	168
QUADRO 29 – Ocorrência de simplexo oracional no Argumento, no AO3. ....	170
QUADRO 30 – Ocorrências de complexo oracional e simplexo na Reiteração, no AO3. ....	172
QUADRO 31 – Esquema lógico-semântico de AO3. ....	173
QUADRO 32 – Ocorrências de simplexo e complexo oracional na Tese, no AO4.....	175
QUADRO 33 – Ocorrência de complexo oracional no argumento 2.....	177
QUADRO 34 – Ocorrências de simplexos e complexo oracional no argumento 3, no AO4. ....	180
QUADRO 35 – Esquema lógico-semântico de AO4. ....	181
QUADRO 36 – Ocorrência de complexo oracional na Tese, em AO5. ....	184
QUADRO 37 – Ocorrência de complexo oracional na Tese, em AO5. ....	186
QUADRO 38 – Ocorrências de complexo e simplexo no argumento 1.....	188
QUADRO 39 – Ocorrência de complexo oracional no argumento 2.....	189
QUADRO 40 – Esquema lógico-semântico de AO5. ....	192
QUADRO 41 – Ocorrências de complexos oracionais no argumento 1.....	195
QUADRO 42 – Ocorrências de simplexos e complexos oracionais no argumento 2, em AO6. ....	197
QUADRO 43 – Ocorrências de complexos oracionais no argumento 3.....	199
QUADRO 44 – Ocorrências de simplexos e complexos oracionais no argumento 3, em AO6. ....	199
QUADRO 45 – Ocorrências de complexo oracional na Reiteração.....	201
QUADRO 46 – Esquema lógico-semântico de AO6. ....	201
QUADRO 47 – Ocorrências de simplexos na Tese, em AO7. ....	205
QUADRO 48 – Ocorrências de simplexos no argumento 2, em AO7. ....	208
QUADRO 49 – Ocorrências de complexo oracional e simplexo na Reiteração, em AO7. ....	210

QUADRO 50 – Esquema lógico-semântico de AO7. ....	211
QUADRO 51 – Ocorrências de complexo oracional no argumento 1.....	213
QUADRO 52 – Ocorrência de complexo oracional no argumento 2, em AO8. ..	215
QUADRO 53 – Ocorrências de complexos oracionais no argumento 3.....	217
QUADRO 54 – Ocorrências de simplexos na Reiteração, em AO8. ....	218
QUADRO 55 – Esquema lógico-semântico de AO8. ....	219
QUADRO 56 – Ocorrências de complexo oracional e simplexos na Tese, em AO9.....	221
QUADRO 57 – Ocorrências de complexos oracionais na Tese, em AO9. ....	222
QUADRO 58 – Ocorrências de complexos oracionais e simplexos no primeiro argumento, em AO9. ....	223
QUADRO 59 – Ocorrências de complexos oracionais no segundo argumento, em AO9. ....	225
QUADRO 60 – Ocorrências de simplexos na Reiteração, em AO9. ....	230
QUADRO 61 – Ocorrências de simplexos e complexos oracionais na Reiteração, em AO9. ....	230
QUADRO 62 – Esquema lógico-semântico de AO9. ....	231
QUADRO 63 –Relação de gêneros instanciados como microgêneros nos artigos de opinião.....	234
QUADRO 64 – Ocorrências das relações lógico-semânticas na EEG do macrogênero exposição de opinião nos artigos de opinião.....	237
QUADRO 65 – Hipótese de caracterização do macrogênero exposição de opinião .....	248

## LISTA DE APÊNDICES

APÊNDICE A – Estudos Prévios .....	270
APÊNDICE B – dados referentes à identificação prévia da estrutura composicional dos artigos de opinião.....	278
APÊNDICE C – Descrição do registro dos artigos de opinião.....	279
APÊNDICE D – Exemplificação da descrição do complexo oracional.....	282
APÊNDICE E – Estrutura Esquemática do gênero instanciado nos artigos de opinião conforme categorização da Escola De Sydney.....	285
APÊNDICE F – Esquematização das relações lógico-semânticas entre os segmentos de texto que integram a Estrutura Esquemática de Gênero.....	301

## LISTA DE SÍMBOLOS

- ||| separação de complexos oracionais;
- || separação de orações no interior do complexo oracional;
- ^ “seguido de”;
- << >> oração intercalada;
- [[ ]] oração encaixada;
- () formação de ninho;
- $\alpha, \beta \dots$  (letras gregas) hipotaxe;
- 1,2... (numerais cardinais) parataxe;
- ‘ projeção do tipo ideia;
- “ projeção do tipo locução;
- + expansão por extensão;
- = expansão por elaboração;
- x expansão por intensificação;

## **LISTA DE ABREVIações**

NCFB – Novo Código Florestal Brasileiro

OI – Observatório da Imprensa

GSF – Gramática Sistemico-Funcional

LSF – Linguística Sistemico-Funcional

R&GT – Teoria de Gênero e Registro

EEG – Estrutura Esquemática de Gênero

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>18</b>
<b>1 Problema e objetivos de pesquisa .....</b>	<b>21</b>
<b>2 Justificativas .....</b>	<b>27</b>
<b>3 Estudos prévios sobre argumentação e artigo de opinião .....</b>	<b>33</b>
<b>4 Organização estrutural da tese .....</b>	<b>37</b>
<b>CAPÍTULO 1 – A LINGUAGEM NA PERSPECTIVA DA LINGUÍSTICA SISTÊMICO-FUNCIONAL .....</b>	<b>39</b>
<b>1.1 Gênero na perspectiva da Escola de Sydney.....</b>	<b>44</b>
1.1.1 Famílias de gêneros .....	56
1.1.2 Gêneros do argumentar.....	69
<b>1.2 Gramática Sistêmico-Funcional .....</b>	<b>74</b>
1.2.1 Metafunção ideacional lógica: o complexo oracional .....	82
1.2.1.1 Relação lógico-semântica de expansão .....	89
1.2.1.2 Relação lógico-semântica de projeção .....	99
<b>CAPÍTULO 02 – METODOLOGIA .....</b>	<b>109</b>
<b>2.1 Universo de análise .....</b>	<b>109</b>
2.1.1 Interação mediada e mídia jornalística <i>online</i> .....	109
2.1.2 Discurso jornalístico opinativo.....	112
<b>2.2 Caracterização da pesquisa.....</b>	<b>114</b>
<b>2.3 Constituição do <i>corpus</i> .....</b>	<b>117</b>
<b>2.4 Procedimentos de análise .....</b>	<b>126</b>
2.4.1 Análise contextual: as variáveis de registro .....	126
2.4.2 Análise linguística .....	127
2.4.2.1 Descrição do complexo oracional .....	128
2.4.2.2 Identificação da Estrutura Esquemática de Gênero .....	130
2.4.2.3 Sistematização da Estrutura Esquemática definidora dos artigos de opinião selecionados .....	132



<b>CAPÍTULO 3 – TEXTO E CONTEXTO: ESTABELECENDO O DIÁLOGO .....</b>	<b>134</b>
<b>3.1 Delineando o registro .....</b>	<b>135</b>
<b>3.2 Desconstruindo o gênero .....</b>	<b>144</b>
3.2.1 Relações lógico-semânticas na organização da Estrutura Esquemática de Gênero em artigos de opinião.....	145
3.2.1.1 <i>O ministro turrão</i> .....	146
3.2.1.2 <i>Como ludibriar o cidadão</i> .....	157
3.2.1.3 <i>Perplexidade diante de tantas escolhas</i> .....	166
3.2.1.4 <i>O dinheiro não tem ouvidos</i> .....	173
3.2.1.5 <i>Campo fértil para o jornalismo verde</i> .....	182
3.2.1.6 <i>Um “duro golpe” na ética jornalística</i> .....	192
3.2.1.7 <i>Um debate desértico</i> .....	203
3.2.1.8 <i>Como cobrir a Rio+20</i> .....	211
3.2.1.9 <i>Dilma, a imprensa e os medíocres</i> .....	220
3.2.2 A Estrutura Esquemática do gênero exposição de opinião: constituição composicional e lógico-semântica .....	232
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>244</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>253</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>269</b>

## INTRODUÇÃO

– Há coisa melhor do que a língua? Ela é o laço da vida, da razão; e por meio dela as cidades são construídas e policiadas. Graças a ela as pessoas não só são instruídas, persuadidas e convencidas nas assembleias, mas também cumprem o primeiro de todos os deveres, que é louvar a Deus.

– A língua é a mãe de todas as questões, a origem de todos os processos, a fonte das discórdias e das guerras. Se, por um lado ela é o órgão da verdade, de outro é também o do erro e, pior ainda, o da calúnia e da infâmia, porque, se em dado momento ela louva os deuses, em outro é usada para a blasfêmia e a impiedade (ESOPO, *apud* DANNEMANN, 2007, s/n).

Há vários séculos, Esopo teria atentado, metaforicamente, para a extraordinária importância e influência da língua e, conseqüentemente, da linguagem, que vai além da simples comunicação. A linguagem é o princípio norteador da vida em sociedade e também polemizador. Graças a ela, podemos levantar questões, propor alternativas, concordar ou discordar, instruir, persuadir, discutir. Foi por meio da linguagem que, em 2010, deu-se início às discussões e à redação da proposta de reformulação do Código Florestal Brasileiro vigente até então, de 1965.

A legislação ambiental brasileira tem como principal documento regulador o Código Florestal, um conjunto de leis que regulamenta o uso da terra (LÁZARO DA SILVA, 2012). Com esse propósito, em 1934, instituiu-se o primeiro Código Florestal Brasileiro. Nessa época, a realidade socioeconômica e política no início do século XX exigia o aumento do cultivo de matérias-primas e diversificação da economia, impulsionando o desenvolvimento extensivo da cafeicultura no Vale do Paraíba, da criação de gado e da silvicultura. No resto do País, a atividade florestal era fundamentada no mais puro extrativismo (AHRENS, 2003). Diante desse cenário, explica Ahrens (2003), o Poder Público decidiu interceder, estabelecendo limites ao que parecia ser um saque dos recursos florestais, ainda que até então essas práticas fossem lícitas. A mencionada “intervenção” necessária materializou-se por meio da edição de um Código Florestal, o de 1934.

Da década de 1940 em diante, a agricultura brasileira teve seu desenvolvimento alavancado, expandindo-se e modernizando-se. Dessa forma, com a expansão e modernização da agricultura brasileira, iniciada na década de 40, em 1962, ao notar que o avanço indiscriminado sobre as matas, o então ministro da Agricultura, Armando Monteiro Filho, reivindicou a reformulação da legislação florestal instituída em 1934. Um “novo” Código Florestal estava para

surgir. Essa reformulação, porém, foi demorada. Os debates entre dezenas de especialistas estenderam-se por três anos, até que, em 15 de setembro de 1965, o então presidente Humberto de Alencar Castello Branco sancionou a Lei Federal 4.771 (SOS FLORESTAS<sup>1</sup>, 2011, p.05).

Por vinte e quatro anos, o Código Florestal de 1965 se manteve inalterado. No entanto, sucessivos desastres ambientais ocorridos a partir de 1989 e o crescimento da agricultura desencadearam, até 2009, uma sequência de alterações realizadas por meio de Medidas Provisórias (MP)<sup>2</sup>. Uma das alterações empreendidas nesse período, reporta Ahrens (2003), ocorreu em 15-04-1999, quando a Comissão Nacional do Meio Ambiente (Conama – órgão de representação democrática, com participação de diversos setores da sociedade e do Estado) editou a Resolução nº 254, criando uma Câmara Técnica Temporária com o objetivo de elaborar uma proposta de anteprojeto de lei que atualizasse o Código Florestal. Reeditada como MP 1.511, em 2001, pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, a alteração provocou descontentamento por parte do setor agropecuário, pois a fiscalização no campo aumentou, o Ministério Público passou a ser mais severo e as penas ficaram mais duras para quem desobedecesse a legislação ambiental.

Esse desagrado, por sua vez, está estreitamente ligado à realidade de expansão e desenvolvimento que o setor agropecuário vinha apresentando na época e continua a apresentar. Nas últimas quatro décadas, esclarece Abreu (2011, *apud* ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO DA CNA, 2011), o agronegócio cresceu significativamente, com progresso em todos os setores, principalmente o de grãos. O emprego de sementes manipuladas geneticamente para aumentar a produtividade e diminuir os custos de produção associado ao emprego de agroquímicos (agrotóxicos e fertilizantes) e de maquinaria agrícola tem caracterizado um modelo industrial de agricultura que tem predominado na produção mundial de alimentos.

---

<sup>1</sup> SOS Florestas é uma frente coletiva de organizações não governamentais ambientalistas, cujas integrantes são as ONGs Apremavi, Greenpeace, Imaflora, Instituto Centro de Vida (ICV), Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), Instituto Socioambiental (ISA) e WWF-Brasil (WWF, 2011).

<sup>2</sup> “Ato normativo de iniciativa exclusiva do Presidente da República, com força de lei, que pode ser expedido em caso de urgência e relevância. Produz efeitos imediatos, mas depende de aprovação do Congresso Nacional para transformação definitiva em lei” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2012, p.--).

Esse modelo industrial de agricultura, embora traga muitos benefícios para o agronegócio em termos de produtividade e praticidade, acaba repercutindo no meio ambiente. Essa repercussão e uma série de desastres ambientais como o Furação Catarina no litoral norte de Santa Catarina em 2004, a seca na Amazônia em 2005 e as enchentes e deslizamentos, também em Santa Catarina, em 2008, geraram discussões que incitaram a proposição e aprovação do Decreto 6.514, de 22 de julho de 2008, que dispunha sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente e estabelecia o processo administrativo federal para apuração dessas infrações.

Em 2009, segundo dados de SOS Florestas (2011), o Deputado Valdir Colatto (PMDB-SC), coordenador da Frente Parlamentar Agropecuária, apresentou novo Projeto de Lei (5.367/09) para criação de uma nova Lei de Crimes Ambientais em substituição à já existente, Lei 9.605/98, que funciona como Código Ambiental. Nesse mesmo ano, uma comissão especial foi criada com a missão de juntar 11 Projetos de Lei para mudar o Código Florestal. A partir desse momento, com a relatoria a cargo do Deputado Federal Aldo Rebelo (PCdoB-SP), apoiado por uma maioria de ruralistas, deu-se início à proposta de reformulação do Código Florestal de 1965 e edição do que se denominou Novo Código Florestal Brasileiro, sancionado pela Presidente Dilma Rousseff em 2012.

O processo de reelaboração do projeto foi longo e estopim de intensas e numerosas discussões, principalmente envolvendo o setor agrícola, fazendo com que, a partir desse momento, a polêmica entre meio ambiente e agricultura se avolumasse. Justamente devido a essa polêmica, desde que foi apresentado pela primeira vez à Câmara dos Deputados, em junho de 2010, até a data de sua sanção final pela Presidente Dilma Rousseff, em 18 de outubro de 2012, o projeto passou por diversas modificações. Tendo os principais pontos de alteração relacionados à área de terra em que será permitido ou proibido o desmate, ao tipo de produtor que poderá fazê-lo, à restauração das florestas derrubadas e à punição para quem já desmatou, a proposta do Novo Código Florestal Brasileiro (doravante NCFB) provocou discordâncias entre ruralistas, ambientalistas e estudiosos, o que atraiu a atenção e incitou opiniões e reações de diferentes pessoas e grupos na mídia.

“Como um organismo especializado que tem a vocação de responder a uma demanda social por dever e democracia [...], tornar público aquilo que seria

ignorado, oculto ou secreto” (CHARAUDEAU, 2012, p. 58), a mídia, de modo específico a brasileira, configurou-se como um elo entre o poder público e o povo ao longo dos processos de formulação, votação e discussão do NCFB. Enquanto a nova legislação era escrita e examinada na Câmara e no Congresso, a mídia se encarregava de atualizar os cidadãos sobre o conteúdo, as alterações e o andamento do projeto. Em contrapartida, ambientalistas, ruralistas, especialistas, agricultores e leigos manifestavam-se de diversas formas, em variados contextos, uma infinidade de informações absorvida, refletida e refratada (CHARAUDEAU, 2012) pela mídia.

Da leitura de diferentes textos veiculados na mídia sobre a proposta do Novo Código Florestal Brasileiro, principalmente *on-line*, surgiu a primeira motivação para o tema dos textos selecionados para esta tese. Tendo origem em uma família de agricultores e, ainda hoje, acompanhando a distância meus irmãos na atividade agrícola, as discussões acerca da reformulação do NCFB chamaram-me à atenção, pois estão diretamente ligadas à minha história de vida. A partir disso, buscamos associar essa motivação pessoal a um propósito científico, mais especificamente, linguístico, conforme explicitamos a seguir.

## **1 Questões e objetivos de pesquisa**

No intuito de definirmos a questão linguística que orientaria esta tese, partimos da concepção sistêmico-funcional de linguagem, para a qual esta é concebida, segundo Halliday e Matthiessen (2004), sob dois aspectos: como sistema e como função. É sistema no sentido de que fornece ao falante/escritor a possibilidade de escolha dentre uma rede de opções de estruturas e de significados. É funcional na medida em que é vista como um evento interativo e social em uso num determinado contexto. Nesse sentido, mais do que permitir a comunicação entre os indivíduos, expressar uma mensagem, como um sistema sociossemiótico, a linguagem estabelece relações entre as pessoas, possibilita a troca de opiniões, de sentimentos e permite construir e manifestar a experiência humana, isto é, representar o mundo, seja de um ponto de vista individual ou social (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004).

Partindo do pressuposto de que a linguagem permite construir significados, manifestar e trocar opiniões em contextos específicos, decidimos analisar a linguagem usada para opinar sobre a proposta do Novo Código Florestal Brasileiro em textos jornalísticos (MARQUES DE MELO, 2003; CHAPARRO 2012) difundidos socialmente como artigos de opinião, publicados no Observatório da Imprensa.

Ao estudarmos a linguagem instanciada nesses textos, estamos estudando a linguagem em situações reais de comunicação, como prática social. Por ser uma premissa da LSF, a análise de textos autênticos e do cotidiano é o foco das pesquisas desenvolvidas por integrantes da Linha de Pesquisa *Linguagem no Contexto Social*<sup>3</sup> (PPGL/UFSM) e também do GRPesq *Linguagem como Prática Social*<sup>4</sup> (PPGL/UFSM), ao qual estão vinculados o projeto da professora orientadora desta pesquisa, intitulado *Leitura e escrita em língua Portuguesa na perspectiva Sistêmico-Funcional* (FUZER, 2014, registro GAP/CAL nº 037375) e, conseqüentemente, esta tese.

Esse projeto guarda-chuva tem como foco a investigação e sistematização de características linguísticas e estruturais de gêneros usados em diversos contextos, especialmente no âmbito escolar, a fim de fornecer subsídios para o ensino de leitura e produção escrita de textos em língua portuguesa na educação básica brasileira (FUZER, 2014). Nesse contexto, dentre os múltiplos textos que figuram na escola, principalmente nas aulas de Língua Portuguesa, está o artigo de opinião, eleito como *corpus* para o trabalho ora apresentado, que busca se somar às demais pesquisas (FUZER, 2014; FUZER; GEHRART; GONÇALVES, 2014; LIMA; FUZER; ROSSI, 2014; FUZER *et.al*, 2014) para contribuir com o ensino de leitura e escrita em língua portuguesa.

Como contexto para a realização da prática social viabilizada pelos artigos de opinião, temos o Observatório da Imprensa (doravante OI). “Entidade civil, não

---

<sup>3</sup> A Linha de Pesquisa *Linguagem no Contexto Social* se define como um campo de investigação científica interdisciplinar que reúne pesquisas e pesquisadores dedicados à produção de conhecimento sobre linguagem, práticas discursivas e letramento em contextos sociais/institucionais específicos (<http://coral.ufsm.br/ppgletras/intro.htm>).

<sup>4</sup> *Linguagem como Prática Social* é o GRPesq da Linha de Pesquisa *Linguagem no Contexto Social* e busca promover reflexões e práticas sobre os diferentes sistemas semióticos e a produção de sentido, as condições de produção, distribuição e consumo de gêneros discursivos pela/na sociedade, a contextualização socio-histórica da linguagem verbal e não-verbal como gêneros discursivos constitutivos de sistemas de atividades sociais e as diferentes formas de relações intersubjetivas na sociedade mediadas pela linguagem (<http://coral.ufsm.br/ppgletras/intro.htm>).

governamental, não corporativa e não partidária que pretende acompanhar, junto com outras organizações da sociedade civil, o desempenho da mídia brasileira”<sup>5</sup>, o OI foi um dos órgãos midiáticos que deram bastante atenção à temática e à discussão do NCFB. Periódico de imprensa com edições semanais, segundo Garcia (2002), o OI conta com uma eficiente equipe de profissionais, o que lhe confere razoável prestígio e influência nos meios jornalísticos. Em vista disso, o OI torna-se uma importante fonte de coleta de usos autênticos da língua portuguesa no âmbito jornalístico brasileiro.

Visto sob a ótica do jornalístico, conforme Ramos (2000, p. 239), o artigo de opinião “baseia-se na realidade, nos acontecimentos reais externos ao texto para, a partir deles, tecer comentários, explicar causas, relações e consequências, criar casos políticos”. Nesse sentido, ao se manifestarem por meio de artigos jornalísticos opinativos, a reformulação do Código Florestal e todas as problemáticas contextuais que a envolvem estão retratadas pelos articulistas não apenas como fatos, mas também como comentários a partir de suas percepções sobre elas.

Tradicionalmente, aponta Marques de Melo (2003), o artigo de opinião – ou “artigo jornalístico”, como nomeia – está no agrupamento dos gêneros da ordem do argumentar devido às características que lhe são peculiares, como a discussão de assuntos ou problemas sociais polêmicos, buscando chegar a um posicionamento diante deles pela sustentação de uma ideia. Sobre os textos pertencentes a essa ordem, Köche, Boff e Marinello (2011) comentam que, para garantir a coerência temática e a coesão, sua arquitetura linguística vale-se de elementos dêiticos e operadores argumentativos lógicos. O uso de tais operadores, por sua vez, contribui para que a estrutura sintática do texto seja mais elaborada, o que é uma característica da argumentação, uma vez que ela “assume estrutura mais complexa, com uma arquitetura mais trabalhada” (GARCIA, 1998, p. 374). Em decorrência disso, em textos dessa natureza, encontramos quantidade significativa de complexos oracionais, foco linguístico desta tese.

No uso real da linguagem, instanciada em textos, segundo postulam Halliday e Matthiessen (2004), as orações podem se ligar umas às outras

---

<sup>5</sup> Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br>. Acesso em 22 jun. 2013.

formando complexos oracionais. Explorando esse fenômeno do ponto de vista da forma como o fluxo de eventos é interpretado no desenvolvimento do texto, no nível da semântica, explicam os autores, verificam-se dois sistemas basilares que determinam como as orações relacionam-se entre si: (i) o sistema de taxis, que diz respeito aos dois graus de interdependência por meio dos quais as orações podem relacionar-se entre si: parataxe e hipotaxe; (ii) o sistema lógico-semântico, que corresponde às relações que podem ocorrer entre um elemento primário e um secundário de um nexos oracional, ou seja, de um par de orações (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004).

O uso de complexos (constituídos por duas ou mais orações) ou simplexos (constituídos por apenas uma oração), assim como qualquer escolha léxico-gramatical, é variável conforme o contexto de produção do texto (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004). Esse contexto, conforme Marques de Melo (2003), interfere também na construção dos artigos de opinião. Embora afirme que se trata “de uma matéria jornalística onde alguém (jornalista ou não), desenvolve uma ideia e apresenta sua opinião” (MARQUES DE MELO, 2003, p.121), Marques de Melo (1985, p. 94) ressalva que “não há um padrão uniforme” para a concepção de um artigo de opinião. As razões, segundo o autor, estariam justamente no contexto de produção, já que a argumentação do artigo de opinião baseia-se no conhecimento e na sensibilidade do articulista e o padrão estrutural “depende da natureza do veículo em que se publica” (MARQUES DE MELO, 1985, p. 94).

Reconhecendo a possibilidade dessas variações, buscamos a identificação do padrão de realização léxico-gramatical e composicional de artigos de opinião veiculados pelo Observatório de Imprensa. Para nos orientar nessa direção, um dos aportes teóricos que adotamos para subsidiar esta pesquisa é a perspectiva funcionalista de gênero da Escola de Sydney (EGGINS; MARTIN, 1999; MARTIN; ROSE, 2008; MARTIN, 2009; ROSE; MARTIN, 2012). Distinguindo-se paradigmaticamente das abordagens de gênero mais tradicionais, como aquelas abordadas pelos PCNs, a Escola australiana concebe o gênero como sendo caracterizado por um propósito comunicativo que é realizado por marcas linguísticas.

Na Linguística Sistêmico-Funcional, a noção de gênero desenvolveu-se na Teoria de Gênero e Registro, para a qual o gênero é entendido como um



processo social orientado por um objetivo e organizado em etapas (MARTIN; ROSE, 2008). Nessas condições, cada gênero atende a padrões consistentes de significado, definidos de acordo com seu propósito comunicativo. Intimamente relacionados às etapas do gênero, os padrões de significados, segundo Martin e Rose (2008), são contextualmente adaptáveis, ou seja, sofrem alterações em sua realização léxico-gramatical conforme as configurações particulares de campo, relações e modo – que constituem as variáveis de registro (HALLIDAY, 1989), – em que o texto é produzido.

Cientes disso, por meio da aplicação de categorias da metafunção ideacional lógica para o estudo do complexo oracional (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004; 2014), analisamos, neste trabalho, as etapas de gênero em uma amostra de artigos de opinião, levando em consideração suas variáveis particulares de registro.

A escolha por textos da ordem do argumentar, além da questão linguística, já mencionada, encontra respaldo na afirmação de Perelman (1993, p. 24) de que a argumentação “cobre todo o campo do discurso que visa convencer ou persuadir, seja qual for o auditório a que se dirige e a matéria a que se refere”. Ou seja, a argumentação é parte integrante da vida das pessoas, em múltiplas situações, extrapolando o contexto escolar e integrando (e/ou realizando) diferentes práticas sociais.

Além disso, de acordo com Citelli (1994, p. 08), “em sociedades abertas, de regimes políticos não-ditatoriais, a ‘luta’ entre os interesses de pessoas, grupos e classes desenvolve-se, também, pelo uso da linguagem argumentativa”. Nesse sentido, reforça o autor, apreender como funciona a argumentação “é, em última instância, defender a própria cidadania, visto os discursos – quer os que lemos ou escrevemos – poderem igualmente libertar ou oprimir, manipular ou revelar como é feita a manipulação” (CITELLI, 1994, p.08).

Ao analisarmos textos argumentativos e contribuirmos para sua descrição e, por conseguinte, seu ensino, estamos, assim, auxiliando na formação de alunos mais autônomos e esclarecidos. Esse papel emancipatório, acenado por Citelli (1994), é também destacado pelos Parâmetros Curriculares Nacionais Brasileiros quanto ao ensino e aprendizagem da argumentação:

Os aspectos polêmicos inerentes aos temas sociais, por exemplo, abrem possibilidades para o trabalho com a argumentação – capacidade relevante para o exercício da cidadania –, por meio da análise das formas de convencimento empregadas nos textos, da percepção da orientação argumentativa que sugerem, da identificação dos preconceitos que possam veicular no tratamento de questões sociais etc (BRASIL, 1998, p. 41).

Para embasar nosso estudo de textos que instanciam a argumentação, além da Gramática Sistêmico-Funcional proposta por Halliday e Matthiessen (2004, 2014), definimos dois campos teóricos principais: para entendermos e estudarmos o artigo de opinião sob o ponto de vista do gênero, tomamos como base a perspectiva de Gênero e Registro (doravante R&GT) concebida pela Escola de Sydney, sustentada principalmente em Eggins e Martin (1999), Martin e Rose (2008), Martin (2009) e Rose e Martin (2012). Além disso, recorreremos a autores como Thompson (2011), Charaudeau (2012) e Marques de Melo (1985; 2003), para conhecermos e compreendermos o funcionamento da mídia, e a autores como Perelman (1993), Citelli (1994) e Koch (2004; 2011) para auxiliar no estudo do funcionamento da argumentação.

Em conjunto, a observância desses pressupostos permite-nos analisar a linguagem empregada nos textos que constituem o *corpus* da pesquisa e, com isso, buscar respostas para o seguinte **problema de pesquisa: na construção do campo de textos opinativos relacionados à temática do Novo Código Florestal Brasileiro e publicados no Observatório da Imprensa, como as relações lógico-semânticas contribuem para a organização da Estrutura Esquemática de Gênero?**

Desdobrando essa questão de pesquisa, fazemos os seguintes questionamentos:

- 1) Quais contextos situacionais envolvem os textos e são por eles manifestados?
- 2) Como os textos se organizam em termos de etapas e fases de gênero, dados seus propósitos comunicativos?
- 3) Quais relações lógico-semânticas são empregadas e como elas contribuem para sinalizar as etapas e fases?

4) Em termos linguísticos, qual o padrão de realização da Estrutura Esquemática de Gênero na amostra de textos analisada, tendo em vista as relações lógico-semânticas mapeadas?

Com base nessas questões, **o objetivo geral deste trabalho é analisar quais relações lógico-semânticas são estabelecidas na organização da Estrutura Esquemática de Gênero, em artigos de opinião relacionados à temática do Novo Código Florestal Brasileiro e publicados no Observatório da Imprensa.**

Esse objetivo geral se desdobra em **quatro objetivos específicos**, quais sejam:

- 1 Descrever as variáveis de registro dos artigos de opinião selecionados, no contexto do Observatório da Imprensa, centrando-se pormenorizadamente na variável campo;
- 2 Analisar o emprego das relações dependenciais e lógico-semânticas na arquitetura da Estrutura Esquemática de Gênero (EEG), a partir de categorias do complexo oracional;
- 3 Descrever os artigos de opinião como textos que instanciam um gênero, identificando suas etapas e fases e os microgêneros que, por ventura, possam ocorrer encaixados, uma vez reconhecidos os seus propósitos comunicativos;
- 4 Sistematizar padrões linguísticos da realização lógico-semântica da Estrutura Esquemática do gênero instanciado pelos artigos de opinião na amostra selecionada, em português brasileiro.

## **2 Justificativas**

Os gêneros, como práticas discursivas que envolvem atividades sociais recorrentes em contextos específicos, de acordo com Motta-Roth e Heberle (2015), têm interessado pesquisadores brasileiros desde o início dos anos 90. Esse interesse verificado nacionalmente motiva também integrantes de grupos de pesquisa aqui da Universidade Federal de Santa Maria e de universidades estrangeiras.

Na UFSM, Ligado ao GRPesq *Linguagem como Prática Social*, temos o Núcleo de Estudos em Língua Portuguesa (NELP/GAP/CAL 026308), grupo de estudo cujos participantes têm suas pesquisas voltadas para o desenvolvimento e a aplicação da Gramática Sistêmico-Funcional na região Sul do país a partir da análise e investigação de gêneros textuais (CABRAL, 2010). Muitos dos pesquisadores que o integram, dentre eles a autora e orientadora desta tese, vinculam-se, ainda, a um grupo internacional de pesquisa em Linguística Sistêmico-Funcional, o *Systemics Across Languages* (Grupo SAL).

Constituído como “uma rede de pesquisa internacional coordenada por C. Matthiessen, de The Hong Kong Polytechnic University (PRC), L. Barbara, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Brasil), e K. Teruya, de The University of New South Wales (Austrália) (FUZER, 2014, p.01), o Grupo SAL tem objetivo “investigar línguas em contextos e as relações entre gramática e discurso” (FUZER; BARROS, 2010, p. 84).

No Brasil, o Grupo SAL envolve pesquisadores de diferentes universidades nacionais<sup>6</sup> e dedica-se à descrição da língua portuguesa tendo como parâmetro a GSF (HALLIDAY, 1994; HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004; 2014). Nesse sentido, com esta pesquisa, buscamos concorrer para a descrição do sistema do português brasileiro em funcionamento por meio da verificação e categorização de padrões de realização lógico-semântica da EEG, no conjunto de artigos de opinião analisados, a partir da análise do complexo oracional.

Em outras palavras, pretendemos contribuir para os estudos sistêmico-funcionais em língua portuguesa apresentando, por meio de análises descritivas e interpretativas, uma padronização da realização léxico-gramatical e funcional das relações lógico-semânticas na organização da Estrutura Esquemática do gênero instanciado por artigos de opinião, em uma configuração particular de registro, tendo por base categorias do complexo oracional sob a perspectiva hallidayana. Ao identificarmos tais padrões, ainda que em um contexto específico e uma amostra restrita de textos, estaremos colaborando com a descrição, no nível do

---

<sup>6</sup> No total, o Grupo SAL reúne um grupo de professores de 4 Universidades Argentinas, 3 Mexicanas, 1 Portuguesa e 21 Universidades Brasileiras, das quais podem ser citadas a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Universidade Federal de Rio Grande (FURG), Universidade Federal de Lavras (UFLavras), Universidade do Estado do Mato Grosso (UNEMAT), Centro Universitário Franciscano (UNIFRA), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), dentre outras.

complexo oracional, de um gênero e do português brasileiro sob a perspectiva da GSF.

Tais propósitos e contribuições vão, ainda, ao encontro do que é previsto no projeto guarda-chuva que dá suporte a esta pesquisa (FUZER, 2014). Dentre seus objetivos específicos, estão delineadas a descrição das variáveis contextuais de gêneros presentes no espaço escolar, a investigação e a sistematização de traços léxico-gramaticais e semântico-discursivos que possam ser considerados tipificadores de tais gêneros, os quais são compartilhados por esta pesquisa.

No que tange ao complexo oracional, de acordo com levantamento realizado<sup>7</sup>, os trabalhos de investigação desse tópico, em português brasileiro, ainda são incipientes. Em buscas realizadas na *internet* pela palavra-chave “complexo oracional”, muitos trabalhos apareciam como resultado, porém, poucos deles referiam-se ao complexo oracional, em língua portuguesa, sob o ponto de vista da GSF. Dito de outra forma, poucos enfocavam o complexo oracional como uma unidade gramatical e semântica formada quando duas ou mais orações encontram-se ligadas uma à outra em aspectos sistemáticos e semânticos (EGGINS, 2007).

Dentre os trabalhos que estudam o complexo oracional sob a orientação sistemicista (detalhados no Apêndice A), muitos (PIRES; FLEURI; VASCONCELLOS, 2006; ANTONIO, 2008; DIAS; MOURA, 2011) o abordam não como o foco da análise, mas como um subsídio analítico para alcançar o objetivo principal. Outros, ainda, abordam o complexo oracional pontualmente, focalizando uma categoria específica, como a projeção (ARAÚJO, 2007; REICHMANN, 2011), as relações lógico-semânticas (LÍRIO, 2009), conjunções e referências pronominais que ocorrem nos complexos e sua relação com a coesão dos textos (SOARES, 2008).

Ligados ao GRPesq *Linguagem como Prática Social* e ao NELP, também abordando aspectos pontuais do complexo oracional, podemos citar algumas pesquisas, apresentadas de forma mais detalhada no Apêndice A. Kurtz e Barros (2010), por exemplo, analisam as projeções, enquanto Lima (2011) examina orações introduzidas por “quando”.

---

<sup>7</sup> O último levantamento foi realizado em fevereiro de 2015, via *Google Acadêmico* e *Plataforma Scielo*.

Assemelhando-se ao que objetivamos com este trabalho, Correia (2011) utiliza-se de categorias do complexo oracional para estudar a argumentação em artigos de opinião. Entretanto, seu foco está não na descrição e análise do complexo oracional, mas sim da estrutura retórica argumentativa, tendo como pressuposto a Teoria da Estrutura Retórica (RST), de Mann e Thompson (1988), Matthiessen e Thompson (1988) e Taboada e Mann (2006). Nesta tese, por outro lado, focalizamos, também em artigos de opinião, o funcionamento do complexo oracional na organização composicional de um gênero, segundo a perspectiva da Teoria de Gênero e Registro (EGGINS; MARTIN, 1999; MARTIN; ROSE, 2008; MARTIN, 2009).

Desenvolvida a partir do paradigma linguístico funcional, a R&GT surgiu, de acordo com Martin (2009), como um esboço de como usamos a linguagem para viver, buscando descrever as maneiras pelas quais mobilizamos a língua. Dentre todas as coisas que poderíamos fazer com a linguagem, explica Martin (2009), cada cultura escolhe apenas algumas, adicionando novas ao repertório conforme surgem as necessidades e, lentamente, abandonando outras que não são de muita utilidade. A “teoria de gênero é, portanto, uma teoria das fronteiras do nosso mundo social e nossa familiaridade com o que esperar<sup>8</sup>” (MARTIN, 2009, p. 13), já que permite investigar como os textos apresentam diferenças e as motivações contextuais que levam a essas diferenças, possibilitando tanto *predizer* o texto quanto *deduzir* o contexto (EGGINS; MARTIN, 1999).

Em qualquer texto, acrescentam Eggins e Martin (1999), os traços linguísticos selecionados podem codificar a dimensão contextual, tanto do contexto imediato de produção, quanto de sua identidade genérica, bem como a tarefa que o texto está realizando em uma determinada cultura. Dessa forma, para que a dedução do contexto de fato se efetive, salientam os autores, faz-se necessário, em primeiro lugar, descrever os padrões linguísticos (palavras e estrutura) do texto.

Isso posto, dadas as concepções e os propósitos da R&GT, além de ser de natureza sistêmico-funcional e um dos pilares teóricos adotados no projeto guarda-chuva (FUZER, 2014), julgamos que essa seja a abordagem teórica de gêneros mais coerente aos intentos do presente trabalho: descrever e analisar a

---

<sup>8</sup> “Genre theory is thus a theory of the borders of our social world, and our familiarity with what to expect” (MARTIN, 2009, p. 13).

realização lógico-semântica do gênero instanciado por artigos de opinião e, a partir disso, categorizar padrões linguísticos para a expressão de sua EEG no *corpus* analisado.

Também relevante nessa escolha está o fato de que o estudo dessa abordagem de gênero encontra-se ainda germinal no interior da Linha de pesquisa *Linguagem no Contexto Social* e, de modo especial, do NELP, já que está em fase de leituras, conhecimento, entendimento e de algumas aplicações. Dentre elas, citamos os trabalhos de Motta-Roth (2008) e Motta-Roth e Heberle (2015), de caráter mais teórico, e as pesquisas de Fuzer, Gerhardt e Gonçalves (2014); Fuzer *et.al* (2014) e Fuzer (2014), já trazendo resultados de aplicações práticas da teoria em contexto escolar.

No contexto nacional, em levantamento<sup>9</sup> de trabalhos que focalizassem o gênero na concepção da R&GT, também encontramos alguns resultados positivos. Vian Jr. (2003), por exemplo, utiliza a perspectiva de R&GT para orientar o planejamento de um curso instrumental com foco na produção oral. Ferreira (2010) e Silva e Espindola (2013), por sua vez, realizam estudos mais teóricos acerca da R&GT. Expandindo um pouco as fronteiras, podemos citar, ainda, a pesquisa de Mendes (2014), filiada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Acompanhando alunos do ensino regular, Mendes (2014) analisa e discute a aplicação da abordagem da Escola de Sydney no ensino do Português, em aulas de apoio pedagógico, a alunos nascidos em Portugal, porém de língua materna não portuguesa.

Com efeito, em termos teóricos, o desenvolvimento deste trabalho vem contribuir para difundir, aprofundar e consolidar, seja no contexto específico dos grupos e da linha de pesquisa a que está vinculado, seja no contexto científico nacional, tanto o estudo do complexo oracional na perspectiva da GSF quanto o estudo do gênero sob o enfoque da R&GT.

Em termos gerais, este estudo do complexo oracional em textos argumentativos objetiva fornecer subsídios que possam contribuir para o ensino de leitura e escrita em língua portuguesa. A questão sintática pode ser abordada em sala de aula de maneira a ampliar a percepção semântica das relações entre as orações e, com isso, propiciar o ensino explícito da gramática visando ao

---

<sup>9</sup> O levantamento foi realizado em julho de 2015, via *Google*, *Google Acadêmico* e *Plataforma Scielo*.

entendimento dos textos. Conhecendo os recursos linguísticos que compõem o texto, de acordo com Martin e Rose (2008), independente de suas diferentes origens sociais e de linguagem, os alunos são oportunizados a alcançar maior sucesso na escola, sendo guiados na leitura e escrita de diferentes gêneros.

Frequentemente utilizado para o ensino da argumentação e de produção textual, o artigo de opinião, como já referido, é um texto bastante comum no contexto escolar. Além de estar presente em Livros Didáticos em seções de leitura, produção textual e ensino da argumentação (CEREJA; MAGALHÃES, 2010; FARACO, 2013; AMARAL *et. al.*, 2013; SETTE; TRAVALHA; STARLING, 2013), tem sido cobrado em exames vestibulares de Universidades brasileiras como a Federal do Rio Grande do Norte, e a Federal de Santa Maria, que, em seu último vestibular (de 2014), solicitou a produção de um artigo de opinião em sua prova de redação. Assim, com a análise de exemplares desses textos, o estudo da estrutura composicional e a discriminação das escolhas linguísticas podem ser aliados ao trabalho com a argumentação, para que este possa ser potencializado.

Ao mostrar evidências linguísticas que constituem e indicam as etapas, fases e os microgêneros que estruturam o macrogênero instanciado nos artigos de opinião estudados, não só a leitura detalhada é facilitada, mas também a produção de textos argumentativos, possibilitando ao aluno, por conseguinte, retomando Citelli (1994), o exercício da cidadania. Conforme Schleppegrell (2004), reconhecer e trabalhar/ensinar os textos que são valorizados na escola significa fornecer oportunidades aos alunos para compreenderem o que esses textos alcançam e como os significados sociais que possuem são construídos a partir de escolhas gramaticais e lexicais.

Além disso, remontando-nos à afirmação de Citelli (1994) e à orientação presente nos PCNs, ao trabalharmos com um assunto polêmico, envolvendo questões que afetam diretamente um setor econômico específico – o agrícola –, e a população como um todo, esperamos contribuir para elucidar algumas questões que envolvem o NCFB e, com isso, desmitificar a dicotomia que, conforme Martinelli *et al.* (2010), existe entre a agricultura e a preservação do meio ambiente.

Por fim, considerando que exploramos textos jornalísticos, a análise descritiva esmiuçando sua arquitetura argumentativa pode contribuir para que quem leia nossas análises possa vir a ter uma visão e uma leitura mais crítica do



que é publicado na mídia, já que, de acordo com Charaudeau (2012), informação, comunicação e mídias são as palavras de ordem no discurso atual.

As mídias, na condição de suporte organizacional, apossam-se das noções de informação e comunicação, estreitamente ligadas a fenômenos sociais, para integrá-las em suas diferentes lógicas: econômica (fazer viver uma empresa), tecnológica (estender a qualidade e a quantidade de sua difusão) e simbólica (servir à democracia cidadã) (CHARAUDEAU, 2012, p.15). No caso deste trabalho, dado o contexto em que se inserem, os textos analisados correspondem à lógica simbólica, pois têm como funções sociais informar o leitor, esclarecer-lhe o tema e expor diferentes pontos de vista sobre um assunto de importância para toda a população.

Por meio da lógica simbólica da mídia, segundo Charaudeau (2012), as comunidades sociais vivem e a maneira como os indivíduos, seres coletivos, regulam o sentido social ao construir sistemas de valores é manifestada. Nesses sistemas de valor, os indivíduos usam o discurso para informarem e justificarem seus atos. Entretanto, nem sempre o verdadeiro teor simbólico de tais atos é revelado; por vezes é mascarado (de forma consciente ou não), por vezes convertido e, por vezes, até omitido em parte. Dessa forma, “o papel do pesquisador em ciências humanas e sociais [é] o de descrever os mecanismos que presidem a esse simbólico e as diferentes configurações que o tornam vivível” (CHARAUDEAU, 2012, p. 18). Nesse sentido, esperamos contribuir para a formação de leitores esclarecidos quanto às escolhas linguísticas presentes nos textos – midiáticos ou não – para, com isso, poderem ser mais conscientes em suas interpretações e tomadas de posição, o que, segundo os PCNs, corresponde a um dos papéis a ser desempenhado pela escola.

### **3 Estudos prévios sobre argumentação e artigo de opinião**

A ação de argumentar, realizada linguisticamente por textos argumentativos, é entendida por Garcia (1998) como uma tentativa de convencimento mediante a apresentação de razões, em face da evidência de provas e à luz de um raciocínio coerente e consistente. Nesses termos, na

argumentação, o objetivo final é a formação da opinião do leitor/ouvinte na intenção de convencê-lo de que se está de posse da verdade (GARCIA, 1998).

Assim definida, segundo Leitão (2012), a argumentação se caracteriza como uma atividade discursiva, social, cognitiva, dialógica, dialética e epistêmica. No sentido de que é essencialmente verbal, a argumentação é uma atividade discursiva. É social devido à sua natureza cultural e contextualmente dependente. A característica cognitiva deve-se ao fato de que ela implica raciocínios necessários à fundamentação e avaliação crítica de afirmações. É dialógica porque simultaneamente responde a uma questão e antecipa respostas da parte de outros. Por caracterizar-se como exame crítico de argumentos divergentes, é também dialética. Por fim, tendo em vista que possibilita a construção de conhecimento, a argumentação é epistêmica.

Para Citelli (1994), a argumentação, seja ela oral ou escrita, consiste em uma organização textual que apresenta um conjunto de estratégias linguísticas para desenvolver ou promover um debate ordenado e coerente, buscando modificar a opinião do interlocutor a respeito do problema em discussão. Seguindo essa mesma linha de raciocínio, Koch (2004) defende que a argumentação é estruturada por meio de encadeamentos articulados de enunciados, o que a torna uma atividade estruturante do discurso. Conforme a autora, é a argumentação que marca as possibilidades de sua construção do discurso e lhe assegura a continuidade. “É ela a responsável pelos encadeamentos discursivos, articulando entre si enunciados ou parágrafos, de modo a transformá-los em texto: a progressão do discurso se faz, exatamente, através das articulações da argumentação” (KOCH, 2004, p.157).

Dada essa natureza de regulação do discurso, o texto argumentativo, segundo Citelli (1994), tem o seu conteúdo revelado por um processo que demanda sucessivas regulações, fazendo com que as ideias defendidas sejam construídas, reconstruídas, analisadas e organizadas de acordo com a demanda interativa e o objetivo final: a persuasão ou o convencimento. Em resumo, defendem Perelman e Tyteca (2005), a argumentação pode ser entendida como o método para provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que lhes são apresentadas para consentimento.

Tópico bastante pesquisado, a argumentação não é abordada apenas na área de língua portuguesa e educação, mas em outros campos do conhecimento.

Exemplo disso é o estudo de Hara (2010), em que se relaciona a Teoria da Argumentação, de Perelman e Olbrechts-Tyteca, ao ensino jurídico como ponto de partida para o estudo da sistemática do direito e, em especial, como metodologia de ensino. Colombo Jr. *et al.* (2012), por sua vez, analisam a argumentação na resolução de uma atividade de conhecimento físico para discutir como os alunos dos anos iniciais do ensino fundamental construíam seus argumentos a partir da resolução de um problema de física proposto pelo professor.

A argumentação com relação à educação, à aprendizagem e ao trabalho em sala de aula é o foco do trabalho de Silva (2009), que tem como objetivo investigar como livros didáticos de Língua Portuguesa de 4ª e 5ª séries – Ensino Fundamental abordam a argumentação, analisando se as atividades propiciam o desenvolvimento da competência argumentativa dos alunos. Em Leitão (2012), o foco de discussão é uma experiência realizada no âmbito do ensino universitário brasileiro, a qual tinha como objetivo trabalhar a argumentação em sala de aula como de modo a potencializar a construção do conhecimento e o desenvolvimento das competências reflexivas do indivíduo/aluno.

Mais ligado à linguística textual, o trabalho de Silva (2008) identifica as características argumentativas de diferentes gêneros textuais para demonstrar que a argumentação é ato inerente à língua, independente do suporte que ela utilize. Com suas análises, mostrou que, com menor ou maior grau de intencionalidade, qualquer discurso está isento da neutralidade. Dedicando-se especificamente à análise de resumos, Sousa (2003) examina a compreensão de textos argumentativos a partir da análise de dois resumos, um argumentativo de tendência dialógica (TAD), outro argumentativo de tendência expositiva (TAE). Tendo adotado os modelos argumentativos de Kentsch e van Dijk (1983; 1985) e Meyer (1984), os resultados mostraram que os alunos apresentaram mais dificuldade na compreensão dos TAD do que dos TAE.

Santos e Hack (2009), por seu turno, assim como o fazemos neste trabalho, analisam a argumentação em artigos de opinião, porém com foco na função das marcas linguísticas da sequência argumentativa, ou seja, no reconhecimento dos traços linguísticos pertinentes aos recursos utilizados no texto, em nível macro e micro-estrutural.

Também se ocupando do estudo de artigos de opinião, Boff, Köche e Marinello (2009) argumentam que esses textos valem-se da argumentação para analisar, avaliar e responder a uma questão controversa. Segundo as autoras, eles expõem a opinião de um articulista, autoridade ou não no assunto abordado, e geralmente discutem um tema atual de ordem social, econômica, política ou cultural relevante para os leitores.

O artigo de opinião se faz igualmente presente no trabalho de Costa (2007), que se centra na análise da intertextualidade dos textos e sua relação com o gênero textual e o estilo individual, e no trabalho de Rechdan (2003), que explora o artigo de opinião para verificar a presença do dialogismo na construção dos textos.

Embora não se centre propriamente na análise do artigo de opinião, Uber (2008) o utiliza para o desenvolvimento de uma pesquisa-ação abordando uma prática em sala de aula na terceira série do ensino médio. Para compor a Sequência Didática com base no trabalho com artigos de opinião, Uber (2008) baseou-se na estrutura composicional proposta por Perfeito (2006).

Segundo Perfeito (2006, *apud* UBER, 2008, p. 6-7), o artigo de opinião seria composto por uma combinação de oito elementos, a saber: (1) Contextualização e/ou apresentação da questão que está sendo discutida; (2) Explicitação do posicionamento assumido; (3) Utilização de argumentos para sustentar a posição assumida; (4) Consideração de posição contrária e antecipação de possíveis argumentos contrários à posição assumida; (5) Utilização de argumentos que refutam a posição contrária; (6) Retomada da posição assumida; (7) Possibilidades de negociação; (8) Conclusão (ênfase ou retomada da tese ou posicionamento defendido). Esses elementos, de acordo com a autora, não obedecem a uma ordenação específica, nem precisam aparecer todos juntos nos textos.

O artigo de opinião também foi objeto de estudo no trabalho de Carvalho (2012), em que são apontados os aspectos que se sobressaem nas estratégias discursivas da progressão referencial constituídas a partir da (re)construção, modificação ou expansão do objeto de discurso à medida em que este progride. Santos (2012), por sua ordem, embasado na teoria desenvolvida por Jean-Paul Bronckart, analisou cinco exemplares de artigo de opinião *online* no intuito de verificar a semiotização textual para a construção do ponto de vista. Os

resultaram evidenciaram que “as estruturas linguísticas e a construção da argumentação nos textos opinativos da mídia são pensadas em face do contexto social e valorativo, impondo, desse modo, a consciência do agir regulado por normas sociais quando se quer argumentar” (SANTOS, 2012, p. 61).

No âmbito do GRPesq *Linguagem como Prática Social* e do NELS (GAP 026308), como exemplos de trabalhos que tomam o artigo de opinião como base para investigação, podem ser mencionados os estudos de Cabral (2007) e Fuzer (2012). Cabral (2007), na área da Semântica do Discurso, investiga as manifestações linguísticas de julgamento, tanto autoral quanto não autoral, em torno da polêmica expulsão do jornalista Larry Rohter, a partir da análise de artigos de opinião, sendo alguns deles coletados no *site* do Observatório da Imprensa (OI). Fuzer (2012) toma como *corpus* artigos de opinião publicados em jornais brasileiros para analisar representações com base em ocorrências léxico-gramaticais e semântico-discursivas evidenciadas em textos sobre reality shows.

A esses trabalhos aqui apresentados, buscamos nos somar no intuito de expandir o estudo sobre artigos de opinião e argumentação, trazendo dados e contribuições a partir da aplicação de categorias teórico-analíticas advindas da Linguística Sistêmico-Funcional.

#### **4 Organização estrutural da tese**

A fim de demonstrarmos como as relações lógico-semânticas contribuem para a realização das etapas e fases de gênero em uma amostra de artigos de opinião do Observatório da Imprensa brasileira, organizamos esta tese em três capítulos, além desta Introdução e das Considerações Finais.

No capítulo 1, para esclarecermos nossa filiação teórica e apresentarmos as categorias analíticas que são adotadas para efetivamente empreender as análises, iniciamos com um apanhado teórico sobre conceitos gerais concernentes à Linguística Sistêmico-Funcional (HALLIDAY, 1989; 2009; HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004; 2014; WEBSTER, 2009; MATTHIESSEN, 2009). Na sequência, discorreremos sobre a noção de gênero adotada, que constitui o ponto de partida para as análises e discussões apresentadas nesta pesquisa. Partindo da concepção bakhtiniana, detemo-nos na perspectiva teórica

australiana de Gêneros e Registro (EGGINS; MARTIN, 1999; EGGINS, 2004; MARTIN; ROSE, 2008; MARTIN, 2009; ROSE, 2011; ROSE; MARTIN, 2012). Em seguida, para fundamentar teoricamente a análise léxico-gramatical, aspecto central deste trabalho, abordamos a metafunção ideacional lógica da Gramática Sistêmico-Funcional hallidayana (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004; 2014), de modo a explicarmos e exemplificarmos, com passagens do *corpus*, as categorias teórico-analíticas do complexo oracional definidas para a análise.

No capítulo 2, descrevemos o percurso metodológico adotado neste estudo. Embasados em autores da esfera jornalística (THOMPSON, 2011; CHARAUDEAU, 2012; MARQUES DE MELO, 1985; 2003), principiamos apresentando o universo de análise, discorrendo sobre o contexto de produção e circulação dos textos que integram o *corpus*, e também sobre discurso opinativo. Posteriormente, fazemos a caracterização da pesquisa e explicitamos os critérios de constituição do *corpus*, bem como as etapas analíticas delineadas.

No terceiro capítulo, apresentamos análises e discussões acerca dos dados obtidos nas etapas prévias de descrição, categorização e quantificação aplicadas ao conjunto de dez textos. Ao longo desse capítulo, são estabelecidas relações entre o registro e suas evidências léxico-gramaticais e também entre as etapas e fases do gênero dominante e entre os gêneros encaixados, para chegarmos à caracterização do macrogênero evidenciado nos artigos de opinião, no contexto brasileiro do Observatório da Imprensa, tendo em vista a análise de categorias do complexo oracional na amostra de textos estudada.

Por fim, concluído o processo teórico-analítico predeterminado, nas Considerações Finais, apontamos as limitações da pesquisa, apresentamos sugestões de estudos futuros e retomamos os principais resultados obtidos no intuito de fundamentar a seguinte **tese: os artigos de opinião analisados constituem-se como macrogêneros que têm como gênero dominante a exposição de opinião (da família do argumentar), em que podem ser encaixados microgêneros de outras famílias (estórias, relatórios, reações a textos), e têm sua Estrutura Esquemática de Gênero organizada por meio de relações lógico-semânticas de extensão, intensificação e elaboração.**

## **CAPÍTULO 1 – A LINGUAGEM NA PERSPECTIVA DA LINGUÍSTICA SISTÊMICO-FUNCIONAL**

Com foco no estudo do complexo oracional e das relações lógico-semânticas que concorrem para a organização da EEG, em termos da expressão de etapas e fases em artigos de opinião, esta pesquisa sustenta-se teoricamente na Linguística Sistêmico-Funcional de base hallidayana. Assim, neste primeiro capítulo, trazemos os pressupostos teóricos dela advindos que fundamentam este trabalho e orientam as análises empreendidas no Capítulo 3, no qual são apresentados e discutidos os resultados obtidos com a aplicação das categorias teórico-metodológicas aqui revisadas e explicadas.

Situando-se, dessa forma, nesse campo teórico, esta pesquisa alia duas abordagens circunscritas na Linguística Sistêmico-Funcional (LSF): (i) a perspectiva de gênero da Escola de Sydney (R&GT) e (ii) a Gramática Sistêmico-Funcional (GSF) hallidayana.

Na abordagem sistêmico-funcional, a linguagem consiste em um conjunto de sistemas de significação que fornecem ao escritor/falante meios para expressar significados (BLOOR; BLOOR, 1995). Assim concebida, organizada como sistema instanciado em textos, ela permite que os indivíduos se comuniquem, expressem ideias, sentimentos, enfim, interajam e ajam sobre os outros e sobre o mundo e representem-nos (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004). Por conseguinte, de acordo com Halliday (2009), a LSF é uma classe de teoria que tem a estrutura e o sistema como conceitos norteadores e preocupa-se em descrever tanto as relações sintagmáticas quanto paradigmáticas da linguagem, incluindo as relações entre ambas.

A linguagem, de acordo com Halliday (2009), tem a propriedade adicional de ser um sistema semogênico, ou seja, de criação de significados. As inúmeras possibilidades de combinações linguísticas e semânticas que podem ser

realizadas pelo escritor/falante fazem com que novos significados sejam sempre criados, constituindo o que Halliday (2009) concebe como o potencial de significado da linguagem.

Assim, tendo por base esse pressuposto, com suas raízes na Gramática Sistêmico-Funcional hallidayana<sup>10</sup>, a LSF tem sua ênfase na exploração do poder semogênico da linguagem, fornecendo subsídios para o entendimento de textos como atos intencionais de significado (WEBSTER, 2009). Conforme explica Matthiessen (2009), “como a própria linguagem, a LSF é um sistema dinâmico que se apresenta como um recurso para reflexão e ação”<sup>11</sup>. É um sistema de reflexão sobre a linguagem e os múltiplos significados que ela pode construir e sobre diferentes sistemas semióticos, ou seja, sobre diferentes formas de significação. É um recurso para se explorar a linguagem em ação e intervir em processos sociais e semióticos.

Compartilhando dessa concepção, acreditamos que a análise da linguagem em artigos de opinião sob o enfoque funcionalista possibilita-nos verificar como os significados são textualizados em termos composicionais (gênero textual) e gramaticais (complexo oracional) para a realização da prática social de expor e defender uma opinião sobre um tema de relevância no contexto em que se insere. Com isso, intentamos contribuir com processo educacional básico brasileiro no sentido de fornecer subsídios ao trabalho em sala de aula, principalmente com o ensino de Língua Portuguesa.

Tendo em vista a preocupação com o funcionamento da linguagem em contextos específicos, a LSF é uma teoria dinâmica (MATTHIESSEN, 2009). Devido a esse dinamismo, esclarece o autor, desde o seu início, na década de 1960, a LSF tem evoluído e novos pressupostos teórico-metodológicos têm sido desenvolvidos em resposta a novas necessidades. Desse modo, o potencial da LSF para reflexão e ação vem se expandindo, como demonstra o desenvolvimento de ramificações teóricas e de trabalhos na área, exemplificados no Apêndice A.

Em todos os estudos mencionados, inclusive neste que se apresenta, em comum, além da fundamentação sistêmico-funcional, há a preocupação com o

---

<sup>10</sup> A Gramática Sistêmico Funcional de Halliday (1985; 1994) e Halliday e Matthiessen (2004; 2014) é abordada de forma mais detalhada na seção 1.1.2.

<sup>11</sup> “Like language itself, SFL has always been an open dynamic system serving as a **resource** for both **reflection** and **action**” (MATTHIESSEN, 2009, p. 12).



funcionamento da linguagem em textos, em contextos reais de uso, pois, tal como aponta Webster (2009), essa é justamente a preocupação central da LSF. Segundo o autor, a LSF é uma perspectiva cujo foco está no modo como a linguagem é utilizada para interpretar a realidade e estabelecer relações sociais. De acordo com Halliday (2009), a LSF pode ser caracterizada como uma teoria orientada para o problema, no sentido de que ela é projetada para auxiliar na identificação e resolução de inconvenientes que possam surgir quando se faz uso da linguagem, i. e, quando se produz texto.

“Quando uma pessoa fala ou escreve, ela produz texto”<sup>12</sup> (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, p. 03). Definido por Halliday e Matthiessen (2004) como “qualquer instância de linguagem, em qualquer meio, que faça sentido para quem conhece a linguagem”<sup>13</sup> (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, p. 03), o texto pode ser visto de duas formas: como produto e como processo (HALLIDAY, 1989). É produto porque sua estrutura pode ser representada sistematicamente e, com isso, possibilita que o texto seja registrado e estudado. É processo tendo em vista que é um contínuo de escolhas semânticas dentre uma rede de significados possíveis (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004).

Sendo a linguagem um sistema semiótico de construção e troca de significados (HALLIDAY, 2009), o texto funciona como componente semiótico mediador das práticas sociais, permitindo recuperar conexões entre a ação individual e as estruturas sociais (HALLIDAY, 1989). Assim, sob o ponto de vista hallidayano, cada texto, como unidade real de comunicação dotada de significado e produzida por um falante/escritor em uma situação de interação, é admitido como parte de rotinas sociais inseridas em um contexto cultural mais amplo (HALLIDAY, 1989).

Como sistema semiótico complexo, a linguagem baseia-se no princípio da realização, na relação entre símbolo e valor ou significado e significante, incorporando ciclos ou estratos de realização (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004). Desse modo, fundada na gramática, a linguagem tem sua organização em estratos (WEBSTER, 2009). A relação entre os estratos – o processo de ligar um

---

<sup>12</sup> “When people speak or write, they produce text” (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, p. 03).

<sup>13</sup> “The term ‘text’ refers to any instance of language, in any medium, that makes sense to someone who knows the language” (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, p. 03).

ciclo de organização com o outro – é chamado de realização (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004).

A realização da linguagem, na LSF hallidayana, dá-se simultaneamente em quatro estratos, organizados por ordem de abstração, como ilustra a Figura 01. Neste trabalho, o conceito de realização é de grande relevância, já que buscamos verificar como o gênero se realiza linguisticamente em artigos de opinião, ou seja, que elementos léxico-gramaticais foram escolhidos pelos articulistas para transformarem o contexto (de situação e de cultura) em texto.

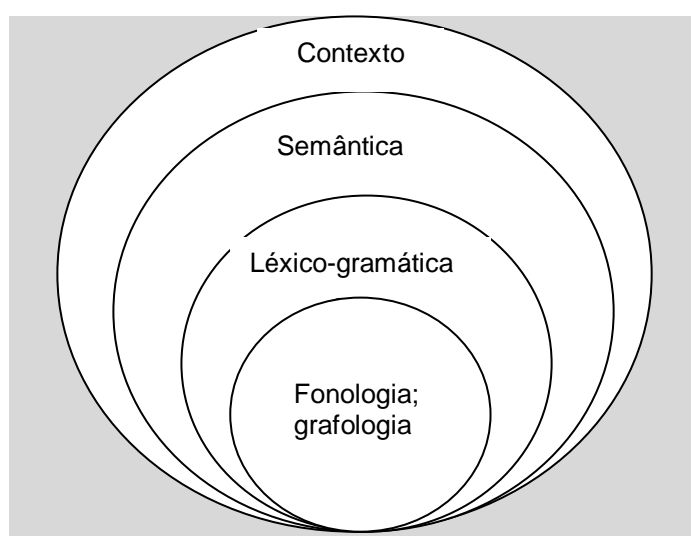


Figura 01 – Representação da estratificação dos planos comunicativos (linguístico e contextual), com base em Halliday e Matthiessen (2004).

Na GSF, faz-se referência ao sistema de som, de escrita e de fraseado. Cada um desses sistemas corresponde, respectivamente, à fonologia, à ortografia (ou grafologia) e à gramática (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004). Fonologia e grafologia constituem o primeiro estrato da linguagem, com o menor nível de abstração. Na gramática, ressaltam Halliday e Matthiessen (2004), está incluído também o vocabulário, pois não constituem estratos diferentes, apenas dois polos de um mesmo continuum denominado léxico-gramática. Da mesma forma, sintaxe e morfologia não são estratos diferentes, pois fazem parte da gramática, conseqüentemente, integram o estrato léxico-gramatical (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004).

O que Halliday e Matthiessen (2004) entendem como o “conteúdo” expande-se em dois estratos, um léxico-gramatical e um semântico. Essa duplicidade estratal de realização permite que o potencial de significado da linguagem se amplie de modo a satisfazer as funções a que a linguagem humana se presta. Conforme os autores, a linguagem é usada para dar sentido à experiência e para realizar interações com outras pessoas, isso tudo viabilizado pela gramática.

A gramática faz a interface com o que se passa na linguagem e externamente a ela, ou seja, com os acontecimentos, com as condições do mundo e com os processos sociais com o quais os indivíduos se envolvem (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004). Ao mesmo tempo em que faz essa interface, apontam Halliday e Matthiessen (2004), cabe à gramática organizar a interpretação da experiência e o advento de processos sociais, a fim de que possam ser transformados em fraseado.

O desempenho dessas duas funções, consoante Halliday e Matthiessen (2004), é dividido em duas etapas. Na primeira, na parte da interface, a experiência e as relações interpessoais são transformadas em significado, constituindo o estrato semântico. Na segunda, o significado é ainda transformado em texto, constituindo o estrato da léxico-gramática (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004). Ambas as etapas, por seu turno, são realizadas e expressadas sob o ponto de vista de um falante ou escritor ou, em ordem inversa, de um ouvinte ou leitor.

Na léxico-gramática, a oração representa a unidade de processamento central, pois é na oração que diferentes significados são mapeados em uma estrutura gramatical integrada pelos principais sistemas de realização metafuncional da linguagem (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004). A oração, sob o ponto de vista de Halliday e Matthiessen (2004), não é apenas uma figura representando algum processo – como fazer, acontecer, dizer, sentir, ser ou ter – com seus vários participantes e acompanhados de circunstâncias. A oração é também proposição ou proposta. A oração informa, questiona, ordena ou oferta, expressa avaliação e atitude em relação a quem o escritor/falante se dirige ou sobre o que ele fala ou escreve. Por conseguinte, a oração, unidade léxico-gramatical mais básica, cria e dá sentido ao texto do qual é constituinte, não se configurando apenas como um componente, mas também como a própria realização do texto (WEBSTER, 2009).

O texto, de acordo com Halliday e Matthiessen (2004), varia sistematicamente de acordo com os valores e com a natureza do contexto em que é usado. Na teoria funcionalista de base hallidayana, o contexto, estrato de maior abstração dentre os estratos de organização e realização da linguagem, corresponde à associação de um contexto de situação a um contexto de cultura.

Contexto de situação e contexto de cultura, na abordagem da Teoria de Gêneros e Registro, são vistos correspondendo a estratos distintos (MARTIN, 2006). O primeiro, com suas três variáveis, constitui o registro, enquanto o segundo abarca o propósito comunicativo motivador dos textos produzidos, correspondendo ao gênero, assunto abordado na sequência.

Principiando com um breve apanhado das principais teorias de gênero (com apoio nas releituras de Barros (1996) e Machado (1996) e em Bakhtin (1981; 1999), a seção 1.1 prossegue com maior ênfase na concepção australiana, embasada principalmente em Eggins e Martin (1999), Eggins (2004), Martin e Rose (2008), Martin (2009), Rose (2011) e Rose e Martin (2012).

### **1.1 Gênero na perspectiva da Escola de Sydney**

O conhecimento humano constitui-se através de gêneros textuais e, talvez por isso, conforme Motta-Roth (2008), o interesse pelo seu estudo tem se apresentado num significativo crescente desde a década de 90. Definidos pela autora como atividades culturalmente pertinentes e estruturadoras que se realizam por meio da linguagem em contextos recorrentes e povoados por discursos de diversas ordens (MOTTA-ROTH, 2006), os gêneros são vistos como uma ferramenta de estudo da linguagem em conexão com as interações sociais.

As décadas de 80 e 90 são marcos nos trabalhos de pesquisa, teorização e análise de gêneros. Foi a partir de escolas que se destacaram nessa época que eles ganharam espaço e relevância. De acordo com Motta-Roth (2008), quatro são as escolas ou tendências que podem ser consideradas: (1) Escola Britânica; (2) Escola Americana; (3) Escola Suíça; (4) Escola de Sydney.

A Escola Britânica de ESP (Inglês para Fins Específicos), formada por autores como Swales e Bhatia, concebe o gênero como uma ferramenta para a análise e o ensino da linguagem falada e escrita necessária a falantes não nativos

nos ambientes acadêmico e profissional (HYON, 1996). Para os teóricos desse grupo, acrescenta Hyon (1996), os gêneros estruturam-se como tipos de textos orais e escritos definidos por suas propriedades formais e seus fins comunicativos em contextos sociais.

Na visão de Swales (1990), os gêneros são compreendidos por uma classe de eventos comunicativos em que seus membros compartilham uma série de propósitos comunicativos. Reconhecidos no interior da comunidade discursiva da qual participam, são esses propósitos que constituem o fundamento lógico do gênero, modelando a estrutura do discurso, influenciando e restringindo escolhas de conteúdo e estilo. Em outros termos, os propósitos comunicativos são os objetivos que orientam a definição do gênero, como ele será utilizado, e operam “para manter o escopo de um gênero” (SWALES, 1990, p.58).

A Escola Americana da Nova Retórica e Sócorretórica, representada por Bazerman e Miller, de acordo com Hyon (1996), preocupa-se mais com o contexto situacional em que o gênero ocorre do que com sua forma. Focaliza os aspectos contextuais e funcionais do gênero, enfatizando o propósito social, ou ações, que esses gêneros executam dentro de situações/contextos específicos (HYON, 1996).

Para Bazerman (2005), todo texto bem-sucedido, que teve seus objetivos confirmados por meio de atos de fala realizados através de formas linguísticas padronizadas – os gêneros –, cria a seus leitores um fato social, um fato que acreditem ser verdade e que guia suas atitudes. Assim, os fatos sociais dependem dos atos de fala, das formulações verbais, e são eles que dão legitimidade às coisas e determinam que sejam aceitos como fato propriamente.

Os vários gêneros se agrupam em conjuntos de gêneros, entendidos como diferentes tipos de gênero que alguém, numa dada função, costuma produzir. Os conjuntos de gênero, por sua vez, compõem um sistema de gêneros, que integram os sistemas de atividades humanas (BAZERMAN, 2005). Por sistema de gênero, explica o autor, tem-se o agrupamento dos variados conjuntos de gêneros produzidos por pessoas que dividem o mesmo espaço de trabalho e cujos textos apresentam padronizações quanto à produção, à circulação e ao uso. Por fim, o sistema de atividades se constitui daquilo que as pessoas fazem, as diferentes atividades desempenhadas em um dado contexto que são traduzidas em gêneros.

Assim, para Bazerman (2005), gêneros são formas de comunicação padronizadas e reconhecíveis socialmente. Gêneros são o que o coletivo acredita que eles sejam, “são fatos sociais sobre os tipos de atos de fala que as pessoas podem realizar e sobre os modos como elas os realizam (BAZERMAN, 2005, p. 30). Os gêneros, sob essa perspectiva, conforme o autor, emergem nos processos sociais em que pessoas tentam fazer-se compreender de modo a coordenar atividades e compartilhar significados com vistas a seus propósitos práticos.

A terceira Escola, a Suíça, é representada pelo Interacionismo Sócio-discursivo (ISD) e tem os autores Jean-Paul Bronckart, Bernard Schneuwly e Joachin Dolz como alguns de seus principais teóricos (MOTTA-ROTH, 2008). Para o ISD, gêneros de textos são formas variadas de discurso originadas em e por “modalidades particulares de funcionamento da língua” (BRONCKART, 1999, p. 37), as formações sócio-discursivas. Ao mesmo tempo em que são elaboradas a partir dos objetivos, interesses e ideologias de uma formação social, as comunidades sócio-discursivas também modelam os conhecimentos dos membros dessa mesma formação social.

No interior de cada formação sócio-discursiva, segundo Bronckart (1999), os textos são utilizados de acordo com os interesses de seus integrantes. As produções linguísticas resultantes desses interesses, por sua vez, constituem os gêneros de textos, concebidos como produções organizadas que se baseiam em formas escritas e orais usualmente utilizadas ou normatizadas, adquiridas na vivência e reconhecíveis pelos membros de uma determinada formação social (BRONCKART, 1999).

No texto, entidade empírica, concretizam-se as ações, entendidas como “comportamento ou ato material, oral ou escrito, inscrito nas coordenadas do espaço-tempo” (BRONCKART, 1999, p. 47). As ações, como aponta Machado (2005, p. 249), são “condutas que podem ser atribuídas a um agente particular, motivadas e orientadas por objetivos que implicam a representação e a antecipação de seus efeitos na atividade social.” Entretanto, “a ação de linguagem não é um sistema de restrições, mas uma **base de orientação** a partir da qual o agente-produtor deve tomar um conjunto de **decisões**” (BRONCKART, 1999, p. 100).

Por fim, temos a Escola Sistêmico-Funcional de Sydney, adotada como um dos alicerces teóricos deste trabalho. Com Halliday e Hasan (1985, 1989) e Martin (1985, 1989) como alguns de seus expoentes, a Escola Australiana focaliza o funcionamento da léxico-gramática na instanciamento de diferentes gêneros em textos inseridos em contextos sociais (ROSE, 2011). Além da origem sistêmico-funcional, a escolha por essa concepção de gênero está intimamente associada à sua preocupação com o ensino. Considerando que o projeto guarda-chuva ao qual esta pesquisa se vincula tem como cerne a contribuição com o ensino escolar, principalmente de língua portuguesa, acreditamos que a R&GT nos auxilia não só na descrição do português brasileiro a partir do estudo de gêneros, mas também na elucidação de um ensino que valorize conjuntamente gramática e leitura, ou seja, o ensino contextualizado de gramática.

Segundo Mendes (2014), “Escola de Sydney” é o nome utilizado para designar o trabalho em língua e educação realizado pelo Departamento de Linguística da Universidade de Sidney, iniciado na década de oitenta sob a liderança do linguista Jim Martin. Uma década depois, o projeto alcançou visibilidade internacional e passou a envolver também países da Europa, América, África e Ásia, marcando o início da “pedagogia baseada no gênero” ou simplesmente a “pedagogia de gênero”, que se desenvolveu em torno de três projetos principais: (i) *Writing Project and Language and Social Power*; (ii) *Write it Right*; (iii) *Reading to Learn* (ROSE; MARTIN, 2012).

A primeira fase da pedagogia da Escola de Sydney, conforme Gouveia (2014), com base em Rose e Martin (2012), ocorreu na década de 80 e desenvolveu-se em torno do projeto *Writing Project and Language and Social Power*, com o mapeamento de gêneros e a busca pela afirmação do Ciclo de Ensino/Aprendizagem. A segunda fase, transcorrida nos anos 90, foi orientada pelo projeto *Write it Right*, que trouxe consigo o reconhecimento da necessidade de a escrita ser trabalhada em níveis mais avançados de ensino e em diferentes disciplinas. A terceira e última fase, praticada no século XXI, desenvolve-se atualmente com o projeto *Reading to Learn* e consiste na aplicação dos resultados do trabalho desenvolvido nos projetos anteriores.

O programa *Reading to Learn*, segundo Rose e Martin (2012), baseia-se na pedagogia de gênero como princípio de letramento para integrar o ensino da leitura e escrita no currículo de todos os níveis de ensino. Nessa terceira fase, a

pesquisa se fundamenta teoricamente nos pressupostos desenvolvidos nas fases anteriores e incorpora estratégias para o ensino da leitura em uma abordagem integrada que foi projetada e aperfeiçoada através de uma extensa aplicação em sala de aula e programas de formação profissional de professores.

Antes de nos determos na concepção de gênero compartilhada por Martin e demais pesquisadores que idealizaram a Teoria de Gêneros e Registro (R&GT), convém destacar também aquele que deu origem e suporte aos estudos de gênero e cuja teoria perpassa vertentes subseqüentes da área: Mikhail Bakhtin. Na concepção de Bakhtin (1999, p. 282), “falamos apenas através de determinados gêneros do discurso, isto é, todos os nossos enunciados possuem *formas* relativamente estáveis e típicas de *construção do todo*”. São, pois, os gêneros que organizam e modelam o discurso, permitindo que o reconheçamos e expressemos nossas impressões e experiências de mundo, o que é destacado por Machado (1996, p. 158):

[gênero] é dispositivo de organização, troca, divulgação, armazenamento, transmissão e, sobretudo, de criação de mensagens em contextos culturais específicos. Afinal, antes mesmo de se configurar como terreno de produção de mensagens, os gêneros são elos de uma cadeia que não apenas une como também dinamiza as relações entre pessoas ou sistemas de linguagens e não apenas entre interlocutor e receptor.

A linguagem, do ponto de vista bakhtiniano, envolve todos os campos da atividade humana e se materializa em unidades reais de comunicação, os enunciados (BAKHTIN, 1999). Individuais e exclusivos, orais ou escritos, eles refletem condições, características e finalidades específicas referentes a cada um dos campos em que são utilizados. Embora o uso da língua seja feito de forma particular pelos indivíduos, ao se apropriarem da linguagem e colocarem-na em funcionamento no interior desses campos, eles elaboram “*tipos relativamente estáveis* de enunciados”, denominados “*gêneros do discurso*” (BAKHTIN, 1999, p. 262).

Como enunciados relativamente estáveis, os gêneros discursivos apresentam certa flexibilidade e possibilitam alguma liberdade aos indivíduos que deles se utilizam. No entanto, esses mesmos indivíduos não são autônomos em relação a tais enunciados, à medida que os gêneros não são criados por eles, mas sim dados a eles (BAKHTIN, 1999). Assim, afirma Bakhtin (1999, p. 285),



mesmo um enunciado singular, tomado em sua individualidade, “de forma alguma pode ser considerado uma *combinação absolutamente livre* de formas da língua, como o supõe, por exemplo, Saussure,” que contrapõe a língua como sistema (*langue*), coletiva e social, ao enunciado (*parole*) como unicamente individual,

Formas típicas de enunciados, “os gêneros correspondem a situações típicas de comunicação discursiva, a temas típicos e, por conseguinte, a alguns contatos típicos dos *significados* das palavras com a realidade concreta em circunstâncias típicas” (BAKHTIN, 1999, p. 293). Em virtude disso, para Bakhtin, no entendimento de Machado (1996), os gêneros são os responsáveis por modular as manifestações linguísticas nas diferentes esferas da atividade humana, pois todas as enunciações são resultados de escolhas feitas em eventos particulares de comunicação temporal e espacialmente situados. Além disso, são unidades estéticas e culturais que se constituem na memória dos indivíduos, tipificando-se.

Essas tipificações, no entanto, são relativamente flexíveis, conferindo aos gêneros a capacidade de renovarem-se ao longo do tempo, em virtude das novas situações em que são utilizados e das necessidades que se apresentem. As flexibilizações, por sua vez, podem ocorrer em termos de tema, estilo e estrutura composicional, elementos que constituem, segundo Bakhtin (1999, p. 262), indiscriminadamente todos os gêneros do discurso.

O tema corresponde ao objeto do discurso ou conteúdo semântico e à função, ao objetivo discursivo. O estilo refere-se à individualidade do falante, ou seja, às marcas dessa individualidade: às escolhas lexicais, gramaticais e fraseológicas. A estrutura composicional, por sua vez, diz respeito ao modo como os enunciados são estruturados e dispostos. Da união desses três elementos advém o sentido de um gênero (BAKHTIN, 1999).

Tema, estilo e estrutura composicional, sob o olhar bakhtiniano, são sempre ativados pelo sujeito escritor/falante ao produzir discurso e, conseqüentemente, gêneros. Ao fazê-lo, em determinado campo da atividade humana, objetivos e características próprias concernentes a seus contextos de produção e cultura são refletidos no texto, assim como vestígios de diálogo com outros discursos e interlocutores/destinatários (BAKHTIN, 1999).

A influência do contexto no texto, apontada por Bakhtin, é reconhecida e enfatizada na Teoria de Gêneros e Registro, cujo foco está no estudo da

organização da linguagem e sua relação com o uso e o modo como a linguagem e o contexto social em que é produzida se inter-relacionam, de modo que um realiza o outro (VIAN JR.; LIMA LOPES, 2005). Influenciada pelo modelo da linguagem de Halliday como “texto no contexto” e pelo modelo dos contextos sociais de Bernstein – “linguagem como códigos” (MARTIN, 2007), a abordagem australiana usa o termo gênero para se referir a diferentes textos que promulgam vários tipos de contextos sociais (MARTIN; ROSE, 2008).

Do ponto de vista da LSF, comenta Gouveia (2009), o contexto é concebido em dois níveis que, no plano de estratificação do sistema, correspondem a níveis extralinguísticos, cuja realização se dá no estrato do conteúdo, o estrato linguístico. O primeiro nível contextual é definido pelo contexto de situação, o segundo pelo contexto de cultura (GOUVEIA, 2009).

Com base nos estudos de Malinowski (1923), Halliday (1989) concebe o contexto de cultura como correspondente às significações, aos valores e às ideologias de uma formação social, como constituinte dos conhecimentos institucional e ideológico que atribuem valor ao texto e condicionam sua interpretação. O contexto de situação, por seu turno, corresponde ao contexto imediato do texto e constitui-se, de acordo com Halliday (1989), de três variáveis.

- **Campo:** o que está acontecendo, a natureza da ação social que está sendo realizada, no que os participantes estão envolvidos;
- **Relações:** quem participa da ação, qual a natureza dos participantes, seus estatutos e papéis e quais as relações entre eles, incluindo as relações permanentes e/ou temporárias, o papel de fala que estão assumindo no diálogo e todo o conjunto de relações socialmente significativas em que estão envolvidos, como graus de formalidade e distância social;
- **Modo:** o que os participantes esperam que a linguagem faça por eles em determinada situação, a organização simbólica do texto, o seu *status* e sua função no contexto, incluindo o canal e a forma estrutural como o texto é apresentado, ou seja, o modo retórico, o que está sendo alcançado pelo texto em termos de persuasão, exposição, didatização e afins e o papel desempenhado pela linguagem.

Ponderando a noção de campo hallidayana, Martin e Rose (2008) referem-se a essa variável como um conjunto de sequências de atividades que são orientadas para algum propósito institucional global. Cada sequência de atividade

envolve pessoas, coisas, processos, lugares e qualidades, e cada um desses elementos são organizados em taxonomias específicas, as quais, por sua vez, distinguem um campo do outro. Do ponto de vista do campo, conforme as sequências de atividades, serão os padrões discursivos do texto (MARTIN; ROSE, 2008).

Segundo Halliday (2009), a estruturação do contexto em termos de campo, relações e modo contribui para elucidar os mecanismos pelos quais o contexto ativa os significados e as estruturas de fraseado no plano do conteúdo; estes, por sua vez, interpretam as características do contexto. As variáveis do contexto de situação, segundo Hasan (2009), com base em Halliday *et al.* (1964), sempre deixam um "rastro" no texto: o que é relevante no contexto de situação seria reproduzido, refletido pela linguagem do texto. Como consequência, afirma Halliday (1989), texto e contexto são inseparáveis, de modo que o contexto precede o texto, pois é a partir daquele que este é produzido (HALLIDAY, 1989).

Citando Eggins e Martin (1997), Gouveia (2009) elucida que a relação entre um texto e o seu contexto é de tal forma motivada que, a partir do contexto, é possível prever os significados que serão ativados e as características linguísticas potencialmente mais previsíveis para os codificar em texto. Da mesma forma, dado um texto, é possível deduzir o seu contexto de produção, em razão de as características linguísticas selecionadas num texto codificarem dimensões contextuais, tanto do contexto situacional (quem diz o quê a quem, por exemplo), como do contexto cultural (que tarefa o texto desempenha naquela cultura).

Uma vez reconhecida essa motivação, ao se investigar um texto em relação ao seu contexto de situação, observa Webster (2009), deve-se atentar para as três dimensões – campo, relações e modo – e questionar-se quanto a “O que está acontecendo?” “Quem está envolvido?” e “Como acontece?”. Assim, partindo da premissa hallidayana de que a relação texto/contexto é indissociável e dialética, ao longo das análises empreendidas neste trabalho, são levados em consideração os contextos em que os artigos de opinião constituintes do *corpus* estão inseridos e suas manifestações linguísticas.

A associação entre os traços linguísticos que textualizam os significados e as variáveis situacionais de campo, relações e modo configuram o registro (HALLIDAY, 1989). Categoria semântico-discursiva que conforma sentidos característicos de situações particulares (HALLIDAY, 1989), o registro

corresponde aos padrões de instanciação do sistema global associados a um determinado contexto (uma determinada situação). Esses padrões de instanciação aparecem quantitativamente como ajustes nas probabilidades sistêmicas da linguagem, em decorrência, um registro pode ser representado como uma configuração específica de probabilidades sistêmicas (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004).

O conceito de registro é considerado por Eggins e Martin (1999) como uma explanação teórica da observação do senso comum de que usamos a linguagem de forma diferente em situações distintas. A promoção dessas alterações no uso da linguagem, por seu turno, não se restringe às variações de campo, relações e modo, mas está associada também às mudanças no objetivo comunicativo delineado.

Da combinação entre o objetivo comunicativo e o registro, resulta o gênero, entendido sob o enfoque da R&GT como “configurações de significados (nos níveis do registro, da semântica do discurso, da léxico-gramática e da fonologia/grafologia) relacionados com casos recorrentes de uso da língua<sup>14</sup>” (MARTIN, 2006, p. 28). Assim, diferentes gêneros são diferentes maneiras de usar a linguagem para realizar diferentes tarefas culturalmente estabelecidas, e textos de diferentes gêneros são textos que cumprem finalidades culturais diferentes.

Nessa perspectiva, esclarece Gouveia (2014), entende-se por gênero o que está contextualmente para além da situação, para além do registro do texto e denota o seu propósito social. “Se o registro é uma configuração de dados de campo, de relações e de modo – escolhas ideacionais, interpessoais e textuais –, o gênero resulta do propósito sócio-comunicativo do texto e das escolhas estruturais que tal propósito potencia” (GOUVEIA, 2014, s/n).

Por estar para além do registro, em termos de estratificação, o gênero encontra-se no estrato da cultura, como ilustra a Figura 02. Nesse estrato, o gênero “poderia funcionar como um padrão de padrões de campo, relações e modo<sup>15</sup>” (MARTIN; ROSE, 2008, p. 16).

---

<sup>14</sup> No original: “genre is conceived as a configuration of meanings (at the levels of register, discourse semantics, lexicogrammar and phonology/graphology) related to recurrent instances of language uses” (MARTIN, 2006, p. 28).

<sup>15</sup> No original: “where it could function as a pattern of field, tenor and mode patterns” (MARTIN; ROSE, 2008, p. 16).

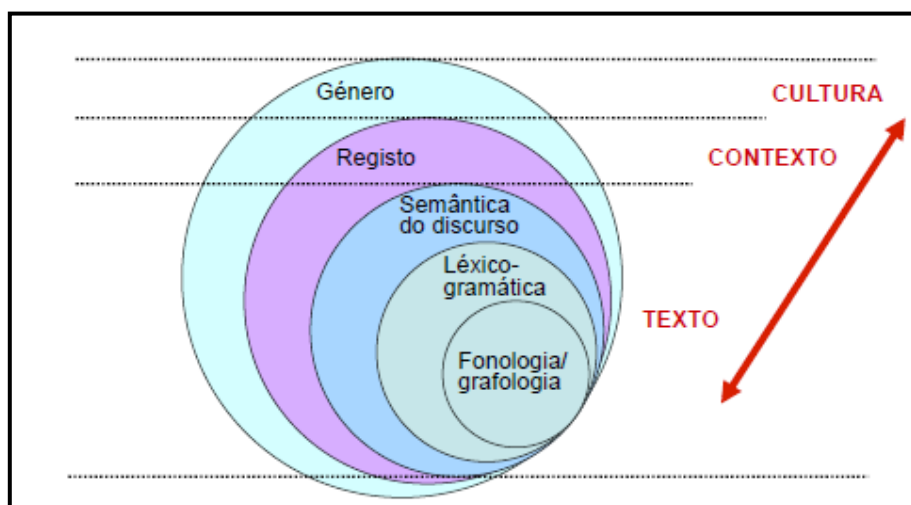


Figura 02 – Localização do gênero no campo da estratificação da linguagem (GOUVEIA, 2014, s/n).

Registro (contexto de situação) e gênero (contexto da cultura), de acordo com Eggins e Martin (1999), correspondem às duas principais camadas do contexto que têm impacto sobre o texto, por conta disso, são também as duas principais dimensões de variação entre os textos. As variações de gênero e registro, complementam os autores, em uma visão sociosemiótica do texto, são dois planos realizacionais inerentemente dialógicos e interativos, visto que o texto é tanto a realização dos tipos de contexto, quanto a promulgação do que é importante para os membros culturais de situações pontuais.

Em uma cultura, conforme Martin e Rose (2008), os gêneros típicos são reconhecidos e distinguidos por seus membros devido a padrões consistentes de significado percebidos pelos indivíduos ao interagirem com os outros em várias situações. Seguindo essa lógica, gênero pode ser definido como uma configuração de repetição de significados, e uma cultura como um sistema de gêneros<sup>16</sup> (MARTIN, 2009).

Toda a troca comunicativa, explica Gouveia (2009), ocorre em determinado contexto situacional e em função de alguma identidade genológica marcada culturalmente. Dessa forma, acrescenta o autor, o gênero inclui a ideia de que os

<sup>16</sup> No original: “genre is a recurrent configuration of meanings and a culture is a system genres” (MARTIN, 2009, p. 19).

interlocutores fazem coisas por meio da linguagem e organizam o texto de modo a atingirem objetivos culturalmente apropriados. Em outras palavras, o gênero diz respeito a “como as coisas são feitas, quando a linguagem é usada para alcançá-las” (GOUVEIA, 2009, p. 28).

Por permitir que os interlocutores “façam coisas” (GOUVEIA, 2009) e alcancem seus objetivos contextualmente, por meio da linguagem, o gênero pode ser definido, por conseguinte, como “um processo social organizado por etapas e orientado para objetivos” (MARTIN, 2009, p.13)<sup>17</sup>. O caráter social, segundo Martin (2009), deve-se ao fato de que a produção do gênero é feita coletivamente, no sentido de que o usamos de forma interativa com os outros em contextos específicos; a orientação para um propósito tem sua razão no fato de que os gêneros são projetados para realizar algo, e a não realização causa um sentimento de frustração; a organização em etapas justifica-se por geralmente precisarmos construir os significados do texto aos poucos para alcançar o objetivo pretendido. A ideia básica, destaca o autor, é a de que não podemos alcançar nossos objetivos sociais de uma só vez, mas temos que nos mover em etapas, montando o significado à medida que avançamos, para que, ao final de um texto ou interação, possamos chegar mais ou menos aonde queríamos.

Conforme Rose (2011), todo texto passa por uma série de momentos para alcançar o seu objetivo. Para cada gênero, esses momentos são mais ou menos previsíveis, e os mais previsíveis são conhecidos como suas **etapas**. As etapas, por sua vez, acrescenta o autor, em qualquer texto, são selecionadas pelo objetivo comunicativo, o qual determina como o texto deve se desenvolver para alcançá-lo.

As etapas de um gênero, explica Martin e Rose (2008), são componentes organizacionais relativamente estáveis, reconhecíveis de alguma forma na instância do gênero, e recursos fundamentais da cultura para a organização do discurso no nível do texto. Na construção da organização textual, cada etapa de um gênero pode incluir uma ou mais fases<sup>18</sup> (ROSE, 2011).

Enquanto as etapas são altamente previsíveis em cada gênero, observa Rose (2011), as fases podem ser muito mais variáveis, embora também

---

<sup>17</sup> No original: “genre as a staged goal-oriented social process” (MARTIN, 2009, p. 13)

<sup>18</sup> Conforme explicita Rose (2011), as etapas do gênero são escritas com iniciais maiúsculas como forma de marcar sua relevância na constituição e definição do gênero e de diferenciá-las das fases, escritas com iniciais minúsculas.

dependam do propósito do texto, bem como do seu campo – o que está em causa. Funcionalmente, as etapas organizam a estrutura global, ao passo que as fases organizam como cada etapa se desenrola dentro do texto. Por essa razão, salienta o autor, é importante ser capaz de identificar as fases para poder ter maior compreensão na leitura e escrever novos textos que usam padrões semelhantes.

Como todos os textos têm mais de uma finalidade, as etapas podem apresentar mais de uma função, mas igualmente sempre terão um propósito principal, da mesma forma que cada parágrafo geralmente tem uma ideia central (ROSE, 2011). Assim, asseguram Eggins e Martin (1999), o principal reflexo linguístico das diferenças de propósito são as etapas estruturais pelas quais um texto se desenrola; conseqüentemente, os textos que realizam trabalhos diferentes na cultura desdobram-se em maneiras distintas.

A relação de etapas que organizam e compõem o texto é denominada Estrutura Esquemática de Gênero (doravante EEG) (MARTIN; ROSE, 2008). A EEG, por sua ordem, é selecionada pelo objetivo sócio-comunicativo do texto, ou seja, pelo gênero (contexto de cultura). Ao ser instanciado mediante escolhas realizadas em termos de campo, relações e modo, o gênero pré-seleciona as variáveis de registro, associando-as a partes específicas da estrutura textual (EEG) (VIAN JR.; LIMA LOPES, 2005).

Visto sob esse aspecto, um mesmo gênero pode ser usado em diferentes contextos situacionais. No entanto, as variações que surgirem a partir desse uso não serão no nível do gênero (no propósito comunicativo), mas no nível do registro, já que alterações nas variáveis contextuais determinam escolhas léxico-gramaticais diferentes. Nesse sentido, a relação texto/contexto é teorizada como probabilística, não determinística<sup>19</sup> (EGGINS; MARTIN, 1999, p. 236). Além disso, conforme reporta Gouveia (2014, s/n), dadas as naturezas de cada um, o registro é entendido como “uma força centrífuga de variação e funcionalidade de uso linguístico, de variedade”, enquanto “o gênero funciona como uma força oposta, de estabilização, uma força centrípeta de regularidade linguística”. Em decorrência disso, afirma o autor, “o registro é o que torna os textos diferentes e o gênero é o que torna os textos semelhantes” (GOUVEIA, 2014, s/n).

---

<sup>19</sup> No original: “his relationship between context and text is theorized as probabilistic, not deterministic” (EGGINS; MARTIN, 1999, p. 236).

A semelhança entre os textos, sob essa ótica funcionalista de gênero, está, portanto, no propósito comunicativo e na estrutura (etapas e fases) por ele selecionado. Conforme essas semelhanças e/ou diferenças, os gêneros mapeados por pesquisadores da Escola de Sydney (Rose, 2011) foram organizados em grupos, denominados famílias de gêneros, sobre as quais discorreremos a seguir.

### 1.1.1 Famílias de gêneros

O mapeamento dos gêneros presentes no contexto escolar australiano empreendido por pesquisadores da Escola de Sydney resultou na catalogação de vinte e um gêneros elementares (ROSE; MARTIN, 2012), categorizados em sete famílias. Internamente, essas famílias são constituídas tendo em vista semelhanças quanto aos objetivos dos gêneros que as compõem (ROSE, 2011).

Dotados de um propósito sócio-comunicativo particular, a cada gênero corresponde uma estrutura esquemática característica, conforme sumarizado no Quadro 01. Cada item que compõe a taxonomia das famílias é, segundo Rose e Martin (2012), um termo técnico referindo-se a uma configuração distinta de significado que constitui o gênero.

Função social	Famílias de gêneros	Gênero	Propósito	Etapas
Envolver	Estórias	Relato	Relatar uma série de eventos	Orientação Registro de eventos
		Narrativa	Resolver uma complicação	Orientação Complicação Resolução
		<i>Exemplum</i>	Ajuizar comportamentos	Orientação Complicação Interpretação
		Episódio	Partilhar emoções	Orientação Eventos notáveis Avaliação
		Notícia jornalística	Relatar eventos e apresentar diferentes ângulos sobre eles.	Lead Ângulos
Informar	Histórias	Relato autobiográfico	Relatar etapas da própria vida	Pano de fundo Registro de etapas



		Relato biográfico	Relatar etapas da vida de outra pessoa	Orientação Registro de etapas	
		Relato histórico	Relatar eventos históricos	Pano de fundo Registro de etapas	
		Reportagem histórica	Explicar eventos históricos	Pano de fundo Registro de etapas	
	Explicações	Sequencial	Explicar uma sequência de acontecimentos	Fenômeno Explicação	
		Fatorial	Explicar múltiplas causas para uma consequência	Fenômeno: resultado Explicação: fatores	
		Consequencia l	Explicar várias consequências de uma causa	Fenômeno: causa Explicação: conseq.	
	Relatórios	Descritivo	Classificar e descrever um tipo de coisa	Classificação Descrição	
		Classificativo	Classificar e descrever diferentes tipos de coisas	Classificação Descrição: tipos	
		Composiciona l	Descrever diferentes partes de um todo	Classificação Descrição: partes	
	Procedimentos	Instrução	Como fazer uma atividade	Objetivo Equipamento/materi ais Passos	
		Protocolo	O que fazer e o que não fazer	Lista	
		Relato de procedimento	Relatar experiências e observações	Objetivo Método Resultados	
	Avaliar	Argumentos	Exposição	Defender um ponto de vista	Tese Argumentos Reiteração
			Discussão	Discutir dois ou mais pontos de vista	Questão Lados Resolução
		Reações a textos	Resposta crítica	Desafiar/contestar um texto	Avaliação Desconstrução Desafio
Resenha			Avaliar um texto verbal, visual ou musical	Contexto Descrição do texto Julgamento	
Interpretação			Interpretar a mensagem de um texto	Avaliação Sinopse do texto Reafirmação	

Quadro 01 – Taxonomia dos gêneros sob a perspectiva da R&GT, adaptado de Gouveia (2014), com base em Martin e Rose (2012).

No *corpus* inicialmente coletado<sup>20</sup> para o desenvolvimento deste trabalho, por se tratar de textos naturalizados pela área do jornalismo como artigos de opinião, cujo propósito é avaliar, julgávamos pertencer todos os exemplares

<sup>20</sup>As informações detalhadas sobre o *corpus* inicialmente coletado e o *corpus* que efetivamente analisamos nesta pesquisa bem como os critérios de seleção adotados são apresentados no Capítulo 02, na seção 2.3.

selecionados à família de gêneros dos Argumentos. Ou seja, com o perdão da tautologia, esperávamos, a princípio, que fossem todos argumentativos e buscassem, via argumentos, convencer ou persuadir. Entretanto, a análise prévia dos textos revelou-nos um dado inesperado.

Seguindo o pressuposto da R&GT, do total de trinta e quatro textos coletados no site do Observatório da Imprensa sobre o NCFB, quinze deles correspondiam a gêneros da família de Reações a textos, sendo treze ao gênero resenha e duas ao gênero interpretação. Além disso, cinco exemplares constituíam relatos, da família das histórias. Os textos reativos, de acordo com Rose (2011), reagem a um texto avaliando-o. Para fazê-lo, no caso da resenha, o texto se constrói esquematicamente pelas etapas de Contexto, Descrição do texto e Julgamento, como exemplifica o Quadro 02, em que apresentamos a Estrutura Esquemática básica de um dos textos do *corpus* constituído em um primeiro momento. No texto “Engraxando a motosserra”, o articulista Luciano Martins Costa reage a dois textos do Deputado Aldo Rebelo, redator do NCFB.

Etapas de gênero	<b>Texto <i>Engraxando a motosserra</i><sup>21</sup></b>
Contexto 1	O deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP) anuncia alterações no seu relatório sobre o projeto de mudanças no Código Florestal.
Descrição do texto 1 (anúncio de Rebelo)	Ele afirma que a versão final, que deverá ter a votação iniciada na Câmara na próxima semana, vai restaurar a obrigatoriedade para os pequenos agricultores, donos de até quatro módulos fiscais, de preservar a vegetação nativa de suas propriedades. Ele não pretende, porém, obrigar esses proprietários a recompor a mata destruída. Como o projeto também assegura uma ampla anistia a quem desobedece a lei, dizem os ambientalistas, a medida equivale a uma licença para desmatar. Observe-se ainda, como lembra a Folha de S.Paulo, que na Amazônia um módulo fiscal pode ter mais de 100 hectares.
Contexto 2	Ao mesmo tempo em que anuncia concessões, o deputado relator publica artigo no jornal O Estado de S.Paulo no qual volta à tese de que as restrições ambientais são uma invenção do capitalismo internacional para impedir o desenvolvimento dos países pobres.

<sup>21</sup>Texto escrito por Luciano Martins Costa e publicado em 30/06/2010, na edição 596, na seção *Imprensa em questão: Código Florestal*.

Descrição do texto 2 (artigo de Rebelo)	<p>Numa enxurrada de silogismos, o parlamentar afirma que, se persistir a legislação de proteção florestal, o brasileiro terá que esperar, no futuro, que a comida caia do céu.</p> <p>Baseado em um texto distribuído por entidade representativa do agronegócio dos Estados Unidos e já devidamente desmontado por especialistas, o artigo argumenta que o movimento em defesa do patrimônio ambiental tem inspiração e financiamento do exterior.</p>
Julgamento	<p><b>Honestidade distante</b></p> <p>O deputado passa longe do fato de que, com a mesma legislação que ele tenta derrubar, o Brasil vem avançando como um dos maiores produtores mundiais de alimentos, produzindo recordes sobre recordes em sua safras.</p> <p>Ao anunciar um suposto recuo em suas intenções, ele claramente busca aproveitar a distração geral com a Copa do Mundo para fazer passar a proposta de transferir aos estados a atribuição de legislar sobre o patrimônio ambiental nacional – o verdadeiro cavalo de Tróia do seu relatório.</p> <p>Os jornais cumprem seu papel ao abrigar artigos do deputado Aldo Rebelo e seus aliados da bancada ruralista, porque é do bom jornalismo apresentar todos os lados das questões controversas. Mas observa-se certa simpatia pelo relatório, principalmente nas páginas do Estado de S.Paulo.</p> <p>O assunto está longe de ter sido esclarecido. Honestidade intelectual anda em falta nesse debate.</p>

Quadro 02 – Exemplificação da Estrutura Esquemática do gênero resenha.

Na etapa concernente ao Contexto, há a apresentação do assunto, do objeto sobre o qual o texto discorrerá trazendo informações. No caso desse artigo de opinião, a etapa referente ao Contexto ocorre duas vezes, já que o articulista reage a dois textos de autoria do Deputado Aldo Rebelo. Em um primeiro momento, a reação é ao anúncio das alterações no relatório sobre o projeto de mudanças no Código Florestal, o que é lexicalizado no texto pela oração verbal em que o processo “anuncia”, empregado na terceira pessoa, sinaliza a Verbiagem. Em um segundo momento, a reação é ao artigo, também de autoria de Rebelo, publicado no jornal O Estado de S.Paulo, como evidencia a oração hipotática dominante em que o Deputado é Ator do processo “publicar”, que tem como Meta “um artigo”.

Tendo em vista a duplicidade de textos ao qual o articulista reage, a etapa referente à Descrição do texto também se repete. Na primeira ocorrência, são apresentados mais detalhes sobre o anúncio. Por meio de projeções “ele afirma que [...]” e “ele não pretende, porém, obrigar [...]”, a alteração é especificada: diz respeito à restauração da obrigatoriedade para os pequenos agricultores de preservar a vegetação nativa de suas propriedades. Na segunda ocorrência da etapa de Descrição, também por meio de projeções – “o parlamentar afirma que

[...]” e “o artigo argumenta que [...]” – o conteúdo do texto de Rebelo é apresentado.

Na terceira e última etapa, correspondente ao Julgamento, o articulista demonstra sua opinião sobre as propostas do Deputado Aldo Rebelo e também sobre a sua repercussão pela imprensa, o que é lexicalizado por construções avaliativas como “passa longe”, “claramente” e “cumprem seu papel”.

Além da resenha, a reação a textos pode ser realizada por meio de outro gênero avaliativo pertencente à mesma família: o gênero interpretação. Ao se manifestar por meio de textos que instanciam a interpretação, o articulista primeiro apresenta sua Avaliação sobre o conteúdo ao qual reage, para, na sequência, sintetizá-lo. Para concluir o texto, a etapa Reafirmação promove a retomada da interpretação inicialmente explicitada. No Quadro 03, o texto “A floresta invisível na mídia” exemplifica a estrutura típica desse gênero.

<b>Etapas de gênero</b>	<b>Texto <i>A floresta invisível na mídia</i><sup>22</sup></b>
Avaliação	O projeto de mudanças no Código Florestal volta eventualmente ao noticiário, como na terça-feira (5/4), mas o tema segue sendo tratado de maneira fragmentada, o que dificulta a tarefa de leitores que querem se manter atualizados sobre o assunto.

<sup>22</sup>Texto escrito por Luciano Martins Costa e publicado em 05/04/2011, na edição 636, na seção *Jornal de Debates: Código Florestal*.

Sinopse do texto	<p>Um apanhado do que tem saído na imprensa revela que o relator do projeto, deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP), está trabalhando em algumas mudanças, na tentativa de tornar mais palatável a flexibilização da legislação sobre defesa ambiental.</p> <p>Por outro lado, têm havido negociações entre o Executivo e representantes da bancada governista no sentido de encontrar um ponto de convergência entre a proposta que tramita no Congresso e as exigências do movimento ambientalista.</p> <p>A rigor, não parece haver novidade mais significativa do que o alijamento do desastrado parlamentar do PCdoB, que não tem sido convidado a participar dos debates. Aparentemente, o que ele tinha a dizer está escrito no seu relatório, e trata-se de proposta inaceitável por parte das pessoas de bom senso.</p> <p>Tentativa de desmanche</p> <p>O deputado Rebelo ainda se manifesta eventualmente sobre o assunto, mas suas intervenções são publicadas à parte do noticiário sobre negociações entre o governo e o Congresso. Da mesma forma, a ministra do Meio Ambiente Izabella Teixeira tem sido poupada da controvérsia e ainda não explicou claramente o que pensa sobre a questão. A falta de informações consolidadas provoca, por outro lado, dificuldades para a mobilização da sociedade.</p> <p>Apesar de ainda haver manifestações esparsas de cidadãos que consideram desnecessário proteger o patrimônio ambiental do avanço da pecuária, como se a devastação da Amazônia e do Cerrado fossem condições inevitáveis para a produção de alimentos, parece claro que a consciência ambiental vem crescendo no Brasil, principalmente entre os mais jovens.</p> <p>Muitos estão certamente preocupados com o fato de que houve um avanço maior da soja sobre a Amazônia. No entanto, não se vê na imprensa um esforço para manter o tema entre aqueles de maior destaque, como se a floresta fosse invisível. O debate sobre a tentativa de desmanche do Código Florestal deveria estar entre eles.</p>
Reafirmação	<p><b>Maltratando a pauta</b></p> <p>Entre os jornalistas e outros comunicadores mais interessados na questão ambiental está claro que a imprensa brasileira segue maltratando a pauta, com informes esparsos e fora de contextualização. Essa percepção ficou clara no seminário realizado em São Paulo na semana passada, por iniciativa do Instituto Ethos.</p> <p>O noticiário sobre o Código Florestal segue no mesmo estilo: se alguém se manifesta, pinga uma notícia. Caso contrário, o assunto desaparece como se nada estivesse acontecendo. Enquanto isso, as negociações se desenrolam por baixo dos panos e, mais dia menos dia, aparece no plenário do Congresso uma proposta que pode ser desastrosa para o futuro do país.</p> <p>Neste momento, por exemplo, discute-se a criação de mecanismos de compensação, que permitiriam a desmatadores compensar em outras áreas o patrimônio destruído em áreas de preservação legal. Se a moda pega, muito fazendeiro que incendeia a floresta amazônica para criar gado vai se livrar plantando eucaliptos na Marginal do Tietê.</p>

Quadro 03 – Exemplificação da Estrutura Esquemática do gênero interpretação.

Nesse texto, a reação é ao noticiário sobre “O projeto de mudanças no Código Florestal”. A esse noticiário, o articulista manifesta sua impressão na etapa Avaliação: “o tema segue sendo tratado de maneira fragmentada”. Ressaltamos que, nesse caso, a reação não é a um texto específico, mas a vários textos veiculados que se conjugam no “noticiário” e motivam a Avaliação.

A alusão a esses textos é feita no início da segunda etapa – “Um apanhado do que tem saído na imprensa” – e dá início justamente à Sinopse do que aparece em alguns deles: no que “o relator do projeto, deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP), está trabalhando” e as “negociações entre o Executivo e representantes da bancada governista”. Além disso, traz o que não está ausente no noticiário: manifestações de Aldo Rebelo (“não tem sido convidado a participar dos debates”, “ainda se manifesta eventualmente sobre o assunto”) e da Ministra do Meio Ambiente Izabella Teixeira (“tem sido poupada”, “ainda não explicou”). Na sequência, menciona, ainda, “manifestações esparsas de cidadãos”, algo também verificado no noticiário.

No encerramento do texto, o articulista promove a Reafirmação da Avaliação inicial de que o noticiário trata do “projeto de mudanças no Código Florestal” de forma “fragmentada”: “a imprensa brasileira segue maltratando a pauta, com informes esparsos e fora de contextualização”, “se alguém se manifesta, pinga uma notícia. Caso contrário, o assunto desaparece como se nada estivesse acontecendo”.

Levando em consideração o contexto de produção e veiculação dos textos – escritos para serem publicados no Observatório da Imprensa –, a hipótese que levantamos para a significativa ocorrência de artigos de opinião pertencentes à família de reação a textos centra-se justamente no propósito social do órgão/veículo de publicação. Como entidade de fiscalização da mídia, a função do OI e dos textos nele veiculados é exatamente observar todo o conteúdo divulgado na mídia brasileira e, a partir dessa observação, reagir a ele e à forma como foi tratado (ou não) pelos diversos canais de jornalismo que a constituem.

Em resumo, a função do OI reside, de fato, na reação a outros textos para, a partir disso, fiscalizar, avaliar e orientar a imprensa brasileira. Considerada essa particularidade, o texto ao qual o articulista reage nem sempre é um único texto, mas, por vezes, assim como verificado no texto “A floresta invisível na mídia”, é um apanhado de textos que, de sua observação, resulta uma reação. Em virtude disso, a etapa referente à Descrição pode apresentar informações de diferentes textos, as quais se encaminham para sintetizá-los e, com isso, apresentar ao leitor as informações que levaram o articulista a reagir e produzir seu texto.

Outro gênero presente no *corpus* inicial desta tese é o relato. Integrante da família das histórias, os relatos registram uma série de eventos que se desenrolam

ao longo do tempo (ROSE, 2011). Segundo Rose e Martin (2012), o relato começa com uma Orientação e desenvolve-se com a apresentação de diferentes Eventos, como pode ser verificado no Quadro 04.

Etapas de gênero		Texto <i>O avanço dos tratores</i> <sup>23</sup>
Orientação		A imagem do deputado Moreira Mendes (PPS-RO), no plenário da Câmara, dando uma "banana" para os manifestantes que defendiam a manutenção do Código Florestal – publicada na edição de quarta-feira (7/7) da Folha de S.Paulo –, representa melhor do que qualquer texto a maneira como certos temas de interesse nacional vêm sendo conduzidos no Congresso.
Registro de eventos	evento 1	O relatório do deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP), com algumas alterações em relação ao texto original, foi aprovado por 13 votos a 5, e deve ser levado a votação no plenário depois das eleições. A comissão especial que analisou o relatório foi especialmente preparada para atender aos interesses de parte dos produtores rurais e da indústria de insumos agrícolas, que lutam para flexibilizar a legislação e livrar de punições os desmatadores.
	evento 2	Dois dias antes da votação do parecer de Aldo Rebelo, o deputado ambientalista Ricardo Trípoli (PSDB-SP), foi discretamente removido da comissão, para dar lugar a um representante da bancada ruralista. A truculência dos seguranças da Câmara impediu a manifestação dos representantes do movimento de defesa do patrimônio ambiental. E a sociedade ainda não foi devidamente esclarecida sobre o alcance das mudanças propostas no Código Florestal.
	evento 3	<b>Pauta quente</b> Os jornais vêm tratando o assunto de maneira fragmentada, dando mais espaço a declarações do que a informações que fundamentem uma tomada de posição pelo leitor. Quando bem informado, o cidadão se engaja conscientemente em movimentos que podem corrigir tendências dos poderes constituídos, como ocorreu recentemente no caso da lei da Ficha Limpa, quando um abaixo-assinado resultou na aprovação da lei que restringe a candidatura de políticos com problemas na Justiça.
	evento 4	Alguns dos jornais de quarta-feira (7/7) trazem uma lista das mudanças aceitas por Aldo Rebelo em seu parecer, mas nenhum deles explica o significado das regras propostas. A imprensa também está devendo uma ampla reportagem para confirmar ou desmentir as alegações de Rebelo e da bancada ruralista. A revelação de que as mudanças no Código Florestal vão causar um prejuízo de R\$ 8 bilhões aos cofres públicos, publicada pelo Globo, é uma das questões que precisam ser esclarecidas.

Quadro 04 – Exemplificação da Estrutura Esquemática do gênero relato.

Na etapa referente à Orientação, o tópico sobre o qual o texto discorrerá é apresentado: “a maneira como certos temas de interesse nacional vêm sendo

<sup>23</sup>. Texto escrito por Luciano Martins Costa e publicado em 07/07/2010, na edição 597, na seção *Imprensa em questão*: Código Florestal.

conduzidos no Congresso”. Na sequência, em um primeiro momento, são registrados vários eventos que trazem os temas a que o articulista se refere e o comportamento do Congresso em relação a eles: “O relatório do deputado” “foi aprovado” e “deve ser levado a votação” “depois das eleições”. “A comissão especial” “foi preparada”, “Dois dias antes” “o deputado ambientalista” “foi discretamente removido da comissão”, “A truculência dos seguranças da Câmara impediu a manifestação” e “a sociedade ainda não foi devidamente esclarecida”. Em um segundo momento, o relato passa a ser de eventos empreendidos pela mídia acerca da votação do “relatório do deputado”: “Os jornais vêm tratando”, “Alguns dos jornais desta quarta-feira trazem”, “A revelação” “publicada pelo Globo”.

Além de ocorrer em cinco textos identificados como exemplares do gênero, conforme já referido, o relato se faz presente em textos que integram o *corpus* efetivo de análise desta tese. Nesses textos, porém, ele não aparece como o gênero predominante (como em “O avanço dos tratores”), mas como um gênero suplementar. Essa ocorrência simultânea de gêneros em um mesmo texto, na perspectiva da R&GT, é acolhida pela noção de macrogênero – natureza dos textos compostos por mais de um gênero (MARTIN; ROSE, 2008).

Conforme reporta Woodward-Kron (2005), a R&GT usa o termo macrogênero para se referir a textos que combinam ou têm encaixados gêneros elementares, tais como relatórios, explicações, relatos, e assim por diante. Em sua releitura teórico-analítica dessa categoria, porém, Woodward-Kron (2005) adota o termo macrogênero de uma maneira diferenciada, para designar o que o autor refere como gênero dominante no texto. Por conseguinte, assim definido, o macrogênero é identificado em termos do principal objetivo social do texto e suas etapas esquemáticas.

Se o macrogênero é o que prevalece, tendo em vista o propósito comunicativo do texto, os gêneros que estão encaixados na macroestrutura são denominados por Woodward-Kron (2005) como microgêneros. Na estruturação de um texto, de acordo com a prática social que ele visa realizar, é possível que o autor incorpore gêneros elementares como complementares à EEG, de modo que esses microgêneros possam funcionar como parte de uma etapa ou fase, como a própria etapa ou fase, ou, ainda, como um componente distinto dentro da estrutura do macrogênero (WOODWARD-KRON, 2005). Estabelecendo uma



analogia entre microgêneros e orações encaixadas (ver página 106), podemos dizer que, assim como uma oração, ao tornar-se encaixada, é rebaixada ao nível de grupo, deixando de ter valor oracional, ao ser empregado como encaixado a uma Estrutura Esquemática dominante, o microgênero é rebaixado a um nível que se aproxima de uma etapa ou fase. Dessa forma, o microgênero não deixa de ser um gênero, mas, dado o uso, passa a ser rebaixado para funcionar como auxiliar na estrutura do macrogênero.

Diante dessa categorização concebida por Woodward-Kron (2005) para macro e microgêneros, consideramos pertinente sua adoção nesta tese. Como o autor, compartilhamos da ideia de que todo texto tem um objetivo principal, o que seleciona compulsoriamente um gênero predominante, mas, para alcançar esse objetivo, um dos recursos a ser utilizado pode ser a incorporação de gêneros elementares como microgêneros.

Orientado por uma visão sociorretórica de gêneros, Marcuschi (2008, p. 166) trata da heterogeneidade tipológica, fenômeno que corresponde “ao fato de um gênero realizar sequências de vários tipos textuais”. Embora seja uma concepção teórica distinta daquela que adotamos neste trabalho, concordamos com o autor que dificilmente um texto se constrói com unicidade tipológica – com a presença de apenas um tipo de texto, na vertente sociorretórica seguida por Marcuschi (2008) –, ou com unicidade genérica, em uma analogia que estabelecemos com a perspectiva funcionalista de gênero por nós adotada. Dito isso, reiteramos nossa opção pela categorização de macro e microgênero proposta por Woodward-Kron (2005).

Nos textos do *corpus* final de análise desta pesquisa, foram identificados como microgêneros, além do relato e da interpretação, já explicados, os gêneros elementares relato histórico, relatório composicional, relatório descritivo. Em vista dessa verificação, discorreremos agora sobre esses gêneros, não nos detendo na revisão teórica dos demais.

Servindo à função de informar, conforme Rose (2011), há um conjunto de gêneros de estruturas históricas factuais, dentre os quais está o **relato histórico**. Voltados não à explicação da história, explicam Martin e Rose (2008), os relatos históricos objetivam registrar eventos em um período histórico. Para fazê-lo, acrescentam os autores, os textos que instanciam esse gênero organizam-se, a partir da apresentação de um Pano de fundo, em Registros de

etapas<sup>24</sup>, em que cada fase relata uma um evento na/da história. Na construção dos Registros de etapas, expressões nominais, preposicionais e verbais de causa, além de conexões temporais e participantes concretos no interior da oração são recursos linguísticos típicos de relatos históricos. No Quadro 05, o exemplo apresentado traz alguns desses recursos.

Etapas de gênero	Texto (excerto do texto AO5 “Campo fértil para o jornalismo verde” <sup>25</sup> )
Registro de etapas	<p>Foi a Eco92 que deflagrou importante processo monitorado pelas Nações Unidas, qual seja a realização de diversas conferências internacionais abordando temas como condição da mulher, habitação, luta contra o racismo, dentre outras, e que teve como objetivo a discussão dos problemas globais que afetam a humanidade. E os resultados não tardaram a aparecer na forma de tratados, pactos e acordos internacionais, como as convenções sobre Mudanças Climáticas, Biodiversidade, Desertificação, a Agenda 21, Carta da Terra, Declaração sobre Florestas, Declaração de Durban.</p> <p>Assim como a Eco92, as demais cúpulas mundiais e seus pactos acordados passaram meio que ao largo daquilo que chamamos de valor-notícia. Ficaram afetos aos ambientalistas, fossem ou não jornalistas, mas não encontraram espaço suficiente para alcançar a atenção da sociedade – isso, não obstante a natureza dos assuntos tratados para o bem-estar e desenvolvimento da espécie humana.</p>

Quadro 05 – Exemplificação da Estrutura Esquemática do gênero relato histórico.

Embora as etapas de gênero sejam bastante previsíveis, nem sempre todas precisam se fazer presentes, algumas podem ser omitidas. No exemplo apresentado no Quadro 05, que corresponde a um microgênero encaixado no AO5, o relato histórico constitui-se apenas do Registro das etapas. Logo no início do texto, o processo “deflagrou” é a primeira marca linguística apontando uma causa, cuja consequência é sinalizada logo em seguida: “E os resultados não tardaram a aparecer”. Na sequência do texto, o que é relatado é o tratamento que

<sup>24</sup> Esclarecemos que o termo “etapas” aqui se refere a períodos ou fatos históricos, e não à categoria geral “etapas de gênero”. Embora possa causar alguma confusão, essa é a tradução proposta por Gouveia (2014) para a terminologia empregada por Rose e Martin (2012, p. 130) – “Record of stages” – para nomear a segunda etapa do gênero relato histórico.

<sup>25</sup> Informações sobre autor e publicação dos textos aos quais pertencem os excertos podem ser encontradas no Quadro 15, na pág.122, já os textos completos em que os microgêneros ocorrem encontram-se no Apêndice E.

os eventos apresentados tiveram em termos jornalísticos, ao longo de um certo período, como sugerem as formas verbais “passaram”, “ficaram” e “não encontraram”, no passado.

Assim como o relato histórico, **os relatórios** têm como função social informar. De acordo com Martin e Rose (2008), **relatórios e explicações** figuram como dois conjuntos complementares de recursos que a língua oferece para interpretar as relações entre fenômenos, com foco em entidades – em sua descrição, classificação e composição –, ou em atividades – em sequências de causa e efeito.

Quando o texto organiza-se de modo que um fenômeno é classificado e, em seguida, descrito segundo suas características, o gênero instanciado corresponde a um **relatório descritivo** (MARTIN; ROSE, 2008). Seus propósitos, segundo Rose (2011), são classificar e descrever um fenômeno, por isso, explica o autor, suas etapas são geralmente Classificação e Descrição, como mostra o Quadro 06.

Etapas de gênero	Texto (excerto do texto AO3 “Perplexidade diante de tantas escolhas”)
Classificação	Por muitos anos tivemos em cena o jornalismo rural –
Descrição	aquele que se aprendia na faculdade, que noticiava/ensinava ao agricultor uma nova técnica agrícola ou a fazer torta de abóbora na safra. Mas, no geral, esse tipo de jornalismo não se posicionou muito em relação a temas agrários polêmicos, tais como reforma agrária, por exemplo, principalmente em tempos bicudos de ditadura militar.

Quadro 06 – Exemplificação da Estrutura Esquemática do gênero relatório descritivo.

No exemplo, correspondente ao microgênero no texto AO3, a Descrição traz informações que caracterizam (“que se aprendia”, “não se posicionou”, ou seja, foi imparcial) e explicam (“que noticiava/ensinava”) o fenômeno classificado na primeira etapa – “o jornalismo rural”.

Deixando de lado o propósito de descrever características de uma classe de fenômeno, **os relatórios composicionais**, segundo Martin e Rose (2008), estão preocupados com outra dimensão da organização – as partes de uma totalidade. Em outras palavras, os textos que instanciam esse gênero descrevem os componentes de uma entidade, de modo que cada fase na etapa Descrição seja geralmente uma parte do todo, como exemplifica o Quadro 07.

Etapas de gênero		Texto (excerto do texto AO1 “O ministro turrão”)
Classificação		Pois o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, sugeriu esta semana, mais uma vez, seis alterações no Código Florestal atual para valer quando entrar em vigor o novo Código no final do corrente ano.
Descrição: partes	parte 1	As mudanças propostas por Stephanes incluem a retirada da proibição do plantio de áreas consolidadas em morros, topos e encostas;
	parte 2	a soma das reservas legais com APPs (Áreas de Preservação Permanente);
	parte 3	a liberação da reserva legal, com o tamanho da propriedade sugerido pelo ministro em até 150 hectares. Com isso calcula-se atingir 95%, ou até mais, do total das propriedades.
	parte 4	Além disso, Stephanes propõe a compensação em outras áreas, em obediência à legislação anterior
	parte 5	e, por fim, que as penalizações e multas feitas fora do período devam ser automaticamente eliminadas.

Quadro 07 – Exemplificação da Estrutura Esquemática do gênero relatório composicional.

No exemplo citado, que constitui um microgênero encaixado na estrutura do texto “O ministro turrão”, o todo decomposto corresponde às “seis alterações no Código Florestal atual”. As partes que constituem esse todo – cada uma das alterações –, são descritas na sequência, distribuídas em cinco fases<sup>26</sup>, indicadas principalmente por nominalizações: “a retirada”, “a soma”, “a liberação” e “a compensação”.

Seja entre as etapas e fases de um gênero, seja entre gêneros, no caso de um macrogênero, a ligação entre eles se dá em série (MARTIN, ROSE, 2008). Para identificar como cada parte ou como gêneros encaixados contribuem para a organização geral do texto (WOODWARD-KRON, 2005), a R&GT faz uso de categorias lógico-semânticas da Gramática Sistemico-Funcional hallidayana para o estudo do complexo oracional. Dessa forma, observando as relações do sistema lógico-semântico de expansão – elaboração, extensão e intensificação (HALLIDAY; 1994; HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004; 2014) –, é possível fornecer uma descrição funcional da relação entre macro e microgêneros e das relações entre etapas e fases de um gênero.

Para exemplificarmos como essas relações lógico-semânticas se dão nos textos e contribuem para a organização do gênero, retomamos, no Quadro 08, o relatório composicional anteriormente apresentado.

<sup>26</sup> Embora o articulista mencione “seis alterações”, apenas cinco são, de fato, elencadas no texto.

Etapas de gênero		Texto (excerto do texto AO1 “O ministro turrão”)
Classificação		Pois o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, sugeriu esta semana, mais uma vez, seis alterações no Código Florestal atual para valer quando entrar em vigor o novo Código no final do corrente ano.
Descrição: partes	parte 1	As mudanças propostas por Stephanes incluem a retirada da proibição do plantio de áreas consolidadas em morros, topos e encostas;
	parte 2	a soma das reservas legais com APPs (Áreas de Preservação Permanente);
	parte 3	a liberação da reserva legal, com o tamanho da propriedade sugerido pelo ministro em até 150 hectares. Com isso calcula-se atingir 95%, ou até mais, do total das propriedades.
	parte 4	Além disso, Stephanes propõe a compensação em outras áreas, em obediência à legislação anterior
	parte 5	e, por fim, que as penalizações e multas feitas fora do período devam ser automaticamente eliminadas.

Quadro 08 – Microgênero relatório composicional.

Nesse exemplo, se atentarmos para o campo semântico, tal como apontam Halliday e Matthiessen (2014), constatamos que, entre as etapas Classificação e Descrição, a relação lógico-semântica que se estabelece é de expansão por elaboração. Ao especificar as “mudanças propostas por Stephanes”, a combinação de um simplexo e um complexo oracional que constitui a segunda etapa elabora o conteúdo da etapa anterior.

No interior da segunda etapa, a relação lógico-semântica também é de expansão, mas por extensão. As sequências de orações paratáticas e de nominalizações que as integram, que constituem a Descrição, estabelecem entre as fases uma relação de adição, explicitada linguisticamente pelo conector “e”.

Apresentados diferentes gêneros verificados tanto no *corpus* inicial quanto no que de fato analisamos nesta pesquisa, integrantes de diferentes famílias, na próxima seção, dedicamo-nos à explicação da família de gêneros sobre a qual voltamos nossa atenção neste trabalho, a do argumentar.

### 1.1.2 Gêneros do argumentar

Sob a perspectiva da Teoria de Gênero e Registro (R&GT), basicamente podemos fazer distinções entre dois tipos de texto: entre os que são organizados cronologicamente de acordo com a sequência de eventos que eles descrevem, e

entre aqueles que são retoricamente organizados em termos de um argumento que se desdobra (MARTIN, 2009). Os textos desenvolvidos em torno do desdobramento de um argumento, explica Martin (2009), podem ser unilaterais, com o escritor/falante apresentando seu posicionamento, caracterizando uma exposição, ou multilaterais, com o escritor/falante debatendo dois ou mais pontos de vista sobre um mesmo assunto, caracterizando uma discussão.

Discussão e exposição, vistas sob o aspecto da R&GT, correspondem aos gêneros mapeados por pesquisadores da Escola de Sydney como pertencentes à família do argumentar, cujo propósito centra-se em avaliar questões e pontos de vista (ROSE, 2011). No **gênero discussão**, os textos que o instanciam, de acordo com Rose (2011), debatem dois ou mais pontos de vista sobre um determinado tema. Para fazê-lo, tais textos organizam-se em três etapas: começam por afirmar um problema, ou seja, por expor uma **Questão**, apresentando, em seguida, os diferentes **Lados** do debate e concluindo com uma **Resolução** para a discussão, i. e., com o julgamento de qual lado é mais válido. Como a instanciamento desse gênero pode incluir diferentes Lados, as fases que constituem essa etapa podem ser rotuladas como “lado 1”, “lado 2”, e assim por diante (ROSE, 2011).

Dentre os textos por nós coletados, nenhum instancia esse gênero, mas sim o gênero exposição, abordado mais adiante, também da ordem do argumentar. Nossa hipótese para essa constatação é que, por tratarem de um tema bastante polêmico e envolverem interesses dicotômicos, os textos definidos para o *corpus* apresentam filiações ideológicas bem marcadas: ou o articulista se identifica com os ambientalistas e adota uma posição contrária ao NCFB, ou o articulista se alinha aos ruralistas e endossa a proposta da nova legislação ambiental brasileira. Em outras palavras, ou se é contra, ou se é a favor do NCFB, não há prós e contras ou um meio termo. Quanto às avaliações direcionadas à mídia, devido à natureza social do OI, de fiscalização da imprensa, o mais relevante seria apontar o que precisa ser melhorado, a fim de qualificar a cobertura midiática e as informações que são ofertadas ao público leitor, ouvinte e/ou telespectador.

Dada essa ausência de textos argumentativos do tipo discussão no *corpus* selecionado, tomamos emprestado o texto utilizado por Rose (2011) para ilustrar o gênero, suas etapas e fases, apresentado no Quadro 09.

Etapas e fases de gênero		Promoção do álcool e do cigarro por heróis do esporte
Questão		Sempre que ligamos a TV ou o rádio, deslumbramo-nos com ídolos do esporte que comemoram sua vitória bebendo álcool ou fumando cigarro. Num primeiro momento, podemos pensar que é divertido e inofensivo, mas se examinarmos a questão mais de perto, perguntas surgem em nossas mentes sobre o efeito que esses anúncios têm sobre as pessoas.
Lados	lado 1	Existem várias razões pelas quais heróis esportivos deveriam promover produtos como cigarro e álcool. Em primeiro lugar, haveria mais renda para as empresas de cigarro, cerveja e publicidade para gastar em infra-estruturas desportivas, entidades e equipes. Isso levaria a um maior patrocínio e promoção do esporte. Em segundo lugar, as próprias pessoas têm que tomar a decisão se querem fumar ou beber. A publicidade não pode forçá-las.
	lado 2	Por outro lado, há muitas razões pelas quais os heróis do esporte não devem promover o cigarro e o álcool. Uma razão importante é que ele pode ser uma causa do consumo de álcool e do tabagismo, uma vez que incentiva os fãs do esporte a gostarem e repetirem esses comportamentos. Em segundo lugar, parece que os esportistas que promovem esses produtos não estão mostrando respeito aos seus próprios corpos. Finalmente, fumar e beber são hábitos perigosos para a saúde, e os jovens devem ser desencorajados a adotá-los.
Resolução		Mesmo que pareça haver argumentos razoáveis para que heróis do esporte promovam esses produtos, sua publicidade pode ser ruim para a saúde e o bem-estar dos jovens australianos. Por isso, tem mais desvantagens do que vantagens.

Quadro 09 – Exemplificação da EEG discussão (traduzido de Rose, 2011, p. 23).

Na discussão apresentada no texto “Promoção do álcool e do cigarro por heróis do esporte”, a Questão colocada diz respeito ao consumo ou não de bebidas e de cigarro por atletas. Esse problema desdobra-se em duas fases: lado 1 e lado 2. No lado 1, são apresentadas possíveis vantagens do consumo desses produtos por esportistas; no lado 2, ao contrário, são apresentadas razões que tornam negativa essa prática. Na última etapa, por sua vez, é apresentada uma Resolução para a Questão; o produtor do texto pondera os dois lados e opta por um deles – o uso de álcool e cigarro tem mais prejuízos do que benefícios.

Cumprindo a função social de avaliar, a família do argumentar é complementada pelo **gênero exposição**. Os textos desse gênero, segundo Rose (2011), defendem um ponto de vista, afirmando uma **Tese**, apoiada em uma série de **Argumentos**, e concluindo com uma **Reiteração da tese**, as três etapas composicionais que constituem a sua EEG.

Em termos de nomenclatura, o termo original inglês *exposition* é traduzido por Gouveia (2014), em língua portuguesa, como *exposição*. Na língua espanhola, segundo Moyano (2011), a tradução adotada é *justificación*, justificativa em português. A opção pela denominação justificativa (*justificación*) em detrimento da forma cognata *exposición*, de acordo com a pesquisadora, deve-se a uma tentativa de evitar confusões, no contexto escolar, com a nomenclatura tradicional referente à tipologia textual dissertativa expositiva.

No contexto brasileiro, o trabalho em sala de aula com o gênero *exposição*, assim nomeado, igualmente está sujeito a confusões terminológicas envolvendo categorias da Linguística Sistêmico-Funcional e categorias tradicionais de ensino de tipologias textuais. Devido a isso, à tradução portuguesa, ou seja, à designação *exposición* para referir o gênero *exposition*, acrescentamos o especificador “de opinião”. Ainda que a proposta espanhola possa ser uma opção, acreditamos não ser a melhor, pois parece um tanto reducionista. A *exposición* não se restringe a uma justificativa, já que essa é a função dos Argumentos, **uma** das etapas que constituem o gênero. A designação “*exposición de opinión*” parece-nos mais adequada para nomear, em português brasileiro, esse gênero, pois, ao mesmo tempo em que distingue os gêneros *exposición* e *discussão*, distingue também a tipologia *exposición* (ou texto expositivo) do gênero cujo propósito é a defesa de um ponto de vista, ou seja, de uma **opinião**. No entanto, não queremos, com isso, sermos taxativas; a nomenclatura que propomos e utilizamos nesta tese é uma sugestão a ser ainda avaliada.

Na *exposición de opinión*, assim como nos demais gêneros, as etapas – **Tese, Argumentos e Reiteração da tese** – podem apresentar fases, que, por sua vez, podem ser variáveis ou recorrentes em diferentes textos que compartilham do mesmo objetivo comunicativo. Nas *exposições*, esclarece Rose (2011), a etapa concernente ao Argumento, por exemplo, pode incluir múltiplos argumentos de apoio, que podem ser rotulados como “argumento1”, “argumento2”, e assim por diante. No texto esquematizado no Quadro 10, além das etapas e fases apontadas por Rose (2011) como características ao gênero, apresentamos o microgênero que identificamos encaixado em AO3. Ressaltamos que esse mesmo artigo é retomado no último capítulo desta tese, quando o analisamos e discutimos detalhadamente.



Etapas de gênero			Texto (AO3 – <i>Perplexidade diante de tantas escolhas</i> )
MICROGÊNERO	Relatório descritivo	Classificação	Por muitos anos tivemos em cena o jornalismo rural –
		Descrição	aquele que se aprendia na faculdade, que noticiava/ensinava ao agricultor uma nova técnica agrícola ou a fazer torta de abóbora na safra. Mas, no geral, esse tipo de jornalismo não se posicionou muito em relação a temas agrários polêmicos, tais como reforma agrária, por exemplo, principalmente em tempos bicudos de ditadura militar.
Tese			<p>Mas, em tempos de tantas decisões delicadas na área ambiental, como noticiar meio ambiente ou "sustentabilidade"?</p> <p>Acredito que nunca foi tão complicado cobrir a área de meio ambiente nas redações de jornais, revistas, rádios e TV. Não exatamente pela imensa quantidade de matérias a serem escritas, mas pela inexorável dificuldade de se posicionar a respeito. Na era das redes sociais, ao contrário, blogs de ambientalistas têm imensa facilidade em lidar com isso tudo, na ausência da censura. Expõem seus pontos de vista sobre qualquer tema, e está feito. Não têm satisfações a dar a não ser para suas próprias consciências e seus seguidores. Já os jornais de prestígio, as rádios, as TVs...</p>
Argumentos			<p>O motivo maior dessa dificuldade se deve ao fato de que tratar da construção ou não de Belo Monte, defender ou não mudanças no Código Florestal, por exemplo, impõe tomar partido. E esse partido a ser tomado atinge a visão histórica de desenvolvimento do Brasil que eventualmente se tenha, a escolha ou não do apoio ao modelo desenvolvimentista em curso no país desde os anos 1950 (e agora do neo-desenvolvimentismo), a escolha de uma visão política ou outra e a escolha de um modelo energético possível. E isso é muito complicado para a grande mídia. Não é por acaso que o que tem sido noticiado sobre a temática não raramente aparece na editoria de Economia ou de Política, e não em Geral/Cidades, como antes, pois requer cuidados adicionais. Em alguns jornais aparece nas páginas dos editoriais, pois envolve a visão da própria empresa jornalística sobre o tema. Caímos na Teoria Organizacional do Jornalismo. Aquela que trata dos vínculos da empresa jornalística com o mercado e suas relações institucionais.</p> <p><b>Como fica o leitor/espectador?</b></p> <p>Recentemente, quando chamaram um link para Brasília no Jornal da Globo e vimos na tela Heraldo Pereira – o assunto era o pito da OEA quanto a Belo Monte. Heraldo, já no lead, disse aos telespectadores que o Brasil "precisava" de hidrelétricas como Belo Monte e que a OEA pouco representava no rol das coisas, minimizando a ação do órgão. A questão é... Quem disse? Essa era a opinião pessoal dele, da emissora onde ele trabalha, da presidência da República, do povo brasileiro, do Congresso Nacional ou do Greenpeace, para citar apenas uma entidade ambientalista? Ficou pouco clara tal ingerência do jornalista no nível do jornalismo opinativo e em relação aos fatos apresentados. Já Miriam Leitão – colunista – disse com todas as letras recentemente, no Bom Dia Brasil, que Aldo Rebelo, relator das mudanças no Código Florestal, comunista histórico, havia tomado o partido dos ruralistas.</p>
Reiteração			<p>Dizem os manuais de jornalismo usados nas faculdades e nas redações que o jornalista deve ser neutro em relação ao noticiário. Ocorre que em temas tão contundentes, polêmicos e incandescentes como modelo de país, construção de novas hidrelétricas e mudanças no Código Florestal, os ânimos se alteram. E o que se vê são defesas de posições político-ideológicas, principalmente no nível do jornalismo opinativo.</p> <p>O mesmo vem ocorrendo nos partidos. Será que os partidos comunistas vêm consultando as bases quanto a apoiar ruralistas? Não soa estranho que históricos partidos de esquerda apoiem o agronegócio? Afinal, antes eles não apoiavam o MST, por exemplo? Não há contradição nesse novo posicionamento? Quem mudou? O Brasil? O jornalismo? Os partidos políticos? Mudaram os rumos do Brasil, a ética, os valores civis e ambientais? E o leitor/espectador, fica como nisso tudo?</p>

Quadro 10 – Exemplificação da EEG exposição de opinião.

O texto apresentado, exemplar do gênero exposição de opinião, é principiado por um microgênero (um relatório descritivo, já discutido na seção anterior), que cumpre a função de contextualizar/apresentar o assunto abordado. Precedida por esse microgênero, a Tese explicita o ponto de vista a ser defendido no texto: nunca a cobertura da área de meio ambiente pelos meios de comunicação foi tão difícil como agora.

Linguisticamente sinalizada por uma metáfora interpessoal (“Acredito que”), a defesa da Tese é empreendida por um único Argumento que traz os porquês da dificuldade mencionada pelo articulista. Nesse Argumento, destaca-se que a cobertura da área de meio ambiente hoje exige que se tome partido, e isso é “complicado” para a grande mídia, como ilustra o exemplo mencionado nessa etapa.

Na última etapa, a Reiteração da Tese reforça que, dada a natureza dos temas ambientais, “os ânimos se alteram. E o que se vê são defesas de posições político-ideológicas”, ou seja, os jornalistas dificilmente conseguem se manter fiéis aos “manuais de jornalismo” que preconizam a neutralidade, acabando por privar o público receptor de uma informação imparcial e objetiva “E o leitor/espectador, fica como nisso tudo?”.

A textualização da argumentação, de seus princípios e propósitos, se dá, no caso de textos pertencentes ao gênero exposição de opinião, segundo a categorização proposta pela Escola de Sydney, pelas três etapas descritas – Tese, Argumentos e Reiteração da tese. Essa estrutura, como vimos no Quadro 10, pode ser complementada por outros gêneros elementares nela encaixados. As relações que se estabelecem seja entre as etapas, seja entre elas e os microgêneros, podem ser analisadas e identificadas a partir de categorias do complexo oracional, advindas da Gramática Sistêmico-Funcional hallidayana, tema da próxima seção.

## **1.2 Gramática Sistêmico-Funcional**

A linguagem, em consonância com Halliday (2009), é organizada metafuncionalmente. Tendo evoluído simultaneamente como meio de atribuir

significado à experiência individual (interpretar a realidade) e de promover a convivência uns com os outros (instaurar as relações sociais), a linguagem gerencia esses modos complementares de significado (o ideacional e o interpessoal) juntamente com um terceiro componente funcional (o textual) (HALLIDAY, 2009). Esses três componentes funcionais constituem a tríade metafuncional da linguagem teorizada e categorizada na GSF, proposta por Halliday (1985; 1994) e Halliday e Matthiessen (2004; 2014).

No contexto metafuncional, localizam-se os sistemas, em todos os estratos, o que significa, portanto, que cada sistema tem sua sede léxico-gramatical em alguma metafunção (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004). Na léxico-gramática, sistema linguístico propriamente dito de uma língua, constituído pelas estruturas gramaticais e pelos itens lexicais, segundo Halliday e Matthiessen (2004), a oração é composta por uma combinação de três estruturas diferentes decorrentes de componentes funcionais distintos: ideacional, interpessoal e textual.

Correspondente a cada metafunção da linguagem, há um componente do contexto de situação (HALLIDAY, 1989). Por conseguinte, campo, relações e modo determinam como os significados serão construídos, à medida que cada uma dessas variáveis relaciona-se, respectivamente, a uma das três metafunções básicas da linguagem definidas por Halliday e Matthiessen (2004): ideacional, interpessoal e textual. Assim, no contexto de situação, concentram-se os componentes fundamentais para que a língua exerça sua função de significar e comunicar/compartilhar significados (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004).

A metafunção ideacional, para Halliday e Matthiessen (2004), é responsável pela manifestação de representações da experiência que o falante/escritor tem do mundo, tanto externo quanto interno à sua consciência. A interpessoal, por sua vez, é responsável pelo estabelecimento e manutenção de relações entre os sujeitos, permitindo a interação entre eles e expressão de papéis sociais. Por fim, a textual destina-se a possibilitar a criação de vínculos entre a linguagem e a situação, o contexto em que é utilizada, possibilitando a construção e organização de significados ideacionais e interpessoais no discurso (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004).

Correspondente a cada componente funcional, há uma representação estrutural (WEBSTER, 2009). Nesse sentido, cada uma das metafunções, de acordo com suas características e objetivos, engloba um dos três sistemas léxico-

gramaticais que constituem a Gramática Sistemico-Funcional (HALLIDAY, 1985; HALLIDAY, 1994; HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004).

A metafunção ideacional, ligada ao uso da língua como representação, manifestação de experiências do/no mundo, realiza-se, conforme Halliday e Matthiessen (2004), na léxico-gramática, pelo sistema de transitividade. Por meio de processos (grupos verbais), acompanhados por participantes (grupos nominais), em determinadas circunstâncias (grupos adverbiais ou preposicionais), as experiências são representadas no discurso (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004).

A metafunção interpessoal, responsável por permitir o estabelecimento de relações entre os indivíduos, realiza-se léxico-gramaticalmente pelos sistemas de MODO, modalidade e polaridade. O MODO, segundo Halliday e Matthiessen (2004) é o sistema gramatical que organiza o evento comunicativo e interativo. A polaridade envolve a oposição positivo/negativo. Tipicamente, a polaridade positiva é não marcada, enquanto que a polaridade negativa é marcada, realizada por um elemento adicional localizado próximo ao verbo. Entre os polos positivo e negativo, situa-se a modalidade, que manifesta graus de probabilidade e obrigatoriedade.

A metafunção textual, por sua vez, por estar ligada ao fluxo da informação, organiza os significados por meio de um sistema de Tema-Rema. O Tema corresponde ao “sujeito psicológico”, o elemento colocado na primeira posição na oração, enquanto o Rema equivale ao restante da oração que, muitas vezes, traz a informação nova (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2004).

Como toda forma de atividade padronizada, a linguagem estabelece relações em dois eixos, paradigmático e sintagmático (HALLIDAY, 2009). As relações sintagmáticas, correspondentes às relações de estrutura, explica Halliday (2009), são aquelas entre um elemento e ‘o que vai junto com ele’, como, por exemplo, a combinação Ator + Processo + Meta<sup>27</sup> em uma oração. As relações paradigmáticas, correspondentes ao eixo do sistema, por sua ordem, são aquelas entre um elemento e ‘o que poderia ter ocorrido em seu lugar’, como, por exemplo, a escolha entre a polaridade positiva e negativa (HALLIDAY, 2009).

---

<sup>27</sup> Ator e Meta, na GSF, são funções léxico-gramaticais desempenhadas por participantes em orações materiais.

A estrutura, aspecto composicional da linguagem, tem a noção de nível (*rank*) como princípio ordenador. Por esse princípio, as camadas de composição são organizadas tendo por base a relação 'x é uma parte de y' (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004). Em virtude disso, em qualquer estrato, as estruturas são organizadas em uma hierarquia de níveis (*ranks*), em que a relação parte-todo de uma unidade estrutural de um dado nível consiste em um ou mais membros integrais do próximo nível da hierarquia (HALLIDAY, 2009).

A materialização linguística da estrutura se dá no texto, o qual instancia a linguagem como uma vasta rede de sistemas (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004). Entre sistema e texto, há uma relação de instanciação, de modo que cada texto seja um exemplo de algum sistema linguístico, ou seja, de algum idioma específico. Seja qual for o seu valor intrínseco, um texto é uma instância de um sistema subjacente e não tem existência significativa, exceto como tal; sua legitimidade semiótica portanto, só existe pela referência ao idioma do qual ele é um exemplar (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004).

Nesta tese, a noção de instanciação é essencial para pensarmos o gênero, já que os artigos de opinião, enquanto textos, cumprem a função de instanciar a exposição de opinião. Dito de outra forma, cada artigo de opinião apresenta-se como um exemplo do sistema linguístico do português organizado de forma a transformar em texto o propósito comunicativo de defender um ponto de vista. Em cada texto, esse propósito e as etapas e fases que ele determina e constituem o gênero exposição de opinião são instanciados, transformados em realidades linguísticas concretas. São essas unidades de instanciação, os textos, que nos permitem analisar o gênero exposição de opinião e a realização linguística da prática social instanciada pelos artigos de opinião.

A relação entre o sistema e o texto é um *continuum* – o *continuum* de instanciação (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004). Cada um deles, segundo Halliday e Matthiessen (2004), define um polo: um, o potencial total; outro, uma instância particular da linguagem. Entre esses dois polos, explicam os autores, existem padrões intermediários que, a partir do polo do sistema, podem ser vistos como subsistemas, a partir do polo do texto, como exemplos, tipos de ocorrências.

Se começar a análise pelo polo do texto, de acordo com Halliday e Matthiessen (2004), pode-se estudar um único texto e, depois, olhar para outros

semelhantes tendo como base certos critérios. Ao estudar essa amostra, podem-se identificar padrões compartilhados e descrevê-los em termos de um tipo de texto. Ao se identificar um tipo de texto, vai-se, ao longo do *continuum* de instanciação, do polo de texto em direção ao do sistema. Visto sob o polo do sistema, explicam Halliday e Matthiessen (2004), os padrões podem ser interpretados como registros (ver seção 1.1, Capítulo 2).

Nesta tese, ao descrevermos os textos como exemplares de um gênero e verificarmos padrões linguísticos de realização quanto ao complexo oracional e as relações lógico-semânticas estabelecidas, estamos indo do polo do texto em direção ao polo do sistema. A associação de tais padrões a uma determinada configuração de campo, relações e modo configura o registro. Relacionando-o ao propósito comunicativo dos textos e às etapas e fases que este determina, temos a caracterização do gênero estudado, tendo em vista a amostra de textos analisada.

Reconhecidas as noções de texto e sistema, a linguagem pode ser entendida (i) como texto e como o sistema, (ii) como som, como escrita e como fraseado, (iii) como estrutura – configurações de peças e (iv) como recurso – escolhas entre alternativas (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004). Desse modo, na concepção de Halliday e Matthiessen (2004), quando se explora a gramática em termos funcionais, i.e., sob o ponto de vista de como ela cria e expressa significados, essas são algumas das diferentes formas em que a linguagem pode se apresentar.

Consoante a isso, segundo Halliday e Matthiessen (2004), para um gramático, o texto é um fenômeno rico, multifacetado que significa de muitas maneiras diferentes. Em decorrência, pode ser explorado a partir de muitos pontos de vista, sendo, porém, dois os principais: (1) foco no texto como um objeto em si mesmo, ou (2) como um instrumento para a descoberta de algo mais (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004).

Focalizando o texto como um objeto, ao gramático, caberá fazer perguntas, como “Por que o texto tem esse significado?”, “Por que é valorizado dessa forma?”. Focalizando-o como instrumento, por outro lado, o gramático deverá perguntar “O que o texto revela sobre o sistema da língua em que é falado ou escrito?” (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004). Com base nisso, nesta pesquisa, propomo-nos a explorar o texto sob os dois enfoques. Ao o explorarmos como a

instanciação de um gênero, dotado de um propósito comunicativo e organizado em etapas, estamos focalizando o texto como um objeto em si mesmo; ao buscarmos de que forma esse propósito e as etapas e fases são realizados linguisticamente, no nível acima da oração, estamos focalizando-o como instrumento.

Essas duas perspectivas de se ver o texto – como objeto ou como instrumento –, no entendimento de Halliday e Matthiessen (2004), são complementares, já que não se pode explicar por que um texto significa o que significa com as leituras que dele podem ser feitas e com os valores que a ele podem ser atribuídos, exceto se relacioná-lo com o sistema linguístico como um todo. Do mesmo modo, explicam os autores, não é possível usá-lo como uma ponte para o sistema se não compreender o que ele significa e porque.

Nesses termos, a significação do texto e a compreensão do seu conteúdo estão atreladas à gramática, que se apresenta como um recurso de construção de significado e de descrição das próprias categorias gramaticais por referência ao que elas exprimem, à função que desempenham (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004). Além disso, acrescentam Halliday e Matthiessen (2004), a gramática é a unidade central de processamento da linguagem, a força motriz onde os significados são criados. Consequentemente, reforçam os autores, é natural que os sistemas de som e de fraseado, por meio dos quais os significados são expressos, reflitam o arranjo estrutural da gramática.

Em virtude disso, a GSF é sistêmica no sentido de que vê a linguagem como uma rede de sistemas a partir dos quais os escritores/falantes podem fazer escolhas dentre uma imensa gama de possibilidades linguísticas disponíveis, construindo, assim, significados. É funcional à medida que explica as estruturas linguísticas, gramaticais, em relação aos significados expressos e às funções desempenhadas em textos (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004).

Justamente por preocupar-se também com a função, e não apenas com a forma, o que é característico à LSF e à GSF, comenta Velasco (2003), deriva-se um aspecto fundamental dessa teoria que a diferencia de modo substancial da maior parte das teorias gramaticais contemporâneas: a sua orientação paradigmática e sua arquitetura *top-down*. As concepções e categorias teórico-analíticas propostas pela GSF voltadas ao estudo da linguagem em uso, ativada em contextos sociais, faz com que a GSF, tal como aponta Velasco (2003), figure

como a teoria gramatical mais distanciada da preocupação formal e, em contrapartida, mais interessada pela questão social.

Dessa forma, em essência, conforme comenta Webster (2009), a GSF (HALLIDAY, 1985; 1994; HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004) procura identificar as estruturas específicas da linguagem que contribuem para a construção e expressão dos significados ideacionais, interpessoais e textuais e, conseqüentemente, do significado global do texto. Assim, a análise nos moldes propostos por Halliday destina-se a mostrar como e porque um texto carrega determinado significado.

O significado do texto é criado e trocado pelos indivíduos, que, como executantes e receptores, simultaneamente comunicam e interagem por via da linguagem ao criar e reconhecer o discurso (HALLIDAY, 1976). A produção e emissão do discurso e a elaboração de enunciados, por meio das quais são constituídas e expressas as experiências de mundo adquiridas no decorrer da vivência humana, são asseguradas pela metafunção ideacional da linguagem, em que a oração é concebida como representação.

Como já exposto, na teoria sistêmico-funcional hallidayana, a linguagem é concebida como um sistema organizado em estratos, cuja estratificação é determinada por níveis crescentes de abstração. No estrato “acima”, conforme Halliday e Matthiessen (2004; 2014), está a semântica, no estrato “abaixo”, a fonologia e a grafologia e, no estrato intermediário, do fraseado, a léxico-gramática. Assim, com base nessa premissa, pode-se olhar a linguagem e a gramática atentando para o seu próprio nível – da oração – e também analisá-la “de cima” e “de baixo”, sob uma perspectiva trinocular (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004).

Com base nessa estratificação, se for priorizada a vista “de cima”, segundo Halliday e Matthiessen (2004), a gramática é definida como uma rede de escolhas significativas inter-relacionadas, apontando que o princípio de organização adotado é o de sistema. Cada sistema, por seu turno, tem seu ponto de origem em um determinado nível: na oração, no sintagma, no grupo e em seus complexos associados, todos na léxico-gramática.

A gramática de cada língua é constituída, tipicamente, por uma escala de classificação – ou de níveis – que pode ser representada, em ordem decrescente,



como: complexo oracional, oração, grupo, sintagma, palavra e morfema (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004; 2014), como ilustra a Figura 03.

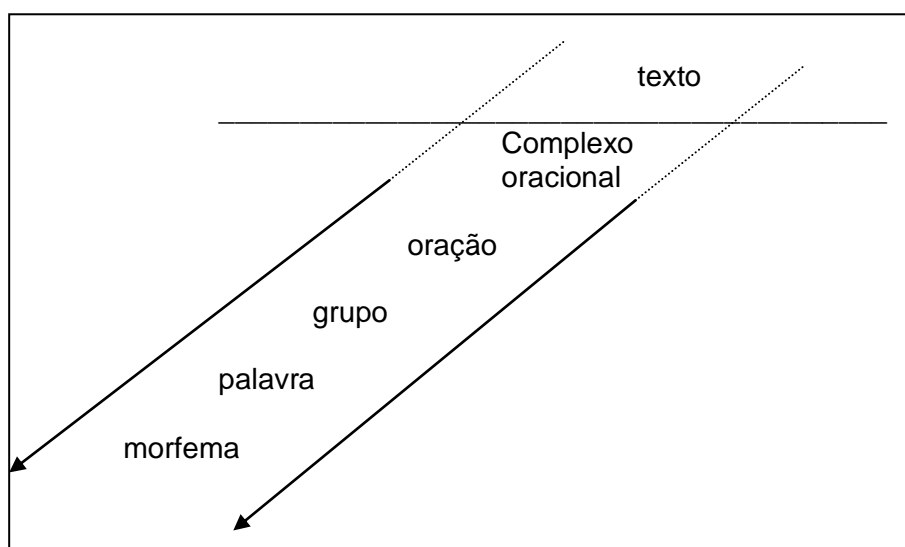


Figura 03 – Escala de níveis (adaptada de Gouveia, 2012, p. 199).

Cada um dos elementos dessa escala consiste de uma ou mais unidades do nível inferior seguinte. Além disso, asseguram Halliday e Matthiessen (2004), a formação de complexos não é possível apenas no nível oracional, mas também no dos sintagmas, dos grupos e até mesmo no dos morfemas podem ser geradas construções gramaticalmente complexas.

Ademais, na gramática, existe o que Halliday e Matthiessen (2004) entendem como o potencial para a mudança de posição, ou seja, uma unidade de um dado valor pode ser “rebaixada” para funcionar na estrutura de uma unidade do seu próprio nível ou de um nível abaixo. Nesse sentido, quando se empreende a análise à gramática, descobre-se que a estrutura de cada unidade possui uma configuração orgânica, de modo que cada peça possua uma função distintiva com respeito ao conjunto e algumas unidades possam formar complexos, sequências iterativas que trabalham em conjunto como uma única peça (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004).

Esses recursos de ordem gramatical, por sua vez, atuam para que, por meio da linguagem, seja possível interpretar a experiência humana, nomeando as coisas e interpretando-as em categorias. Dito de outra forma, a linguagem proporciona uma teoria da experiência humana, e alguns dos recursos léxico-gramaticais são dedicados a essa função, especificamente, os da metafunção ideacional (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004).

Responsável pela construção e representação das experiências humanas, a metafunção ideacional apresenta-se sob duas variantes, correspondentes aos componentes experienciais e aos lógicos (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004). A variante experiencial é realizada pelo sistema de transitividade e focaliza a linguagem no nível da oração, que se constitui de três componentes. Segundo Halliday (1989), a metafunção experiencial é a função da aprendizagem e do pensamento e, por meio dela, é possível compreender a relação entre um processo e outro ou um participante e outro no texto.

A variante lógica diz respeito ao aspecto lógico de representação e organização da experiência, refere-se à linguagem como a expressão de certas relações lógicas gerais (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004). Devido ao componente lógico definir unidades complexas em qualquer nível, de acordo com Halliday e Matthiessen (2004), pode-se analisar as relações lógicas que se estabelecem abaixo da oração, em grupos e sintagmas, acima, em complexos oracionais, ou no entorno, entre orações. Neste trabalho, em uma amostra de nove artigos de opinião, são analisadas as relações lógico-semânticas que se estabelecem a partir da realização do complexo oracional, sobre o qual discorreremos na sequência, na seção 1.2.1.

### 1.2.1 A metafunção ideacional lógica: o complexo oracional

A realização léxico-gramatical da linguagem, levando-se em consideração suas estruturas de constituição, como comenta Gouveia (2012), dá-se na relação do que se pode chamar de escala de níveis. Ao longo dessa escala, os três significados da linguagem – ideacional, interpessoal e textual – são realizados. Retomando Halliday e Matthiessen (2004), temos que a linguagem instancia-se em texto, e este se realiza em orações. As orações, explica Gouveia

(2012, p. 199), “são constituídas por grupos (preposicionais, nominais, verbais), que, por sua vez, funcionam como unidades do nível abaixo do oracional, isto é, que constituem o nível do grupo”.

No uso real da linguagem, as orações podem, ainda, ligarem-se umas às outras formando complexos oracionais (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004). Ao se expressarem, comenta Eggins (2007), os usuários da linguagem combinam orações simples a complexas e, ao fazerem, escolhem determinados tipos de complexos oracionais. Essas estruturas do sistema de significado lógico, por conseguinte, trabalham em conjunto com as estruturas experienciais da transitividade. Juntas, essas duas funções – lógica e experiencial – permitem expressar significados ideacionais, ou seja, transformar a vida em texto.

Complexo oracional, explica Eggins (2007), é o termo sistemicista usado para a unidade gramatical e semântica formada quando duas ou mais orações estão ligadas uma à outra em aspectos sistemáticos e semânticos. Diante disso, conforme Halliday (1994), um complexo oracional é constituído por um núcleo oracional e pelas demais orações que modificam esse núcleo. Essa relação entre Núcleo e Modificador é semelhante à existente nos grupos e sintagmas. O que as diferencia, porém, é o fato de que estes se desenvolvem pela expansão no interior da oração, sem constituir uma nova, por isso correspondem ao nível ‘abaixo da oração’, ao passo que os complexos oracionais desenvolvem-se externamente ela, constituindo novas orações, correspondendo, assim, ao nível ‘acima da oração’.

As orações, explicam Halliday e Matthiessen (2014), ligam-se umas às outras por meio de algum tipo de relação lógico-semântica (estudadas logo a seguir) para formar complexos oracionais constituídos como mensagens textualmente relacionadas. Nesse processo, a relação entre as orações se dá principalmente em razão do significado que expressam, de modo que as sequências gramaticais sejam entendidas como sendo subsequências dentro da sequência total que compõe um complexo oracional. Para ilustrar como isso se dá, Halliday e Matthiessen (2014) trazem, como um dos exemplos, o seguinte complexo oracional:

*||| Você não pode explicar || por que você se tornou um escritor, na verdade, em uma palavra. || Mas você pode certamente mostrar marcas da história, || e isto é certamente uma. ||<sup>28</sup>*

Nesse exemplo, embora em termos formais tivéssemos dois complexos oracionais, já que há um ponto final demarcando grafologicamente cada um deles, os autores os consideram como uma unidade. Dada a segmentação sinalizada pelos símbolos “||”, que indicam uma separação entre orações no interior de um complexo oracional, cujos limites são sinalizados pela notação “|||”, verifica-se, no referido exemplo, uma sequência total semanticamente relacionada por contraste. Analisando outro exemplo, apresentado abaixo, Halliday e Matthiessen (2014) tratam a aparente fragmentação do complexo oracional como deleites de pontuação<sup>29</sup>.

*Eu, pessoalmente, sou a favor da iniciativa de apoiar as negociações sobre o desarmamento para reduzir o risco de guerra. Mas eu não acho que endossar uma proposta específica de congelamento seja apropriado para CCC<sup>30</sup>.*

Sobre esse complexo, em que há a o uso do ponto final antes do conector “Mas”, Halliday e Matthiessen (2014) comentam que, morfologicamente, seria analisado como dois complexos diferentes. No entanto, se lido em voz alta, provavelmente a entonação tornaria o segundo uma continuação do primeiro, resultando em um único complexo oracional.

Referindo-se a esse aspecto funcional e semântico que se sobrepõe ao formal, Tãm (2013)<sup>31</sup> comenta que a noção de complexo oracional foi sugerida, justamente, para ser utilizada como substituição ao conceito tradicional de frase quando, no uso, são construídas unidades lógico-semânticas em que o significado transcende os limites impostos pela pontuação. Nesse sentido, Thompson (2014) argumenta que manter os dois conceitos separados – frase e complexo oracional

<sup>28</sup> No original: *||| You can't explain || why you become a writer, actually, in one word. || But you can certainly show strands of the story, || and that certainly was one. |||* (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014, p. 521).

<sup>29</sup> No original: *The punctuation treats* (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014, p. 655).

<sup>30</sup> No original: *I personally favour the initiative and ardently support disarmament negotiations to reduce the risk of war. But I don't think endorsing a specific freeze proposal is appropriate for CCC.* (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014, p. 656).

<sup>31</sup> Agradeço ao colega Marcos Rogério Ribeiro que, gentilmente, forneceu-me os textos de Tãm (2013) e Thompson (2013) que me foram muito úteis para embasar esse aspecto da teoria, já que em Halliday e Matthiessen (2004; 2014) a abordagem é pouco detalhada.

– permite-nos lidar com os complexos oracionais que são divididos pela pontuação, ou seja, em vez de simplesmente descartá-los como agramaticais, podemos examiná-los observando os efeitos de confrontar gramática e pontuação.

Nos textos que compõem o *corpus* desta pesquisa, situações semelhantes à exemplificada por Thompson (2013, p. 186)<sup>32</sup>, em que há a divisão de um complexo oracional por meio do emprego de pontuação, são frequentemente verificadas, tal como a apresentada a seguir:

*||| Alguém tem de fazer algum sacrifício. || Mas esse “alguém”, é claro, nunca são os ricos ||| (AO4)*

Nesse exemplo, estruturalmente teríamos duas orações separadas, sem relação entre si, configurando dois simplexos. Semanticamente, por outro lado, temos um complexo oracional em que a oração “Mas esse “alguém”, é claro, nunca são os ricos” une-se à primeira “Alguém tem de fazer algum sacrifício” para estabelecer uma ideia de contraste, i.e., uma oração está relacionada à outra, de maneira que a segunda seja um prolongamento da anterior e apresente uma ressalva quanto ao seu conteúdo. Ao longo da descrição e análise do complexo oracional e das relações lógico-semânticas efetuadas neste trabalho, em construções que assemelham à exemplificada, privilegiamos o critério semântico, tendo em vista a aceção funcional que o norteia.

O critério semântico, por seu turno, associa-se de forma intrínseca aos dois sistemas basilares que, segundo Halliday e Matthiessen (2004), determinam como as orações relacionam-se entre si: o sistema de taxis e o lógico-semântico. Explorando o fenômeno do complexo oracional sob o ponto de vista da forma como o fluxo de eventos é interpretado no desenvolvimento do texto, o sistema de taxis diz respeito aos dois graus de interdependência que pode existir entre as orações (parataxe e hipotaxe), ao passo que o sistema lógico-semântico corresponde às relações que podem ocorrer entre um elemento primário e um secundário de um nexos oracional, ou seja, de um par de orações, esquematizados na Figura 04. No sistema de taxie, a parataxe é representada por

<sup>32</sup> *Imagine how rewarding it is to nurse a stroke victim towards independence. Or to watch a critically ill patient go into intensive care and come out of it in a stable.* (THOMPSON, 2014, p. 186).

numerais cardinais, e a hipotaxe por letras do alfabeto grego; no lógico-semântico, a projeção pode ser de locução ou de ideia, já a expansão pode ser por elaboração, extensão e intensificação.

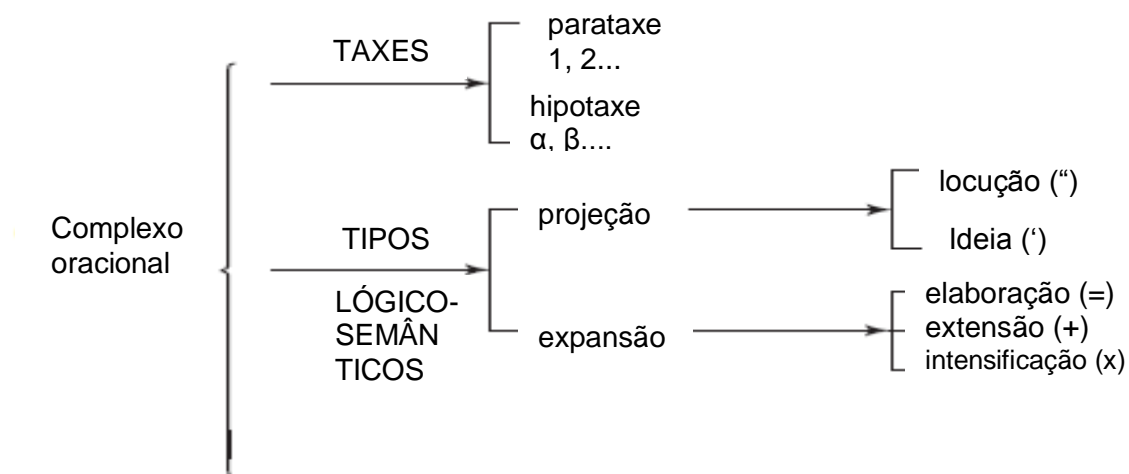


Figura 04 – Os sistemas de complexidade da oração (traduzido de EGGINS, 2007, p. 259, adaptado de HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, p. 373)

As estruturas dependenciais dos complexos oracionais, segundo Halliday e Matthiessen (2004), são relacionais por natureza, pois acontecem sempre em pares e estabelecem, entre eles, relações lógicas. No entanto, diferentemente das estruturas da oração, multivariadas, em que relações multifuncionais podem se configurar ao mesmo tempo (estruturas de transitividade + estruturas MODO + estruturas de Tema-Rema), nas estruturas lógicas, univariadas, só é possível a repetição de uma mesma relação funcional, as quais são formadas a partir de um pequeno número de relações lógico-semânticas, como exemplificação, adição e sequência temporal (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004). Em uma estrutura univariável, reforça Eggins (2007), há uma relação entre elementos que são essencialmente os mesmos e que podem ser encadeados por tempo indeterminado. Dito de outro modo, um complexo oracional é composto de uma oração depois da outra, desse modo, sua estrutura, univariada, é iterativa, recursiva.

Em estruturas univariadas, as unidades relacionadas são interdependentes em dois graus: paratático e hipotático. Nesses termos, parataxe e hipotaxe são relações gerais que definem complexos em qualquer nível – complexos oracionais, grupo ou sintagma complexo e palavra complexa (HALLIDAY;

MATTHIESSEN, 2004). Além do sistema de *taxe*, explicam Halliday e Matthiessen (2004), há um terceiro sistema de interdependência denominado encaixamento, retomado posteriormente.

A parataxe, identificada por números cardinais em ordem crescente (1<sup>^</sup>2), representa a ligação de elementos livres e de mesmos níveis sintático e semântico que podem ocupar diferentes posições no complexo sem causar alteração de sentido. Em virtude disso, a relação paratática é logicamente transitiva e simétrica – ambos os componentes, sejam orações, grupos ou sintagmas, têm o mesmo *status* (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004), como exemplificado a seguir.

01	O início da discussão sobre o relatório do deputado Aldo Rebelo, do PCdoB, estava marcado para terça-feira (22/6),	mas foi adiado para a próxima segunda-feira (28).   <sup>33</sup>	
	1	2	
	1 <sup>^</sup> 2		

No exemplo, a sentença poderia ser reescrita como “O início da discussão sobre o relatório do deputado Aldo Rebelo, do PCdoB, foi adiado para a próxima segunda-feira (28), mas estava marcado para terça-feira (22/6)”, sem prejuízo semântico e sem alterar a ordenação, mantendo-se a sequência 1<sup>^</sup>2.

Na estrutura paratática, conforme Halliday e Matthiessen (2004; 2014), a única modificação na ordenação surge por meio de escalonamento interno ou de formação de ninhos. Entende-se por ninho a estrutura formada quando o que está sendo ligado por uma relação lógico-semântica não é apenas uma oração, mas um subcomplexo – o próprio nexos oracional (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004), como pode ser verificado a seguir.

02	A imprensa sinaliza aqui e ali [[ que se interessa pelo assunto]],	mas na semana passada alguns jornais e sites noticiosos deram curso a uma mistificação bem ao gosto dos ruralistas,    que defendem a liberação ampla do desmatamento.	
	1	2	
		mas na semana passada alguns jornais e sites noticiosos deram curso a uma mistificação bem ao gosto dos ruralistas,	que defendem a liberação ampla do desmatamento.

<sup>33</sup> Os significados de cada símbolo utilizado ao longo da exposição do complexo oracional estão indicados na página 14, na “Lista de símbolos”.

<sup>34</sup> Indicação do texto ao qual o exemplo pertence.

		$\alpha$	$\beta$
		$\alpha^{\beta}$	
		$1^2(\alpha^{\beta})$ ou $1^2\alpha^2\beta$	

No exemplo 14b, há um aninhamento na oração paratática 2, que se desdobra em dois subcomplexos hipotáticos, sendo o primeiro a oração dominante e o segundo a dependente.

A hipotaxe, por sua vez, corresponde à ligação de elementos de estados sintático e semântico desiguais (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004). No complexo oracional hipotático, apenas a oração dominante é livre, já que a dependente sempre será a ela sujeitada. Com isso, a relação hipotática é logicamente não simétrica e não transitiva. De acordo com Halliday e Matthiessen (2004), na estrutura hipotática, identificada com letras gregas e cuja oração dominante é sempre  $\alpha$  ( $\alpha^{\beta}$  ou  $\beta^{\alpha}$ ), as orações estão ordenadas em dependência. Essa ordenação é independente da sequência, que pode ser variada. A oração dependente pode ser subsequente, anterior, intercalada ou posterior à dominante, como exemplificamos na sequência.

03	Os ruralistas usaram esse texto	para atacar os ambientalistas brasileiros.
	$\alpha$	$\beta$
	$\alpha^{\beta}$	

No complexo presente em no exemplo 03, mesmo que invertêssemos a ordem, “para atacar os ambientalistas brasileiros” continuaria sendo  $\beta$  e “Os ruralistas usaram esse texto” continuaria sendo  $\alpha$ .

Tipicamente, hipotaxe e parataxe se combinam em complexos oracionais por meio de duas relações lógico-semânticas: projeção ou expansão. A expansão relaciona fenômenos pertencentes à mesma ordem experiencial, enquanto a projeção relaciona um fenômeno a outro de ordem superior da experiência, isto é, a um fenômeno semiótico: aquilo que as pessoas pensam e dizem (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004). Por essa razão, a expansão situa-se no eixo sintagmático, enquanto a projeção situa-se no paradigmático, o que é ilustrado pela Figura 05.



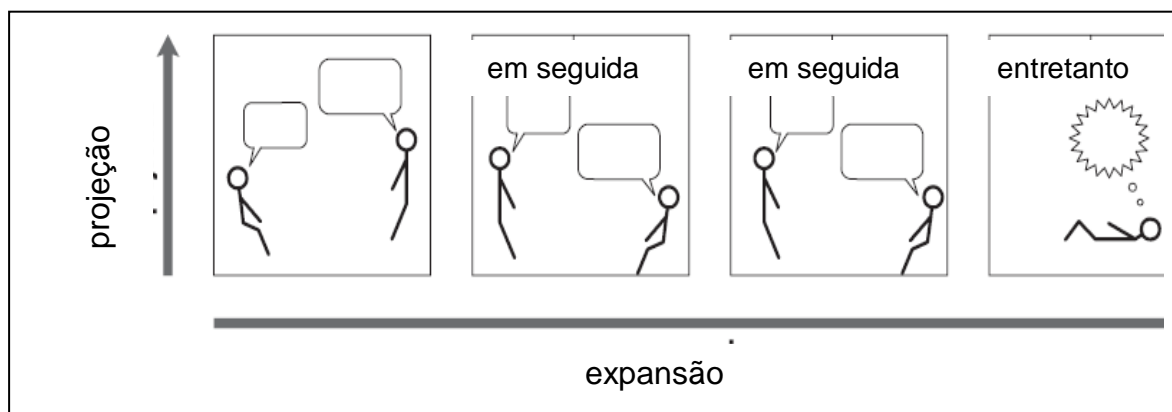


Figura 05 – Representação da projeção e da expansão pela convenção das histórias em quadrinhos (traduzido de HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, p. 377).

Na projeção, a experiência é representada de forma associativa, com os fenômenos sendo relacionados em termos semânticos. Na expansão, relação lógico-semântica sobre a qual discorreremos na seção seguinte, por outro lado, a experiência é representada sequencialmente, com os fenômenos dispostos um após o outro.

#### 1.2.1.1 Relação lógico-semântica de expansão

Na expansão, a oração secundária expande a oração primária por meio de três diferentes operações: elaboração, extensão e intensificação, sumarizadas no Quadro 11.

	Subtipo e notação	Itens lexicais característicos	Função prototípica
<b>EXPANSÃO</b>	Elaboração (=)	<i>isto é, por exemplo</i>	uma oração discorre sobre o significado de um termo ou de outra oração como um todo, elaborando seu conteúdo por meio de especificação ou descrição.
	Extensão (+)	<i>e, ou</i>	uma oração estende o significado de outra, acrescentando algo novo. O que é acrescentado pode ser uma adição, uma substituição ou uma alternativa.

	Intensificação (x)	<i>então, ainda, depois</i>	uma oração (ou subcomplexo) reforça o significado de outro, qualificando-o por referência ao tempo, lugar, modo, causa ou condição.
--	-----------------------	---------------------------------	---

Quadro 11 – Relação lógico-semântica de expansão e seus subtipos (com base em HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004).

Na relação lógico-semântica de expansão por elaboração, uma oração discorre sobre o significado de outra para especificar ou descrevê-lo. Dessa forma, a oração secundária não introduz um novo elemento, mas fornece uma melhor caracterização de algo que já existe, reafirmando-o, esclarecendo-o, refinando-o ou adicionando um atributo descritivo ou um comentário, como verificamos em no exemplo 04.

04	Essa interpretação foi celebrada pelos ruralistas e outros defensores do desmatamento,	que têm no deputado do PCdoB seu aliado mais ruidoso.	T7 <sup>35</sup>
	$\alpha$	$=\beta$	
	$\alpha^{\wedge}=\beta$		

No complexo hipotático presente em 04, a oração  $\beta$  elabora a oração  $\alpha$  por meio de um atributo descritivo, trazendo uma explicação que define “ruralistas e outros defensores do desmatamento”.

Em termos de significado, a elaboração paratática pode envolver (i) exposição – *em outras palavras* –, (ii) exemplificação – *por exemplo* – e (iii) clarificação – *para ser mais preciso*. Na elaboração do tipo exposição, a oração secundária reafirma a tese ou alguma expressão da oração principal com palavras diferentes, a fim de apresentá-la a partir de outro ponto de vista ou, então, apenas para reforçar a mensagem (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004), como ocorre no exemplo 05.

<sup>35</sup> Alguns dos exemplos utilizados para explicar categorias teóricas não foram extraídos dos textos que integram o *corpus* final de análise, mas de textos que constituem apenas o *corpus* preliminar. Assim, aqueles textos que forem referenciados como T# (em que “T” é inicial de “texto” e “#” é o nº do texto conforme a ordem cronológica) não fazem parte dos nove analisados, mas dos trinta e quatro inicialmente coletados.

05	O principal desafio dos planejadores da FAO não é a produtividade,	ou seja, a capacidade do agronegócio de produzir mais sem ter que ampliar exageradamente a área cultivada – o que pressiona o patrimônio natural.		<b>T10</b>
	1	=2		
		ou seja, a capacidade do agronegócio de produzir mais sem ter que ampliar exageradamente a área cultivada		– o que pressiona o patrimônio natural.
		$\alpha$		$=\beta$
		ou seja, a capacidade do agronegócio de produzir mais	sem ter que ampliar exageradamente a área cultivada	
$\alpha$		$x\beta$		
$1^{\wedge}=2(\alpha(\alpha^{\wedge}x\beta)^{\wedge}=\beta)$				

No complexo paratático presente em 05, a oração 2 elabora um termo da oração 1, esclarecendo/reforçando o que é “produtividade”.

A elaboração do tipo exemplificação (exemplo 06), por seu turno, ocorre quando a oração secundária desenvolve a tese ou um elemento da oração principal de modo a trazer uma especificação, muitas vezes realizada pela citação de um exemplo real (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004).

06	Outro fato importante [[ocorrido na Rio + 20]], segundo os participantes do programa, foi a manifestação dos prefeitos de 59 das maiores cidades do mundo, o grupo C40,	que se comprometeram com metas e programas ambientais, isto é, foi estabelecida uma redução de 1 bilhão de toneladas em emissões de carbono até 2030.		<b>T33</b>	
	$\alpha$		$=\beta$		
			que se comprometeram com metas e programas ambientais,	isto é, foi estabelecida uma redução de 1 bilhão de toneladas em emissões de carbono até 2030.	
			1	$=2$	
	$\alpha[[ ]]^{\wedge}=\beta (1^{\wedge}=2)$				

No complexo oracional apresentado em 06, a oração 2 elabora a oração 1 exemplificando “metas e programas ambientais” com as quais “o grupo C40” se comprometeu.

Na clarificação, terceiro tipo de elaboração paratática, a oração secundária esclarece a tese ou alguma expressão da oração principal, apoiando-se em algum tipo de explicação ou comentário explicativo. Muitas vezes, a clarificação envolve uma mudança na polaridade de positivo para negativo, e vice-versa, ou, ainda, um comentário avaliativo (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004), como ocorre no exemplo 07.

07	[...]    os produtores rurais [[que descumprirem a lei]] terão uma moratória de cinco anos,	ou seja, podem continuar por meia década seu trabalho de desmatamento sem ter que pagar as multas.		<b>T3</b>
	1[[=]]	=2		
		ou seja, podem continuar por meia década seu trabalho de desmatamento	sem ter que pagar as multas.	
		$\alpha$	$x\beta$	
$1[[=]]^{\wedge}2(\alpha^{\wedge}x\beta)$				

No complexo oracional presente em 07, a oração 2 clarifica a oração 1 ao expressar um comentário avaliativo (“seu trabalho de desmatamento”) acerca da expressão “uma moratória de cinco anos”. Dito de outro modo, “podem continuar por meia década seu trabalho de desmatamento sem ter que pagar as multas” é interpretação do articulista acerca do que, em seu ponto de vista, significa a “moratória de cinco anos”.

Além da elaboração paratática, conforme Halliday e Matthiessen (2004; 2014), há a elaboração hipotática ( $\alpha^{\wedge}=\beta$  ou  $=\beta^{\wedge}\alpha$ ), como demonstramos nos exemplos a seguir.

08	(a)     No noticiário do fim de semana, destaca-se a manchete da Folha de S.Paulo de domingo:	"Novo Código Florestal amplia risco de desastre".		<b>T13</b>
	1	=2		
	$1^{\wedge}2$			
	(b)     O assassinato do casal de militantes ambientalistas José Cláudio Ribeiro da Silva e Maria do Espírito Santo da Silva,	<< mortos por pistoleiros a serviço de madeireiras no estado do Pará>>,	completa o quadro dos retrocessos.	<b>T22</b>
	$\alpha$	<<= $\beta$ >>	$\alpha$	
$\alpha^{\wedge}<<=\beta>>$				

No exemplo 8a, a oração =2 especifica qual é “a manchete da Folha de S.Paulo de domingo”, elaborando, assim, a oração 1. No exemplo 8b, por sua vez, a oração = $\beta$  elabora a oração  $\alpha$  ao esclarecer quem é o “casal de militantes ambientalistas José Cláudio Ribeiro da Silva e Maria do Espírito Santo da Silva” “projeto em tramitação”.

A elaboração hipotática, exemplificada em 8b, segundo Halliday e Matthiessen (2004) constitui a categoria de oração relativa não definidora (também chamada de ‘não restritiva’, ‘descritiva’). Em termos funcionais, configura-se como uma estratégia para a introdução de informações adicionais no discurso, como caracterização, interpretação de alguns aspectos da oração dominante ou um tipo de avaliação. Pode assemelhar-se a um comentário explicativo, assim como com orações paratáticas de elaboração (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004). Vejamos o exemplo:

09	O lago mudará para sempre o curso do rio Xingu,	que na língua kamaiurá quer dizer água limpa.	<b>AO4</b>
	$\alpha$	$=\beta$	
	$\alpha^{\wedge}=\beta$		

Nesse exemplo, a oração elaborativa = $\beta$  traz um comentário explicando o significado de “rio Xingu”, presente na oração  $\alpha$ .

A elaboração hipotática do tipo não definida pode ser realizada por orações (i) finitas (cuja forma verbal aparecer conjugada) ou (ii) não finitas (cuja forma verbal aparecer em uma das formas nominais) (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004). As orações relativas não definidas, explicam Halliday e Matthiessen (2004), adicionam uma caracterização posterior a algo (não necessariamente um substantivo) que já é tomado como específico. Quando, na oração primária, o grupo nominal não for final, a oração secundária será frequentemente intercalada, sendo representada pela notação << >> (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004), como no exemplo seguinte.

10	No meio dos relatos de dramas sem fim, também deve ter comovido muitos ouvintes e leitores a notícia,	<< divulgada no sábado (15/1),>>	[[ de que o antigo refúgio de Tom Jobim no município de São José do Vale do Rio Preto, estado do Rio, foi devastado por uma das avalanches da semana passada.]]    <b>T13</b>
	$\alpha$	$=\beta$	$\alpha$
	$\alpha^{\wedge}<=\beta>$		

No complexo exposto em 10, a oração intercalada  $=\beta$  funciona como um comentário explicativo que deixa claro de qual “notícia” se trata, elaborando o termo presente na oração hipotática dominante ( $\alpha$ ).

Na relação lógico-semântica de expansão, a extensão é o segundo tipo de relação que pode ser estabelecida entre as orações. Ao fazê-lo, seja por meio de estruturas paratáticas ( $1^{\wedge}+2$ ), seja por hipotáticas ( $\alpha^{\wedge}+\beta$  ou  $+\beta^{\wedge}\alpha$ ) (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004), o significado de uma oração é estendido por meio do acréscimo de informação nova.

Na estrutura paratática, propõem Halliday e Matthiessen (2004), a extensão pode ser feita por adição (união de dois processos em que não exista implicação causal ou temporal), substituição/variação (a oração é total ou parcialmente substituída por outra) ou alternância (uma oração é uma alternativa à outra). O exemplo 08 traz uma ocorrência de extensão paratática por variação.

11	Não exatamente pela imensa quantidade de matérias [[a serem escritas]],	mas pela inexorável dificuldade [[de se posicionar a respeito]].    <b>AO3</b>
	1[[=]]	+2[[ ]]
	$1[[=]]^{\wedge}+2[[ ]]$	

No exemplo 11, a oração +2 expande a oração 1, estendendo seu significado de maneira a não estabelecer uma relação de adversidade, já que, com base em Halliday e Matthiessen (2004), não pode ser substituído por “ainda”, nem de concessão, pois não pode ser substituído por “embora”. Em resumo, a “causa exata” seria a “inexorável dificuldade de se posicionar a respeito”, e não “imensa quantidade de matérias a serem escritas”, logo, +2 é um substitutivo para a oração 1.

À semelhança do que ocorre na parataxe, ao ser expressa hipotaticamente, a extensão envolve três tipos de relação: adição (*considerando que, enquanto, embora*), variação (*exceto que, em vez de, que, mas*) e alternância (“se não um, em seguida, b”), que podem ser expressas por orações finitas ou não finitas (*além disso, além de, sem, além de, se, em vez de*) (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004). O exemplo 09 ilustra um caso de extensão hipotática por variação.

12	A imprensa precisa mergulhar profundamente no tema,	em vez de dar curso a mistificações manipuladas pelas forças mais retrógradas do cenário do poder nacional.
	$\alpha$	<b>AO2</b> $+\beta$
	$\alpha^{\wedge}+\beta$	

No exemplo 12, o complexo hipotático estabelece a relação “faça x; não faça y”, ou seja, a oração dependente  $+\beta$  apresenta o que “a imprensa” deve substituir pelo que é apresentado como sugestão em  $\alpha$ .

Além da elaboração e da extensão, a relação lógico-semântica de expansão pode se dar por intensificação. Nesse subtipo, de acordo com Halliday e Matthiessen (2004), uma oração (ou subcomplexo) reforça o significado de outra, qualificando-a por referência a tempo, lugar, modo e causa/condição.

As sequências temporais paratáticas desempenham um papel significativo na construção linear de eventos em textos narrativos e ou demais textos/passagens em que a cronologia é um importante princípio de organização. Com estruturas paratáticas, segundo Halliday e Matthiessen (2004), a intensificação muitas vezes se repete ao longo de toda a série. Nas cadeias hipotáticas, por seu turno, em algumas situações, também pode se manter o mesmo subtipo lógico-semântico por todo o complexo, embora a construção prototípica não seja de repetição. (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004).

Na intensificação paratática, o recurso circunstancial é normalmente expresso (i) pelas conjunções *então, assim, mas, ainda, ainda*, (ii) por um grupo conjuntivo com *e – e em seguida, e assim, e, assim, e ainda*, ou (iii) por *e* em combinação com uma conjunção (ou seja, uma expressão conjuntiva que não é estrutural, mas coesiva) ou preposição, como, *a essa altura, logo em seguida, até então, desde, nesse caso, desse modo*. Ademais, algumas conjunções como *entretanto, caso contrário, por isso, no entanto, não obstante* podem funcionar

como conjunções estruturais paratáticas. No exemplo 13, temos um caso de intensificação do tipo temporal.

13	Em 2003, o cultivo e a pecuária não cobriam nem 20% das terras disponíveis no Brasil,	e desde então seguimos batendo recordes de produção, em parte com o sacrifício do patrimônio ambiental, sem necessidade desse ônus.    <b>AO2</b>
	1	x2
	1^x2	

No complexo citado, a oração intensificadora x2 expressa parataticamente uma circunstância de tempo ao explicitar o período a partir do qual “seguimos batendo recordes de produção”, compreendido desde 2003, até o momento de escrita do texto (2010).

Na combinação de intensificação com hipotaxe, conforme Halliday e Matthiessen (2004), o resultado é o que conhecemos como orações adverbiais na gramática formal tradicional. As orações desse tipo podem ser de tempo, lugar, modo e causa/condição. Hipotaticamente, as orações intensificadoras podem ser finitas ou não finitas. As finitas são introduzidas por uma conjunção subordinativa; as não finitas são introduzidas quer (a) por uma preposição, tal como *em*, *com*, *pelo* funcionando conjuntivamente, quer (b) por alguns conetivos, como *quando* (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004). No exemplo 14, o complexo hipotático exemplifica uma ocorrência de intensificação do tipo causa.

14	A mídia acrítica e a blogosfera repercutiram tudo, sem quaisquer questionamentos,	demonstrando um ambiente completamente idiotizado.    <b>T27</b>
	$\alpha$	$x\beta$
	$\alpha^x\beta$	

No exemplo, a oração não finita  $x\beta$  expressa o resultado da ação apresentada na oração dominante: o fato de a “mídia acrítica e a blogosfera repercutir tudo, sem quaisquer questionamentos” resultou na demonstração de “um ambiente completamente idiotizado”. Consequentemente, temos, nesse caso, de acordo com a proposta hallidayana, uma circunstância de causa resultado expressa pela oração dependente.



Além dessa subclassificação da relação causal, Halliday e Matthiessen (2004; 2014) propõem outras, não apenas para a circunstância de causa, mas também para as demais que são expressas por meio de complexos oracionais, sejam paratáticos, sejam hipotáticos.

No exemplo 15, os complexos apresentados ilustram algumas dessas categorias verificadas no *corpus* de análise.

15	(a)     Desta forma, o WWF pega um factóide monstrengo,	acrescenta comentários,	e a mídia digere	e divulga acriticamente todas as besteiras inconvenientes.
	1	x2	x3	x4
	$1^{\wedge}x2^{\wedge}x3^{\wedge}x4$			
	(b)     Tivemos vinte anos entre 1992 e 2012	e o enfoque midiático pouco deixou de ser a velha luta pelo poder nos vários países, os movimentos político-eleitorais com o sobe-e-desce entre direita e esquerda e também os vãos e desvãos da economia internacional.		
	1	x2		
	$1^{\wedge}x2$			
	(c)     O documento estimula o investimento na exploração sustentável de florestas tropicais,	mas induz a interpretações equivocadas da questão climática, escondendo as causas urbanas e industriais do aquecimento global.		
	1	+2		
		mas induz a interpretações equivocadas da questão climática,	a	escondendo as causas urbanas e industriais do aquecimento global.
		$\alpha$		$x\beta$
$1^{\wedge}+2(\alpha^{\wedge}x\beta)$				

No exemplo 15a, temos uma sequência de orações paratáticas expressando a circunstância de tempo subsequente. Mais do que uma simples adição de ações elencadas em sequência, as orações intensificadoras constroem a ideia de que uma sucede a outra temporalmente. Em outras palavras, o significado expresso pelo complexo remete à ordenação de que primeiro “o WWF

pega um factóide monstrengo”, depois “acrescenta comentários”, depois “a mídia digere” e, por fim, “divulga acriticamente todas as besteiras inconvenientes”.

No exemplo 15b, a oração x2 intensifica a oração 1 ao instaurar, parataticamente, a relação circunstancial de causa condição concessão. Do nexó formado pelas duas orações, é possível inferir que, embora tenha se passado vinte anos, o “enfoque midiático” pouco mudou, o que foge ao que é esperado e normalmente acontece em uma sociedade globalizada e em constante evolução.

No exemplo 15c, por sua vez, as orações do nexó oracional que constitui o ninho em um complexo paratático estabelecem entre si uma relação circunstancial de modo meio. Na forma não finita, a oração x $\beta$  expande a dominante ao expor o modo como a “mídia induz a interpretações equivocadas da questão climática”.

A intensificação, juntamente com a extensão e a elaboração, constituem a tríade tipológica da relação lógico-semântica de expansão, mecanismo pelo qual uma oração tem seu significado ampliado de modo a especificá-lo, adicioná-lo ou intensificá-lo. No Quadro 12, são sumarizadas essas três relações e alguns dos elementos coesivos que formam complexos oracionais acompanhados de seus significados.

Elemento coesivo	Relação lógico-semântica de expansão		
	Elaboração (=)	Extensão (+)	Intensificação (x)
E		Aditivo: “e também”	Temporal: “e depois” Causal: “e assim”
MAS		Adversativo: “por outro lado/em vez de”	Concessivo: “no entanto/embora/ainda que”
AINDA		Adversativo: “por outro lado”	Concessivo: “no entanto/embora”
OU	Exposição: “ou melhor”	Alternativa: “em vez”	
ENQUANTO		Aditivo: “e também” Adversativo: “e ainda”	Temporal: “mesmo tempo/enquanto isso” Concessivo: “no entanto”
COMO			Temporal: “mesmo tempo/quando” Causal: “razão/porque”
DESDE			Temporal: “tempo diferente/depois” Causal: “razão/porque”

SE		Alternativa: “se não...[então]/ou”	Condicional positivo: “no caso”

Quadro 12 – Sumarização das relações lógico-semânticas de expansão e elementos coesivos (traduzido e adaptado de Halliday e Matthiessen (2004, p. 422).

Em conjunto com a projeção, a expansão forma o sistema lógico-semântico descrito por Halliday (1994) e Halliday e Matthiessen (2004; 2014). Assim, para melhor entendermos esse sistema, na próxima seção (1.2.1.2), discorreremos sobre as categorias da projeção, recurso por meio do qual expressamos logicamente locuções e ideias.

### 1.2.1.2 Relação lógico-semântica de projeção

A projeção é a relação lógico-semântica em que uma oração passa a funcionar não como uma representação direta (não linguística) da experiência, mas como uma representação de uma representação (linguística) (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004). Assim, de acordo com Halliday e Matthiessen (2004), por meio de projeção, uma oração é configurada como a representação do conteúdo linguístico de outra: ou o conteúdo de uma oração verbal, ou o conteúdo de uma oração mental, como resume o Quadro 13.

PROJEÇÃO	Subtipo e notação	Função prototípica
	Locução (“)	é a representação do conteúdo de uma oração verbal – o que é dito.
Ideia (‘)	é a representação do conteúdo de uma oração mental – o que é pensado.	

Quadro 13 – Relação lógico-semântica de projeção e seus subtipos (com base em HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004).

No texto, a projeção é utilizada para atribuir vozes a fontes externas em notícias, para representar pontos de vista no discurso científico, para a construção de um diálogo na narrativa, para formular perguntas na conversa (HALLIDAY;

MATTHIESSEN, 2004). Todas essas funções são desempenhadas por projeções associadas a três sistemas: (i) o nível da projeção (ideia vs. locução); (ii) a função de fala (projeção de proposição vs. projeção de proposta); (iii) o modo da projeção (relato hipotático vs. citação paratática).

Conforme Halliday e Matthiessen (2004), no nível da projeção, a oração secundária é projetada por meio da oração primária, que a instaura como uma locução ou uma ideia, conforme exemplificado a seguir. Dessa forma, a projeção pode envolver qualquer um dos dois níveis do plano de conteúdo da linguagem: projeção de fraseado, ou de significado (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004). Nas convenções de desenhos animados, esses dois níveis são marcados pela representação das ideias em forma de “nuvens”, enquanto as locuções são representadas em “balões”.

16	Apenas sei	que é preciso [[fazer isso]].
	$\alpha$	$\beta$
	$\alpha^{\wedge}\beta$	

No exemplo 16, a oração projetada  $\beta$  completa o sentido da oração projetante ao trazer o conteúdo sabido, configurando uma projeção de significado.

Com relação às funções de fala, Halliday e Matthiessen (2004) explicam que tanto proposições quanto propostas podem ser projetadas, bem como suas funções de fala específicas, como declaração e pergunta, oferta e comando<sup>36</sup>, respectivamente. No exemplo 17, temos uma projeção de proposta.

17	Já sugeri uma vez,	e repito: pegue seu boné, mas não esqueça dos coletes, e vá tomar sol na sua praia do Leblon, senhor ministro da teimosia.
	1	+2

<sup>36</sup> De acordo com Halliday e Matthiessen (2004), no ato de fala, o falante (ou escritor) adota para si mesmo um papel de fala particular e, por conseguinte, atribui ao ouvinte (ou leitor) um papel complementar, o qual espera que seja aceito. Dessa relação dialógica, têm origem os dois papéis de fala: dar (*giving*) e solicitar (*demanding*) bens-e-serviços ou informações. Essas duas variáveis de troca tomadas juntamente aos dois papéis fundamentais de fala determinam as quatro funções primárias da fala: oferta, ordem, declaração e pergunta. Dessa forma, acrescentam Halliday e Matthiessen (2004), quando a linguagem é usada para troca de bens-e-serviços nas funções de oferta (dar bens-e-serviços) e ordem (pedir bens-e-serviços) a oração se configura como proposta, não podendo ser refutada ou discutida pelo ouvinte (leitor). Quando a linguagem é usada para troca de informações nas funções de declaração (dar informação) e pergunta (pedir informação), a oração toma a forma de uma proposição, que pode ser aceita ou contestada, discutida pelo ouvinte (leitor).

		e repito:	pegue seu boné, mas não esqueça dos coletes, e vá tomar sol na sua praia do Leblon, senhor ministro da teimosia.		
		1	"2		
			pegue seu boné,	mas não esqueça dos coletes,	e vá tomar sol na sua praia do Leblon, senhor ministro da teimosia.
			1	x2	x3

Na construção paratática presente em 17, "2 é uma proposta do tipo comando projetada por 1. Além de apresentar o conteúdo "repetido", a projeção assume característica imperativa, pois dita ao "senhor ministro" o que deve fazer.

Ainda com relação às funções de fala da projeção, Halliday e Matthiessen (2004) atentam para o fato de que a projeção paratática permite uma maior gama de possibilidades de representação, não só proposições e propostas, mas também orações menores, tais como saudações e exclamações. Essa característica da parataxe, acrescentam os autores, faz parte do princípio geral de que relatos reduzem o potencial para projetar características dialógicas. Por exemplo, elementos vocativos (orações menores) podem ser citados, mas não podem ser comunicados no relato. Da mesma forma, as marcas dialógicas presentes em "Que vício idiota esse, não é mesmo?" e "Um exemplo?", ao serem representadas hipotaticamente, perder-se-iam.

No que se refere ao terceiro sistema, o modo de projeção, as orações projetantes e projetadas combinam-se entre si pelos mesmos mecanismos de interdependências que ocorrem com a expansão: (i) as relações táticas de parataxe e hipotaxe e (ii) e as relações de encaixamento. Conforme a relação de interdependência escolhida para projetar uma locução ou uma ideia, teremos uma **citação** ou um **relato**<sup>37</sup> (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004), como exemplificamos na sequência.

<sup>37</sup> Citação e relato (com iniciais minúsculas), no âmbito do complexo oracional, diferem-se das categorias Citação e Relato (com iniciais maiúsculas) do sistema de transitividade. No nível da oração, na transitividade, Citação e Relato são categorias próprias aos processos verbais, ao passo que no nível acima da oração, abordado nesta seção, citação e relato são categorias comuns a projeções mentais e verbais.

18	(a)     “A produção de uma xícara de café exige 140 litros d’água,	anunciou a organização de proteção do meio ambiente Fundo Mundial para a Natureza (WWF), em comunicado [[divulgado dia 13 de março último à margem do Fórum Mundial da Água, [[celebrado em Marselha, sul da França]]]].    <b>T27</b>
	“1	2
	“1^2	
	(b)     A Folha de S.Paulo informa	que a votação da proposta de mudança no Código Florestal Brasileiro deverá ser adiada para depois das eleições.     <b>AO2</b>
	α	“β
α^β		

No exemplo 18a, a oração “1 é projetada parataticamente pela oração 2, o que significa que a projeção é representada como uma **citação**. Em contraste, em 18b, a oração “β é projetada hipotaticamente pela oração α, o que significa que a projeção é representada como um **relato**, como algo dependente da oração projetante, ou seja, algo que não pode existir por conta própria.

Nível de projeção e modo de projeção, de acordo com Halliday e Matthiessen (2004), se cruzam para definir quatro tipos de nexos: (i) projeção de locução paratática e (ii) hipotática; (iii) projeção de ideia paratática e (iv) hipotática.

A citação com processos verbais, representação paratática da projeção de locução, é a forma simples de projeção, em que a oração projetante é uma oração com processo verbal (de dizer) e a oração projetada representa o que é dito (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004), tal como mostrado no exemplo 19. Sempre textualizada entre aspas duplas (“ ”), a oração projetada mantém todas as características interativas da oração como troca, incluindo o potencial avaliativo, vocativos e palavrões, as seleções de tom e elementos textuais continuativos.

19	O cálculo de 140 litros para uma xícara de café compreende, segundo o WWF, a água [[usada no cultivo do pé de café, na colheita, no transporte, na venda e no preparo]],	explicou a ONG. <b>T27</b>
	“1	2
	“1^2	

No exemplo 19, a oração “1 traz, de forma direta, o conteúdo linguístico que constitui a verbalização projetada pelo processo verbal “explicar”.

Quanto à natureza, a oração projetada do tipo locução representa um “fraseado”, i.e, o fenômeno que ela representa é léxico-gramatical (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004), como verificado no exemplo anterior, em que a oração projetante “explicou a ONG” representa um fenômeno comum da experiência, ao passo que a oração projetada “O cálculo de 140 litros para uma xícara de café compreende, segundo o WWF, a água usada no cultivo do pé de café, na colheita, no transporte, na venda e no preparo,” representa um fenômeno de segunda ordem, algo que é, por si só, uma representação.

Além de representar o dizer de forma direta, por meio da citação, é possível reportá-lo, representando-o como um significado (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004). No entanto, no relato com processos verbais, na representação hipotática da projeção de uma locução, observam Halliday e Matthiessen (2004), o evento verbal não é, de fato, apresentado como verdade, pois o falante está relatando a essência do que foi dito e o fraseado pode ser bastante diferente do original, o que pode ser observado no exemplo 20.

20	O documento da Rio+20 diz	que as mulheres não têm direito sobre seu corpo!	<b>AO9</b>
	$\alpha$		$\beta$
	$\alpha^{\beta}$		

Conforme o complexo oracional presente em 20, o conteúdo relatado em “ $\beta$ ” representa o que foi dito pelo “documento da Rio+20”, porém, não é possível saber até que ponto essa representação linguística é fiel à original. Dito de outro modo, “que as mulheres não têm direito sobre seu corpo!” é a “representação da representação” do conteúdo projetado pelo processo “dizer”.

Assim como as locuções, as ideias também podem ser citadas e relatadas. A citação com processos mentais, realização paratática da projeção de ideia, representa o pensamento como se fosse um texto (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004), como exemplificado em 21. Sua ocorrência, explicam Halliday e Matthiessen (2004; 2014), é consideravelmente restrita, já que o padrão típico para representar o pensar é o hipotático.

21	[[Quem acompanhou a evolução da agricultura brasileira nas últimas três décadas]] sabe	quanto mudaram os padrões de manejo de solo e de relação dos produtores comerciais com o ambiente.     ..... <b>A07</b>
	1[[ ]]	'2
	1[[ ]]^2	

No exemplo 21, o que é “sabido” é textualizado de forma direta pela oração projetada ('2). Por outro lado, nos casos em que a representação da projeção de ideia se dá hipotaticamente, os nexos consistem em um fenômeno – a oração projetante –, e um metafenômeno<sup>38</sup> – a oração projetada (o "conteúdo" da oração projetante). No relato com processos mentais, a oração projetante é uma cognição, enquanto a oração projetada representa um sentido, uma impressão (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004), como exemplificado a seguir.

22	Ignoram	que o boi faz xixi.	<b>T27</b>
	$\alpha$		' $\beta$
	$\alpha^{\wedge}\beta$		

No exemplo 22, a oração projetada ' $\beta$  representa o conteúdo ignorado projetado pelo processo cognitivo da oração projetante.

Os processos mentais projetantes são, em grande parte, restritos a dois, dos quatro tipos: cognitivos (como nos exemplos 21 e 22) e desiderativos. Raramente ocorrem processos perceptivos e nunca emotivos como projetantes<sup>39</sup> (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004). Quando esses processos tiverem o conteúdo percebido ou sentido representado por uma oração, esta não constituirá uma projeção, mas apenas um Metafenômeno ou um Macrofenômeno, nos termos da transitividade. Conforme ressalta Eggins (2007), se for possível formar uma oração ativa com o Fenômeno da oração que acompanha o processo mental, esta não será projetada, mas apenas o participante, o que pode ser verificado no exemplo 23.

<sup>38</sup> Convém esclarecer que, assim como ocorre com outros termos, fenômeno e metafenômeno (com iniciais minúsculas) são termos próprios do complexo oracional e não mantêm correlação de significado ou de função com os termos Fenômeno e Metafenômeno, próprios da transitividade, que nomeiam participantes de orações mentais.

<sup>39</sup> Tendo em vista que a GSF hallidayana foi feita com base no inglês e para análises de textos nessa língua, seria válida a realização de estudos futuros sobre projeção com processos mentais para verificar se, em português, esse dado apontado por Halliday (1994) e Halliday e Matthiessen (2004; 2014) se confirma.



23	Em seu pragmatismo,	Dilma	não	percebeu	[[que talvez não tenhamos a Rio+40 [...]]    ..... <b>AO9</b>
	circunstância	Experienciador	Elem. Interpessoal	Proc. Mental perceptivo	Metafenômeno

Na oração presente em 23, “que talvez não tenhamos a Rio+40” é o Metafenômeno percebido por “Dilma”, o Experienciador da ação mental expressa pelo processo “perceber”. Transformando esse Metafenômeno em uma oração ativa, teremos “Talvez a Rio+40 não ocorrerá”, o que demonstra não constituir, de fato, uma oração projetada, mas apenas um participante oracional.

Segundo Halliday e Matthiessen (2004), algo que se projeta como um significado ainda é um fenômeno da linguagem – um metafenômeno –, mas apresentado em um nível diferente, no nível semântico, não léxico-gramatical. Quando alguma coisa é projetada como um significado, explicam os autores, já foi “processada” pelo sistema linguístico, ou seja, é um fenômeno da experiência que foi interpretado como um significado, tratado apenas uma vez, e não duas, como é o caso de uma locução/formulação, em que um fenômeno da experiência é primeiro interpretado como um significado e, em seguida, transformado em texto. A oração “Lamentavelmente ela será lembrada no futuro por esta omissão.”, por exemplo, pode ser interpretada como um sentido, por meio de um processo de cognição – alguém entende que –, ou ser representado como formulação, por meio de um processo verbal – alguém disse: –, em que o fenômeno é reconstruído para se tornar um texto.

Quando algo é projetado como um significado, não estão sendo representadas “as próprias palavras”, porque não há palavras; não há nenhum evento observado como um ponto de referência. A partir do ponto de vista da forma como a experiência é interpretada como primeiro sentido – semantizado –, ela é, em seguida, reinterpretada ou representada como formulação – gramaticalizada (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004).

Em resumo, as orações projetadas, em conformidade com Halliday e Matthiessen (2004), são orações que completam a oração projetante como uma ideia ou como uma locução. A presença da relação lógico-semântica de projeção determina sempre a ocorrência de complexos oracionais, que podem ser relacionados paratática ou hipotaticamente. Algumas exceções a essa regra,

porém, podem ocorrer sob a forma do que Halliday e Matthiessen (2014) denominam agnação.

Tanto projeção quanto expansão, explicam Halliday e Matthiessen (2014), podem se manifestar no nível da oração e no nível do complexo oracional. No nível oracional, essas relações lógico-semânticas realizam-se por meio de processos de agnação envolvendo elementos circunstanciais. No Quadro 14, padrões de agnação realizados por circunstâncias na oração são mostrados paralelamente a realização dos tipos lógico-semânticos no complexo oracional.

	Oração		Complexo oracional
	Tipos de processos	Tipos de circunstâncias	Tipo lógico-semântico
<b>Projeção</b>	[verbal] ele diz	[ângulo] de acordo com	[citação de dizer] ele diz que
	[mental] ele pensa	[ângulo] para ele	[relato de ideia] ele pensa que
<b>Expansão</b>	[relacional intensivo] ela era a líder	[papel] como a líder	[elaboração] sendo a líder
	[relacional possessivo] ela tem um cachorro	[acompanhamento] com um cachorro	[extensão] ela caminhou até o mercado, e o cão também
	[relacional circunstancial] o jantar era seguido de celebração	[localização] depois da celebração	[intensificação] jantaram e depois comemoraram.

Quadro 14 – Projeção e expansão manifestadas na oração e no complexo oracional (traduzido de Halliday e Matthiessen, 2014, p. 433).

No simplexo “Na avaliação do ministro, 70% do território nacional já é caracterizado hoje como reserva de alguma espécie” (AO1), por exemplo, a circunstância de ângulo “na avaliação do ministro” introduz um dizer, ou seja, realiza uma projeção no nível da oração. Desdobrando essa circunstância, teríamos, no nível do complexo oracional, a projeção “o *ministro avaliou que*”.

A presença de duas orações, como na forma desdobrada da projeção, porém, nem sempre constitui um complexo oracional. Esse é o caso das orações encaixadas. Além das relações táticas que se dão entre orações, Halliday e Matthiessen (2004) apontam a existência de um mecanismo semogênico, denominado encaixamento, por meio do qual uma oração ou sintagma passa a funcionar como um constituinte dentro da estrutura de um grupo, que, por sua

vez, já é um constituinte de uma oração. Assim, entre a oração encaixada, representada pela notação ( $[\ ]$ ), e a oração anterior, não há relação direta, ao passo que, entre a encaixada e oração em que ela está inserida, a relação é intermediada pelo grupo que ela constitui (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004). No exemplo 24, as orações encaixadas desempenham a função de determinante de um nome (a) e de participante (b).

24	(a)     O projeto do Código Florestal ainda tem que passar pelo Senado,	onde certamente se repetirá o jogo de pressões em troca de cargos e benesses [[que caracteriza a política nacional.]]   ..... <b>T22</b>
	$\alpha$	$x\beta[=[]]$
	$\alpha^x\beta[=[]]$	
	(b)    Mas a intenção da TV Bandeirantes não era [[provocar um debate esclarecedor sobre o tema]].	<b>AO6</b>

No exemplo 24a, “que caracteriza a política nacional” integra e define o grupo nominal “o jogo de pressões em troca de cargos e benesses”. Ambos fazem parte da oração hipotática  $x\beta$ . No exemplo 24b, a encaixada não acompanha um nome, mas o substitui. Ao substituí-lo, assume a função de um participante no nível da transitividade – Identificador, não constituindo, dessa forma, outra oração.

A oração encaixada funciona na estrutura do grupo, e o grupo na estrutura da oração (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004). Nesses termos, o encaixamento é, portanto, a “mudança de *ranking*” por meio da qual uma oração passa a funcionar no interior da estrutura de um grupo. Desse modo, a função característica de um elemento encaixado é de pós-modificador em um grupo nominal, núcleo de um grupo nominal (como uma nominalização) e pós-modificador em um grupo adverbial (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004).

Em contraste com a hipotaxe, em termos de função, explica Martin (2010), a oração hipotática ou elabora toda a oração anterior ou fornece mais informações sobre um participante dentro dela, cuja identidade já está completamente estabelecida. Uma oração encaixada, por outro lado, de certa forma constrói a identidade do participante. Em “os ambientalistas [[que defendem

o veto ao Código Florestal]]”, por exemplo, pode-se questionar: Quais ambientalistas? “Aqueles que defendem o veto ao Código Florestal”.

As orações encaixadas, de acordo com Bloor e Bloor (1995), funcionam como parte de um grupo nominal dentro de outra oração e servem para qualificar e complementar termos, nomes e também processos da oração dominante. Por consequência, o período que apresentar orações encaixadas é considerado como sendo uma única oração, embora continue sendo uma oração complexa.

Por não ter valor de oração e, portanto, não constituir complexos oracionais, mas apenas simplexos (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004), as ocorrências de encaixamento foram identificadas, já que era necessário para delimitarmos as orações, mas não são consideradas analiticamente neste trabalho, quando debruçamo-nos apenas sobre as relações entre as orações de fato. Conforme Gouveia (2012), citando Scheleppergrell (2004), por funcionarem como grupos nominais ou como parte de um grupo nominal, ao contrário das orações paratáticas e hipotáticas que contribuem para a estrutura do discurso, as orações encaixadas não trazem nenhum contributo independente para a estruturação do discurso.

O mecanismo de encaixamento, em conjunto com o sistema de taxes, parataxe e hipotaxe, e as relações lógico-semânticas de projeção e expansão constituem a base da metafunção ideacional lógica no nível do complexo oracional, sob o ponto de vista hallidayano. Esse modo de tratamento sistêmico-funcional dado ao complexo oracional por Halliday (1985, 1994) e Halliday e Matthiessen (2004) serve como base para a análise da realização léxico-gramatical da Estrutura Esquemática em artigos de opinião empreendida neste trabalho, cuja especificação metodológica é feita no capítulo seguinte.

## CAPÍTULO 02 – METODOLOGIA

Neste capítulo, apresentamos as escolhas metodológicas definidas para nos guiar no desenvolvimento deste trabalho, cujo propósito centra-se na verificação da estrutura composicional de artigos de opinião a partir da análise do complexo oracional e das relações lógico-semânticas que contribuem para a organização do texto. Nesse sentido, por estarmos trabalhando com textos da esfera midiática jornalística, no universo de análise, trazemos inicialmente informações sobre mídia e jornalismo opinativo.

Na sequência, discorreremos sobre a caracterização da pesquisa em termos teórico-metodológicos. Em seguida, trazemos informações sobre a contextualização, constituição, seleção e organização do *corpus* de análise. Posteriormente, apresentamos as categorias e os procedimentos de análise que nos orientam nas etapas analíticas dos textos selecionados.

### 2.1 Universo de análise

No intuito de situarmos contextual e conceitualmente o *corpus* de análise, na seção 2.1.1, apresentamos aspectos que julgamos relevantes para o conhecimento do contexto de produção e circulação dos textos pesquisados, já que trabalhamos com artigos de opinião *online* publicados no *site* do Observatório da Imprensa. Na seção 2.1.2, por seu turno, discorreremos sobre conceitos e características concernentes ao discurso jornalístico opinativo.

#### 2.1.1 Interação mediada e mídia jornalística *online*

Seja a mídia escrita, impressa ou *online*, seja a mídia oral, radiofônica, ou a visual, televisiva, dentre outras tantas formas de mídia que temos hoje, o seu desenvolvimento, conforme Thompson (2011, p. 21), “vem entrelaçado de modo fundamental com as principais transformações institucionais que modelaram o mundo moderno”. O domínio público, mediado, explica o autor, se tornou um

espaço complexo de fluxo de informação, em que palavras, imagens e conteúdo simbólico competem pela atenção popular, de modo que indivíduos e organizações procuram ser vistos e ouvidos ou, então, procuram evitar que outros o sejam.

De acordo com Thompson (2011), o desenvolvimento dos meios de comunicação cria formas de ação e interação que diferem do modelo de interação face a face que prevaleceu por um longo período da história humana. Com a dissociação do ambiente físico e a consequente possibilidade de interação entre indivíduos distantes no tempo e espaço, a criação de novas formas de comunicação promove uma reorganização dos padrões de interação humana. Essa reorganização efetivada pelo uso dos novos meios de comunicação, por sua vez, proporciona novas formas de agir a distância que permitem aos indivíduos não só dirigirem suas ações a pessoas dispersas espacial e temporalmente, mas também responderem a ações e acontecimentos ocorridos igualmente dispersos.

A transmissão de informação e conteúdo simbólico para indivíduos situados em espaços e/ou em tempos remotos é viabilizada pelo uso de meios técnicos – como papel, cabos elétricos, ondas eletromagnéticas, etc. –, que dão suporte à interação mediada (THOMPSON, 2011). A comunicação mediada pela internet, meio utilizado para a publicação dos textos ora analisados, conforme reporta Ferrari (2006), é a que mais tem se desenvolvido e popularizado, de modo que os sites vêm tomando o espaço de meios de comunicação tradicionais, como livros, jornais e até mesmo a televisão.

Como grandes *shopping centers*, comenta Ferrari (2006), os *sites* são divididos em âncoras e canais que oferecem uma variedade imensa de possibilidades aos seus visitantes. Com praticidade, os leitores digitais podem acessar, a custo zero, diferentes conteúdos, onde e quando quiserem, características que têm atraído cada vez mais público.

Esse crescente público internauta passou a estimular o desenvolvimento de novos *sites*, que o veem como leitores – e consumidores – em potencial. Foi assim, motivados por essa promessa de ampliação do seu público leitor, que a maioria dos *sites* jornalísticos, por exemplo, surgiram, como reprodutores do conteúdo impresso (FERRARI, 2006). Com o passar do tempo, explica a autora, a produção do conteúdo jornalístico para a internet passou a ser diferenciado, agrupando assuntos díspares que, editados por repórteres ou editores

especializados, acabam mudando e influenciando hábitos de leitura, alterando o código visual, a língua corrente, o modo de fazer compras, de portar-se diante da vida e, principalmente, alterando a cobertura da mídia.

Por meios virtuais ou tradicionais de comunicação, destaca Thompson (2011), a mídia participa ativamente na construção do mundo social. À medida que leva imagens e informações a indivíduos situados nos mais distantes e diversos contextos, “a mídia modela e influencia o curso dos acontecimentos, cria acontecimentos que poderia não ter acontecido em sua ausência” (p.156).

Por meio da produção e divulgação de verdades midiáticas, a mídia – leia-se comunicação mediada – leva o indivíduo a informar-se, a conhecer, a descobrir. Tais verdades, propõe Charaudeau (2012, p. 267), não são únicas, mas de vários tipos.

[...] há a verdade dos  *fatos*, que coloca o problema da autenticidade desses fatos; há a verdade da  *origem*, que coloca a questão dos fundamentos do mundo, do homem e dos sistemas de valores; há a verdade dos  *atos*, que parece emergir no instante mesmo de sua própria realização. E depois, há duas outras verdades que interessam particularmente ao espaço social: a verdade de  *opinião* e a verdade de  *emoção*.

A verdade de opinião, esclarece Charaudeau (2012), baseia-se em sistemas de crença e pretende ser compartilhada pela maioria. Desse compartilhamento, estabelece-se um consenso que seria garantidor de seu valor de verdade. No interior dessa verdade, são distinguidos três tipos de opinião:

A opinião comum, a mais amplamente compartilhada, expressa mais frequentemente por enunciados de valor geral (“Não se matam inocentes”); a opinião relativa, que se discute, mas que remete a uma convicção, expressa com a ajuda de enunciados modalizados (“Eu acho que é uma reação justa.”); a opinião coletiva, que emite um julgamento sobre os outros, encerrando-os numa categoria que os essencializa (“Os americanos são dominadores.”). Frequentemente se produzem deslocamentos de um tipo de verdade a outro (CHARAUDEAU, 2012, p. 267).

Transmitindo verdades, a mídia contribui para que estas se fixem como tais, ainda que provisoriamente. Ao fazê-lo, os meios de comunicação contribuem para a construção de opiniões, função que lhe é intrínseca e sobre a qual discorreremos na próxima seção.

### 2.1.2 Discurso jornalístico opinativo

O jornalismo, na visão de Marques de Melo (1985), é concebido como um processo social que se articula a partir da relação entre organizações formais e coletividades, através de canais de difusão que asseguram a transmissão de informações em função de interesses e expectativas. Em sua origem, os interesses do jornalismo e a expectativa do público receptor giravam em torno do exercício do poder político, da difusão de ideias, do combate a princípios e da defesa de pontos de vista. Nesse período, motivada pela fisionomia de atividade comprometida socialmente que adotara, a atividade jornalística assumiu uma característica que se tornaria peculiar: a expressão de opiniões (MARQUES DE MELO, 1985).

No entanto, associada à denúncia social, a expressão de opiniões, principalmente atacando o governo, conforme Marques de Melo (1985), atraiu a atenção daqueles que estavam no poder, que se sentiram incomodados. Como reação e forma de frear a atitude crítica do jornalismo, aponta o autor, estabeleceram o mecanismo da censura, uma forma de amenizar o jornalismo de opinião e estimular o jornalismo de informação. A partir de então, século XIX, o jornalismo informativo figurou como hegemônico.

Mesmo enfraquecido, o jornalismo opinativo não desapareceu, resiste em espaços especiais a ele destinados, ou disperso na informação. Por mais que as instituições jornalísticas tenham uma orientação definida (posição ideológica ou linha política), em torno da qual procuram estruturar suas mensagens, segundo Marques de Melo (2003), subsiste sempre uma diferenciação opinativa no sentido de atribuir valor aos acontecimentos. Conforme o autor, no jornalismo, existe uma abertura para que a valorização das notícias possa ensejar a circulação de diferentes pontos de vista.

Essa valorização dos acontecimentos concretiza-se por meio dos gêneros<sup>40</sup> opinativos, categorizados no contexto brasileiro pelo pesquisador Luiz Beltrão. Baseado nessa categorização e nas premissas que a orientaram, Marques de

---

<sup>40</sup> Nesta seção, o termo “gênero” é utilizado segundo a perspectiva do jornalismo, não sob a perspectiva de gêneros textuais do campo da linguística, de modo especial da Sistêmico-Funcional. Sob a visão jornalística, explica Marques de Melo (1985), os gêneros são formas de expressão que os jornalistas buscam para comunicar. Essas formas são determinadas pelo estilo, que “depende da relação dialógica que o jornalista deve manter com o seu público, aprendendo seus modos de expressão (linguagem) e suas expectativas (temáticas)” (p.33).



Melo (1985) propõe a sua classificação para os gêneros pertencentes ao jornalismo opinativo, qual seja: editorial, comentário, artigo de opinião, resenha, coluna, crônica, caricatura e carta.

Esses gêneros, segundo Marques de Melo (2003), emergem de quatro núcleos distintos: a empresa, o jornalista, o colaborador e o leitor. A opinião da empresa aparece nas diretrizes editoriais e no gênero editorial; a do jornalista em comentários, colunas, resenha e artigos de opinião; a do colaborador por meio de artigos de opinião, e o leitor por meio de cartas. Aqui, dado o escopo desta pesquisa, detemo-nos no artigo de opinião.

Agrupados na área da opinião, evidencia Marques de Melo (2003), esses gêneros têm a estrutura da mensagem co-determinada por variáveis controladas pela instituição jornalística que assumem duas feições: autoria (quem emite a opinião) e angulação (perspectiva temporal ou espacial que dá sentido à opinião). No caso do artigo de opinião, a autoria é definida e explicitada, servindo como indicador que orienta a sintonização do receptor; a angulação é determinada pela competência dos autores na busca dos valores inerentes aos fatos que analisam (MARQUES DE MELO, 1985).

Tradicionalmente, o artigo de opinião, ou artigo assinado, como aponta Marques de Melo (2003), está no agrupamento dos gêneros da ordem do argumentar devido às características que lhe são peculiares, como a discussão de assuntos ou problemas sociais polêmicos, buscando chegar a um posicionamento diante deles pela sustentação de uma ideia. No caso desta tese, os textos que constituem o *corpus* de análise abordam um assunto bastante controvertido enquanto esteve em pauta: o Código Florestal Brasileiro e sua reformulação. Para estudarmos como a problematização desse tópico é textualizada, tendo como referência categorias analíticas advindas da Linguística Sistêmico-Funcional, e interpretarmos os significados construídos pela linguagem, utilizamos de forma combinada métodos qualitativos e quantitativos, como explicamos logo em seguida, na seção 2.2.

## 2.2 Caracterização da pesquisa

Tendo em vista os objetivos anteriormente definidos, esta tese caracteriza-se como uma pesquisa interpretativista. A escolha por esse delineamento metodológico encontra respaldo na concepção da forma de produção de conhecimento que subjaz a perspectiva interpretativista, cujo acesso ao fato – a identificação da Estrutura Esquemática de gênero instanciada em artigos de opinião e dos padrões linguísticos que a realizam tendo por base o complexo oracional, no caso deste trabalho – deve ser feito, conforme Moita Lopes (1994), por meio da interpretação dos vários significados que o constituem.

Para chegar a essa interpretação, ressalta Motta-Roth (2003), ao longo do processo de investigação e análise, faz-se necessário situar os dados no seu contexto de situação e, ao mesmo tempo, relacioná-los às teorias adotadas e a contextos mais amplos (de cultura). Ao mesmo tempo em que se busca significação na recorrência linguística, tenta-se explicar qualitativamente a natureza e o(s) significado(s) desses elementos. Em vista disso, o desenvolvimento analítico deste trabalho baseia-se na abordagem de pesquisa qualiquantitativa ou, nos termos de Creswell (1994, p. 42), na abordagem de métodos mistos.

A pesquisa de métodos mistos, conforme Creswell (1994), é uma abordagem investigativa que envolve suposições filosóficas, o uso de abordagens qualitativas (descritivas) e quantitativas (interpretativas) e a associação de ambas em um estudo. Em virtude disso, a abordagem de métodos mistos não é apenas uma simples coleta e análise dos dois tipos de dados, mas envolve também o uso das duas abordagens em conjunto, em que a descrição e a interpretação caminham juntas e corroboram entre si, a fim de que a força geral de um estudo seja maior do que a da pesquisa qualitativa ou quantitativa isoladamente.

A pesquisa quantitativa, com base em Creswell (1994), é um meio que permite examinar e relacionar variáveis. Essas variáveis podem ser medidas utilizando instrumentos específicos, a fim de que os dados numéricos possam ser analisados por procedimentos estatísticos. O método quantitativo, comenta Neves (1996), permite também congregação e identificação de variáveis específicas, enriquecer constatações obtidas sob determinadas condições, com dados obtidos

dentro do contexto natural de sua ocorrência, e reafirmar a validade e confiabilidade das descobertas.

Conforme Gil (2002), os objetivos de uma pesquisa quantitativa/descritiva são descrever características de determinado fenômeno e estabelecer relações entre variáveis. Assim, a adoção de uma metodologia descritiva nos possibilita verificar as características composicionais e lógico-semânticas da estrutura expositiva em artigos de opinião, a partir da análise do complexo oracional, e padrões de uso por meio da quantificação de variáveis encontradas. Além disso, ainda de acordo com Gil (2002, p. 42), “algumas pesquisas descritivas vão além da simples identificação da existência de relações entre variáveis, e pretendem determinar a natureza dessa relação. Nesse caso, tem-se uma pesquisa descritiva que se aproxima da explicativa”.

Para dar conta da explicação das variáveis e fenômenos descritos, utilizamo-nos da pesquisa qualitativa, definida Creswell (1994) como um meio para explorar e entender o significado que os indivíduos ou os grupos atribuem a um problema social ou humano. O processo de pesquisa dessa natureza, segundo o autor, envolve questões e procedimentos que emergem do *corpus* de análise; a análise dos dados, construída indutivamente a partir das particularidades e da aplicação das categorias de análise; e as interpretações feitas pelo pesquisador acerca do significado dos dados.

As abordagens qualitativa e quantitativa, segundo Walsh (2011), não devem ser encaradas como dicotômicas, pois muitas pesquisas qualitativas usam a quantificação e, da mesma forma, muitos estudos quantitativos fazem julgamentos qualitativos. De acordo com Neves (1996, p. 02), essas duas abordagens “não se contrapõem; na verdade, complementam-se e podem contribuir, em um mesmo estudo, para um melhor entendimento do fenômeno estudado.” Em resumo, “combinar técnicas quantitativas e qualitativas torna uma pesquisa mais forte e reduz os problemas de adoção exclusiva de um desses grupos” (NEVES, 1996, p. 02).

Assim, consoante às considerações sobre a abordagem qualiquantitativa, salientamos a pertinência da opção pela pesquisa de métodos mistos, tendo em vista que as análises empreendidas nesta tese são pautadas nos princípios sistêmico-funcionais hallidayanos, segundo o modelo analítico proposto deve ser

usado para a leitura e a análise de textos a partir do contexto, já que oferece categorias linguísticas e semânticas para descrevê-los e interpretá-los.

Por conceber a linguagem como um processo interativo e social, a LSF oferece categorias que possibilitam descrever e analisar a linguagem em uso e em um contexto social específico. Conforme Halliday e Matthiessen (2004), sob a perspectiva da LSF, a semântica se sobrepõe à sintaxe e o texto é explorado em relação ao contexto em que se insere, em que funciona e põe a linguagem em funcionamento. A linguagem do texto, por sua vez, conforme é reforçado pela Teoria de Gênero e Registro, possibilita a dedução do contexto; o contexto, por seu turno, possibilita a previsão do texto (EGGINS; MARTIN, 1999).

Neste trabalho, categorias advindas da LSF permitem-nos analisar a linguagem em funcionamento no contexto de artigos de opinião, publicados no site do Observatório da Imprensa, que, por sua vez, inserem-se em outro contexto específico, o de reformulação do Código Florestal Brasileiro. Por conseguinte, para chegar a padrões de uso da linguagem caracterizadores do gênero, não nos detemos apenas na materialidade do texto, mas buscamos subsídios, motivações que as justifiquem, também, nos contextos que as circunscrevem.

Nesse sentido, a opção pela base metodológica de pesquisa interpretativista de cunho qualiquantitativo deve-se ao fato de que partimos das descrições contextual (variáveis de registro) e textual (etapas e fases, estruturas lógicas do complexo oracional), para uma etapa interpretativa, em que os dados obtidos na etapa descritiva são quantificados e associados a fatores contextuais. Com essa associação metodológica, podemos empreender a identificação e categorização de padrões caracterizadores do gênero instanciado na amostra de artigos de opinião analisada, em português brasileiro.

Para subsidiar o percurso teórico-metodológico ora exposto, circunscrito no campo teórico da Linguística Sistêmico-Funcional, são adotados dois pilares teóricos centrais: 1) a Gramática Sistêmico-Funcional hallidayana (HALLIDAY, 1985, 1994; HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, 2014), da qual nos utilizamos da concepção de contexto – de situação e de cultura – e de categorias do complexo oracional; 2) a perspectiva de Gênero e Registro (R&GT) (EGGINS; MARTIN, 1999; EGGINS, 2004; MARTIN; ROSE, 2008; MARTIN, 2009; ROSE, 2011; ROSE; MARTIN, 2012), da qual adotamos categorias para a descrição e análise de gênero sob o ponto de vista funcionalista da Escola de Sydney.

Em complementação ao quadro teórico necessário para a análise dos dados linguísticos, utilizamos teorias relacionadas ao âmbito jornalístico, com base principalmente em Marques de Melo (1985; 2003), Thompson (2011) e Charaudeau (2012), que são referenciadas também ao longo da discussão dos resultados. Essas considerações teóricas nos auxiliam na compreensão do funcionamento e das características desse contexto e, com isso, na interpretação dos dados linguísticos.

Tais pressupostos teóricos, bem como os métodos de análise descritivo-qualitativa, são aplicados a textos que instanciam a prática social de opinar sobre uma temática de interesse social. Esses textos constituem o *corpus* de análise, apresentado na sequência.

### 2.3 Constituição do *corpus*

O *corpus* desta pesquisa é constituído por nove artigos de opinião sobre a temática do NCFB, cuja publicação se deu no período de quase três anos. Para chegarmos à sua constituição definitiva, os procedimentos de coleta e seleção dos textos seguiram **oito critérios**, a saber:

1. ter como meio de veiculação a *internet*;
2. pertencer ao discurso jornalístico;
3. ser o que popularmente se denomina artigo de opinião;
4. reportar-se ao NCFB, ao agricultor e/ou à agricultura no corpo do texto;
5. ter sido publicado no período compreendido entre o início das discussões em torno da proposta de reformulação do Código Florestal Brasileiro (meados de 2009) e a sanção do projeto do NCFB pela Presidente Dilma Rousseff (final de 2012);
6. ter sido publicado originalmente no Observatório da Imprensa;
7. ser argumentativo;
8. serem todos de autores diferentes.

Com o desenvolvimento rápido e crescente da tecnologia e da *internet*, principalmente móvel, e com a sua popularização, a mídia *online* tem se tornado parte vida de um número cada vez maior de pessoas. Essa popularização, além

de tornar público o privado por meio de redes sociais, facilita o acesso a conteúdos jornalísticos de forma imediata e variada. Em poucos segundos, nos mais diversos lugares, é possível ter acesso a um número incalculável de informações.

Assim, a escolha pelo discurso jornalístico *online* se justifica, por um lado, pelas indiscutíveis influência e onipresença da mídia e, dentro desse universo, do discurso jornalístico na sociedade, por outro, pela facilidade e gratuidade de acesso. Além disso, destacamos como importante fator de escolha a grande amplitude que a proposta de formulação do NCFB teve na mídia/imprensa jornalística em geral.

Dentre os múltiplos textos que constituem o discurso midiático, de modo específico o jornalístico, figura o artigo de opinião, identificado, de acordo com a significação peculiar às instituições jornalísticas, como uma forma de expressão verbal, uma matéria jornalística em que alguém, seja ele jornalista ou não, desenvolve uma ideia mesclando opiniões e fatos (MARQUES DE MELO, 2003).

Em todos os artigos de opinião coletados, as ideias desenvolvidas têm como base a temática da proposta de reformulação do Código Florestal de 1965 com a criação do que se denominou “Novo Código Florestal Brasileiro”. Dentre os fatores que influenciaram tal escolha, está a experiência pessoal da autora desta tese. Filha e irmã de agricultores, o modo com que as questões ambientais, a agricultura e, por conseguinte, os agricultores eram associados em co-relação à proposta do NCFB motivou-me a trabalhar com textos que abordassem essa temática. Com a preocupação de conter o agravamento dos problemas climáticos, a agricultura passou a ser vista por muitos como uma vilã ambiental.

Também determinante na escolha foi o destaque dado pela mídia ao tema. Nas últimas décadas, a destruição, a necessidade de preservação e recuperação do meio ambiente têm sido motes bastante discutidos. Apontam-se causas, culpados, possíveis soluções e supostos responsáveis pela reversão da atual situação de desequilíbrio ambiental. Conferências mundiais são realizadas e acordos são firmados, como a Eco-92<sup>41</sup>, o Protocolo de Kyoto<sup>42</sup>, a Convenção do

---

<sup>41</sup> Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, realizada entre 3 e 14 de junho de 1992 no Rio de Janeiro (BARCELAR, 2010).

<sup>42</sup> Com oitenta e quatro países participantes, o encontro ocorreu na cidade japonesa de Kyoto, nome que deu origem ao protocolo e foi implantado de forma efetiva em 1997 (BARCELAR, 2010).

Clima de Copenhague<sup>43</sup> e a Rio+20<sup>44</sup>. Em meio às discussões, em 2009, sob contestações e incentivos, teve início o processo de reformulação do Código Florestal Brasileiro.

Com a relatoria do projeto a cargo do Deputado Federal Aldo Rebelo (PCdoB-SP), a redação do Novo Código Florestal Brasileiro foi alvo de inúmeros protestos e de uma infinidade de críticas, embora também tenha recebido alguns elogios. O fato é que as manifestações, positivas ou negativas, em relação ao tema foram numerosas e acaloradas ao longo dos três anos em que o projeto esteve em elaboração e tramitação na Câmara e no Senado. Dentre as inúmeras manifestações, estão as veiculadas por instâncias midiáticas. A cada avanço e modificação no projeto, novos dados e informações e, principalmente, especulações em torno do assunto eram trazidos ao conhecimento público pelos diversos canais de imprensa. Nesses canais, diversos pontos de vista eram igualmente expostos e defendidos por especialistas, ambientalistas, políticos, ruralistas, leigos, ativistas e jornalistas.

Tendo esse tema como critério, o critério seguinte – o período de publicação – foi consequência. Como o processo de formulação (ou reformulação) foi longo, estendendo-se por quase três anos, optamos por selecionar os artigos de opinião publicados desde o início do processo, ainda na fase apenas de discussões, em meados de 2009, até o momento em que o NCFB foi sancionado pela presidente Dilma Rousseff, no final de 2012.

Definidos os critérios até aqui expostos para o tipo de discurso, meio e período de publicação, tipo de texto jornalístico e tema, demos início à busca *online* por textos que atendessem a todos eles. Após várias pesquisas e tentativas de definição, encontramos, no *site* do Observatório da Imprensa (doravante OI), além de confiável, uma fonte com um número significativo de textos disponíveis sobre o tema.

“Uma das melhores e mais bem-vindas iniciativas brasileiras”, na visão de Guareschi e Biz (2009, p. 99), e uma entidade de credibilidade consolidada no contexto jornalístico brasileiro, visto que dá maior ênfase a publicações de

---

<sup>43</sup> Realizado nos dias 7 e 18 de dezembro de 2009, na Dinamarca, na cidade de Copenhague, o encontro ficou conhecido internacionalmente como COP-15 (BARCELAR, 2010).

<sup>44</sup> A Rio+20, uma das maiores conferências convocadas pelas Nações Unidas, foi realizada em agosto, na cidade do Rio de Janeiro e teve a presença de representantes de 188 países (ONU BRASIL, 2012).

personalidades com experiência jornalística, segundo Vasconcelos (2005), o OI é pioneiro do *media criticism* brasileiro, com quase vinte anos de experiência.

Instituído pelo Projor (Instituto para o Desenvolvimento do Jornalismo) com projeto original do Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo (Labjor), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), em São Paulo, conforme Vasconcelos (2005), o OI consistia inicialmente em um debate mensal concentrado no auditório da Unicamp, onde um pequeno público se reunia para analisar a cobertura nacional da mídia. Com a consolidação das discussões, surgiu a necessidade de atingir um público mais amplo, o que fez com que se pensasse em uma versão *on-line*, cujo projeto foi elaborado pelo Comitê Gestor da *Internet* no Brasil.

Sete meses depois, em 1º de abril de 1996, capitaneada pelo jornalista Alberto Dines, seu editor-chefe, e demais colaboradores, o OI teve sua primeira publicação *on-line*. A partir desse feito, o *Observatório* instalou-se definitivamente no universo *on-line*, iniciando aí sua solidificação como um dos maiores provedores da Internet brasileira e um dos mais respeitados órgãos de imprensa nacional (VASCONCELOS, 2005).

Conforme Merx (2001, p. 06), o OI “consagra um modelo que parte da sociedade civil, esperando que esta atinja sucessivos níveis de monitoração e atuação”. Assim, comentam Albuquerque, Ladeira e Silva (2002), além de um espaço de encontro e de confronto entre jornalistas e outros agentes sociais, o OI se apresenta como um *agente* que toma parte ativamente no debate, defendendo posições, buscando influenciar os outros agentes. Nesses termos, o OI pode ser entendido não apenas como um espaço em que os “jornalistas se engajam na construção de uma identidade comum, mas também como uma *arena* na qual os jornalistas disputam entre si e com outros agentes sociais os termos da definição dessa identidade” (ALBUQUERQUE; LADEIRA; SILVA, 2002, p. 167).

No entendimento de Garcia (2012), o OI é um espaço onde circula uma cultura comunicacional em busca de emancipação, autonomia, visibilidade e autoafirmação. Nesse espaço, explica a autora, o campo midiático se relaciona com os campos político, educacional, religioso, econômico e, em especial, o próprio campo midiático. Nessa conjuntura, as práticas discursivas associam-se a trabalhos sociais, o que possibilita a socialização no âmbito da informação, aprendizagem e crítica, fazendo do OI “um objeto complexo, constituído de



diversos elementos materiais e imateriais que dão vida e forma a ele” (GARCIA, 2012, p. 05).

Com a definição da fonte, teve início a coleta artigos de opinião com publicação no período preestabelecido. Essa coleta foi realizada no OI por meio da ferramenta de busca (*busca avançada*) existente no *site*. Obedecendo à temática pré-definida como critério de seleção, digitamos as palavras-chave “Novo Código Florestal Brasileiro”, “agricultor” e “agricultura” e restringimos a busca às opções *todas estas palavras* e *no texto da página*, o que determinou a obrigatoriedade de as três palavras estarem presente no corpo dos textos. Como resultado dessa busca, éramos direcionados a uma nova página com os títulos e *links* dos textos que atendiam a essas condições.

Alguns desses textos correspondiam a artigos de opinião, outros a comentários, no caso, comentários para o programa radiofônico do OI. Levando em consideração que, por serem produzidos para serem lidos/falados no rádio, a linguagem, nos comentários, teria características da linguagem oral, optamos por restringir nossa seleção apenas aos artigos de opinião. Caso adotássemos os comentários, ou também os comentários, precisaríamos levar em consideração essas características e atentarmos para as particularidades dessa linguagem, o que, no momento, não é nosso objetivo.

Por meio dos recursos *copiar-e-cola*, do *Microsoft Word*, os artigos de opinião eram copiados tal como estavam disponíveis no *site*. Concluído esse processo, os textos foram “limpos”, conforme expressão usada pela Linguística de corpus (BEBER-SARDINHA, 1994). O elementos extratextuais – o nome da seção em que o texto foi publicado, elementos icônicos relativos ao *facebook* e ao *tweet* – eram excluídos.

Desse processo de coleta, resultaram quarenta artigos de opinião. Dentre os textos coletados, havia seis que, antes de terem sido publicados no OI, foram publicados em outros veículos, mais especificamente em jornais e *blogs*. Por considerarmos uma quantia pouco significativa em relação ao total dos textos, optamos por excluí-los e ficarmos com uma única fonte – o OI –, tendo em vista que o fato de terem sido escritos para outro veículo pudesse interferir na construção e no conteúdo dos textos.

Os trinta e quatro artigos de opinião resultantes da aplicação de todos os critérios até aqui explicitados – que classificamos como “o *corpus* inicial” – foram

posteriormente lidos no intuito de identificar a estrutura básica que os compunha. Contrariando o que tradicionalmente a literatura afirma sobre artigo de opinião (ver MARQUES DE MELO, 2003; COSTA 2007; UBER, 2008; KÖCHE; BOFF; MARINELLO, 2011, por exemplo), muitos dos textos não apresentavam uma estrutura argumentativa, ou seja, não pertenciam à ordem do argumentar.

Neste trabalho, em consonância com Perelman (1993, p. 24), entendemos **argumentar** como "**fornecer argumentos**, ou seja, razões **a favor ou contra uma determinada tese**" [grifo nosso]. Em outras palavras, a **argumentação** é compreendida como a atividade cognitivo-discursiva que se realiza quando um ou mais indivíduos se empenham no **manejo de opiniões** divergentes, por meio da **formulação de razões em apoio a seus pontos de vista** e do exame e resposta à força e razoabilidade de perspectivas contrárias (LEITÃO, 2012, [grifo nosso]).

Assim concebendo a argumentação e tendo em vista as razões já apresentadas na Introdução<sup>45</sup>, verificamos quais artigos de opinião eram efetivamente argumentativos. O primeiro passo foi a identificação das partes que compunham os textos com base no que chamamos de classificação livre, ou seja, segundo uma categorização própria. Como resultado, obtivemos quatorze textos de natureza argumentativa (Apêndice B, Tabela 01).

Em seguida, o segundo passo visando à identificação da estrutura de todos os textos previamente coletados, em busca daqueles que seriam argumentativos, foi a aplicação das categorias advindas da Teoria de Gênero e Registro (ROSE, 2011). Tomando como pressuposto as famílias de gênero apresentadas por Rose (2011), quinze textos apresentavam uma Estrutura Esquemática correspondente à família de reação a textos (13 resenhas e 02 interpretações) e cinco correspondente à do relato. Nos quatorze que inicialmente havíamos identificado como argumentativos, por sua vez, a Estrutura Esquemática encontrada assemelhava-se àquela prevista para o gênero exposição de opinião (Apêndice B, Tabela 2) (ROSE, 2011), o que pretendemos confirmar com nossas análises.

Conforme explicitado, aplicando o sétimo critério (ser argumentativo), verificamos que a maioria dos textos não apresentava os elementos essenciais à estrutura argumentativa – tese e argumentos. Embora bastante presentes nos textos, as avaliações apareciam diluídas em meio a relatos de fatos e de

---

<sup>45</sup> Ver página 23.

discursos, não chegando a constituírem teses, tampouco a serem sustentadas por argumentos. Dessa forma, dentre o universo de trinta e cinco artigos de opinião, chegamos a quatorze que, de fato, correspondem a textos argumentativos.

Por fim, ao verificarmos a autoria dos textos, constatamos que havia cinco artigos de opinião de Luciano Martins Costa e dois de Richard Jakubaszko. Tendo em vista que estamos em busca da caracterização de artigos de opinião sob a perspectiva da R&GT, para chegarmos a um padrão de realização, em língua portuguesa, achamos por bem adotar um novo critério: a não repetição de autoria.

Segundo Köche, Boff e Marinello (2010), são os contextos de produção e circulação que determinam a configuração do texto. Nesses contextos, explicam as autoras, estão incluídos tanto **quem produziu o texto** e o local de produção quanto o local onde os possíveis interlocutores terão acesso ao texto e os próprios interlocutores. Assim, é a partir de características internas e externas ao texto (que configuram o contexto) que o texto ganha forma (KÖCHE; BOFF; MARINELLO, 2010, [grifo nosso]).

No que diz respeito ao artigo de opinião, Marques de Melo (1985) sustenta que uma das razões para que esses textos apresentem variação em sua concepção reside no fato de o artigo de opinião conferir liberdade ao seu autor “em relação ao tema, ao juízo de valor emitido, **e também em relação ao modo de expressão verbal**” (p. 94, [grifo nosso]).

Sob o ponto de vista Sistêmico-Funcional, o contexto situacional que envolve qualquer texto é constituído por três variáveis. Tendo em vista que uma delas, as relações, diz respeito justamente a quem participa da ação/da interação e a como esses participantes se colocam ou são colocados no texto (HALLIDAY, 1989), percebemos que a autoria interfere na configuração do registro, que se reflete textualmente (EGGINS; MARTIN, 2009).

Essa interferência no registro poderia resultar, nos textos de mesmo autor, em uma realização composicional e léxico-gramatical característica ao articulista. Essa característica, por seu turno, poderia comprometer nossas conclusões acerca da caracterização e padronização, em termos de gênero, para artigos de opinião publicados no OI, considerado um conjunto de textos diversos. Em decorrência disso, mantemos o primeiro texto de cada autor, com base em sua data de publicação, e descartamos os demais, o que resultou no **corpus final** da pesquisa, composto por **nove artigos de opinião**.

A argumentação, conforme já referido, demanda a apresentação de explicações, justificativas e razões. Para que essa apresentação seja efetiva, segundo Koch (2004), são utilizados como recursos relações lógico-sintáticas e semânticas, tratadas sob o ponto de vista hallidayano como hipotaxe e parataxe. Nesse sentido, os artigos de opinião definidos para análise, por serem de base argumentativa, possuem significativa presença de complexos oracionais, o que viabiliza a identificação de padrões de realização léxico-gramatical nesse nível, em língua portuguesa.

Dentre as dezesseis seções que constituem o *site* do OI, seis serviram de fonte para os nove artigos de opinião que integram o *corpus* de análise, quais sejam: Imprensa em Questão (03 textos); Feitos e Desfeitos (02 textos); Jornal de Debates (01 texto); Interesse Público (01 texto); Caderno de Cidadania (01 texto) e TV em Questão (01 texto).

A seção Imprensa em Questão (fonte de três textos), de acordo com Vasconcelos (2005), é uma das mais relevantes no OI, onde são avaliados possíveis desvios éticos da mídia, ou seja, nessa seção, seu papel de *media criticism* é claramente materializado, embora também se faça presente em todas as seções. As referências – e críticas – a outros jornalistas, a órgãos específicos da imprensa ou mesmo aos meios de comunicação em geral são características intrínsecas dessa seção.

Os textos selecionados distribuem-se entre os anos de 2009 (01 exemplar), 2010 (01 exemplar), 2011 (02 exemplares) e 2012 (05 exemplares). Organizados por data, os artigos de opinião receberam códigos de referência formados pelas iniciais AO (artigo de opinião) seguidas da numeração atribuída a cada texto conforme sua publicação. Dessa forma, o primeiro artigo do *corpus* – *O ministro turrão*, datado de 15/09/2009 – é referido como AO1, e assim sucessivamente.

Já organizados temporalmente, as informações sobre codificação, título, autoria, data de publicação, local e origem da publicação dos textos foram sumarizadas no Quadro 15. Enquadradas dessa forma, tais informações ficam mais fáceis de serem observadas, possibilitando uma visão geral dos textos.

Código	Título	Autor	Data de publicação e edição	Seção de publicação
AO1	O ministro turrão	Richard Jakubaszko	15/09/2009 na edição 555	Feitos e Desfeitos: Mídia e agronegócio
AO2	Como ludibriar o cidadão	Luciano Martins Costa	22/06/2010 na edição 595	Imprensa em questão: Código Florestal
AO3	Perplexidade diante de tantas escolhas	Fátima Feliciano	10/05/2011 na edição 641	Jornal de Debates: Mídia e ambiente
AO4	O dinheiro não tem ouvidos	Elaine Tavares	07/06/2011 na edição 645	Feitos e desfeitos: Belo Monte
AO5	Campo fértil para o jornalismo verde	Washington Araújo	06/03/2012 na edição 684	Caderno da Cidadania: RIO + 20
AO6	Um “duro golpe” na ética jornalística	Lorenzo Aldé	08/05/2012 na edição 693	TV em questão: Jornal da Band
AO7	Um debate desértico	Rolf Kuntz	08/05/2012 na edição 693	Imprensa em questão: Código Florestal
AO8	Como cobrir a Rio+20	Verena Glass	05/06/2012 na edição 697	Imprensa em questão: Meio ambiente e sustentabilidade
AO9	Dilma, a imprensa e os mediocres	Dioclécio Luz	03/07/2012 na edição 701	Interesse Público: Ecos da Rio+20

Quadro 15 – Dados de identificação dos artigos de opinião que constituem o *corpus*.

A autoria dos textos é distribuída entre nove articulistas: Luciano Martins Costa, Richard Jakubaszko, Fátima Feliciano, Elaine Tavares, Washington Araújo, Lorenzo Aldé, Rolf Kuntz, Verena Glass e Dioclécio Luz. Em pesquisas *onlines* sobre os autores, verificamos que a maioria possui formação jornalística, alguns possuem qualificação também em outra área, enquanto outros se especializaram em ramos particulares do jornalismo, como o político e o econômico. Muitos possuem afiliações a correntes ideológicas ou a grupos sociais, de modo que uns sejam ligados a questões ambientalistas, outros a questões agrícolas, o que se reflete claramente nos textos. Além disso, todos os articulistas possuem ao menos um vínculo profissional além daquele mantido com o OI. Dentre os nove, Luciano Martins Costa é o profissional com maior vínculo com OI, uma vez que é apresentador do programa *Observatório da Imprensa no Rádio* e membro do Projor – *Instituto Para o Desenvolvimento do Jornalismo*, uma das entidades constituintes do OI.

Trazidas ao conhecimento as informações sobre a constituição e organização do *corpus*, nas próximas seções explicitamos o percurso analítico

adotado. Compartilhando com Motta-Roth (2003, p.169) da visão de que toda metodologia de pesquisa se constrói a partir da junção de “uma ‘teoria’ mais ampla que tenta dar conta de fenômenos que se inscrevem em uma dada categoria e uma ‘técnica’ localizada para dar conta de uma situação específica que se quer investigar”, apontamos as categorias analíticas exploradas neste trabalho e as etapas delineadas para o desenvolvimento das análises.

## 2.4 Procedimentos de análise

A análise dos textos selecionados segue os passos analíticos previstos no projeto guarda-chuva (FUZER, 2014), além de se basear em outros trabalhos já realizados na área dos estudos linguísticos sistêmico-funcionais, citados ao longo da apresentação do percurso metodológico.

Basicamente, a análise organiza-se em **duas etapas principais**, sumarizadas no Quadro 16.

ANÁLISE CONTEXTUAL
1) Descrição e análise das variáveis de registro: campo, relações e modo;
ANÁLISE LINGUÍSTICA
1) Descrição do complexo oracional;
2) Identificação da Estrutura Esquemática de Gênero;
3) Sistematização da Estrutura Esquemática definidora dos artigos de opinião selecionados a partir das relações lógico-semânticas mapeadas.

Quadro 16 – Etapas e fases de análise do *corpus*.

A análise contextual, ponto de partida do percurso metodológico definido, é explicada na seção 2.4.1, apresentada logo em seguida.

### 2.4.1 Análise contextual: as variáveis de registro

Na perspectiva funcionalista de base hallidayana compartilhada por este trabalho, a relação texto/contexto é indissociável, uma vez que, de acordo com

Halliday (1989), um texto sempre está envolto por um contexto e um determina o outro. Da mesma forma, ao teorizar sobre o discurso midiático, Thompson (2011) argumenta que devemos “levar em consideração os contextos específicos dentro dos quais os produtos globalizados da mídia são recebidos e entendidos”. Nesse sentido, considerando a relevância assumida pelo contexto para a compreensão do texto, e vice-versa, faz-se imprescindível atentarmos para esse estrato, a ser analisado em termos das variáveis de registro.

Nessa etapa analítica, cuja organização se deu com base em Gouveia (2014), analisamos as três variáveis constituintes do contexto de situação que, conforme Halliday (1989), determinam o registro dos textos: **campo**, **relações** e **modo**. Em um primeiro momento, a análise do registro é feita de forma singular, analisando texto por texto (Apêndice C). Em um segundo momento, os resultados encontrados são analisados conjuntamente, de modo a verificarmos semelhanças e diferenças entre eles e chegarmos a um registro comum ao *corpus*, apresentado e discutido na seção 3.1 do capítulo de resultados, que contempla a apresentação e discussão da análise das variáveis de registro.

Ademais, para delinear o registro dos textos em questão, paralelamente à análise puramente contextual, apoiamos-nos em dados linguísticos que apontam para cada uma das variáveis e ilustram comprobatariamente nossas declarações e análises em relação ao contexto situacional.

As variações de registro, segundo Eggins e Martin (1999), são as responsáveis pelas diferenças entre um texto e outro, ao passo que o propósito comunicativo e a Estrutura Esquemática fazem com que textos se pareçam e pertençam a um mesmo gênero. Desse modo, conhecidas as peculiaridades de registros, partimos para a identificação e a análise linguística da estrutura que compõe os artigos de opinião estudados, cujos procedimentos adotados são descritos nas próximas seções.

#### 2.4.2 Análise linguística

A análise dos elementos linguísticos está organizada em três fases, já enumeradas no Quadro 16. Para defini-las, baseamos-nos no trabalho prévio de

Araújo (2007), que focaliza a descrição e padronização do sistema de projeção no português brasileiro, mas também nas tentativas de descrição e análises por nós realizadas ao longo da pesquisa. Assim, a primeira fase da etapa de análise linguística, que envolve a análise léxico-gramatical e composicional de artigos de opinião, comporta a descrição do complexo oracional, apresentada na próxima seção.

#### 2.4.2.1 Descrição do complexo oracional

Nesta fase metodológica, dando início à análise da linguagem no nível acima da oração, contemplamos as relações de interdependência e lógico-semânticas no intuito de verificar a realização do complexo oracional na constituição e organização da EEG dos artigos de opinião. Para isso, delineamos **três** passos de classificação e análise:

**1º)** identificação de orações menores, simplexos e complexos oracionais, atentando para as questões semânticas e formais, levando em consideração os casos em que a pontuação não representa os limites do complexo ou simplexo, mas um recurso estilístico, como se verifica no exemplo a seguir:

1[[=]]^+2	1	Por muitos anos <b>tivemos</b> em cena o jornalismo rural – aquele [[= que se aprendia na faculdade, que noticiava/ensinava ao agricultor uma nova técnica agrícola ou a fazer torta de abóbora na safra.]]
	+2	Mas, no geral, esse tipo de jornalismo não se <b>posicionou</b> muito em relação a temas agrários polêmicos, tais como reforma agrária, por exemplo, principalmente em tempos bichudos de ditadura militar.

Nesse complexo oracional, o ponto final que antecede o conector “Mas” não representa uma fragmentação semântica em relação ao texto que o antecede, e sim uma fragmentação formal apenas. O uso do conector deixa clara a relação lógico-semântica de contraste existente entre o que seriam dois simplexos. Desse modo, em construções como essa, consideramos as orações como constituintes de um complexo oracional.

**2º)** segmentação dos complexos oracionais em orações. Nesse processo, destacamos que, em estruturas modais, ou seja, com função de metáfora



interpessoal no nível da oração, serão consideradas como orações constituintes de complexos oracionais aquelas que, na transitividade, possuem função de participantes. Por exemplo, na construção “Acredito que nunca foi tão complicado cobrir a área de meio ambiente nas redações de jornais, revistas, rádios e TV”, embora tenhamos uma modalidade (“Acredito que”), na transitividade, “Acredito” seria o processo mental cognitivo que projetaria como Macrofenômeno “nunca foi tão complicado cobrir a área de meio ambiente nas redações de jornais, revistas, rádios e TV”, ou seja, o que é acreditado. Tendo isso em vista, no nível acima da oração, essa construção é classificada, neste trabalho, como um complexo oracional hipotático, em que a relação lógico-semântica verificada é a projeção de ideia. Por outro lado, construções modais que não desempenham função de participante, mas assumem papel de circunstância, não são consideradas oração, e sim um elemento dentro de outra oração. É o que ocorre, por exemplo, em “Mas esse “alguém”, é claro, nunca são os ricos”, em que a construção “é claro” assume a função de uma circunstância, podendo ser substituída por *certamente*, *com certeza*, dentre outras.

**3º)** identificação e categorização das relações de interdependência (parataxe e hipotaxe) e das relações lógico-semânticas (projeção ou expansão) e de seus subtipos (locução ou ideia; elaboração, extensão ou intensificação, respectivamente). Para as discussões apresentadas ao longo do Capítulo de resultados, foram usados apenas alguns trechos de análise, porém, a descrição foi feita na totalidade dos nove artigos de opinião. Para ilustrar como esse procedimento foi feito, no Apêndice D, apresentamos a identificação e a categorização dos componentes do complexo oracional empreendida em um texto.

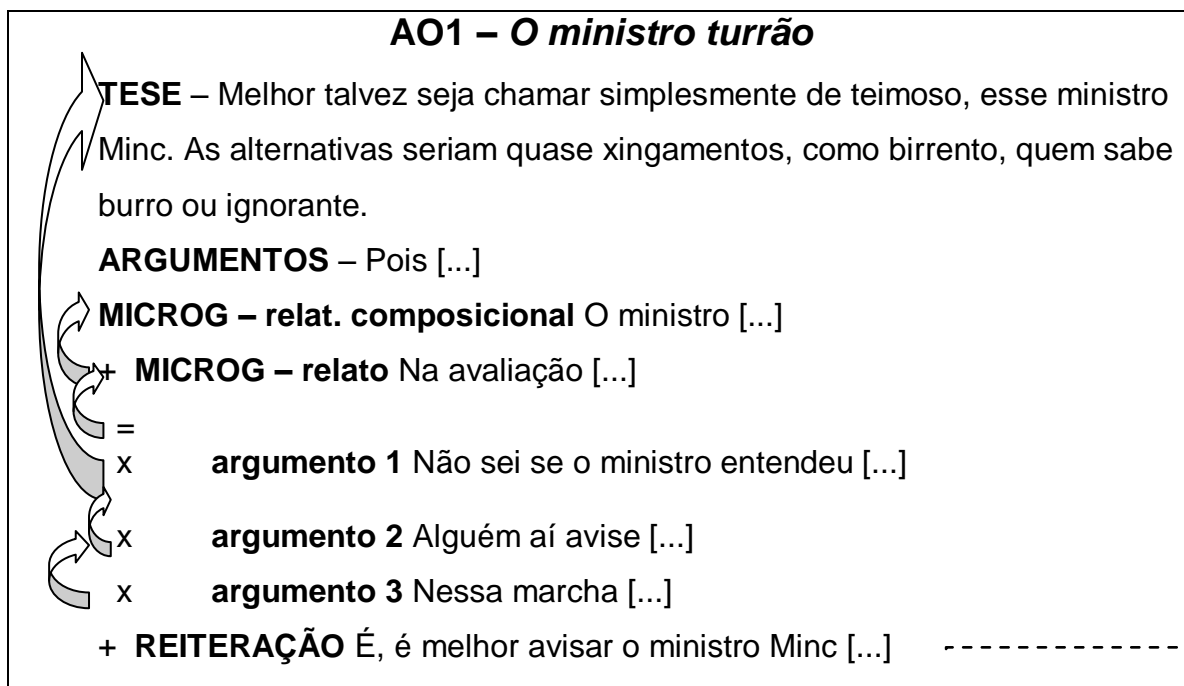
Descritos e organizados, esses dados são levados em consideração para a identificação da EEG e de como ela se organiza. Conhecendo de modo mais detalhado tanto o registro quanto sua realização linguística nos textos, demos início à identificação da EEG, tal como explicitamos na seção a seguir.

#### 2.4.2.2 Identificação da Estrutura Esquemática de Gênero

Na R&GT, os gêneros são concebidos como a associação de um objetivo comunicativo (contexto de cultura) a uma configuração específica de campo, relações e modo (contexto de situação) (MARTIN, ROSE, 2008). Para atingir tal objetivo, o texto é organizado em etapas e fases, de modo a constituir a Estrutura Esquemática do Gênero (EEG). Essa EEG, por seu turno, conforme Woodward-Kron (2005), pode ser complementada com a inserção de outros gêneros elementares encaixados a ela. Ou seja, é possível a construção de macrogêneros, nos quais podem ser encaixados um ou mais microgêneros.

Cientes disso, cada artigo de opinião foi lido e analisado a fim de identificar neles não apenas as etapas e fases características ao gênero dominante no texto, mas possíveis gêneros elementares encaixados. Conforme as várias releituras, identificávamos e demarcávamos as etapas e fases do gênero dominante e também microgêneros instanciados pelos textos (Apêndice E).

Para a identificação e delimitação tanto das etapas e fases do gênero dominante quanto dos microgêneros que eram verificados, baseamo-nos nas relações lógico-semânticas que são estabelecidas pelos complexos oracionais na organização do texto. Assim, juntamente à identificação da Estrutura Esquemática de Gênero, procedemos à verificação das relações lógico-semânticas entre etapas e fases do gênero e, nos casos em que o texto instanciava microgêneros, verificamos também as relações lógico-semânticas entre as etapas e fases do gênero dominante e os microgêneros. Conforme fazíamos essa verificação, organizávamos esquemas lógico-semânticos para os textos, como exemplificado no Quadro 17.



Quadro 17 – Exemplificação de esquema lógico-semântico.

Nesse esquema, apontamos as etapas e fases do macrogênero e também os microgêneros que são instanciados nos textos. Ao lado, colocamos a parte inicial do texto que compõe cada etapa, fase ou microgênero, com exceção da Tese, que a colocamos na íntegra. À esquerda, inserimos as notações que representam as relações lógico-semânticas (+ extensão; x intensificação; = elaboração) verificadas entre as partes do texto e flechas indicando entre que partes a relação se dá e qual seu ponto de partida. A flecha colocada à esquerda diferencia-se das demais por indicar não uma relação entre uma parte e outra, mas, sim, entre uma parte, no caso, uma etapa, e todas as demais que a antecedem.

Destacamos aqui que, tendo em vista a delimitação de nosso objetivo de pesquisa e também questões metodológicas relacionadas à exiguidade temporal para a viabilização do trabalho, estabelecemos algumas restrições às nossas análises. Ao longo da discussão e análise dos dados, detemo-nos em explorar somente as etapas e fases que constituem o gênero dominante, enquanto as que constituem os microgêneros são apenas mencionadas e explicadas brevemente no intuito de justificar a ocorrência de tal gênero elementar encaixado.

Além disso, no gênero dominante, identificamos e analisamos apenas as fases constituintes da etapa Argumentos, previstas pela Teoria de Gêneros e Registro, já que correspondem aos argumentos empregados pelo articulista em defesa da Tese. As demais fases que, por ventura, possam ter sido empregadas na estruturação da EEG não são descritas, embora, nas considerações finais, mencionamos algumas que podem ser investigadas em estudos futuros.

Da mesma forma, restringimo-nos à apresentação e análise das relações lógico-semânticas que contribuem para a organização e coesão entre as etapas e fases do gênero dominante apenas e entre elas e os microgêneros encaixados na Estrutura Esquemática do macrogênero.

Depois desse processo de identificação de microgêneros, etapas, fases e relações lógico-semânticas ter sido concluído, seguindo o proposto por Martin e Rose (2008), esquematizamos a EEG e as relações lógico-semânticas verificadas texto a texto (Apêndice F), o que é apresentado e discutido nas subseções que constituem a seção 3.2.1 do capítulo de resultados.

Definida e analisada a Estrutura Esquemática de cada texto, a próxima etapa analítica que se desenha é a sistematização dos dados em busca de padrões, tal como descrevemos a seguir.

#### 2.4.2.3 Sistematização da Estrutura Esquemática definidora dos artigos de opinião

Encerramos nosso percurso metodológico com a sistematização de padrões que possam caracterizar os artigos de opinião estudados sob o ponto de vista do gênero, a partir da perspectiva da Escola de Sydney, em correlação com o emprego do complexo oracional.

Essa etapa é o momento em que, partindo da observação e quantificação do que foi recorrente em termos de estrutura e de relações lógico-semânticas, fazemos generalizações e defendemos um padrão caracterizador dos textos e do gênero dominante identificado, sempre tendo como parâmetro e contexto os nove artigos de opinião que constituem o *corpus*. Com a proposta desse padrão, guardadas as especificidades contextuais que envolvem os artigos de opinião pesquisados, sob o enfoque teórico da Gramática Sistêmico-Funcional

hallidayana, esperamos que possamos auxiliar no ensino de língua portuguesa, oferecendo um roteiro que possa servir “à elaboração de um texto opinativo” (CORREIA, 2011) e de outros exemplares do gênero descrito.

Em busca da realização desse intento, na página seguinte, apresentamos o Capítulo 03, em que tecemos nossas análises, interpretações e discussões dos dados obtidos com a aplicação dos procedimentos metodológicos ora expostos.

### CAPÍTULO 03 – TEXTO E CONTEXTO: ESTABELECENDO O DIÁLOGO

Neste capítulo, apresentamos e discutimos os resultados obtidos nas análises empreendidas em uma amostra de textos que versam sobre a reformulação do Código Florestal Brasileiro. Com a relatoria do projeto a cargo do Deputado Federal Aldo Rebelo (PCdoB-SP), a redação do Novo Código Florestal Brasileiro foi alvo de inúmeros protestos, de uma infinidade de críticas e de alguns elogios. O fato é que as manifestações, positivas ou negativas, em relação ao tema foram numerosas e acaloradas ao longo dos três anos em que o projeto esteve em elaboração e tramitação na Câmara e no Senado.

Dentre as inúmeras manifestações, estão as textualizadas em nove artigos de opinião publicados em um dos mais importantes *sítes* brasileiros de jornalismo, o Observatório da Imprensa. A esses textos, foram aplicadas categorias teórico-analíticas circunscritas na Linguística Sistêmico-Funcional com o objetivo de analisar a relação que se estabelece entre as escolhas lógico-semânticas e a realização do campo na expressão e instanciação do propósito sócio-comunicativo inerente aos textos que constituem o *corpus* de análise.

Cientes desse propósito, organizamos a apresentação de nossas análises e discussões de modo a principiarmos este capítulo com a descrição e análise dos artigos de opinião sob o ponto de vista contextual. Dessa forma, tendo como parâmetro as três variáveis do contexto de situação propostas por Halliday (1989) – campo, relações e modo –, na seção 3.1, apresentamos e discutimos os dados referentes às variáveis situacionais para entendermos e caracterizarmos as escolhas linguísticas e os significados associados à configuração de registro particular aos textos analisados.

Delineado o contexto a partir da análise das variáveis de registro, passamos à análise mais propriamente linguística dos textos (seção 3.2). Com base na Teoria de Gêneros e Registro (EGGINS; MARTIN, 1999; EGGINS, 2004; MARTIN; ROSE, 2008; MARTIN, 2009; ROSE, 2011; ROSE; MARTIN, 2012), uma vez reconhecido o propósito comunicativo dos artigos de opinião, fazemos sua caracterização sob o ponto de vista do gênero, a partir do exame da Estrutura Esquemática de Gênero (seção 3.2.1). Para melhor organizar nossos resultados, cada texto é discutido separadamente em termos de sua caracterização e análise

da EEG, contabilizando nove subseções. Por fim, na seção 3.2.2, tecemos considerações que visem a retomar e interpretar as descrições que foram apresentadas nas seções anteriores, objetivando, com isso, responder às questões de pesquisa inicialmente formuladas.

### 3.1 Delineando o registro

O texto é concebido, na Linguística Sistêmico-Funcional, como uma manifestação linguística que significa algo em algum contexto (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004). Estratificado em dois níveis, o contexto de cultura, que realiza a estrutura do gênero, corresponde ao nível mais abstrato, enquanto o contexto de situação, imediato ao texto, concentra a realização das variáveis de campo, relações e modo, que caracterizam o registro.

Cada uma das variáveis que constituem o registro corresponde, respectivamente, à natureza da atividade social representada, às relações existentes entre os participantes da interação e à organização e ao papel da linguagem no processo comunicativo. Consideradas em conjunto e em associação à configuração léxico-gramatical dos textos, campo, relações e modo constituem o registro, entendido por Halliday (1989) como uma categoria semântico-discursiva que configura significados característicos de situações pontuais.

No caso do conjunto de textos em análise, a situação pontual instanciada pela linguagem tem como **campo a representação de experiência humana ligada à prática jornalística, em particular à cobertura da imprensa** (“atividade jornalística”, “noticiário”, “papel da imprensa”, “os jornais”, “meios de comunicação”, “ênfase midiático”) **acerca de questões ambientais** (“condições climáticas”, “aquecimento global”, “ambientalistas”, “sustentabilidade”, “floresta”, “catástrofes”, “temperatura”, “questão ambiental”, “desmatamento”, “meio ambiente”) **correlatas à política** (“Bancada ruralista”, “Congresso Nacional”, “governo brasileiro”, “cúpulas mundiais”, “Câmara dos Deputados”, “Código Florestal”) **e à economia** (“atividade agropecuária”, “geração de emprego”, “economia verde”, “finanças”, “lucro”, “produção de grãos”, “progresso”).

O meio ambiente, seu uso, sua ocupação, exploração, preservação,

recuperação e, de modo especial, sua relação com a agricultura é um tema mundialmente bastante em voga nos últimos anos. No Brasil, ele ganhou ainda mais destaque a partir de 2010, devido à proposta de reformulação do Código Florestal Brasileiro, já que envolve uma questão de significativa importância não só para o equilíbrio natural do planeta, mas também para a economia mundial.

A atividade agrícola brasileira, principal “afetada” pela legislação ambiental, é uma das principais atividades econômicas mundiais e produtoras de alimentos. Segundo dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA, 2010), o Brasil é um dos líderes mundiais na produção e exportação de vários produtos agropecuários, exportando para 215 destinos em mais de 180 países. É o primeiro produtor e exportador de café, açúcar, etanol de cana-de-açúcar, suco de laranja e o primeiro em exportação de carne bovina, suco e aves. Além disso, lidera o ranking das vendas externas do complexo soja (farelo, óleo e grão), é o terceiro em exportação de milho e o quarto em carne suína. Na safra 2012/2013, de acordo com o MAPA (2013), a produção brasileira total de grãos, por exemplo, foi de 184.304.1 toneladas.

Esse protagonismo da atividade agrícola brasileira, por conseguinte, interfere diretamente na economia nacional e mundial. Por a agricultura trabalhar diretamente com o manejo de recursos naturais, é inevitável sua associação a temas ambientais, o que, invariavelmente, remete a questões políticas e ideológicas, em especial quanto a princípios ambientalistas e ruralistas. Assim, as discussões sobre meio ambiente inevitavelmente reúnem também tópicos de economia e política, tal como ocorre nos textos analisados, publicados no Observatório da Imprensa.

Com tamanha relevância social, a abordagem desses três tópicos foi abrigada pela mídia brasileira, consequentemente pelo OI. Além disso, como órgão de crítica de mídia, ao analisar os textos com esse tema divulgados por outras entidades jornalísticas, o OI fatalmente trouxe à sua pauta a tríade meio ambiente, economia e política. Justamente pela importância desses temas para a sociedade, fiscalizar o que está sendo informado e como isso está sendo feito faz parte do papel do OI e do seu compromisso social.

Caracterizado como uma entidade de *media criticism*, conforme aponta Vasconcelos (2005), o OI tem como foco a análise crítica do papel da mídia com o propósito de funcionar como ferramenta à sociedade, atuando junto às



organizações da mesma linha, ou seja, junto à imprensa. Na visão de Albuquerque, Ladeira e Silva (2002), na ausência de um acordo amplo dos jornalistas em torno de princípios éticos comuns, o OI se investe da autoridade de agente normatizador.

Nesse contexto, a crítica de mídia brasileira e o OI, segundo Vasconcelos (2005), surgiram da certeza de que a utilização de instrumentos que buscassem um alinhamento ético dos meios de comunicação era necessária. No entanto, “muito além da ideia de criticar para progredir, o *media criticism* nasceu com o sentido de resgatar a função social dos meios de comunicação, que muitas vezes é esmagada por deslizes éticos cometidos ilimitadamente pelos *media*” (VASCONCELOS, 2005, p. 12).

Em termos de **relações**, os participantes da interação são os articulistas, que escrevem os textos, e os leitores. Esses leitores, tendo em vista que a fonte de publicação dos textos não se constitui de um jornal propriamente dito, com versões impressas, comercializadas em bancas ou com assinantes, por exemplo, e, por isso, não possui a popularidade que outros jornais de fato possuem, seus leitores provavelmente sejam mais restritos e assíduos, constituindo o que seria o público leitor fiel do OI.

Entre esses participantes, articulistas e leitores em potencial, a relação estabelecida é geralmente de formalidade, porém com certo grau de proximidade. Embora haja o emprego constante de formas de tratamento em 3ª pessoa (“o público sabe”, “encontram”, “ele”, “não se financia”), que evidenciam distanciamento, há também o uso frequente da 1ª pessoa do plural como “nós” inclusivo.

Essa inclusão proporciona um compartilhamento de experiências e saberes com o leitor, de modo que o conteúdo do texto não lhe seja de todo alheio e, com isso, promova alguma proximidade. Em “não nos esqueçamos” (AO1), o leitor é chamado a participar da interação, pois o articulista, de certa forma, dialoga com ele, a quem direciona um comando. Em “vimos na tela” (AO3), por sua vez, o leitor é incluído como participante da ação de ver, como se ele a tivesse experienciado, assim como o articulista. Em “a nossa antiga mania de esquartejar os conceitos” (AO5), o leitor compartilha com o autor um comportamento, já em “talvez não tenhamos a Rio+40” (AO9), o leitor é incluído no texto como Portador.

Essa proximidade é reforçada ainda por construções interrogativas e/ou

construções que, mesmo estando em 3ª pessoa, interagem com o leitor. Em “E existirá algo mais em falta no mundo do que empregos?” (AO5), o leitor é levado a refletir sobre o assunto. “Alguém aí, que esteja lendo este texto, avise...” (AO1), por sua vez, interpela claramente o leitor para agir. Em ambos os casos, os participantes se aproximam, como se o autor trouxesse o leitor para o seu texto. Em outras palavras, tanto nesses casos quanto nos casos de “nós” inclusivo, os leitores deixam de ser apenas participantes da interação e passam a ser participantes do texto, tal como ocorre com a mídia.

Entre os participantes do texto, o articulista e as pessoas e/ou entidades referidas, em alguns momentos, a relação estabelecida não é de formalidade, mas sim de mais proximidade e liberdade na forma de expressão. No texto “O ministro turrão” (AO1), por exemplo, o emprego de elementos avaliativos depreciativos como “burro”, “birrento”, “ignorante” e “vigarista” direcionados ao Ministro Carlos Minc evidencia um comportamento menos respeitoso e protocolar do articulista em relação a uma autoridade política nacional.

Retomando o dado de que os textos, por meio de uma metalinguagem, tratam de outros textos jornalísticos, é possível fazer a distinção, dentre a comunidade leitora, de uma categoria específica: os leitores que são também veículos jornalísticos. Ao longo dos textos, a referência a essa categoria é notória e explicita o propósito institucional do Observatório da Imprensa: a fiscalização da mídia. “Quando quiserem produzir mensagem editorializada, que deixem isso explícito” (AO6), por exemplo, direciona-se ao *Grupo Band*, que teve uma de suas reportagens exibidas em um telejornal como o tema do texto.

De modo semelhante, “Valeria a pena circunscrever mais claramente o problema do desmatamento.” (AO7) se configura, no texto em que é empregado, como um recado e/ou uma sugestão ao jornal Estado de S.Paulo (“Em página interna o Estado de S.Paulo também destacou a vitória de um dos grupos”) e aos jornais em geral (“Nos jornais, o assunto foi entregue de modo geral, às equipes encarregadas de questões de Saúde, Ciência e Ambiente”), previamente citados. Em ambos os casos, temos a mídia ao mesmo tempo como participante da interação e do texto.

Ao longo dos textos, a referência dessa categoria leitora, tal como verificada nos exemplos citados, é feita de diversas formas (genericamente – “a imprensa”, “a mídia”, “o noticiário”, “meios de comunicação”; especificada – “a

Folha de S. Paulo”, “o Jornal da Band”, “o Estado de S. Paulo”; metonimicamente – “os jornais”, “o texto”, “colunistas”) e em diversas funções (como participantes na oração – Ator “os meios de comunicação contribuíram”, Dizente “noticiou o Globo”; como circunstância – “nos grandes jornais, nem nas TVs”).

Também utilizada pelos articulistas para referenciar/inserir a mídia nos textos é função léxico-gramatical de Tema, que podemos associar à terceira variável de registro, o **modo**. O desempenho dessa função pela mídia é efetivado pelo emprego de itens lexicais que se referem a entidades midiáticas ou a esse campo semântico em posição temática, como em “O Jornal da Band exibido no dia 4 de maio trouxe um furo de reportagem absolutamente bombástico” (AO6). Nesse exemplo, a tematização de um programa específico “O Jornal da Band exibido no dia 4 de maio” introduz o texto e assume a função de Dado, servindo de ponto de partida para a informação Nova, a impressão do articulista, além de apresentar o assunto motivador do texto.

No exemplo “A Folha de S.Paulo informa que a votação da proposta de mudança no Código Florestal Brasileiro deverá ser adiada para depois das eleições.” (AO2), por sua vez, “a Folha de S. Paulo”, como Tema e Dizente, aparece como a fonte das informações que motivam o assunto do texto. Em “A mídia concorda com tudo, parece não ter competência para contestar o ministro [...]” (AO1), a tematização de “a mídia” explicita o alvo da crítica empreendida pelo articulista. Na oração “Os meios de comunicação contribuíram para esse empobrecimento” (AO7), por seu turno, “os meios de comunicação”, em posição temática, encabeçam uma declaração do articulista.

A opção por orações declarativas e na voz ativa, tal como a oração há pouco citada, é um recurso de estruturação frasal bastante frequente na construção dos textos analisados. Por conferirem convicção ao discurso, o emprego de declarações é uma característica linguística da modalidade retórica argumentativa (KOCH, 2004), presente nos textos em análise, como demonstraremos na próxima seção (3.1.2). O uso da voz ativa, por sua vez, por não omitir o participante agente, como na voz passiva, proporciona informações mais completas. Empregando os processos na forma ativa, segundo Edo (2007), esse uso confere, ainda, maior dinamicidade ao texto. Além disso, essa pode ser uma tendência dos textos *onlines*, que, segundo Ferrari (2006), evitam frases na voz passiva.

Também típico desses textos é o uso frequente de adjetivos, metáforas interpessoais, modalizações e modulações<sup>46</sup>, geralmente combinados ao uso da 1ª pessoa. Nas construções “Trata-se de uma versão amputada e manipulada” (AO2) e “E por razões políticas, Dilma Rousseff e os demais governantes acatam uma proposta tão arcaica, machista e anti-humana” (AO9), por exemplo, os qualificadores “amputada” e “manipulada” avaliam “teoria”, enquanto “arcaica, machista e anti-humana” qualificam “proposta”. Em ambos os casos, tais expressões funcionam como Atributos que contribuem não só para evidenciar o posicionamento do articulista, como também para defendê-lo. À medida que caracteriza positiva ou negativamente coisas, pessoas ou fatos, conforme seu interesse, o articulista condiciona o leitor a concordar consigo.

Igualmente fundamentais na expressão crítica do articulista são as metáforas interpessoais, as modalizações e modulações. Em “Acredito que nunca foi tão complicado” (AO3), a expressão “acredito que” exerce a função de metáfora interpessoal, ao mesmo tempo em que indica uma modalidade, pois expressa o que o articulista pensa sobre a cobertura da área de sustentabilidade pela imprensa, no caso do texto, de forma atenuada. Já em “Jornalistas com experiência na área agrícola poderiam lembrar” (AO7), o emprego do processo modal “poderiam” expressa uma probabilidade, evidenciando uma modalização, ao passo que em “É a estes que deve chegar” (AO5), o processo modal “deve” indica a necessidade de “o apelo maior por um jornalismo verde” chegar às “novas gerações de jornalistas”, exprimindo, assim, uma modulação.

Os textos argumentativos, dada sua natureza opinativa, segundo Chaparro (2012, p. 17), são textos avaliativos, já que “opinião é ajuizamento, atribuição de valor a alguma coisa, ponto de vista, pressuposto, modo de ver, de pensar, de deliberar”. Consequentemente, para expor uma opinião sobre qualquer tema e defendê-la, faz-se necessário ao escritor/falante empregar elementos linguísticos que manifestem tais ‘ajuizamentos’, de modo a verbalizar e sustentar seu ponto de vista. Desse modo, entram em cena “as marcas linguísticas da argumentação”

---

<sup>46</sup> Conforme Halliday e Matthiessen (2014), durante uma interação envolvendo a troca de informações ou de bens e serviços, algo pode ser negado, afirmado ou, então, graduado entre os dois polos. Essa gradação corresponde à modalidade. Quando a modalidade é empregada em uma proposição, para dar ou solicitar informações, é denominada modalização; quando é empregada em proposta, para dar ou solicitar bens ou serviços, a modalidade é denominada modulação (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014). Uma das formas linguísticas de expressão da modalidade é a metáfora interpessoal, as quais se baseiam na relação semântica de projeção (oração hipotática complexa) (VIVAN, 2010).

(KOCH, 2004, p. 33), como marcas de intenção, modalizadores reveladores de atitude, operadores argumentativos, dentre elas as discutidas há pouco.

A escolha por privilegiar verbos no presente (“querem”, “é”, “temos”, “sei”, “detém”, “mostram”), no pretérito perfeito (“posicionou”, “mostrou”, “repercutiram”, “encontrei”, “gritaram”) e no futuro do pretérito (“seriam”, “deveria”, “poderiam”) é outra característica da argumentação (cf. KOCH; ELIAS, 2012) que se verifica nos textos. Por meio do tempo presente, segundo as autoras, é possível comentar/criticar e apresentar reflexões. Função semelhante é a do futuro do pretérito, já que permite também a expressão de reflexões e avaliações, porém de maneira mais modalizada. O tempo pretérito, por sua vez, permite reportar fatos e dizeres.

Nos artigos de opinião analisados, essas três funções são bem marcadas. Como textos do OI, a referência a outros textos e a acontecimentos noticiados e/ou importantes é imprescindível. Lexicalmente, o emprego das formas verbais no pretérito perfeito é uma das formas verificadas nos textos de cumprir essa função. Em “alguns jornais e sites noticiosos deram curso a uma mistificação bem ao gosto dos ruralistas”, a forma pretérita “deram” reporta um fato que, no AO2, é motivador do conteúdo nele desenvolvido. Em “Outra coisa importante que a votação do código mostrou”, por sua vez, o pretérito é empregado para introduzir um fato que, no AO5, serve como argumento.

Outra característica que evidenciamos nos textos em relação ao emprego dos tempos verbais é a opção, em algumas situações, pelo uso do presente em detrimento do pretérito para introduzir dizeres, ideias ou fatos, como ocorre em “Ele afirma” (AO6), “A Folha de S.Paulo informa” (AO2), “Os fatos registrados na última semana no Pará mostram claramente” (AO4). Tendo em vista que se tratam de textos jornalísticos, essa escolha pelo uso do presente, quando o habitual seria o passado, provavelmente tem sua motivação na busca pela atualidade, característica dos textos dessa natureza (MARQUES DE MELO, 2003; FERRARI, 2006; THOMPSON, 2012).

Além desse emprego, o presente também aparece na expressão de constatações e avaliações por parte dos articulistas, como ocorre em “O que vale é a força do dinheiro. E ponto final” (AO3) e “os chamados jornalistas ambientais comeram mosca” (AO5), respectivamente. Da mesma forma, o futuro do pretérito contribui para evidenciar as impressões do articulista, apresentando-as de forma

a amenizar seu comprometimento em relação a elas, como acontece em “E não deveria ser assim” (AO5), ou simplesmente para expressar algo hipoteticamente, como em “Responder a questões como essas tornaria o debate mais interessante e mais informativo para um número muito maior de pessoas” (AO7), por exemplo.

Reforçando a relevância desses dados, citamos Boff, Köche e Marinello (2009). Como declaram as autoras, para apresentar a opinião e os argumentos, utiliza-se predominantemente o presente do indicativo, mas pode-se também fazer uso do pretérito para a introdução de explicações ou de dados e evidências. Juntamente com a escolha pelo tempo verbal, há a possibilidade de o autor se colocar, na sequência argumentativa, “de modo pessoal (em primeira pessoa: *na minha opinião, penso que* etc), ou de modo impessoal (em terceira pessoa: *é provável que, é possível que, não se pode esquecer que, convém lembrar que, etc*)” (PEREIRA, 2006, *apud* BOFF; KÖCHE; MARINELLO, 2009, p. 05).

Produzidos no modo escrito, os textos contam com o emprego de vocabulário e construções frásicas ora mais próximos ao coloquial, ora intermediários ao coloquial e ao cuidado, como é possível deduzir pelos exemplos já referidos até aqui. No texto AO1, de autoria de Richard Jakubaszko, a linguagem é utilizada de forma mais coloquial, inclusive com características da oralidade, como evidenciam as expressões como “Alguém aí avise o ministro”, “Sei lá”, “não vai sobrar uma árvore pra contar a história”, “não estão nem aí”, “É, é melhor avisar”, além de expressões avaliativas ofensivas, como já citadas anteriormente.

Jornalista, publicitário, escritor, consultor de *marketing* e especialista em comunicação na área rural, Richard Jakubaszko atua há mais de 40 anos no agronegócio, já tendo publicado livros como *Marketing da Terra* e *Marketing Rural*. Atualmente é editor e *publisher* da revista DBO Agrotecnologia (REDE PEABIRUS, 2013). Como podemos perceber, a trajetória profissional de Richard Jakubaszko está fortemente ligada ao agronegócio, o que justifica, em seus dois artigos de opinião, a defesa do NCFB e da agricultura e a reprovação escancarada daqueles que são contra, ou seja, dos ambientalistas e/ou dos simpatizantes da causa ambiental. Tal filiação ideológica manifesta-se na finalidade do texto: defender o NCFB. Por sua vez, esse fim é exposto e sustentado por escolhas linguísticas como as destacadas.

Nos demais textos, mesclada à linguagem mais elaborada e fiel à norma

(“Entre os ombros dos mais afoitos”, “inexorável dificuldade de se posicionar a respeito”, “controversa tratativa”, “temas tão contundentes, polêmicos e incandescentes”), evidencia-se a incidência de vocabulário do cotidiano com construções típicas da oralidade, como “e está feito”, “tempos bicudos” (AO3), “A pergunta que fica batendo”, “eles têm grana”, “das gentes” (AO4), “comeram mosca” (AO5), “a vaca já tinha ido pro brejo” (AO9), “Opa! Duro golpe?” (AO6).

Essa constatação quanto ao nível da linguagem empregada vai ao encontro da observação tecida por Boff, Köche e Marinello (2009) em relação ao artigo de opinião. Conforme as autoras, na produção desses textos, o autor pode optar por uma linguagem comum (com o emprego um conjunto de palavras, expressões e construções mais usuais, com uma sintaxe acessível ao leitor comum) ou cuidada (com vocabulário mais preciso e raro, com uma sintaxe mais elaborada que a comum).

Ainda concernente à variável modo, destacamos a utilização de subtítulos como um recurso de organização textual. Segmentando visualmente os textos, esses subtítulos não segmentam, porém, o conteúdo que os constituem, como pode ser verificado no trecho exemplificado.

Nesse sentido, por vezes me acusam de "catastrofista", mas informo que tenho um amigo, fazendeiro, que se autointitula "otimista" e diz acreditar que a natureza irá nos pregar uma peça inesquecível dentro em breve com uma hecatombe, virose, pandemia ou sabe-se lá o que, que irá extinguir de um só sopro mais de 2,5 bilhões de bocas do planeta, "solucionando" a questão ambiental e mitigando os problemas para daqui a um século e meio, no mínimo.

**Pegue o boné e vá para a praia**

Sei lá se vai ou não acontecer tal fatalidade, não tenho bola de cristal, mas talvez fosse melhor que acontecesse, o quanto antes, seja pela providência divina, seja pela ação inconsequente da humanidade com o consumismo e com essa estranha mania de, todo dia, três vezes ao dia, ficar engolindo alimento.

**AO1**

O assunto – “uma hecatombe, virose, pandemia ou sabe-se lá o que, que irá extinguir de um só sopro mais de 2,5 bilhões de bocas do planeta” – abordado previamente ao subtítulo “Pegue o boné e vá para a praia” tem seguimento no texto, retomado pelo hiperônimo “fatalidade”. Nesse caso, assim como nos demais que são verificados nos outros textos, a função do subtítulo não é dividir semanticamente o texto, mas adiantar algo que será tratado/mencionado na sequência. No exemplo, o subtítulo antecipa o fechamento do texto: “Já sugeri uma vez, e repito: pegue seu boné, mas não esqueça dos coletes, e vá tomar sol

na sua praia do Leblon, senhor ministro da teimosia”.

Esse recurso de organização textual verificado nesses artigos de opinião, conforme Ferrari (2006), é uma característica de textos *online*. Como a leitura *online* costuma ser mais dinâmica e fragmentada do que no meio impresso, explica a autora, quando os textos são mais longos, uma das opções dos autores é o uso do que, no jornalismo, se denomina “índice”. A opção pela escrita com índice resulta na escrita de textos como se fossem capítulos, com blocos curtos de texto separados por “quebras” no *design* da página. “Cada capítulo deveria começar com um gancho e terminar deixando o leitor curioso sobre outros temas de um mesmo assunto, que seriam abordados em notas subsequentes” (FERRARI, 2006, p. 76). Esse “gancho” é exatamente a função que os subtítulos assumem nos textos analisados; eles sugerem/antecipam ao leitor o conteúdo que virá na sequência, instigando-o a prosseguir a leitura.

Com a descrição dessas três variáveis, temos delineada a dimensão contextual imediata do *corpus* – o registro. Associando-a à dimensão cultural, temos delineado o gênero. Nesse intuito, na próxima seção, dedicamo-nos ao estudo do propósito comunicativo e da Estrutura Esquemática de Gênero que ele seleciona.

### **3.2 Desconstruindo o gênero**

Conhecido o contexto situacional no qual os artigos de opinião estão inseridos, a atenção recai, neste momento da análise, sobre a descrição linguística e composicional dos textos. Desse modo, na seção 3.2.1, adentramos na discussão da Estrutura Esquemática do macrogênero e das relações lógico-semânticas que a organizam quanto às etapas e fases e quanto aos microgêneros. Essa seção é constituída de nove subseções, uma para a apresentação e discussão da análise de cada artigo de opinião.



### 3.2.1 Relações lógico-semânticas na organização da Estrutura Esquemática de Gênero em artigos de opinião

Na perspectiva funcionalista de gênero adotada neste trabalho, a Teoria de Gênero e Registro, os gêneros são entendidos como processos sociais contextualmente situados e orientados por um objetivo sócio-comunicativo. Ao mesmo tempo em que esse objetivo seleciona o contexto e interfere na configuração do registro, seleciona também as etapas que o texto precisa conter para alcançá-lo (MARTIN; ROSE, 2008). Nessas condições, para estudarmos um texto sob o ponto de vista do gênero, é necessário conhecermos seu propósito comunicativo.

No caso dos nove artigos de opinião da amostra em análise, tendo em vista as condições de produção e circulação dos textos, seu propósito está na manifestação de pontos de vista, por parte dos articulistas autores, acerca de assuntos e fatos ligados ao meio ambiente e ao NCFB, mas também, e principalmente, acerca do comportamento da imprensa diante deles. Esse propósito, que se reflete no campo dos textos, está intimamente ligado à natureza e à função social do Observatório da Imprensa, conforme já discutimos na seção anterior.

Considerando o intuito do OI de exercer esse papel de normatizador e crítico de mídia, os gêneros que se prestam à realização desse propósito são os categorizados na R&GT como gêneros do avaliar. A esses gêneros, segundo Rose (2011), cabe a função social de possibilitar a realização de práticas sociais avaliativas, assim como o fazem os artigos de opinião analisados que, estruturados como um macrogênero, instanciam o gênero exposição de opinião, conforme buscamos mostrar nas análises que seguem.

Mais do que avaliar algo, seja um assunto, um fato ou uma entidade/autoridade presente no noticiário, seja o próprio noticiário e/ou seus agentes e veículos, os articulistas defendem um ponto de vista. No conjunto de artigos de opinião estudados, conforme a descrição e análise sob o ponto de vista do gênero evidenciaram, essa prática social é realizada pelo gênero exposição de opinião, que se configura como um macrogênero nos textos, por ser o gênero predominante.

A análise do *corpus* mostrou que, nesse macrogênero, ocorrem encaixados, como microgêneros, nos termos de Woodward-Kron (2005), os gêneros elementares relato, relato histórico, relatório composicional, relatório descritivo e interpretação. Esses microgêneros, por sua vez, funcionam como complementares à Estrutura Esquemática típica do gênero exposição de opinião – Tese, Argumentos e Reiteração – em busca do cumprimento da função a que os artigos de opinião se propõem, tal como demonstramos nas seções que seguem, destinadas à análise e discussão de cada um dos nove artigos de opinião que constituem nosso *corpus* de análise.

### 3.2.1.1 O ministro turrão

No texto AO1 “O ministro turrão”, publicado em 15 de setembro de 2009 (descrição da EEG no Apêndice E), o articulista Richard Jakubaszko manifesta-se favoravelmente à proposta do NCFB, criticando aqueles que são contrários, como os ambientalistas e o então Ministro do Meio Ambiente Carlos Minc. Este último, aliás, é o mote central do texto e sobre o qual versa a Tese defendida.

Conforme já explicitado na seção 3.1, Jakubaszko é profissionalmente ligado ao agronegócio, o que justifica sua postura de defesa do NCFB, manifestada textualmente pelo ataque ao Ministro Minc, a quem são atribuídas avaliações negativas, expressas na Tese: o Ministro é “teimoso”, “birrento”, “burro” e “ignorante”, Atributos empregados no excerto 01 que realizam julgamentos negativos em relação a Minc.

	Etapa	Texto
01	Tese	Melhor talvez seja chamar simplesmente de teimoso, esse ministro Minc. As alternativas seriam quase xingamentos, como birrento, quem sabe burro ou ignorante.

Nesse texto, a etapa referente à Tese, típica à exposição de opinião, principia o texto com a apresentação do ponto de vista do articulista, realizado léxico-gramaticalmente por meio de uma sequência de dois simplexos. Vale

destacar que, no segundo simplexo, “quem sabe” constitui uma modalidade equivalente a “talvez”, e não uma nova oração.

Essa primeira etapa é desenvolvida e sustentada por três Argumentos, que equivalem às três fases que constituem a segunda etapa da exposição de opinião. No texto, eles são demarcados pela reiteração e manutenção do campo semântico de ignorância/desconhecimento (“Não sei se o ministro Minc entendeu”, “Capisce, ministro Minc”, “O ministro Minc precisa saber”, “avise o ministro”) que retoma, desenvolve e contribui para comprovar/justificar a Tese.

A etapa Argumentos inicia com o conector “pois”, a partir do qual inicia a justificativa para as avaliações apresentadas previamente. Entretanto, em vez de a justificativa ser logo apresentada, ela foi retardada pelo articulista, que optou por apresentá-la após dois microgêneros – relatório composicional e relato –, evidenciados no excerto 02.

		Texto		
Argumentos		Pois		
02	MICROGÊNEROS	Relatório composicional	Classificação	o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, sugeriu esta semana, mais uma vez, seis alterações no Código Florestal atual para valer quando entrar em vigor o novo Código no final do corrente ano.
			Descrição: partes	As mudanças propostas por Stephanes incluem a retirada da proibição do plantio de áreas consolidadas em morros, topos e encostas; a soma das reservas legais com APPs (Áreas de Preservação Permanente); a liberação da reserva legal, com o tamanho da propriedade sugerido pelo ministro em até 150 hectares. Com isso calcula-se atingir 95%, ou até mais, do total das propriedades. Além disso, Stephanes propõe a compensação em outras áreas, em obediência à legislação anterior e, por fim, que as penalizações e multas feitas fora do período devam ser automaticamente eliminadas.
	Relato	Registro de eventos	Na avaliação do ministro, 70% do território nacional já é caracterizado hoje como reserva de alguma espécie. "Devemos atingir 80% em breve e esse território está todo congelado para qualquer atividade econômica." Falando frontalmente contra o Ministério do Meio Ambiente a uma plateia formada basicamente por produtores rurais, Stephanes queixou-se de que o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, não aceita mudar nenhum ponto da atual legislação. "Pelo Ministério do Meio Ambiente, não se muda nada, mas precisamos de alterações no curto prazo ou teremos sérios problemas pela frente."	

Funcionalmente, esses gêneros encaixados contextualizam os fatos que levaram o articulista a tecer seu ponto de vista, ou seja, que o levaram a avaliar o

ministro Minc como “teimoso”, “birrento”, “burro” e “ignorante”. A partir dessas informações, os Argumentos são construídos na tentativa de fazer Minc conhecer e entender aquilo sobre o qual, na visão de Jakubaszko, ele é “ignorante” e “não aceita mudar nada”.

Na estruturação do microgênero relatório composicional, a etapa referente à Classificação traz a entidade a ser decomposta: as “seis alterações no Código Florestal atual” sugeridas por Reinhold Stephanes. Na segunda etapa, a Descrição, estão elencadas cada uma das alterações (embora tenha sido feito referência a seis, apenas cinco são mencionadas), apresentadas principalmente via nominalizações: “a retirada”, “a soma”, “a liberação” e “a compensação”.

O gênero encaixado relato, por sua vez, tem sua estrutura aqui composta por apenas uma etapa, a concernente ao Registro dos eventos. Nessa etapa, é relatada principalmente uma série de verbalizações atribuídas a Minc. Essas verbalizações ora são realizadas por meio de circunstância de ângulo (“Na avaliação do Ministro”) e Citação, ora pela combinação de processo verbal (queixou-se), Relato e Citação.

Entre esses microgêneros, que servem para contextualizar o assunto e fornecem subsídio para o articulista formular seu argumento, a relação lógico-semântica que se estabelece é de extensão. Com o relato, o articulista estende o conteúdo do relatório ao acrescentar principalmente os comentários de Stephanes acerca das alterações quanto às reservas legais e das negativas de Minc, em ambos os casos léxico-gramaticalmente organizados como complexos oracionais paratáticos relacionados entre si por expansão do tipo extensão, como demonstra o Quadro 18.

Notação		Complexo
1^+2	1	"Devemos atingir 80% em breve
	+2	e esse território está todo congelado para qualquer atividade econômica."

Quadro 18 – Ocorrência de expansão por extensão no relato, em AO1.

Entre o microgênero relato e o argumento 1 (excerto 03), ou seja, a interpretação do articulista sobre as informações trazidas pelo gênero encaixado, a relação lógico-semântica que se estabelece é de elaboração. Com base nas

colocações de Halliday e Matthiessen (2014), ao observarmos o campo semântico, verificamos que, nesse argumento, há a clarificação do hiperônimo “problema”, termo citado por Stephanes e reproduzido no relato, como pode ser percebido a seguir.

	Etapa	Fase	Texto
		<b>Argumentos</b>	Pois
	<b>MICROGÊNEROS</b>	Relatório composicional	o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, sugeriu [...]
		Relato	Na avaliação do ministro, 70% do território nacional já é caracterizado hoje como reserva de alguma espécie. "Devemos atingir 80% em breve e esse território está todo congelado para qualquer atividade econômica." Falando frontalmente contra o Ministério do Meio Ambiente a uma plateia formada basicamente por produtores rurais, Stephanes queixou-se de que o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, não aceita mudar nenhum ponto da atual legislação. "Pelo Ministério do Meio Ambiente, não se muda nada, mas precisamos de alterações no curto prazo ou teremos sérios problemas pela frente."
03	Argumentos	1º argum.	<p>Não sei se o ministro Minc entendeu o que o colega da Agricultura falou, mas apresso-me a "traduzir" a mensagem: vai faltar comida, ou melhor, a oferta de alimentos vai ser drasticamente reduzida e estes vão ficar muito mais caros. Capisce, ministro Minc?</p> <p><b>O "otimista" e a hecatombe</b></p> <p>Afinal, o que querem os ambientalistas? Preservar tudo? Agora investem até contra o Cerrado, lamentam através da grande mídia que quase 50% desse "magnífico" bioma, com vocação para ser uma imensa savana, portanto um solo degradado, já foi alterado para a implantação de lavouras e pastagens e "acusam" que é tudo para se ter lucro... A mídia concorda com tudo, parece não ter competência para contestar o ministro que tem ideias mais curtas do que as mangas de seus coletes. Neste caso, a omissão da mídia sobre a tentativa de debate do ministro da Agricultura, é inexplicável. Não encontrei nenhuma notinha nos grandes jornais, nem nas TVs.</p> <p>Ora, lucro agora é pecado? Talvez ganância, mas seria um pecado venial, até porque a acusação é dessas coisas politicamente corretas, para não dizer capenga e infantil, além de rasteira. O ministro Minc precisa saber que se faz agricultura para produzir alimentos e biocombustíveis, além de fibras, e que estas últimas, depois, viram coletes coloridos para enfeitar o sortido guarda-roupa dele. Alguém aí, que esteja lendo este texto, avise o ministro Minc que alimento não nasce na gôndola de supermercado.</p>

Associando a questão do campo semântico ao emprego dos dois pontos, podemos identificar uma estrutura paratática que elabora os “problemas” apontados previamente pelo Ministro, especificando-os: “mas apresso-me a "traduzir" a mensagem: vai faltar comida, ou melhor, a oferta de alimentos vai ser drasticamente reduzida e estes vão ficar muito mais caro”.

No que se refere à ligação estrutural e funcional entre essa primeira fase dos Argumentos e a etapa Tese, é possível inferir que, conforme explicita o elemento coesivo que introduz o argumento 1, o conector “Pois”, a relação lógica que as une é de explicação, de justificativa. Tomando por base a acepção hallidayana, constatamos que, nesse caso, estamos diante não de uma relação entre orações no interior de um complexo oracional, mas de uma relação entre simplexos (que textualizam a Tese) e um complexo oracional (que dá início ao argumento).

Esse complexo, por seu turno, ressalvadas as questões formais, não é de fato o segmento de texto regido pelo conector “Pois”. Se observarmos semanticamente, “Pois” e o significado que ele instaura está associado não ao complexo oracional que ele encabeça, mas ao complexo que vem depois do encaixamento de gêneros, ou seja, ao argumento 1, conforme indica a seta. É esse argumento que, em termos semânticos, tendo como elo o conector, liga-se aos simplexos presentes na Tese, entre os quais – etapa e fase – a relação lógico-semântica que se estabelece é de intensificação.

Em resumo, podemos perceber que esse primeiro argumento fundamenta a Tese ao explicitar que, mesmo com a ameaça real de falta de comida e o aumento de seu custo caso o NCFB não seja aprovado, o Ministro Minc insiste em negar as alterações propostas e, com isso, impedir que a área destinada à agricultura seja reduzida.

Ainda nesse primeiro argumento, além das informações trazidas em defesa da Tese, verificamos a manifestação de uma crítica destinada à imprensa, reproduzida no excerto 04.

04	A mídia concorda com tudo, parece não ter competência para contestar o ministro que tem ideias mais curtas do que as mangas de seus coletes. Neste caso, a omissão da mídia sobre a tentativa de debate do ministro da Agricultura, é inexplicável. Não encontrei nenhuma notinha nos grandes jornais, nem nas TVs.
----	---

No texto em que ocorre, esse trecho parece funcionar como um “parênteses” à exposição de fato, deixando um pouco de lado o Ministro Minc e sua postura diante do NCFB para deter-se à avaliação da mídia. Dito de outro modo, estamos diante de um comentário empreendido pelo articulista acerca do

comportamento da imprensa em geral quanto à cobertura ou, nesse caso, à não cobertura da “tentativa de debate do ministro da Agricultura”.

Por meio da explicitação de julgamentos negativos – “parece não ter competência” e “a omissão da mídia [...] é inexplicável” –, essa avaliação reflete o registro do texto. Integrado ao argumento, esse segmento de texto realiza o propósito social da entidade em que o artigo é publicado: a supervisão (“Não encontrei nenhuma notinha nos grandes jornais, nem nas TVs”) e a crítica da mídia.

Retomando a análise da etapa dos Argumentos, passamos ao segundo argumento, reproduzido no excerto 05.

	Etapa	Fase	Texto
05	Argumentos	2º argum.	<p>Alguém aí avise o ministro e seus amigos ambientalistas que para estancar a oferta de alimentos precisaria reduzir antes o número de bocas que gostam de comida porque o planeta está com 6,7 bilhões de almas, ou melhor, bocas famintas, e vamos aceleradamente para 9 bilhões dentro de 25 anos. Alguém aí avise o ministro de que terá de reinventar a roda do crescimento da economia para garantir emprego aos que vão nascer no futuro breve.</p> <p>Como vão fazer para reduzir o crescimento demográfico não é problema meu. Apenas sei que é preciso fazer isso. Nesse sentido, por vezes me acusam de "catastrofista", mas informo que tenho um amigo, fazendeiro, que se autointitula "otimista" e diz acreditar que a natureza irá nos pregar uma peça inesquecível dentro em breve com uma hecatombe, virose, pandemia ou sabe-se lá o que, que irá extinguir de um só sopro mais de 2,5 bilhões de bocas do planeta, "solucionando" a questão ambiental e mitigando os problemas para daqui a um século e meio, no mínimo.</p> <p><b>Pegue o boné e vá para a praia</b></p> <p>Sei lá se vai ou não acontecer tal fatalidade, não tenho bola de cristal, mas talvez fosse melhor que acontecesse, o quanto antes, seja pela providência divina, seja pela ação inconsequente da humanidade com o consumismo e com essa estranha mania de, todo dia, três vezes ao dia, ficar engolindo alimento. Que vício idiota esse, não é mesmo?</p>

Nessa fase, as duas ocorrências de projeção direcionadas ao Ministro Minc novamente constrói e retoma o campo semântico da Tese; ou seja, se o Ministro precisa ser avisado (“Alguém aí avise o ministro”), é porque ele desconhece, ou, nos termos do articulista, “é ignorante”.

Ao longo do argumento 2, o articulista dedica-se, justamente, a apresentar o que o Ministro precisa saber para, a partir disso, deixar de lado sua teimosia. A base do desenvolvimento dessa fase está na expansão do argumento anterior, no sentido de que a insistência de Minc e dos ambientalistas em contrariar as

alterações propostas por Rebelo para o NCFB causaria a redução da área agricultável. Essa redução, por sua vez, culminaria na diminuição da produção de alimentos. Conseqüentemente, diante de tal efeito, a solução seria reduzir “o número de bocas que gostam de comida”, em outras palavras, o “crescimento demográfico”.

Léxico-gramaticalmente, essa relação semântica entre as duas fases (argumentos 1 e 2) é expressa pelo aninhamento formado no interior da projeção que principia o segundo argumento, detalhado no Quadro 19.

Notação		Complexo		
$\alpha^{\beta}(\langle\langle x\beta \rangle\rangle^{\alpha^{\chi\gamma}(1^{+2})})$	$\alpha$		Alguém aí avise o ministro e seus amigos ambientalistas	
	$\beta$	$x\beta$	que << para estancar a oferta de alimentos >>	
		$\alpha$	precisaria reduzir antes o número de bocas [[= que gostam de comida]],	
		$\chi\gamma$	1	porque o planeta está com 6,7 bilhões de almas, ou melhor, bocas famintas,
			+2	e vamos aceleradamente para 9 bilhões dentro de 25 anos.

Quadro 19 – Ocorrência de ninho em oração projetada, no argumento 2, em AO1.

Nesse ninho, o complexo oracional formado por hipotaxe tem suas orações relacionadas lógico-semanticamente por intensificação, em que temos associadas à solução proposta pelo articulista (“precisaria reduzir antes o número de bocas que gostam de comida”) uma relação de causa propósito (“para estancar a oferta de alimentos”) e uma relação de causa razão (“porque o planeta está com 6,7 bilhões de almas, ou melhor, bocas famintas, e vamos aceleradamente para 9 bilhões dentro de 25 anos”). A partir disso, podemos constatar que, entre o primeiro e o segundo argumento, a relação lógico-semântica que se estabelece é de intensificação.

De modo distinto do que ocorre nos outros dois argumentos, que reiteram a Tese de que “o Ministro Minc é “teimoso”, “birrento, quem sabe burro ou ignorante” por meio da manutenção desse campo semântico e a sustentam, no terceiro e último argumento (excerto 06), o articulista apresenta uma evidência para uma avaliação que será expressa apenas na Reiteração: comprometido com interesses escusos.



	Etapa	Fase	Texto
06	Argumentos	3º argum.	Nessa marcha consumista não vai sobrar nenhuma árvore na Amazônia daqui a uns 50 anos, querem apostar? Pode colocar um exército de milhões de mincs de braços dados nas bordas de toda a imensa floresta, não vai sobrar uma só árvore para contar a história. Até porque primeiro os madeireiros tiram as árvores de lá, e os fiscais do Ibama, subalternos do ministro Minc, não nos esqueçamos, não estão nem aí: ou deixam os caminhões passar, se ficar uma propina, evidentemente, ou a madeira é apreendida para efeito midiático do ministro dos coletes, que adora aparecer na mídia. Jamais vi uma árvore queimada, esturricada pelas queimadas. Porque os madeireiros passam por lá antes disso, uma eterna coincidência...

Mesmo tendo essa característica catafórica, a inserção dessa terceira fase não ocorre de forma abrupta ou desconectada do texto que a antecede. A coesão, nesse caso, não ocorre via complexo oracional, mas sim por meio de uma circunstância: “Nessa marcha consumista”. Com esse elemento léxico-gramatical, o articulista retoma a questão do consumismo, em específico de alimentos, que aumenta proporcionalmente ao crescimento demográfico, conforme mencionado no argumento anterior.

Interpretando a circunstância “Nessa marcha consumista” em correlação à estimativa que a acompanha “não vai sobrar nenhuma árvore na Amazônia daqui a uns 50 anos”, expressa pelo emprego do tempo futuro associado à polaridade negativa, podemos inferir que o significado construído equivale à construção oracional condicional “**se** essa marcha consumista continuar, não vai sobrar nenhuma árvore”. Nesse sentido, baseando-nos na premissa de Halliday e Matthiessen (2014) de que um mesmo significado pode ser expresso por uma oração, uma circunstância ou por um complexo oracional, entendemos que, embora a coesão entre o segundo e o terceiro argumento não tenha sido feita por meio de complexo oracional, mas por intermédio de uma circunstância, o efeito semântico instaurado entre eles corresponde à relação lógico-semântica de intensificação.

Essa relação condicional, por sua vez, introduz o que constitui, de fato, o terceiro argumento, explicitado por uma relação entre complexos oracionais. Entre o complexo oracional “Pode colocar um exército de milhões de Mincs de braços dados nas bordas de toda a imensa floresta, não vai sobrar uma só árvore para contar a história” e o seguinte a ele, principiado pela expressão coesiva “até

porque”, temos uma relação lógico-semântica de causa razão: *por que não sobrará nenhuma árvore?*

Ao estabelecer essa relação de intensificação, a sequência de orações paratáticas e hipotáticas que integram o complexo apresentado no Quadro 20 sustentam outra avaliação – além daquelas apresentadas na Tese – sugerida pelo articulista para o Ministro Minc: comprometido com interesses escusos, talvez “vigarista”.

Notação				Complexo
$1^{+2}(1(\alpha \ll \beta \gg))$ $\wedge = 2(1(\alpha \times \beta)^{\wedge + 2}(\alpha \wedge = \beta))$	+2	1	$\alpha$	Até porque primeiro os madeireiros tiram as árvores de lá,
			$=\beta$	e os fiscais do Ibama, << subalternos do ministro Minc, não nos esqueçamos,>>
			$\alpha$	não estão nem aí:
	=2	1	$\alpha$	ou deixam os caminhões passar,
			$\times \beta$	se ficar uma propina, evidentemente,
		+2	$\alpha$	ou a madeira é apreendida para efeito midiático do ministro dos coletes,
			$=\beta$	que adora [[ aparecer na mídia]].

Quadro 20 – Ocorrências de parataxe e hipotaxe no argumento 3, em AO1.

Essa avaliação, assim como as demais, apresentadas na Tese, é referida na última etapa do texto, a Reiteração, correspondente ao excerto 07.

	Etapa	Texto
07	Reiteração	<p>É, é melhor avisar o ministro Minc que ele é turrão, é birrento, é burro (porque pouco inteligente) e ignorante (no sentido lato de ignorar) das coisas da vida e do campo. Ou então há comprometimento com outros interesses, inconfessáveis, por sinal, porque o que ele vai conseguir com essa birra e teimosia, é colocar um nó górdio no agronegócio e depois será difícil de desatar, para não dizer impossível. Levem em consideração que não afirmei que o ministro é vigarista – ainda não tenho certeza de que ele mereça esse rótulo –, apesar dele achar o contrário em relação aos produtores rurais que plantam a comida que ele come. Mas depois que come tenho certeza de que ele cospe no próprio prato, é claro, caso contrário seria um incoerente.</p> <p>Já sugeri uma vez, e repito: pegue seu boné, mas não esqueça dos coletes, e vá tomar sol na sua praia do Leblon, senhor ministro da teimosia. Aproveite e relaxe, faça muita passeata em favor da liberação da sua maconha, talvez a única agricultura possível dentro de sua ótica. Aí, a mídia repercute as suas atividades nessa área.</p>

Tomando por base as categorias da avaliatividade propostas por Martin e White (2005), podemos constatar que, enquanto as demais avaliações que

constituem o ponto de vista de Jakubaszko acerca do Ministro Minc são realizadas por julgamentos de estima social – teimoso, burro, birrento e ignorante –, as avaliações incluídas na Reiteração – comprometido “com outros interesses, inconfessáveis” e “vigarista” – são julgamentos de sanção social. Talvez por essa diferença valorativa, o articulista tenha optado por apresentá-las apenas na Reiteração e na forma de suposição – “ou então há” e “não afirmei [...] ainda não tenho certeza”.

A menção de todas essas avaliações, além da explicitação/retomada da Tese, estabelece a relação lógico-semântica entre a Reiteração e o restante do texto que a precede. No início da etapa, o ponto de vista do articulista é reafirmado por meio da combinação entre um simplexo e um complexo oracional, ambos presentes no Quadro 21.

Notação		Simplexo e complexo		
$1^{+2}(\alpha^{\times\beta}(1[[ ]]^{\alpha}[[ ]]^{\times 2}(\alpha[[ ]]^{\times\beta})))$	1[[ ]]		É, é melhor [[ avisar o ministro Minc que ele é turrão, é birrento, é burro (porque pouco inteligente) e ignorante (no sentido lato de ignorar) das coisas da vida e do campo.]]	
	+2	$\alpha$	Ou então há comprometimento com outros interesses, inconfessáveis, por sinal,	
		$\times\beta$	1	porque [[ o que ele vai conseguir com essa birra e teimosia]], é [[ colocar um nó górdio no agronegócio]]
		$\times 2[[ ]]$	$\alpha$	e depois será difícil [[ de desatar]],
		$\times\beta$	para <sup>47</sup> não dizer impossível.	

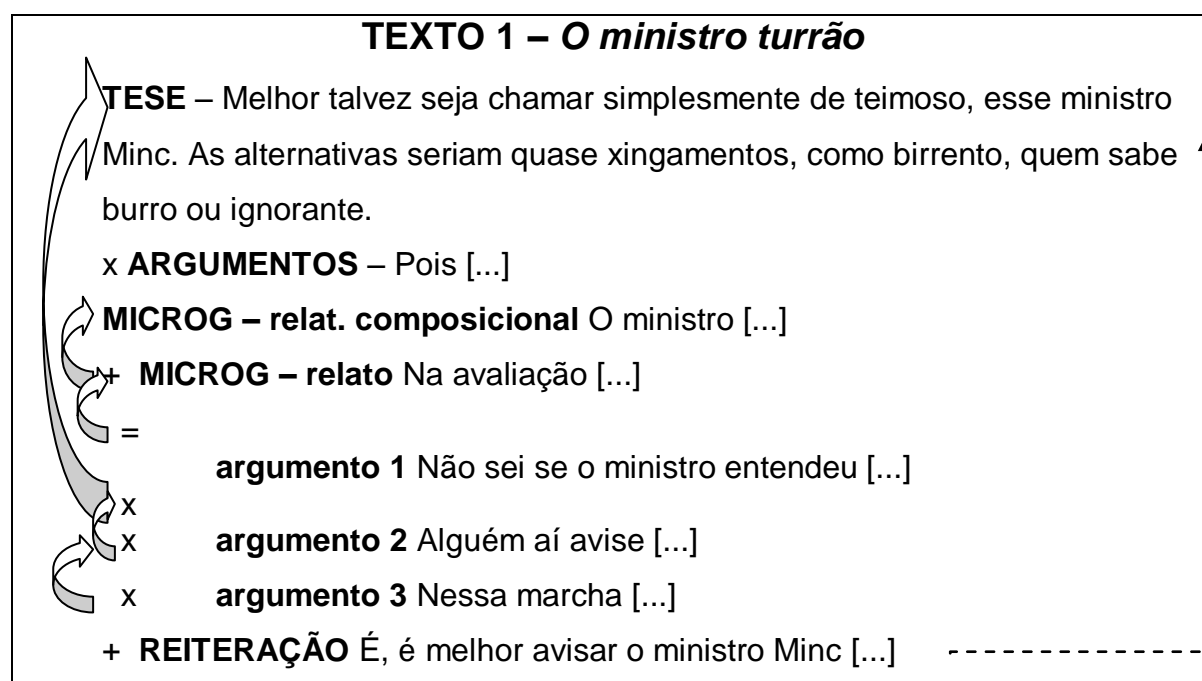
Quadro 21 – Ocorrências de simplexo e complexo na Reiteração, em AO1.

Aninhadas na projeção encaixada na oração “1[[ ]]”, a sequência de orações paratáticas relacionadas entre si por extensão e a relação também de extensão, sinalizada pelo conector “ou”, que une essa primeira oração e a oração “+2”, formalmente constituídas como um simplexo e um complexo oracional, respectivamente, evidenciam que, entre a etapa de Reiteração e as demais etapas e fases que constituem a Estrutura Esquemática do texto, a relação lógico-semântica que se estabelece é a de expansão por extensão.

<sup>47</sup> Destacamos que o conector “para” aqui não expressa finalidade, mas, sim, equivale ao conector “em vez de”; ou seja, *em vez de* “dizer impossível”, o articulista *diz* “será difícil de desatar”.

Cabe chamar atenção ainda, nessa etapa, para uma nova ocorrência de comentário voltado à mídia. Deixando informações subentendidas, a crítica aqui tecida – “Aí, a mídia repercute as suas atividades nessa área.” – sugere que a imprensa se omite (cf. comentário verificado no primeiro argumento) ou se manifesta (“repercute”) de acordo com as temáticas e os envolvidos de forma seletiva, talvez motivada por interesses. Em resumo, com esse novo comentário, mais uma vez é manifestada a função social de crítico de mídia do OI e a desaprovação do articulista à forma como o tema tem sido tratado pela imprensa.

Findada a análise linguística, a estrutura que compõe o gênero exposição de opinião instanciado por esse artigo de opinião pode ser esquematizada lógico-semânticamente da seguinte forma (Quadro 22):



Quadro 22 – Esquema lógico-semântico de AO1.

Conforme o Quadro 22 e as análises apresentadas, constatamos que a relação lógico-semântica que prevaleceu na organização da Estrutura Esquemática desse artigo de opinião foi a de intensificação, seja entre os argumentos, enquanto fases, seja entre os Argumentos e a Tese, enquanto etapas de gênero. De modo mais específico, verificamos que os argumentos

estabelecem entre si relações causais (de propósito, razão e condição) que se conjugam para justificar a Tese.

### 3.2.2.2 *Como ludibriar o cidadão*

No texto AO2 “*Como ludibriar o cidadão*”, publicado em 22 de junho de 2010 (descrição da EEG no Apêndice E), o articulista Luciano Martins Costa manifesta-se contrariando informações divulgadas pela imprensa e posteriormente utilizadas pelos ruralistas na tentativa de facilitar a aprovação do NCFB.

Conforme dados da Fundação Getúlio Vargas (2013), Luciano Martins Costa é jornalista e escritor, além de analista de mídia. Cumprindo essa função, é apresentador do programa *Observatório da Imprensa no Rádio* e membro do conselho do *Projor – Instituto Para o Desenvolvimento do Jornalismo*. Paralelo ao ofício de crítico de mídia, escreve semanalmente para o jornal *Brasil Econômico* sobre o tema sustentabilidade (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2013), o que vai ao encontro do que se verifica em seu texto analisado: sua posição contrária ao NCFB e em defesa do meio ambiente. Em outras palavras, em seu artigo de opinião, reflete-se sua ideologia ambientalista.

Seu papel de analista de mídia, bem como a função social do OI, manifesta-se logo no início do artigo de opinião, nos microgêneros utilizados pelo articulista para complementar a EEG de seu texto. No primeiro deles, um relato, reproduzido no excerto 01, o ponto de partida é uma informação divulgada por um veículo jornalístico, a “Folha de S.Paulo”.

01	MICROGÊNERO	Relato	Texto	
			Orientação	A Folha de S.Paulo informa que a votação da proposta de mudança no Código Florestal Brasileiro deverá ser adiada para depois das eleições.
			Registro de eventos	O início da discussão sobre o relatório do deputado Aldo Rebelo, do PCdoB, estava marcado para terça-feira (22/6), mas foi adiado para a próxima segunda-feira (28). A bancada ruralista, que forneceu a maior parte das "contribuições" para a proposta assinada por Aldo Rebelo, vai tentar manobrar para antecipar a votação. A bancada ambientalista quer evitar que a decisão seja contaminada pelo clima eleitoral, mas também espera que a opinião pública se mobilize para que o debate seja mais amplo.

O conteúdo informado pela Folha de S.Paulo, introduzido hipotaticamente no texto por meio de uma projeção, constitui a Orientação. A partir dela, uma série de eventos em torno da “votação da proposta de mudança no Código Florestal Brasileiro” é registrada: “foi adiado para a próxima segunda-feira (28)”, “vai tentar manobrar”, “quer evitar [...] mas também espera”. Com esse relato, o articulista contextualiza ao leitor a então situação da proposta do NCFB.

Esse contexto em torno da votação do NCFB é abordado também no microgênero que vem em seguida, que o amplia com o acréscimo de novas informações. Por meio do gênero interpretação, da família de reação a textos, o articulista reage a “uma versão amputada e manipulada de um estudo” que foi veiculada por alguns “jornais e sites noticiosos”, como se verifica no excerto 02.

02	MICROGÊNERO	Interpretação	Texto	
			Avaliação	Aí é que entra o papel da imprensa. A imprensa sinaliza aqui e ali que se interessa pelo assunto, mas na semana passada alguns jornais e sites noticiosos deram curso a uma mistificação bem ao gosto dos ruralistas, que defendem a liberação ampla do desmatamento.
			Sinopse do texto	Trata-se de uma versão amputada e manipulada de um estudo intitulado "Fazendas aqui, florestas lá – Desmatamento nos trópicos e competitividade dos estados unidos na agricultura e na indústria madeireira". <b>"Inocentes úteis"</b> O texto original, que pode ser <a href="#">lido em inglês aqui</a> , defende a falsa teoria segundo a qual as queimadas de florestas são a causa principal das mudanças climáticas, e afirma que, protegendo as florestas tropicais, os americanos estariam defendendo o interesse de sua agricultura nacional contra a concorrência de outros países. Os ruralistas usaram esse texto para atacar os ambientalistas brasileiros.

			Reafirmação	<p>O documento estimula o investimento na exploração sustentável de florestas tropicais, mas induz a interpretações equivocadas da questão climática, escondendo as causas urbanas e industriais do aquecimento global.</p> <p>Tal raciocínio torto foi abrigado por jornais brasileiros, e a divulgação de textos baseados nessa manipulação de dados foi multiplicada por sites ligados a interesses dos ruralistas que tentam impor as mudanças no Código Florestal.</p> <p>A leitura desses textos dá a entender que os defensores do patrimônio ambiental brasileiro estão a serviço do agronegócio dos Estados Unidos, ou são inocentes úteis condicionados por ONGs estrangeiras.</p>
--	--	--	-------------	--

Ao mesmo tempo em que o articulista introduz a sua Avaliação acerca do objeto de sua reação, também estabelece a relação lógico-semântica desse microgênero com o anterior, como explicita o complexo oracional no Quadro 23.

Notação		Complexo oracional	
$1[[ ]]^+2(\alpha^=\beta)$	1[[ ]]	A imprensa sinaliza aqui e ali [[ que se interessa pelo assunto]],	
	+2	$\alpha$	mas na semana passada alguns jornais e sites noticiosos deram curso a uma mistificação bem ao gosto dos ruralistas,
		$=\beta$	que defendem a liberação ampla do desmatamento.

Quadro 23 – Ocorrência de complexo oracional no microgênero interpretação, no AO2.

A oração paratática introduzida pelo conector “mas” une-se lógico-semanticamente por extensão à oração que a antecede. Ao fazê-lo, uma relação contrastiva se estabelece entre elas e sugere a desaprovação do articulista quanto ao material divulgado por alguns meios de comunicação, o que é reforçado pelo termo “mistificação”. Utilizado para referir metonimicamente o texto motivador da reação (no caso, a avaliação pelo objeto avaliado), o termo, por si só, evidencia a Avaliação negativa do articulista, constituindo a primeira etapa do microgênero interpretação.

A relação contrastiva, por sua vez, excede os limites do complexo oracional e do microgênero e associa-se semanticamente a um dos eventos do relato: a expectativa de mobilização da opinião pública. A espera de “que a opinião pública se mobilize para que o debate seja mais amplo” é contrastada pela atitude da imprensa no que diz respeito à divulgação de informações que seriam falsas e beneficiariam um dos lados dos envolvidos com o NCFB, o dos ruralistas. Em

virtude disso, a relação lógico-semântica estabelecida entre os microgêneros é de extensão.

Na interpretação, o desenvolvimento do gênero segue com a Sinopse do texto ao qual o articulista reage, referido na etapa inicial como “uma mistificação bem ao gosto dos ruralistas”. Linguisticamente, essa descrição é sinalizada, em um primeiro momento, pelo processo relacional “trata-se”, que introduz a caracterização do texto: “versão amputada e manipulada” do texto original “Fazendas aqui, florestas lá – Desmatamento nos trópicos e competitividade dos estados unidos na agricultura e na indústria madeireira”. Posteriormente, a Sinopse é complementada pela apresentação do conteúdo do texto original em que o texto “manipulado” seria baseado: “o texto original” “defende a falsa teoria” e “afirma que”.

Na Reafirmação, a Avaliação inicial é ratificada, como indica a oração paratática contrastiva “mas induz a interpretações equivocadas” e a apreciação negativa “tal raciocínio torto” que remetem valorativamente ao texto avaliado.

No que se refere ao macrogênero, a primeira etapa que o compõe é, enfim, apresentada. Depois de ter situado o leitor quanto ao tema do texto, função que foi desempenhada pelos microgêneros, a Tese (excerto 03) é explicitada.

03	Etapa	Texto
	Tese	A história é bem outra.

Sinteticamente, a Tese é manifestada por um simplexo constituído por uma oração relacional atributiva. De forma indireta, o Atributo “bem outra”, que caracteriza “história”, faz referência às informações contidas no texto que “os ruralistas usaram” “para atacar os ambientalistas brasileiros”, objeto da reação instanciada no microgênero. Ao declarar que “a história é bem outra”, o articulista deixa implícito que a realidade é distinta daquela que o texto avaliado e os ruralistas sugerem. Assim, tendo em vista essa ideia de contraste entre o que “a leitura” dos textos mencionados na interpretação “dá a entender” e o ponto de vista do articulista, podemos desdobrar o simplexo que realiza a Tese com a anteposição do conector “no entanto”, explicitando a relação lógico-semântica de extensão que se verifica entre a Tese e o microgênero que a antecede.



Exposta a Tese, os Argumentos estruturam-se para mostrar porque a “história é bem outra”, como está explicitado no excerto 04, que constitui o primeiro argumento.

	Etapa	Fase	Texto
04	Argumentos	1º argum.	<p><b>A verdade da terra</b></p> <p>Em primeiro lugar, o Brasil não precisa desmatar mais para aumentar sua produção agrícola. Mesmo com as restrições atuais, o agronegócio brasileiro deverá crescer 40%, o dobro da média mundial, nos próximos oito a dez anos.</p> <p>Os dados estão contidos num estudo conjunto produzido pela FT (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação) e pela OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico).</p> <p>Para efeito de comparação, basta observar que o mesmo estudo aponta uma expansão da agricultura americana e canadense de apenas 10% em igual período. Os países do Hemisfério Norte estão mais perto do limite de produtividade de suas terras. Considere-se, também, que mesmo com essa perspectiva de crescimento, o Brasil estará longe de ocupar toda a sua área agriculturável.</p> <p>Em 2003, o cultivo e a pecuária não cobriam nem 20% das terras disponíveis no Brasil, e desde então seguimos batendo recordes de produção, em parte com o sacrifício do patrimônio ambiental, sem necessidade desse ônus.</p> <p>Há controvérsias segundo as fontes, mas considera-se que atualmente, com a grande expansão da atividade, a exploração se aproxima de 50% das terras agriculturáveis. Ou seja, o Brasil pode seguir ampliando sua capacidade produtiva sem cometer o crime que é proposto no relatório assinado pelo deputado Aldo Rebelo.</p>

Introduzido pelo elemento coesivo “em primeiro lugar”, o argumento de que “o Brasil não precisa desmatar mais para aumentar sua produção agrícola” é trazido ao texto como a primeira razão em defesa da Tese. Efetuando o desdobramento semântico do complexo oracional que inicia essa primeira fase, poderíamos reformulá-lo como: *“Em primeiro lugar”, “a história é bem outra” em relação àquela que “a leitura” dos “textos dá a entender” porque “o Brasil não precisa desmatar mais para aumentar sua produção agrícola”*. Em virtude disso, podemos inferir que a relação lógico-semântica que se estabelece entre o primeiro argumento e a Tese é de intensificação.

Essa relação causal, por seu turno, é reforçada pelo articulista ao relacionar o complexo oracional que realiza esse argumento a um simplexo, como consta no Quadro 24.

Notação		Complexo e simplexo
$\alpha^x\beta$	$\alpha$	Em primeiro lugar, o Brasil não precisa desmatar mais
	$x\beta$	para aumentar sua produção agrícola.
x		Mesmo com as restrições atuais, o agronegócio brasileiro deverá crescer 40%, o dobro da média mundial, nos próximos oito a dez anos.

Quadro 24 – Ocorrências de complexo e simplexo no primeiro argumento, no AO2.

Em vez de usar duas orações, ou seja, um complexo oracional, o articulista optou por estabelecer a relação lógico-semântica de intensificação por meio de um elemento circunstancial. Dessa forma, no interior do simplexo, entre a circunstância “Mesmo com as restrições atuais” e a oração “o agronegócio brasileiro deverá crescer 40%, o dobro da média mundial, nos próximos oito a dez anos”, podemos inferir que se instaura uma concessão: *embora tenham restrições, “o agronegócio brasileiro deverá crescer 40%”*.

No texto, essa concessão expressa pelo simplexo funciona como uma justificativa para o conteúdo expresso no complexo oracional precedente. Desdobrando a relação entre eles – complexo e simplexo –, poderíamos uni-los gramaticalmente com o acréscimo do conector “pois”, textualizando o que já os une semanticamente.

Somando-se a esse recurso lógico-semântico, o articulista prossegue o desenvolvimento de seu argumento com a apresentação de uma série de dados “contidos num estudo conjunto produzido pela FT (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação) e pela OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico)”. Trazendo uma comparação entre a produção e o crescimento agrícola de “países do Hemisfério Norte” e do “Brasil”, esses dados servem de base para a elaboração do argumento: “Ou seja, o Brasil pode seguir ampliando sua capacidade produtiva sem cometer o crime que é proposto no relatório assinado pelo deputado Aldo Rebelo”.

Dando continuidade à defesa da Tese, um novo argumento é apresentado para somar-se ao primeiro, como se verifica no excerto 05.

05	Etapa	Fase	Texto
	Argumentos	2º argum.	

Na estruturação dessa segunda fase, o articulista principia retomando o argumento 1 e, em seguida, o expande, acrescentando o novo, como demonstra o complexo oracional no Quadro 25.

Notação	Complexo oracional		
$1(\alpha^{\wedge}=\beta)^{\wedge}+2(\alpha^{\wedge}\times\beta)$	1	$\alpha$	O Brasil tem a maior disponibilidade de área agriculturável do planeta,
		$=\beta$	ainda a ser explorada,
	+2	$\alpha$	e tende a usar cada vez menos terra por tonelada de produto,
		$\times\beta$	porque o agricultor nacional é o mais competitivo do mundo.

Quadro 25 – Ocorrência de complexo oracional no segundo argumento, no AO2.

Nesse complexo oracional, inicialmente verificamos um par de orações relacionadas entre si parataticamente, em que, se pensarmos na estrutura Tema-Rema (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004), a oração “1” funciona como informação dada, e a oração “+2” como informação nova. Na primeira oração que constitui esse par, um dos dados apresentados no argumento 1 é retomado: “O Brasil tem a maior disponibilidade de área agriculturável do planeta, ainda a ser explorada”. Na segunda oração, por outro lado, a informação nova é apresentada, sinalizada pelo conector “e”: “e tende a usar cada vez menos terra por tonelada de produto”. Essa informação nova é o argumento que será desenvolvido ao longo da segunda fase. Diante disso, podemos constatar que a relação lógico-semântica que se estabelece entre o primeiro e o segundo argumento é de extensão.

Assim como ocorreu com o argumento 1 (ver Quadro 24), o argumento 2 é apresentado e, em seguida, intensificado, com a particularidade de que agora a intensificação é realizada por uma oração, e não por uma circunstância. A oração “porque o agricultor nacional é o mais competitivo do mundo” estabelece com a dominante “tende a usar cada vez menos terra por tonelada de produto” uma relação de causa razão. Essa relação causal, por sua vez, é expandida pelo complexo oracional seguinte, que traz duas explicações para “o agricultor nacional” ser “o mais competitivo do mundo”: “Não apenas porque o país avançou” [...], “mas também porque o clima e a diversidade dos solos ajudam” [...], configurando o que poderíamos chamar de extensão entre orações causais.

Da conjugação dessas várias razões, resulta uma constatação que estende o argumento: “A agricultura nacional tem condições de se desenvolver de forma sustentável, sem necessidade de normas "mais flexíveis" de proteção do patrimônio ambiental”.

Concluída a defesa da Tese, o articulista dá início à sua Reiteração (excerto 06).

	Etapa	Texto
06	Reiteração	A imprensa precisa mergulhar profundamente no tema, em vez de dar curso a mistificações manipuladas pelas forças mais retrógradas do cenário do poder nacional. São as mesmas forças que produziram o grande retrocesso na tentativa de controlar a proliferação de armas de fogo no país.

Principiando a Reiteração, uma possível sugestão direcionada à imprensa é apresentada. Nesse caso específico, a sugestão e a retomada da Tese são realizadas por um complexo oracional, presente no Quadro 26.

Notação	Complexo oracional
$\alpha$	A imprensa precisa mergulhar profundamente no tema,
$\alpha^{\wedge} + \beta[[=]]$	em vez de dar curso a mistificações [[= manipuladas pelas forças mais retrógradas do cenário do poder nacional.]]

Quadro 26 – Ocorrência de complexo oracional na Reiteração, no AO2.

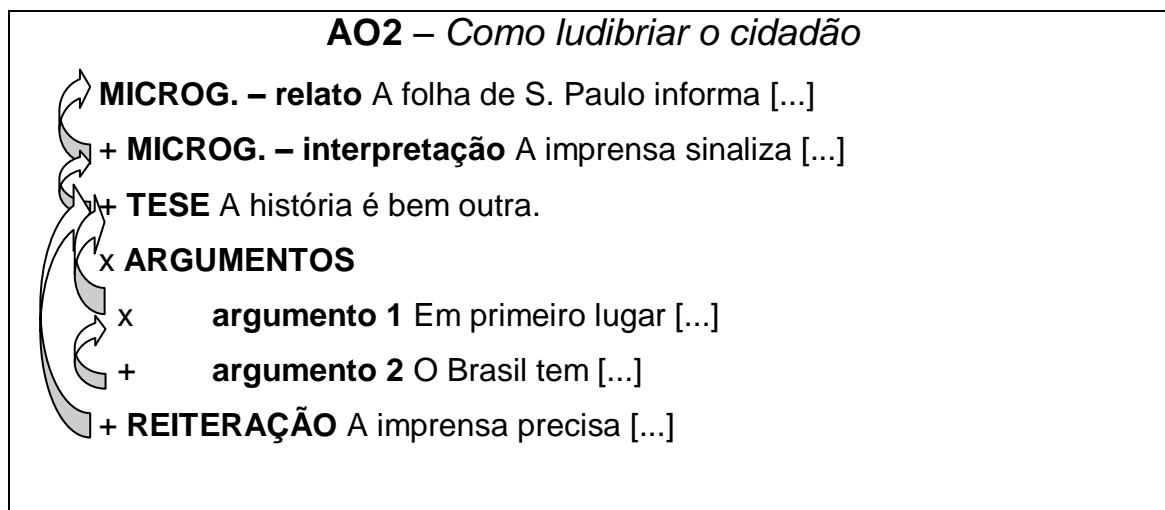
Na oração dominante, por meio de uma modulação, é apresentado o que a imprensa “precisa” fazer como solução para evitar a reprodução de “mistificações” e “informações amputadas e manipuladas”: “mergulhar profundamente no tema”. Por outro lado, na oração dependente, essa sugestão é expandida em uma relação de variação com o que a imprensa não deve fazer, sinalizada pelo conector “em vez de”.

Na oração que realiza a extensão, a atitude a ser substituída promove a retomada da Tese. Ao fazer referência novamente às “mistificações manipuladas” a que a imprensa “deu curso”, além de retomar o tópico que é contrariamente avaliado em sua Tese, o articulista deixa subentendido que, dadas as razões apresentadas em seus Argumentos, as informações e os textos divulgados por “jornais e sites noticiosos”, de fato, não condizem com a realidade.

Enquanto o conteúdo da oração dependente retoma a Tese, o da oração dominante a estende, acrescentando uma sugestão. Verificada não apenas na estruturação textual da Reiteração, mas também na estruturação semântica entre ela e a Tese, a relação lógico-semântica que se estabelece entre essas duas etapas é de extensão

Voltada à imprensa, a sugestão adicionada na Reiteração mais uma vez realiza o propósito social do OI e, no caso desse artigo de opinião, também evidencia uma das atribuições profissionais de Luciano Martins Costa, autor do texto, a de analista de mídia.

Em resumo, a análise linguística demonstrou que a relação lógico-semântica predominante na organização da Estrutura Esquemática desse artigo de opinião foi a extensão, como pode ser observado no Quadro 27.



Quadro 27 – Esquema lógico-semântico de AO2.

Seja entre os microgêneros, seja entre eles e a Tese, a escolha por construções contrastivas fez com que o articulista desenvolvesse boa parte de seu texto como desdobramento de contrapontos. Um desses desdobramentos foi promovido pelos Argumentos em relação Tese, de modo que a segunda etapa tenha servido para legitimar o contraste explicitado na primeira. Dessa forma, embora a relação estabelecida entre as fases que constituem os Argumentos tenha sido de expansão por adição, tendo em vista que o segundo argumento se soma ao primeiro em defesa do ponto de vista, a relação entre os Argumentos e a Tese, enquanto etapas, foi de intensificação do tipo causa razão.

### 3.2.2.3 *Perplexidade diante de tantas escolhas*

No texto AO3 “Perplexidade diante de tantas escolhas”, publicado em 10 de maio de 2011 (descrição da EEG no Apêndice E), a articulista Fátima Feliciano expõe sua impressão acerca da cobertura da área de meio ambiente e sustentabilidade pelo jornalismo.

Fátima Feliciano é jornalista, mas dedica a maior parte de seu tempo não ao exercício efetivo da profissão, e sim à formação de novos jornalistas. Professora na Universidade de São Paulo (USP), atua principalmente nas áreas de Teorias Contemporâneas da Comunicação, Teorias do Jornalismo, História Sociocultural da Mídia, Mídias Digitais, Gestão e Documentação em Comunicação

e Informação, Editoração/Arquitetura/Design da Informação, Indústria do entretenimento e Gestão da Informação<sup>48</sup>.

Provavelmente motivada por sua atuação como docente, o tema escolhido como tema de sua exposição tenha sido o próprio jornalismo e as dificuldades que os profissionais dessa área encontram ao exercerem seu papel, de modo especial quando a área que precisam cobrir é a ambiental. A questão mencionada no início do texto “Mas, em tempos de tantas decisões delicadas na área ambiental, como noticiar meio ambiente ou “sustentabilidade?” e a resposta que ela suscita talvez tenham mais uma função pedagógica do que propriamente de crítica midiática – propósito do OI –, embora esta última esteja marcada no artigo de opinião.

Para introduzir o tema e o texto, antes de dar início à exposição de fato, encaixado à estrutura do macrogênero, a articulista faz uso de um microgênero: o relatório descritivo (excerto 01).

		<b>Texto</b>	
<b>01</b>	<b>MICROGÊNERO</b>	<b>Relatório descritivo</b>	<b>Classificação</b>
		<b>Descrição</b>	<b>Descrição</b>
			<p>Por muitos anos tivemos em cena o jornalismo rural –</p> <p>aquele que se aprendia na faculdade, que noticiava/ensinava ao agricultor uma nova técnica agrícola ou a fazer torta de abóbora na safra. Mas, no geral, esse tipo de jornalismo não se posicionou muito em relação a temas agrários polêmicos, tais como reforma agrária, por exemplo, principalmente em tempos bicudos de ditadura militar.</p>

Nesse microgênero, o propósito é descrever “jornalismo rural”. Após ter sido mencionada na Classificação, a entidade tem sua Descrição apresentada, realizada léxico-gramaticalmente por orações encaixadas que a definem – “que se aprendia na faculdade, que noticiava/ensinava” – e por um simplexo que traz o comportamento do “jornalismo rural” – “não se posicionou muito em relação a temas agrários polêmicos”.

Esse comportamento, por sua vez, é justamente o ponto de partida para a Tese (excerto 02), que surge como uma reflexão, expandindo-o.

<sup>48</sup> Informações disponíveis em <http://culturadigital.br/membros/fatimafeliciano/profile/>. Acesso em 11 out. 2015.

	Etapa	Texto
02	Tese	<p>Mas, em tempos de tantas decisões delicadas na área ambiental, como noticiar meio ambiente ou "sustentabilidade"?</p> <p>Acredito que nunca foi tão complicado cobrir a área de meio ambiente nas redações de jornais, revistas, rádios e TV. Não exatamente pela imensa quantidade de matérias a serem escritas, mas pela inexorável dificuldade de se posicionar a respeito. Na era das redes sociais, ao contrário, blogs de ambientalistas têm imensa facilidade em lidar com isso tudo, na ausência da censura. Expõem seus pontos de vista sobre qualquer tema, e está feito. Não têm satisfações a dar a não ser para suas próprias consciências e seus seguidores. Já os jornais de prestígio, as rádios, as TVs...</p>

O jornalismo rural “não se posicionou muito em relação a temas polêmicos”, “principalmente em tempos de ditadura militar”. No entanto, como manter essa isenção e “noticiar meio ambiente ou “sustentabilidade” “em tempos de decisões complicadas” nessa área? Embora essa relação semântica não esteja de todo explicitada no texto, o emprego do conector “mas” no início do simplexo oracional que principia a Tese sugere esse desdobramento, pois instaura uma relação de extensão contrastiva com o simplexo anterior, no microgênero. Dessa forma, a relação lógico-semântica que se estabelece entre o relatório descritivo e a Tese é de extensão.

A questão encabeçada pelo “mas” não tem resposta. Em vez de uma resposta, a articulista expõe uma avaliação, textualizada por um complexo oracional, listado no Quadro 28.

Notação	Complexo oracionalL
$\alpha^{\wedge} \beta[[ ]][[=]] [[ ]]$	<p>    Acredito</p> <p>   que nunca foi tão complicado [[ cobrir a área de meio ambiente nas redações de jornais, revistas, rádios e TV.]].    Não exatamente pela imensa quantidade de matérias [[= a serem escritas]], mas pela inexorável dificuldade [[ de se posicionar a respeito]].   </p>

Quadro 28 – Ocorrência de complexo oracional na Tese, no AO3.

Sinalizada por uma projeção de ideia que realiza uma metáfora interpessoal – “Acredito que” –, a avaliação explicita o ponto de vista que será defendido ao longo do texto: “nunca foi tão complicado cobrir a área de meio ambiente nas redações de jornais, revistas, rádios e TV”. Assim explicitado, a



articulista o complementa, intensificando-o por meio de uma sequência de circunstâncias estilisticamente separadas da projeção por um ponto final. Nessa construção, a segunda circunstância, introduzida pelo “mas”, apresenta, por variação, a causa de tamanha complexidade: “a inexorável dificuldade de se posicionar a respeito”. Da conjugação da avaliação com sua expansão, é textualizada a Tese: *a cobertura da “área de meio ambiente nas redações de jornais, revistas, rádios e TV” “nunca foi tão complicada” devido à “inexorável dificuldade de se posicionar a respeito”.*

Ao mesmo tempo em que complementa a Tese, a circunstância “mas pela inexorável dificuldade de se posicionar a respeito” antecipa o que será o Argumento, reproduzido no excerto 03.

	Etapa	Texto
03	Argumento	<p>O motivo maior dessa dificuldade se deve ao fato de que tratar da construção ou não de Belo Monte, defender ou não mudanças no Código Florestal, por exemplo, impõe tomar partido. E esse partido a ser tomado atinge a visão histórica de desenvolvimento do Brasil que eventualmente se tenha, a escolha ou não do apoio ao modelo desenvolvimentista em curso no país desde os anos 1950 (e agora do neo-desenvolvimentismo), a escolha de uma visão política ou outra e a escolha de um modelo energético possível. E isso é muito complicado para a grande mídia. Não é por acaso que o que tem sido noticiado sobre a temática não raramente aparece na editoria de Economia ou de Política, e não em Geral/Cidades, como antes, pois requer cuidados adicionais. Em alguns jornais aparece nas páginas dos editoriais, pois envolve a visão da própria empresa jornalística sobre o tema. Caímos na Teoria Organizacional do Jornalismo. Aquela que trata dos vínculos da empresa jornalística com o mercado e suas relações institucionais.</p> <p><b>Como fica o leitor/espectador?</b></p> <p>Recentemente, quando chamaram um link para Brasília no Jornal da Globo e vimos na tela Heraldo Pereira – o assunto era o pito da OEA quanto a Belo Monte. Heraldo, já no lead, disse aos telespectadores que o Brasil “precisava” de hidrelétricas como Belo Monte e que a OEA pouco representava no rol das coisas, minimizando a ação do órgão. A questão é... Quem disse? Essa era a opinião pessoal dele, da emissora onde ele trabalha, da presidência da República, do povo brasileiro, do Congresso Nacional ou do Greenpeace, para citar apenas uma entidade ambientalista? Ficou pouco clara tal ingerência do jornalista no nível do jornalismo opinativo e em relação aos fatos apresentados. Já Miriam Leitão – colunista – disse com todas as letras recentemente, no Bom Dia Brasil, que Aldo Rebelo, relator das mudanças no Código Florestal, comunista histórico, havia tomado o partido dos ruralistas.</p>

Principiando o Argumento, o elemento coesivo “dessa dificuldade” retoma o problema enfrentado por jornalistas quanto a assumir um posicionamento a respeito da “área de meio ambiente nas redações de jornais, revistas, rádios e

TV”. No interior do complexo oracional que dá início à segunda etapa do artigo de opinião, esse elemento coesivo associado ao seu cotexto – “O maior motivo” e “se deve ao fato de que” – sugere que a função desse Argumento é apresentar a razão pela qual há a “dificuldade” e, por conseguinte, a cobertura jornalística “é tão complicada”. Assim, embora essa relação causal não seja explicitada por um complexo oracional, mas sim por elementos lexicais que constituem um simplexo, a relação lógico-semântica estabelecida entre as etapas Tese e Argumento é de intensificação.

Na sequência do Argumento, a causa inicialmente apresentada para justificar a Tese é expandida por um complexo oracional cujas orações, formalmente textualizadas como simplexos, relacionam-se, em termos lógico-semânticos, por extensão, como demonstra o Quadro 29.

Notação		Complexo oracional
1[[ ]]^+2[[=]]^[[=]]^+3	1[[ ]]	O motivo maior dessa dificuldade se <b>deve</b> ao fato [[ de que tratar da construção ou não de Belo Monte, defender ou não mudanças no Código Florestal, por exemplo, impõe tomar partido.]]
	+2[[=]]^[[=]]	E esse partido [[= a ser tomado]] atinge a visão histórica de desenvolvimento do Brasil [[= que eventualmente se tenha]], a escolha ou não do apoio ao modelo desenvolvimentista em curso no país desde os anos 1950 (e agora do neo-desenvolvimentismo), a escolha de uma visão política ou outra e a escolha de um modelo energético possível.
	+3	E isso é muito complicado para a grande mídia.

Quadro 29 – Ocorrência de simplexo oracional no Argumento, no AO3.

Introduzido pelo conector “e” combinado à expressão coesiva “esse partido”, a oração “+2” retoma anaforicamente a causa apresentada na oração “1” e expande-o ao apresentar várias implicações de se “tomar partido”, enquanto a oração “+3” expande tais implicações (retomadas por “isso”) ao adicionar uma caracterização – “é muito complicado para a grande mídia”. Essa caracterização, a propósito, retoma a avaliação expressa na Tese, promovendo, de certa forma, uma Reiteração antecipada.

Dando prosseguimento ao desenvolvimento do Argumento, um fato é apresentado para exemplificar que “isso [tomar partido] é muito complicado para a grande mídia”. A partir desse fato, expresso por processos no passado (“quando chamaram”, “e vimos”, “Heraldo, já no lead, disse”), a articulista levanta questões (“Quem disse? Essa era a opinião pessoal dele, da emissora onde ele trabalha, da presidência da República, do povo brasileiro, do Congresso Nacional ou do Greenpeace, para citar apenas uma entidade ambientalista?”) que revelam ao leitor como a dificuldade de assumir um partido, ou, por outro lado, de tentar não assumi-lo, manifesta-se. Para chamar atenção a isso, a articulista explora o reflexo dessa dificuldade na qualidade da informação que é passada ao espectador: “Como fica o leitor/espectador?”.

Citando a divulgação de notícias pelos telejornais “Jornais da Globo” e “Bom Dia Brasil” e levantando questões acerca da forma como o fizeram, o propósito do OI é manifestado. Além de fundamentar o Argumento em defesa da Tese, a articulista realiza uma crítica à mídia e ao modo como ela aborda determinados temas e porta-se diante deles, como evidencia, além das questões retóricas, a avaliação de que teria ficado “pouco clara” a intervenção “do jornalista no nível do jornalismo opinativo e em relação aos fatos apresentados”.

A questão do comprometimento no jornalismo, abordada ao longo de todo o texto, é mantida na Reiteração. Nessa última etapa, correspondente ao excerto 04, a seguir, o ponto de partida é um preceito jornalístico, a neutralidade.

	Etapa	Texto
04	Reiteração	<p>Dizem os manuais de jornalismo usados nas faculdades e nas redações que o jornalista deve ser neutro em relação ao noticiário. Ocorre que em temas tão contundentes, polêmicos e incandescentes como modelo de país, construção de novas hidrelétricas e mudanças no Código Florestal, os ânimos se alteram. E o que se vê são defesas de posições político-ideológicas, principalmente no nível do jornalismo opinativo.</p> <p>O mesmo vem ocorrendo nos partidos. Será que os partidos comunistas vêm consultando as bases quanto a apoiar ruralistas? Não soa estranho que históricos partidos de esquerda apoiem o agronegócio? Afinal, antes eles não apoiavam o MST, por exemplo? Não há contradição nesse novo posicionamento? Quem mudou? O Brasil? O jornalismo? Os partidos políticos? Mudaram os rumos do Brasil, a ética, os valores civis e ambientais? E o leitor/espectador, fica como nisso tudo?</p>

Trazido ao texto por uma projeção de dizer, o preceito da neutralidade é contrastado ao que se verifica na prática jornalística, o que é realizado por relações estabelecidas entre um complexo oracional e um simplexo, elencados no Quadro 30.

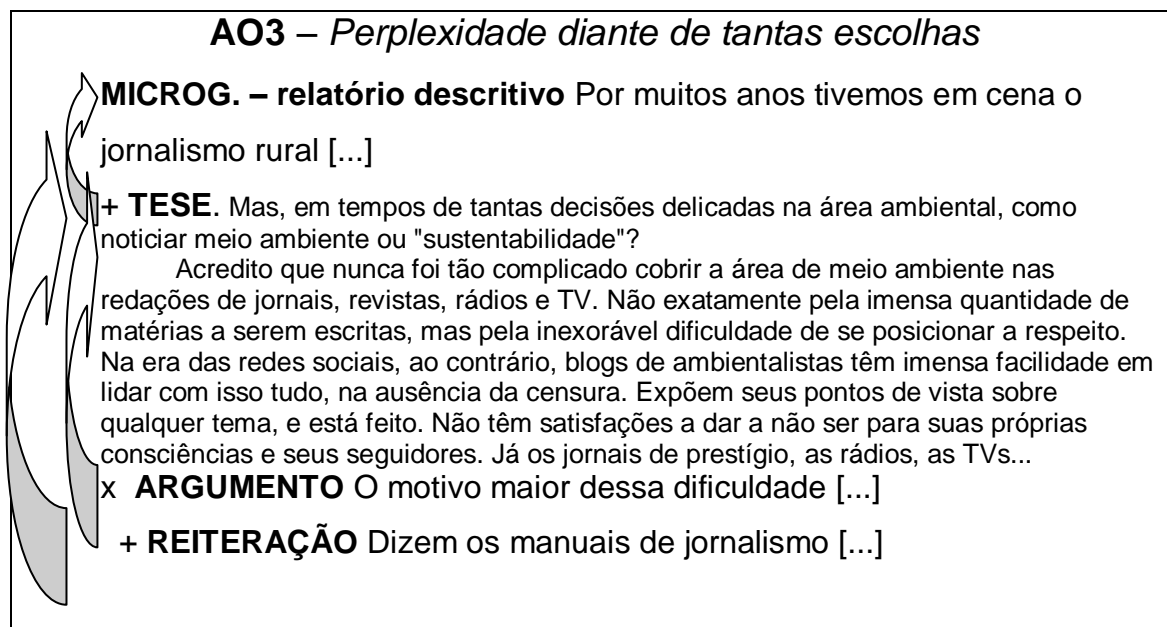
Notação		Complexos oracionais
$\alpha^{\wedge} \beta$	$\alpha$	Dizem os manuais de jornalismo usados nas faculdades e nas redações
	$\beta$	que o jornalista deve ser neutro em relação ao noticiário.
[[ ]][[ ]]		Ocorre [[ que em temas tão contundentes, polêmicos e incandescentes como modelo de país, construção de novas hidrelétricas e mudanças no Código Florestal, os ânimos se alteram. E [[ o que se vê]] são defesas de posições político-ideológicas, principalmente no nível do jornalismo opinativo.]]

Quadro 30 – Ocorrências de complexo oracional e simplexo na Reiteração, no AO3.

O dever da neutralidade “em relação ao noticiário” ditado pelos “manuais de jornalismo”, textualizado pelo complexo oracional, é estendido ao ser colocado em oposição ao que, *por outro lado*, “ocorre” diante de situações e temas com que os profissionais se deparam: “os ânimos se alteram”. Alterados os ânimos, “defesas de posições político-ideológicas, principalmente no nível do jornalismo opinativo” são uma consequência.

Em conjunto, essas relações lógico-semânticas estabelecidas entre complexo oracional e simplexo promovem a Reiteração da Tese. Ao associar aquilo que “dizem os manuais de jornalismo” quanto à neutralidade do noticiário ao que acontece na realidade do jornalista, fica subentendido que o trabalho desses profissionais “é complicado”. Com isso, a avaliação inicial não é simplesmente retomada, mas estendida com novas informações. Além disso, na sequência da etapa, a articulista estende a dificuldade de posicionar-se frente a aspectos ambientais a uma outra categoria, que não de jornalistas, a dos políticos – “o mesmo vem ocorrendo nos partidos”. Nesse sentido, entre as etapas Reiteração e Tese, a relação lógico-semântica que se destaca é de extensão.

Dado o exposto, concluída a análise linguística, verificamos que a relação lógico-semântica que predominou na organização da Estrutura Esquemática desse artigo de opinião foi a de extensão, como demonstra o Quadro 31.



Quadro 31 – Esquema lógico-semântico de AO3.

Na Tese, utilizou-se a extensão para, a partir da expansão das informações apresentadas pelo microgênero, expor o ponto de vista. Na Reiteração, por sua vez, essa mesma relação lógico-semântica foi escolhida para não apenas retomar a Tese, mas estendê-la com novas informações. A extensão, no entanto, não se manteve no Argumento, etapa em que, a fim de defender e justificar a Tese, a relação lógico-semântica escolhida foi de intensificação do tipo causa razão.

### 3.2.2.4 O dinheiro não tem ouvidos

No texto AO4 “O dinheiro não tem ouvidos”, publicado em 07 de junho de 2011 (descrição da EEG no Apêndice E), a articulista Elaine Tavares discorre sobre a influência que o dinheiro e as “minorias endinheiradas”, principalmente ligadas ao setor agrícola, exercem nas decisões políticas brasileiras.

Além de ter trabalhado nas mais diversas áreas do jornalismo, na TV, no rádio, jornal, em grandes empresas, sindicatos e instituições públicas, Elaine Tavares mantém participação ativa junto a entidades e movimentos sociais. Paralelamente à sua função de profissional de imprensa, atua na Comunicação Popular e Comunitária, assessorando movimentos sociais e sindicatos e realizando a formação de agentes de comunicação popular.

No artigo de opinião em análise, esse envolvimento com as causas populares e comunitárias encontra uma forma de expressão. Ao criticar a dominância que uma minoria abastada ligada ao agronegócio, de modo especial, exerce sobre a maioria da população brasileira, a articulista coloca-se como uma voz em favor dos dominados e chama a atenção para problemas sociais e políticos que atingem o povo.

Para contextualizar essa dominância, tópico a ser desenvolvido ao longo do texto, a articulista inicia seu artigo de opinião com um microgênero, reproduzido no excerto 01.

		Texto		
01	MICROGÊNERO	Relatório descritivo	Classificação	Os fatos registrados na última semana no Pará mostram claramente, com som e imagem, quem manda neste país: a oligarquia agrária, os grandes fazendeiros, as empresas estrangeiras que se apropriam a cada dia das terras brasileiras.
			Descrição	Conforme relatórios da Comissão Pastoral da Terra, hoje, menos de 50 mil proprietários rurais possuem áreas superiores a mil hectares. E são estes os responsáveis pela produção do alimento e pela geração de emprego no campo. São as propriedades com menos de 100 hectares as que produzem 47% da comida que nos mantém vivos e empregam cerca de 40% da mão-de-obra. Por outro lado, apenas 1% dos proprietários rurais detém em torno de 46% de todas as terras. Não bastasse essa ínfima minoria tomar conta de quase tudo, dos aproximadamente 400 milhões de hectares que aparecem como propriedade privada, apenas 60 milhões de hectares são usados para plantar comida. O restante das terras está ocioso ou subutilizado. O Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra) aponta um dado significativo: existem 100 milhões de hectares de terras ociosas e cerca de 4,8 milhões de famílias sem terra no Brasil. As grandes propriedades, com mais de 10 mil hectares, aparecem nos relatórios como as que participam de apenas 4% da produção de alimento e 4,2% de absorção de mão-de-obra.

Nesse relatório descritivo, com base em “fatos registrados” provavelmente pela imprensa, uma constatação (“mostram”) traz a Classificação daqueles que

mandam “nesse país: “a oligarquia agrária, os grandes fazendeiros, as empresas estrangeiras que se apropriam a cada dia das terras brasileiras”. Na sequência do microgênero, a partir de dados emitidos pela “Comissão Pastoral da Terra” e pelo “Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra)”, a Descrição traz informações para caracterizar o cenário agrícola brasileiro e, com isso, “quem manda”. Por meio principalmente de simplexos constituídos por orações relacionais, são caracterizados contrastivamente as grandes e as pequenas propriedades não apenas em relação à quantidade de terra que possuem (“Por outro lado, apenas 1% dos proprietários rurais detêm em torno de 46% de todas as terras”), mas à produção de alimento e emprego de mão-de-obra (“São as propriedades com menos de 100 hectares as que produzem 47% da comida que nos mantém vivos e empregam cerca de 40% da mão-de-obra”).

Esses dados que descrevem o cenário de dominação subjacente ao agronegócio brasileiro são retomados na formulação da Tese, referente ao excerto 02.

	Etapa	Texto
02	Tese	A pergunta que fica batendo então é: como pode um pequeno grupo, que sequer planta comida ou emprega gente, ter tanto apoio governamental? Ora, a resposta é simples: eles têm grana e mantêm as casas legislativas sob seu comando.

Essa primeira etapa constituinte do macrogênero é realizada por um simplexo, formulado como questão retórica, e um complexo oracional, configurado como a resposta à questão prévia, por meio do qual a Tese é exposta, ambos categorizados no Quadro 32.

Notação	Simplexo e complexo		
$[[=]^{\wedge}[[ ]]$	A pergunta [[= que fica batendo]] então é: [[ como pode um pequeno grupo, que sequer planta comida ou emprega gente, ter tanto apoio governamental?]]		
$1^{\wedge}=2(1^{\wedge}x2)$	1	Ora, a resposta é simples:	
	=2	1	eles têm grana
		x2	e mantêm as casas legislativas sob seu comando.

Quadro 32 – Ocorrências de simplexo e complexo oracional na Tese, no AO4.

Na formulação da “pergunta”, as informações trazidas no microgênero são retomadas pela expressão “um pequeno grupo” e sua elaboração, realizada pela oração hipotática “que sequer planta comida ou emprega gente”. Com essa oração, a articulista, de certa forma, resume a caracterização de “quem manda neste país” sob a forma de um comentário avaliativo. Em vista disso, entre o relatório descritivo e a Tese, a ligação é feita lógico-semanticamente por elaboração.

No complexo oracional, entre as duas orações que realizam a elaboração da “resposta”, o conector “e” expressa não a relação típica de adição, mas de causa/consequência. Dada essa relação, a Tese pode ser desdobrada como: *“quem manda neste país” e “mantêm as casas legislativas sob seu comando” é “a oligarquia agrária, os grandes fazendeiros, as empresas estrangeiras que se apropriam a cada dia das terras brasileiras”, pois “eles têm grana”.*

Seguindo esse raciocínio, os três argumentos que constituem a segunda etapa da exposição se desenvolvem no intuito de demonstrar como esse domínio se manifesta em situações concretas. Ao fazê-lo, conseqüentemente, as situações exemplificadas contribuem para corroborar a Tese, provando o comando exercido por “quem tem grana”, ou, simplesmente, pelo dinheiro.

Essa demonstração via exemplos é explicitada no primeiro argumento, apresentado no excerto 03.

	Etapa	Fase	Texto
03	Argumentos	1º argum	No blog “Os donos da terra”, dirigido pelo jornalista Alceu Castilhos, pode-se encontrar muitos desses exemplos. Seja na Câmara de Deputados, seja nos legislativos estaduais, a bancada ruralista é puro poder. Quem duvida, veja a votação do código florestal. 420 x 68. Goleada! Isso prova por A + B que o processo eleitoral no Brasil não tem qualquer relação com a democracia.. E ponto final.

No complexo oracional que introduz o argumento 1, a oração dominante faz referência, por meio de uma circunstância (“No blog “Os donos da terra””), a uma fonte em que poderiam ser encontrados “muitos” “exemplos” da influência do dinheiro em decisões políticas nacionais. Dentre os muitos lá listados, a articulista elege usar em seu texto o exemplo do “poder” da bancada ruralista na “votação



do código florestal”, que ilustra e “prova por A+B” o valor da “força do dinheiro” em detrimento da “democracia”. Dessa forma, ao expandir a Tese por meio de exemplificação, a relação lógico-semântica que se estabelece entre a etapa e o primeiro argumento é de elaboração.

Ainda referindo-se à “votação do código”, porém enfocando o poder dos “grandes latifundiários”, o segundo argumento é apresentado (excerto 04).

	Etapa	Fase	Texto
04	Argumentos	2º argum	<p><b>Totem de destruição</b></p> <p>Outra coisa importante que a votação do código mostrou é o quanto as vozes das gentes, o tal do povo que os deputados falam tanto quando pedem voto, não são levadas em consideração para nada. Durante anos, as propostas do novo código florestal foram rebatidas, pessoas se mobilizaram, gritaram, fizeram protestos, especialistas ditaram os males que viriam, pitonisas previam desgraças e nada foi capaz de barrar a vitória dos grandes latifundiários.</p>

Integrando um simplexo, “a votação do código” é referida para exemplificar um novo dado – “Outra coisa importante”: “o quanto as vozes das gentes” “não são levadas em consideração para nada”. Na sequência, por meio de um complexo oracional (Quadro 33), esse dado é expandido, de modo a mostrar novamente a dominância do dinheiro.

Notação	Complexo oracional		
1(1^+2^+3^+4^+5^+6)^x2	1	1	Durante anos, as propostas do novo código florestal foram rebatidas,
		+2	pessoas se mobilizaram,
		+3	gritaram,
		+4	fizeram protestos,
		+5	especialistas ditaram os males [[= que viriam]],
		+6	pitonisas previam desgraças
	x2		e nada foi capaz [[ de barrar a vitória dos grandes latifundiários.]]

Quadro 33 – Ocorrência de complexo oracional no argumento 2, no AO4.

No aninhamento que constitui a oração “1”, uma sequência de orações relacionadas entre si por extensão enumera várias iniciativas de diferentes agentes da sociedade (“pessoas”, “especialistas”, “pitonisas”) na tentativa de barrar o “novo código florestal”. No entanto, embora todo o esforço em rebater,

mobilizar-se, gritar, protestar, ditar males e prever desgraças, “a vitória dos grandes latifundiários”, ou seja, do dinheiro, não foi impedida, como explicita a oração “+2”, introduzida pelo conector “e”. Mais uma vez, esse conector não é empregado para expressar adição, mas, nesse caso, para estabelecer uma oposição entre os conteúdos das orações “1” e “x2”: *mas* “nada foi capaz de barrar”.

Ainda que entre os argumentos 1 e 2 a ligação não tenha sido por meio de complexos oracionais, o emprego da expressão “Outra coisa importante” definida pela oração encaixada que a acompanha “que a votação do código mostrou” sugere que, entre essas duas fases, a relação lógico-semântica estabelecida é de extensão. O segundo argumento se soma ao primeiro para trazer novo exemplo do poder político exercido pelo dinheiro em relação a uma mesma situação, a da “votação do código”.

No terceiro argumento, da mesma forma que nos anteriores, o campo semântico do dinheiro e do poder que ele exerce se mantém e é explicitado logo no início da fase, trazida no excerto 05.

	Etapa	Fase	Texto
05	Argumentos	3º argum	<p>Agora, no Brasil, uma nova queda de braço se faz entre a maioria e a minoria endinheirada. O mesmo velho e odioso massacre do capital contra a maioria das gentes. É a construção da usina de Belo Monte. Quantos relatórios já foram formulados? Quantas análises? Quantos gritos de clamor e desespero já ecoaram na beira dos rios, nas florestas? Mas o dinheiro é surdo. Não há como ouvir. O lucro de uns poucos (o 1%) vale mais do que a vida de milhares de pessoas que vivem do rio e da floresta.</p> <p>A usina segue em frente, devastando a floresta, alagando as terras, desalojando as famílias. Que farão? Para onde irão? Ninguém se importa. É o preço do progresso. Alguém tem de fazer algum sacrifício. Mas esse “alguém”, é claro, nunca são os ricos.</p> <p>Num tempo em que as tecnologias alternativas de energia já são realidades concretas, o Brasil insiste na mesma matriz das usinas gigantes. Elas geram muita energia, é certo. Mas a que custo? O lago de Belo Monte inundará mais de 500 quilômetros quadrados de terra. Destruirá rios, peixes, gentes e territórios sagrados. O lago mudará para sempre o curso do rio Xingu, que na língua kamaiurá quer dizer água limpa. Esse imenso rio, de mais de dois mil quilômetros, que nasce no Mato Grosso e vai até o Pará, é sinônimo de vida para milhões de pessoas que vivem nas suas margens. Pois ao custo de 25 bilhões de reais, que engordarão as empreiteiras, o governo pretende construir uma obra que equivale a oito Maracanãs. O impacto que a usina vai causar na floresta é a destruição de nove milhões de hectares, equivalente a duas vezes a cidade do Rio de Janeiro. Um gigante de concreto em meio à floresta. Um totem mítico de destruição.</p>

Uma sequência composta por dois simplexos promove a manutenção do campo semântico e a inserção do novo argumento. Inicialmente, “uma nova queda de braço” “entre a maioria e a minoria endinheirada” e “O mesmo velho e odioso massacre do capital contra a maioria das gentes” além de recuperar o ponto de vista da articulista (“quem manda neste país” é quem “tem grana”), estende o argumento anterior.

Ao usar a expressão “uma nova queda de braço”, o qualificador “nova” pressupõe que o confronto dos “grandes latifundiários” com as “pessoas”, os “especialistas” e as “pitonisas” em relação à votação do NCFB é uma das quedas “de braço” (mais antiga). Da mesma forma, ao estabelecer a comparação expressa por “o mesmo”, fica subentendido que “a vitória dos grandes latifundiários” frente à aprovação do NCFB é também um “velho e odioso massacre do capital contra a maioria das gentes”. Diante disso, assim como ocorreu entre os argumentos 1 e 2, a ligação entre o segundo e o terceiro argumento não é realizada por complexos oracionais, mas o emprego de outros elementos léxico-gramaticais permitem inferir que a relação lógico-semântica que se estabelece entre eles é de extensão.

Após a coesão entre as duas fases, o novo argumento é, de fato, apresentado: “a construção da usina de Belo Monte”. Como um terceiro exemplo do domínio dos que “têm grana”, a “queda de braço” em torno da construção de Belo Monte é detalhada. Mescladas a informações sobre a usina, construções que evidenciam essa “queda de braço” e a dominância da minoria são empregadas, como mostra o Quadro 34.

Notação	Simplexos e complexo oracional
	Quantos gritos de clamor e desespero já ecoaram na beira dos rios, nas florestas?
	Mas o dinheiro é surdo <sup>49</sup> .
[[=]]	O lucro de uns poucos (o 1%) vale mais do que a vida de milhares de pessoas [[= que vivem do rio e da floresta.]]

<sup>49</sup> Esclarecemos que, neste caso, mesmo com o emprego do conector “mas”, os dois simplexos não constituem um complexo oracional. O segundo simplexo representa a resposta ao primeiro, formulado como pergunta. Essa resposta, por sua vez, não está diretamente relacionada à pergunta, mas a uma resposta prévia implícita, algo como “muitos gritos”, à qual o simplexo introduzido pelo “mas” estaria vinculado: “Muitos gritos”, “mas o dinheiro é surdo”.

1^+2	1	Alguém tem de fazer algum sacrifício.
	+2	Mas esse “alguém”, é claro, nunca são os ricos.

Quadro 34 – Ocorrências de simplexos e complexo oracional no argumento 3, no AO4.

Entre o primeiro e o segundo simplexo, uma relação de contraste é estabelecida entre os “gritos de clamor e desespero”, que representam metonimicamente “a maioria das gentes”, e “o dinheiro”, caracterizado como “surdo”. Na sequência, o “massacre” a que a articulista se referiu anteriormente no texto é reforçado pela comparação entre “o lucro de uns poucos” e “a vida de milhares de pessoas”, verificada no terceiro simplexo. Por fim, entre as orações que constituem o complexo oracional (embora formalmente separadas por um ponto final), a relação lógico-semântica novamente é de contraste, demonstrando, mais uma vez, a supremacia dos ricos.

Findados os Argumentos e a exemplificação visando à defesa da Tese, a Reiteração é empreendida (excerto 06).

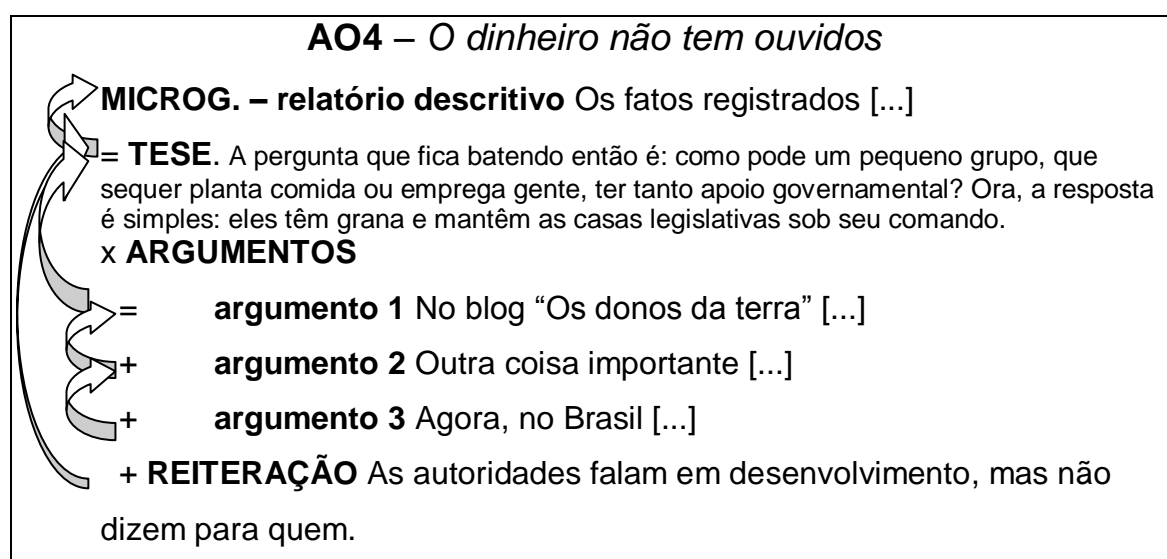
	Etapa	Texto
06	Reiteração	As autoridades falam em desenvolvimento. Mas não dizem para quem.

Se, na etapa anterior, a referência à Tese era explícita e constante, na Reiteração isso não se verifica. Dado o conteúdo do texto, “as autoridades” podem ser entendidas aqui como sendo os políticos, já que na Tese temos a menção das “casas legislativas”.

O que essas “autoridades” verbalizam é contrastado por meio da relação que se estabelece entre as orações, estilisticamente separadas entre si por ponto final, que constituem o complexo oracional. Dessa relação, considerando que o referente para o “quem” seja “os ricos”, efetiva-se linguisticamente a Reiteração, pois se subentende que o “desenvolvimento” a que “as autoridades” se referem e para os quais trabalham seja específico para um grupo, no caso, o dos ricos, ou, retomando a Tese, “um pequeno grupo, que sequer planta comida ou emprega gente”.

Ao estruturar a Reiteração dessa forma, além de retomar o ponto de vista e o conteúdo do texto como um todo, tendo em vista que o termo “desenvolvimento” pode abarcar os exemplos trazidos nos três argumentos, a articulista estende a Tese ao abordar a questão do desenvolvimento de uns à custa do prejuízo de outros. Nesse sentido, entre a primeira e a última etapa do texto, a relação lógico-semântica que se mostra é de extensão.

Concluída a análise do texto, verificamos que as escolhas linguísticas da articulista levaram a constituição de uma Estrutura Esquemática organizada por elaboração e extensão, como pode ser constatado no Quadro 35.



Quadro 35 – Esquema lógico-semântico de AO4.

As informações trazidas no microgênero como contextualização para o assunto abordado no artigo de opinião são elaboradas na Tese. Como que sob a forma de um resumo avaliativo, tais informações são a base para ponto de vista defendido. Na defesa de ponto de vista, por sua vez, os Argumentos estabelecem com a Tese uma relação também de elaboração, pois são apresentados como exemplos de situações em que a afirmação inicial (o ponto de vista) se concretiza. Entre as fases que constituem os Argumentos, a relação é de extensão, já que um se soma ao outro na exemplificação. A mesma relação de extensão é verificada entre a primeira e a última etapa do texto, com a Reiteração associando implicitamente novas informações à Tese.

### 3.2.2.5 *Campo fértil para o jornalismo verde*

No texto AO5 “Campo fértil para o jornalismo verde”, publicado em 06 de março de 2012 (descrição da EEG no Apêndice E), o articulista Washington Araújo manifesta-se sobre a Rio+20, o jornalismo verde e sobre o comportamento da imprensa em relação aos dois tópicos.

Jornalista, escritor, professor universitário e blogueiro, Washington Luís Andrade de Araújo dedica-se a questões de cunho sociais<sup>50</sup>. Desde 2004, faz comentários diariamente no programa radiofônico “Questão de Direito”, abordando temas como ética, cidadania e direitos humanos e também no programa “Cidadão do Futuro”. Além disso, Araújo mantém o *blog* “Cidadão do mundo”, escreve regularmente para jornais de diversos estados brasileiros e semanalmente para o “Jornal do Brasil” e sites de notícias da internet, dentre eles o Observatório da Imprensa.

Essa sua ligação a temas sociais reflete-se no conteúdo de seu texto. Abordando como tema central o jornalismo verde, Araújo busca chamar atenção para sua importância, principalmente a atenção da mídia. Para fazê-lo, o articulista utiliza-se como recursos para complementar sua exposição dois microgêneros: um relatório composicional e um relato histórico.

Principiando o artigo de opinião, o gênero relatório composicional aparece encaixado na estrutura do macrogênero com a função de introduzir no texto os diferentes tipos de jornalismo e o evento ao qual o jornalismo verde será associado posteriormente, a Rio+20, como mostra o excerto 01.

---

<sup>50</sup> Informações extraídas do *Blog* do articulista, “Cidadão do Mundo”, disponíveis em <http://www.cidadaodomundo.org/sobre-autor/>. Acesso em: 08 out. 2015.

01	MICROGÊNERO	Relatório composicional	Classificação de entidade	<p><b>Texto</b></p> <p>O jornalismo, no dia a dia, seja das redações ou universidades, tem recebido muitos sobrenomes.</p>
			Componentes : partes	<p>Cada um destes designa o foco da atividade jornalística – e assim temos desde o jornalismo econômico ao jornalismo político, do jornalismo esportivo ao jornalismo social. A geopolítica também influencia a atividade, e então temos o jornalismo internacional. Temos o jornalismo policial e o acadêmico ou científico.</p> <p>É a nossa antiga mania de esquartejar os conceitos, delimitar em contornos apropriados uma atividade e, a título disso, nos sentir “especializados” no assunto que, no mais das vezes, não passa de mero enfoque, uma tênue sinalização do que pretendemos escrever e transmitir.</p> <p>Algumas vertentes vieram e se foram. Como, por exemplo, o jornalismo ambiental que fez muito sucesso durante a realização, em junho de 1992, no Rio, da Conferência das Nações Unidas para Desenvolvimento e Meio Ambiente, também conhecida como Cúpula da Terra e, para os mais familiarizados pelos cinco signos, Eco92. Agora, em poucos meses, teremos uma conferência filhote desta última, a ora chamada Rio+20.</p>

Na estruturação do microgênero, a primeira etapa traz a Classificação da entidade, no caso, o jornalismo. Na segunda etapa, os “muitos sobrenomes” que são atribuídos ao jornalismo e representam seus Componentes são apresentados: “jornalismo econômico”, “político”, “esportivo”, “social”, “internacional”, “policial”, “acadêmico ou científico” e o “ambiental”. Este último, por sua vez, é o “gancho” que o articulista utiliza para introduzir a Rio+20 no texto, já que ambos – jornalismo ambiental e o evento da ONU – tratam de questões ambientais.

Em meio à apresentação dos Componentes que definem os diferentes tipos de jornalismo, há o que poderíamos de chamar de um comentário do articulista. Expresso linguisticamente por expressões avaliativas negativas – “mania de esquartejar”, “especializados”, que, ao ser usado entre aspas, revela certa ironia, “mero enfoque” e “tênue sinalização” – esse comentário revela a desaprovação de Araújo em relação a atribuição de “sobrenomes” ao jornalismo. Embora não seja típico ao relatório composicional passagens avaliativas, tendo em vista que sua função social é informar, a presença de um comentário aqui pode ser associada ao texto maior de que ele faz parte. Dito de outra forma, por estar integrando um artigo de opinião que instancia como macrogênero uma

exposição de opinião, ou seja, um texto avaliativo por natureza, o microgênero acabou adquirindo características do contexto textual que o circunda.

Esse relatório composicional, conforme já mencionado, funciona no macrogênero como contextualização para o assunto que efetivamente será tratado no texto e enfatizado na Tese: a legitimação da economia verde pelos meios de comunicação a partir da conjugação do tema com a Rio+20. Essa Tese é apresentada em dois momentos. Primeiro, o ponto de vista é apresentado por meio da avaliação do articulista em relação à divulgação da Rio+20 pelo noticiário, principalmente o ambiental, logo após o primeiro microgênero, como evidencia o excerto 02.

	Etapa	Texto
02	Tese	<p>O que o público sabe desse evento que pretende reunir dezenas de chefes de Estado estrangeiros no Rio, em junho de 2012? Ao menos neste ponto, os chamados jornalistas ambientais comeram mosca: é um evento pouquíssimo frequente no noticiário impresso, televisivo, radiofônico e pelo que vai nas ondas da web.</p> <p><b>Sem exclusão</b></p> <p>E não deveria ser assim, porque se há algum evento que merece atenção e foco da sociedade é a Rio+20.</p>

Entre essa textualização da Tese e o microgênero que a antecede, a ligação não é feita por meio de relações lógico-semânticas, mas apenas por meio de um elemento coesivo – “desse evento” –, que retoma a “Rio+20”, citada no final do relatório composicional.

Nesse primeiro momento de textualização da Tese, ela é realizada via complexo oracional, indicado no Quadro 36.

Notação		Complexo oracional	
$1^{\wedge}=2[[=]](1^{\wedge}+2(\alpha^{\wedge}\times\beta))$	1	Ao menos neste ponto, os chamados jornalistas ambientais comeram mosca:	
	=2[[=]]	1	é um evento pouquíssimo frequente no noticiário impresso, televisivo, radiofônico e pelo [ <i>noticiário</i> ] [[= que vai nas ondas da web]].
	+2	$\alpha$	E não deveria ser assim,
		$\times\beta$	porque se há algum evento [[= que merece atenção e foco da sociedade é a Rio+20.]]

Quadro 36 – Ocorrência de complexo oracional na Tese, em AO5.



Nesse complexo, a primeira oração paratática apresenta a avaliação direcionada aos jornalistas ambientais – “comeram mosca” – e a oração seguinte a elabora, caracterizando e reafirmando-a – “é um evento pouquíssimo frequente no noticiário [...]”. No complexo hipotático que ocorre como ninho na oração “+2”, por sua vez, a oração dominante expressa a avaliação – “E não deveria ser assim” – e a dependente a justifica – “porque se há algum evento que merece atenção e foco da sociedade é a Rio+20”.

Como que para ilustrar esse tratamento negligente da imprensa para com a Rio+20, o articulista traz, na sequência, um novo microgênero: um relato histórico (excerto 03).

<b>03</b>	<b>MICROGÊNERO</b>	<b>Relato histórico</b>	<b>Registro de tapas</b>	<p>Foi a Eco92 que deflagrou importante processo monitorado pelas Nações Unidas, qual seja a realização de diversas conferências internacionais abordando temas como condição da mulher, habitação, luta contra o racismo, dentre outras, e que teve como objetivo a discussão dos problemas globais que afetam a humanidade. E os resultados não tardaram a aparecer na forma de tratados, pactos e acordos internacionais, como as convenções sobre Mudanças Climáticas, Biodiversidade, Desertificação, a Agenda 21, Carta da Terra, Declaração sobre Florestas, Declaração de Durban.</p> <p>Assim como a Eco92, as demais cúpulas mundiais e seus pactos acordados passaram meio que ao largo daquilo que chamamos de valor-notícia. Ficaram afetos aos ambientalistas, fossem ou não jornalistas, mas não encontraram espaço suficiente para alcançar a atenção da sociedade – isso, não obstante a natureza dos assuntos tratados para o bem-estar e desenvolvimento da espécie humana.</p>
-----------	--------------------	-------------------------	--------------------------	--

Com o encaixamento desse microgênero, etapas que envolvem a Eco92 são registradas. Inicialmente, sugerindo uma relação causal, há o Registro da primeira etapa deflagrada pela Eco92: “a realização de diversas conferências internacionais”. Em seguida, estabelecendo uma relação de consequência com a anterior, a segunda etapa apresenta os “resultados”. No Registro da última etapa, é relatado como a Eco92 e “as demais cúpulas” foram tratadas, ao longo do tempo, em termos jornalísticos, como indicam os processos “passaram”, “ficaram” e “encontraram” (acompanhado da polaridade negativa).

Com esse relato histórico, o articulista mostra que, mesmo a Eco92 e as demais conferências dela decorrentes tendo sido importantes, não obtiveram a devida atenção da imprensa. E é a isso que ele pretende chamar a atenção em

seu texto, na expectativa de que não se repita, como está explicitado na continuação da Tese (excerto 04).

	Etapa	Texto
04	Tese	Tivemos vinte anos entre 1992 e 2012 e o enfoque midiático pouco deixou de ser a velha luta pelo poder nos vários países, os movimentos político-eleitorais com o sobe-e-desce entre direita e esquerda e também os vãos e desvãos da economia internacional. É como se assumíssemos de forma semiautomática que o papel da imprensa não poderia ser outro que não o de manter o status quo planetário. E agora chegou aonde quero chegar: por que não legitimar por meio da apreensão do senso comum o que podemos chamar de economia verde?

Nesse segundo momento de textualização da Tese, a ligação entre essa etapa e o microgênero que a antecede é estabelecida lógico-semânticamente por intensificação, relação realizada, na léxico-gramática, pelo complexo oracional presente no Quadro 37.

Notação	Complexo oracional
1^x2	1     Tivemos vinte anos entre 1992 e 2012
	x2    e o enfoque midiático pouco deixou de ser a velha luta pelo poder nos vários países, os movimentos político-eleitorais com o sobe-e-desce entre direita e esquerda e também os vãos e desvãos da economia internacional.

Quadro 37 – Ocorrência de complexo oracional na Tese, em AO5.

Entre as orações que constituem parataticamente o complexo oracional, embora o conector utilizado seja o “e”, cujo significado típico instaurado é de adição, a relação lógico-semântica verificada aqui é de intensificação por concessão. Baseando-nos em Halliday e Matthiessen (2004), ao desdobrarmos semanticamente o complexo oracional, teremos uma construção concessiva: *embora* tenha se passado “vinte anos entre 1992 e 2012”, “o enfoque midiático pouco deixou de ser a velha luta [...], os movimentos político-eleitorais [...] e também os vãos e desvãos da economia internacional”.

Apresentada a ressalva, o articulista apresenta, em forma de pergunta retórica, o que, a seu modo, deveria ser feito por intermédio da imprensa: a legitimação da economia verde “por meio da apreensão do senso comum” – “E

agora chegou aonde quero chegar: por que não legitimar por meio da apreensão do senso comum o que podemos chamar de economia verde?” (excerto 04). Com base nisso, esse segundo momento de textualização da Tese soma-se semanticamente ao primeiro para se complementarem e expressarem o que, de fato, constitui o ponto de vista que será defendido ao longo do texto: a imprensa precisa dar mais atenção à Rio+20 e, a partir dela, engajar-se na legitimação da economia verde. Essa é a ideia desenvolvida e defendida pelos Argumentos.

Implicitamente, se pensarmos os Argumentos como o desdobramento da resposta à pergunta que contribui para realizar a Tese (por que “legitimizar por meio da apreensão do senso comum o que podemos chamar de economia verde?”), a relação lógico-semântica que se estabelece é de intensificação do tipo causa razão, uma vez que, introduzindo cada argumento, teríamos subentendido um “porque”. Nessa etapa, a primeira fase desenvolve-se em torno do argumento de que “A Rio+20 e a economia verde têm tudo a ver”, como mostra o excerto 05. Assim, a primeira resposta em defesa Tese seria: *a imprensa precisa dar mais atenção à Rio+20 e, a partir dela, promover a legitimação da economia verde porque a “A Rio+20 e a economia verde têm tudo a ver”*.

	Etapa	Fase	Texto
05	Argumentos	1º argum.	<p>A Rio+20 e a economia verde têm tudo a ver. Afinal, é um termo hoje consagrado, anda nas cabeças e nas bocas dos que assumem algum protagonismo na luta pela recriação de um novo mundo, de uma nova ordem mundial, de algo novo que enterre de vez o mundo como o conhecemos hoje, minado por contradições paralisantes e com elevado grau de conflitos enraizados e patentes injustiças e crimes cometidos contra 2/3 da população mundial.</p> <p>O próprio nome – economia verde – apresenta-se como o complemento mais apropriado de algo apto a amadurecer e crescer. Isto significa que, ao menos em tese, todos parecem convencidos de que conciliar desenvolvimento e preservação vem se revelando a única alternativa possível para melhorar a qualidade de vida de todos. Sem exclusão e sem fronteiras, porque tudo está no mundo, no planeta e, a priori, não existe ninguém fora do planeta. O que fazemos aqui repercute aqui mesmo na forma de nossa qualidade de vida e nos meios que assegurem nossa sobrevivência. Simples assim.</p>

Para desenrolar esse argumento, o articulista elabora tanto o fato de o termo “economia verde” ser “hoje consagrado” quanto o significado que próprio termo ativa “Isto significa que”. Além disso, uma terceira elaboração está implícita entre o complexo oracional e o simplexo que o encerram, reproduzidos no Quadro 38.

Notação		Complexo e simplexo
1^+2	1	Sem exclusão e sem fronteiras, porque tudo está no mundo, no planeta
	+2	e, a priori, não existe ninguém fora do planeta.
[[ ]]^[[=]]		[O que fazemos aqui]] repercute aqui mesmo na forma de nossa qualidade de vida e nos meios [[= que assegurem nossa sobrevivência.]]    Simples assim.

Quadro 38 – Ocorrências de complexo e simplexo no argumento 1, em AO5.

A relação entre o complexo e o simplexo pode ser desdobrada com a inserção do conector “ou seja”, de modo que o simplexo funcione como uma elaboração por exposição (*em outras palavras*, cf. Halliday e Matthiessen, 2004) do conteúdo do complexo oracional: “tudo está no mundo, no planeta e, a priori, não existe ninguém fora do planeta”.

Esse simplexo é o elo que estabelece, com o segundo argumento, uma relação lógico-semântica também de elaboração. Se observado o campo semântico, percebemos que, ao longo do novo argumento (excerto 06), são apresentadas repercussões positivas que o desenvolvimento da economia verde pode trazer à “nossa qualidade de vida” e à “nossa sobrevivência”.

	Etapa	Fase	Texto
	06	Argumentos	2º arg.

A “eclosão da economia verde” traz contribuições “não só em direção a um mundo mais sustentável, mas principalmente em direção a um desenvolvimento socialmente mais inclusivo”, promovendo “dinamização da própria arquitetura das finanças”, além de gerar “mais empregos”. No entanto, para que a economia verde deixe de “ser a semente de um extraordinário avanço social” e ecloda, ela precisa ser legitimada e difundida popularmente, e isso deve ser feito por meio do engajamento do jornalismo com a questão.

A necessidade do engajamento do jornalismo com “toda iniciativa ambientalmente responsável”, como o jornalismo verde, é o tópico norteador desse segundo argumento. Linguisticamente, ele é expresso por um complexo oracional, como mostra o Quadro 39.

Notação		Complexo oracional
1[[=]] <sup>2</sup> (α <sup>β</sup> ) <sup>3</sup> [[ ]]	1[[=]]	Sempre fui contrário às ideias circulantes [[= que defendem um jornalismo engajado.]]
	+2	Mas, hoje, devo assumir
	“β	que mudei.
+3[[ ]]		E considero questão de honra [[ difundir, promover e apoiar toda iniciativa ambientalmente responsável]].

Quadro 39 – Ocorrência de complexo oracional no argumento 2, em AO5.

Em princípio, há uma relação contrastiva entre as orações “1[[=]]” e “+2”, sinalizada pelo conector “mas”. Ao estabelecer esse contraste, o articulista introduz seu argumento de fato, realizado parataticamente pela oração “+3[[ ]]”, que traz encaixado o que considera “questão de honra” e, por conseguinte, necessário fazer no que diz respeito ao jornalismo verde, referido implicitamente como “iniciativa ambientalmente responsável”: “difundir, promover e apoiar”. O texto que se segue no interior do argumento desenvolve essa ideia, no sentido de justificá-la.

A participação dos meios de comunicação na promoção da economia verde, a fim de não “manter”, mas mudar o “status quo planetário”, e possibilitar que ela traga os benefícios apontados no argumento, 2 é retomada na última etapa do texto. Por meio de um simplexo encabeçado pelo conector “e” e por um

elemento coesivo “nesse contexto” que retoma os avanços possíveis de serem promovidos pela economia verde, a Reiteração (excerto 07) tem início.

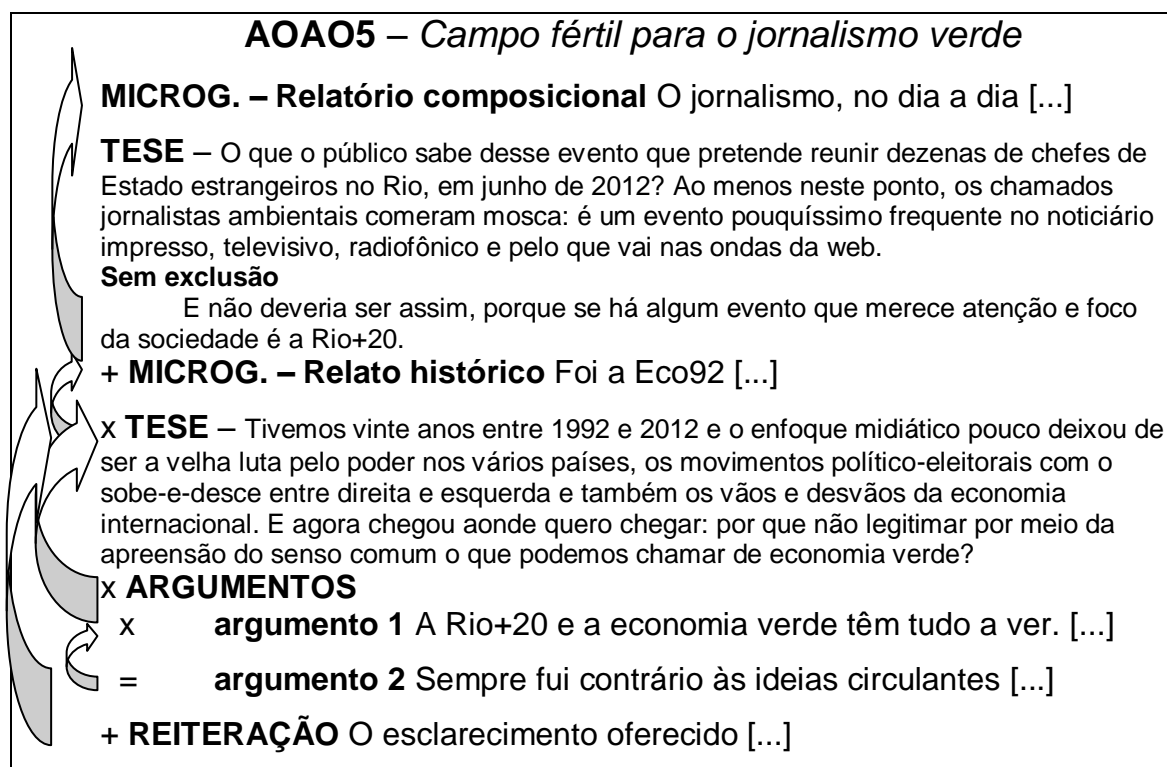
	Etapa	Texto
04	Reiteração	<p>E neste contexto é indispensável o protagonismo dos meios de comunicação. A agenda midiática – esta que abarca os jornais impressos, os canais de televisão, as emissoras de rádio e a mobilização sempre crescente na web – preferiu ocupar-se da matéria presente a ousar alinhar o futuro. É como se a melhoria das condições climáticas do planeta, a preservação de sua biodiversidade e o estancamento dos processos de desertificação que enfermam a Terra fossem business de outros setores da vida organizada das sociedades.</p> <p>Nada mais equivocado que isto, uma vez que, agindo assim, os meios de comunicação mantiveram ao largo do processo imensas parcelas da população mundial, deixando-as à mercê de interesses, quando não mesquinhos, profundamente tóxicos à ideia de cidadania, tornando-as nada mais que massa de manobra para os “poderosos” de plantão.</p> <p><b>Pauta ética</b></p> <p>A par com uma economia verde há que brotar um jornalismo verde. Entre um e outro existe toda uma coesão dinâmica a ser explorada, aliando conceitos de desenvolvimento com conceitos de comunicação livre e desimpedida, inclusiva às várias formas do pensamento humano e resistente a modelos de desenvolvimento focados na opressão de uns sobre outros, em que a realidade da vida é vista apenas como peça de engrenagem mercantilista e onde o que vale mesmo é o lucro pelo lucro.</p> <p>É a este jornalismo verde que precisamos chamar a atenção das novas gerações de jornalistas, que saem ainda tinindo de novos dos bancos das universidades e prontos a abraçar não uma profissão somente, mas antes uma causa à qual possa dedicar a vida. Algo muito distante do jornalismo ambientalista, em que uns poucos se apropriam da agenda para priorizar a denúncia dos problemas e dos crimes contra a natureza e o meio ambiente e deixam ao relento de outras editorias a busca por soluções plausíveis, factíveis, possíveis.</p> <p>É a estes que deve chegar, preferencialmente, o apelo maior por um jornalismo verde. Que antes de tudo é pautado pela ética e pela cidadania.</p>

A retomada da Tese, porém, de certa forma, é interrompida por um comentário voltado à crítica da imprensa atual, de modo geral. Por meio de julgamentos negativos, nos termos de Martin e White (2005), o articulista avalia o comportamento da “agenda midiática” quanto à normalidade (“preferiu ocupar-se da matéria presente a ousar alinhar o futuro”), à tenacidade (“nada mais equivocado”) e à propriedade (“mantiveram ao largo imensas parcelas [...], deixando-as à mercê [...], “tornando-as massa de manobra”).

Concluído esse “parênteses” avaliativo que, assim como em outros artigos de opinião analisados, é uma expressão do registro dos textos no que concerne à sua produção e veiculação, a Reiteração da Tese volta a ser o foco. Para fazê-lo, a escolha do articulista recai sobre construções que realizam linguisticamente sugestões para, de fato, viabilizar a resposta à pergunta lançada no início do texto, na Tese: a legitimação da economia verde pelos meios de comunicação.

Por meio de modulações – “A par com uma economia verde há que brotar um jornalismo verde”, “É a este jornalismo verde que precisamos chamar a atenção” e “É a estes que deve chegar” –, as sugestões são apresentadas. Com isso, o articulista não apenas retoma a Tese, mas a expande e estende, à medida que acrescenta informações novas a ela. Se pensarmos essas sugestões em associação ao simplexo que inicia essa última etapa – “E neste contexto [da eclosão da economia verde] é indispensável o protagonismo dos meios de comunicação”, uma se soma à outra para constituir três maneiras pelas quais os meios de comunicação poderiam exercer seu protagonismo. Em resumo, entre as etapas Reiteração e Tese, a relação lógico-semântica que se estabelece é de extensão.

Por fim, com essa análise, a organização lógico-semântica da Estrutura Esquemática desse artigo de opinião pode ser representada da seguinte forma:



Quadro 40 – Esquema lógico-semântico de AO5.

Entre a Tese e os Argumentos, prevaleceu a relação lógico-semântica de intensificação, em que o primeiro e o segundo argumentos funcionavam

semanticamente como a causa razão para justificar a Tese. Entre as fases que compunham os Argumentos, por sua vez, a relação estabelecida foi de elaboração, pois o segundo argumento desenvolve e esclarece o primeiro, enquanto a Reiteração estabelece com a Tese uma relação lógico-semântica de extensão, pois a desenvolve acrescentando sugestões de resolução.

### 3.2.2.6 *Um “duro golpe” na ética jornalística*

No texto AO6 “Um “duro golpe” na ética jornalística”, publicado em 08 de maio de 2012 (descrição da EEG no Apêndice E), o articulista Lorenzo Aldé opina sobre a divulgação de uma reportagem sobre aquecimento global pelo “Jornal da Band”. Ao fazê-lo, a análise crítica do desempenho de um veículo jornalístico reflete a natureza e o propósito social da fonte de publicação, o OI.

Jornalista, Lorenzo Aldé direciona seu trabalho à área de infância e juventude e também à área de sustentabilidade. Como membro da Escola de Ativismo, atua em prol do fortalecimento de agentes políticos atuantes na defesa dos direitos humanos, da democracia e da sustentabilidade, tendo como pressuposto a utilização dos meios de comunicação como um meio de fazê-lo<sup>51</sup>. Nesse sentido, com o tópico desenvolvido no seu texto em análise, Aldé transparece sua orientação sócio-ambiental ao manifestar-se sobre a cobertura jornalística de um tema ligado ao meio-ambiente – o “aquecimento global” –, avaliando o comprometimento, ou não, com a ética e a qualidade da informação passada, no caso, ao telespectador.

Essa manifestação sobre a cobertura jornalística é focalizada na avaliação de uma situação e de uma entidade específica – o Jornal da Band. No artigo de opinião, essa avaliação tem início com uma reação, textualizada por meio de um microgênero, indicado no excerto 01.

---

<sup>51</sup> Informações coletadas em: <https://www.linkedin.com/company/escola-de-ativismo>. Acesso em: 21 out. 2015.



		Texto		
01	MICROGÊNERO	Interpretação	Avaliação	<p>O Jornal da Band exibido no dia 4 de maio trouxe um furo de reportagem absolutamente bombástico: todas as previsões “catastróficas” sobre o aquecimento global das últimas décadas estavam erradas. Na verdade, a Terra está esfriando. E, por isso, os ambientalistas que defendem o veto ao Código Florestal sofreram “um duro golpe”. Sim, estas pérolas de nonsense foram veiculadas no principal telejornal da emissora paulista em horário nobre, para todo o Brasil e com o tom de imparcialidade e informação confiável exigido de qualquer programa do gênero. Cômico? Sim, sem dúvida. Mas, sabendo que aquela não era a edição de 1º de abril, a gente deixa de rir e começa a se preocupar.</p>
			Sinopse do texto	<p>A suposta notícia é construída a partir de uma entrevista dada há alguns dias pelo britânico James Lovelock. Ele afirma que exagerou no catastrofismo sobre o clima e que suas previsões estavam erradas.</p>
			Reafirmação	<p>O problema é que Lovelock, com sua Teoria de Gaia – segundo a qual o planeta é considerado um único organismo vivo –, não costuma servir de referência a ninguém que estude o clima com rigor. O fato de hoje, aos 92 anos, desdizer seus próprios palpites, é cientificamente irrelevante. Ou, no mínimo, questionável.</p>

Na primeira etapa da interpretação, enquanto o articulista apresenta o objeto de sua reação – “um furo de reportagem absolutamente bombástico” “exibido no dia 4 de maio” pelo “Jornal da Band” –, também tece suas Avaliações em relação a ele. As ironias sugeridas por “absolutamente bombástico”, “com o tom de imparcialidade e informação confiável exigido de qualquer programa do gênero” e “estas pérolas de nonsense” denotam uma Avaliação negativa em relação ao texto ao qual reage. No entanto, embora aparentemente cômica, a reportagem, na visão do articulista, é motivo de preocupação, como evidencia o complexo oracional “Sim, sem dúvida. Mas, sabendo que aquela não era a edição de 1º de abril, a gente deixa de rir e começa a se preocupar.”

Na sequência, visando contextualizar melhor o leitor sobre o texto avaliado, uma breve Sinopse é textualizada com a apresentação do que seria a fonte da “suposta notícia” veiculada pelo Jornal da Band: “uma entrevista dada há alguns dias pelo britânico James Lovelock”. A partir da indicação dessa fonte, é tecida a Reafirmação, com avaliações destinadas à Teoria na qual o Jornal se baseou – “não costuma servir de referência a ninguém que estude o clima com rigor” – e à correção empreendida pelo seu próprio criador, Lovelock: “é cientificamente irrelevante. Ou, no mínimo, questionável.”

A propósito, como uma extensão dessa última avaliação, a Tese é explicitada, como mostra o excerto 02.

02	Etapa	Texto
	Tese	Mas a intenção da TV Bandeirantes não era provocar um debate esclarecedor sobre o tema.

Realizada por uma oração que, embora formalmente se configure como simplexo, constitui com as orações finais da Reafirmação, etapa do microgênero, um complexo oracional, a Tese é apresentada como uma oposição entre o que deveria ser feito frente à “suposta notícia”, já que esta é “no mínimo, questionável”–, e o que a “TV Bandeirantes” intentava com sua reportagem: não “provocar um debate esclarecedor sobre o tema”. Dessa forma, linguisticamente sinalizada pelo conector “mas”, a relação lógico-semântica estabelecida entre o microgênero e a Tese é de extensão.

Para provar ao leitor que “a intenção da TV Bandeirantes não era provocar um debate esclarecedor sobre o tema” do “aquecimento global”, a etapa dos Argumentos é constituída por quatro fases. Cada uma desenvolve-se a partir da exemplificação de trechos ou de informações veiculados pela reportagem, de modo que o próprio conteúdo demonstre a intenção do Jornal da Band. Assim, devido a essa estratégia empregada pelo articulista, a relação lógico-semântica que se percebe estruturante entre Tese e os argumentos é de elaboração, como pode ser constatado, por exemplo, no argumento 1, a seguir.

	Etapa	Fase	Texto
03	Argumentos	1º arg.	<p>O viés editorial estava explícito desde a primeira frase: “Uma notícia que atinge o centro da argumentação dos ambientalistas que defendem o veto ao novo Código Florestal aprovado pelo Congresso”.</p> <p>Mentira. Qualquer bom jornalista sabe que isso é mentira. Inclusive os competentes e experientes Ricardo Boechat e Joelson Beting, que comandam a bancada. O “centro da argumentação” dos ambientalistas que defendem o veto ao novo Código Florestal não é nem nunca foi o aquecimento global. O centro da argumentação é muito mais simples, local e observável: preservar as margens dos rios, topos de morro e reservas legais é providência obrigatória para manter a sustentabilidade dos ecossistemas, o suprimento de água, o equilíbrio do clima, a própria segurança da população contra enchentes, entre outros benefícios sociais e ambientais; combater o desmatamento, não anistiar grandes desmatadores. A reportagem, intencionalmente, promove a confusão entre dois temas diferentes: o ceticismo quanto ao aquecimento global e as discussões sobre o Código Florestal brasileiro. Como se não bastasse, ainda omite qualquer opinião que corrobore o aquecimento ou condene o novo Código. Ouvir o outro lado? Não. O Jornal da Band ignorou a regra número um dos manuais de jornalismo.</p>

No princípio do argumento, a expressão “O viés editorial” retoma a Tese – (a intenção do Jornal da Band) e, em seguida, um trecho inicial da reportagem é reproduzido. A partir de então, o texto da fase é organizado em torno da desconstrução das informações referidas, de modo especial com a extensão do tópico “o centro da argumentação dos ambientalistas que defendem o veto ao novo Código Florestal aprovado pelo Congresso”, a fim de mostrar que “isso é mentira”. Para fazê-lo, o articulista se utiliza de uma combinação de complexos oracionais, listados no Quadro 41.

Notação			Complexos oracionais
$1[[=]]^{+2}$	1[[=]]		O “centro da argumentação” dos ambientalistas [[= que defendem o veto ao novo Código Florestal]] não é
	+2		nem nunca foi o aquecimento global.
$1^{\wedge}2(1(\alpha[[ ] ]^{\times}\beta)^{\wedge}2^{\wedge}3)$	1		O centro da argumentação é muito mais simples, local e observável:
	=2	1	[[ preservar as margens dos rios, topos de morro e reservas legais]] é providência obrigatória
		$\times\beta$	para manter a sustentabilidade dos ecossistemas, o suprimento de água, o equilíbrio do clima, a própria segurança da população contra enchentes, entre outros benefícios sociais e ambientais;
	+2		combater o desmatamento,
	+3		não anistiar grandes desmatadores.

Quadro 41 – Ocorrências de complexos oracionais no argumento 1, em AO6.

No primeiro complexo oracional, por meio de uma combinação paratática, a oração “+2” nega a informação de que “o centro da argumentação dos ambientalistas que defendem o veto ao novo Código Florestal” é “o aquecimento global”. No complexo oracional seguinte, por sua vez, o um encaixamento presente na oração paratática “=2” precisa o que seria verdadeiramente o “centro da argumentação”: “preservar as margens dos rios, topos de morro e reservas legais; combater o desmatamento, não anistiar grandes desmatadores”.

Desmentida a afirmação sobre o “centro da argumentação”, o articulista ainda destaca dois pontos negativos da reportagem: a promoção da “confusão entre dois temas diferentes: o ceticismo quanto ao aquecimento global e as discussões sobre o Código Florestal brasileiro” e a omissão de “qualquer opinião que corrobore o aquecimento ou condene o novo Código”. Ao apontar essa omissão, “a intenção da TV Bandeirantes de não “provocar um debate esclarecedor”, exposta na Tese, é reforçada e elaborada.

Na construção do segundo argumento, apresentado no excerto 04, um novo trecho da reportagem é trazido ao texto no intuito de, a partir de seu desdobramento, demonstrar a “intenção” da reportagem.

	Etapa	Fase	Texto
04	Argumentos	2º argum.	O texto insiste em carregar nas tintas: a autocrítica de Lovelock “representa um duro golpe no discurso ambientalista em todo o planeta”. Opa! Duro golpe? Quem disse isso? Algum ambientalista, de qualquer ponto do planeta, ficou deprimido, se atirou pela janela ou veio a público anunciar que não acredita mais no aquecimento global e agora defenderá a ampliação dos combustíveis fósseis? Ah, não é isso. “Duro golpe” não é informação. “Duro golpe” é linha editorial. É desejo, é torcida dos defensores do novo Código, é manipulação rasteira na tentativa de desmoralizar o crescente movimento “Veta, Dilma”.

No início do argumento, um complexo oracional elaborativo introduz o novo tópico a ser desdobrado, um segundo trecho da reportagem no qual se discorre sobre “a autocrítica de Lovelock”: “representa um duro golpe no discurso ambientalista em todo o planeta”. Para evidenciar o exagero da declaração, sugerido pela expressão “carregar nas tintas”, o articulista emprega uma série de simplexos e complexos oracionais em que mescla perguntas e respostas em tom de ironia, como mostra o Quadro 42.

Notação		Complexos e simplexos		
		Opa! Duro golpe? Quem disse isso?		
1 <sup>^</sup> +2 <sup>^</sup> +3(α <sup>^</sup> xβ(α <sup>^</sup> β(1 <sup>^</sup> +2)))	1	Algum ambientalista, de qualquer ponto do planeta, ficou deprimido,		
	+2	se atirou pela janela		
	+3	α	ou veio a público	
		xβ	α	anunciar
		“β	1	que não acredita mais no aquecimento global
			+2	e agora defenderá a ampliação dos combustíveis fósseis?
		Ah, não é isso.		
		“Duro golpe” não é informação.		
1 <sup>^</sup> +2 <sup>^</sup> +3 <sup>^</sup> +4[[ ]]	1	“Duro golpe” é linha editorial.		
	+2	É desejo,		
	+3	é torcida dos defensores do novo Código,		
	+4[[ ]]	é manipulação rasteira na tentativa [[ de desmoralizar o crescente movimento “Veta, Dilma”]].		

Quadro 42 – Ocorrências de simplexos e complexos oracionais no argumento 2, em AO6.

No simplexo e no complexo oracional iniciais, são apresentadas informações que funcionam como evidências para as avaliações expressas nos simplexos e no complexo oracional seguintes. Ao questionar a autoria da declaração de que “a autocrítica de Lovelock “representa um duro golpe no discurso ambientalista” e posteriormente ironizar a ausência de reações de ambientalistas, o articulista contesta, de forma indireta, a veracidade de tais informações veiculadas pelo telejornal. Na sequência, ao caracterizar “Duro golpe” como “não é informação”, “é linha editorial. É desejo, é torcida dos defensores do novo Código, é manipulação rasteira na tentativa de desmoralizar o crescente movimento “Veta, Dilma”” a contestação prévia é ratificada: “duro golpe” é, na verdade, “manipulação”.

Quando aponta a “manipulação” supostamente empreendida pelo telejornal, a intenção de não “provocar um debate esclarecedor” é, mais uma vez, reiterada e elaborada. Dito de outro modo, manipular informações para atender a propósitos editoriais não contribui para esclarecer o “debate”, pelo contrário.

Nesse sentido, entre a Tese e o segundo argumento pode ser inferida uma relação lógico-semântica de elaboração. Entre os argumentos 1 e 2, por sua vez, tendo em vista que eles parecem se suceder cronologicamente conforme as informações eram apresentadas na reportagem (“desde a primeira frase” – 1º arg.; “o texto insiste” – 2º arg.), fica subentendida uma relação lógico-semântica de intensificação do tipo tempo sequencial.

Essa mesma relação é a que se verifica entre o argumento 2 e o seguinte, o argumento 3, apresentado no excerto 05.

	Etapa	Fase	Texto
05	Argumentos	3º argum.	A reportagem segue, mas a fórmula está dada: ridicularizar o discurso ambientalista, defender as alterações do Código Florestal. Pinçam uma única frase de artigo de Marina Silva na tentativa de desqualificar seu discurso (por que não a entrevistaram, para esclarecer a questão?). Apresentam um climatologista que afirma, com segurança, que nos próximos anos “vamos mergulhar num resfriamento global”. O telejornal não informa a que instituição está filiado o climatologista responsável por informação tão categórica. E, talvez num ato falho, seu nome aparece errado nos créditos: “Luiz Alberto Morion”. O Google informa que o verdadeiro nome é Luis Carlos Morion, professor da Universidade Federal de Alagoas. Na mesma pesquisa, descobre-se que a Band vem se servindo bastante deste entrevistado ultimamente. Nada contra. Mas será que não existe um único climatologista que ainda defenda a tese do aquecimento global? A depender do Jornal da Band, não saberemos.

No início da fase, a oração “A reportagem segue” explicita a sequência em que as informações apresentadas ocorrem na reportagem, denotando, por conseguinte, uma relação lógica de sequenciação também entre os argumentos. Nesse terceiro argumento, a reportagem não é referida diretamente, com a reprodução de um trecho, mas por meio de uma constatação do articulista, textualizada pelo complexo oracional inicial, apresentado no Quadro 43.

Notação		Complexo oracional		
1^x2(1^=2(1^+2))	1		A reportagem segue,	
	x2	1	mas a fórmula está dada:	
		=2	1	ridicularizar o discurso ambientalista,
		+2		defender as alterações do Código Florestal.

Quadro 43 – Ocorrências de complexos oracionais no argumento 3, em AO6.

Nesse complexo oracional, a oração intensificadora introduz a declaração do articulista acerca do teor da reportagem: “A reportagem segue”, embora “a

fórmula” esteja dada: “ridicularizar o discurso ambientalista, defender as alterações do Código Florestal”. No intuito de comprovar essa constatação, uma série de ações empreendidas pelo telejornal e, supõe-se, pelos profissionais envolvidos, são listadas por uma sequência de simplexos e complexos oracionais, mostrados no Quadro 44.

Notação		Complexos oracionais e simplexo	
$1[[ ]]^+2(\alpha^x\beta)^+3$	1[[ ]]	Pinçam uma única frase de artigo de Marina Silva na tentativa [[ de desqualificar seu discurso]]	
	+2	$\alpha$	(por que não a entrevistaram,
	$x\beta$	para esclarecer a questão?).	
	+3[[=]]	Apresentam um climatologista [[= que afirma, com segurança, que nos próximos anos “vamos mergulhar num resfriamento global”]].	
$1^{\wedge}2$	1	O telejornal não informa	
	“2	a que instituição está filiado o climatologista responsável por informação tão categórica.	
	[[ ]]	Na mesma pesquisa, descobre-se [[ que a Band vem se servindo bastante deste entrevistado ultimamente]].	

Quadro 44 – Ocorrências de simplexos e complexos oracionais no argumento 3, em AO6.

No primeiro complexo oracional, o que foi feito pelo telejornal (“Pinçam uma única frase de artigo de Marina Silva”) e o propósito de tê-lo feito (“na tentativa de desqualificar seu discurso”) são contrastados ao que não fizeram, mas deveriam ter feito (“por que não a entrevistaram, para esclarecer a questão?”). Na sequência, ainda no nesse complexo oracional, uma nova ação atribuída à reportagem é mencionada (“Apresentam um climatologista”). Essa ação apresentada na oração “+3[[ ]]” mais uma vez é contrastada ao que não foi feito, no caso, a informação das credenciais do “climatologista responsável por informação tão categórica” (segundo complexo oracional).

Além de não ter a filiação informada, o profissional vem sendo comumente citado pela TV Bandeirantes, como indica o simplexo, por meio de um encaixamento. A constante recorrência a essa fonte aparentemente duvidosa motiva um questionamento e um comentário por parte do articulista, nos quais a Tese é recuperada. Com o complexo lógico-semanticamente organizado por

intensificação (“A depender do Jornal da Band, não saberemos”), a intenção negativa do telejornal quanto à promoção de debates esclarecedores é reforçada. Dar espaço a apenas uma opinião não contribui para esclarecer o tópico, tampouco para produzir um debate.

A abordagem parcial, com espaço para a manifestação de interessados apenas em um dos lados, é o tópico também do último argumento (excerto 06), sinalizado pelo conector “Por fim”.

	Etapa	Fase	Texto
06	Argumentos	4º argum.	<p><b>Muito democrático</b></p> <p>Por fim, abre-se espaço a Xico Graziano, agrônomo e ex-presidente do Incra, que defende a manutenção integral do texto aprovado pelo Congresso: “Se a presidente vetar é um desrespeito à democracia.” Outra revelação surpreendente, esta! Poderia jurar que o veto é um direito constitucional do presidente eleito democraticamente. Algum depoimento a favor do veto? Não. Talvez o telejornal não considere democrático abrir espaço para este ponto de vista.</p>

No complexo que principia o argumento, há a reprodução de um trecho da reportagem em que “abre-se espaço a Xico Graziano”. O conteúdo proferido pelo “agrônomo e ex-presidente do Incra, que defende a manutenção integral do texto aprovado pelo Congresso” é ironicamente comentado pelo articulista (“Outra revelação surpreendente, esta! Poderia jurar”) e também serve de base para, mais uma vez, chamar atenção para intenção do Jornal da Band de não promover um debate, mas impor ao leitor seu viés editorial.

Por trás desse viés editorial que busca promover a aceitação do NCFB, há “fortes vínculos com os interesses do agronegócio”, conforme informa o articulista na Reiteração, reproduzida no excerto 07.



	Etapa	Texto
07	Reiteração	<p>Que o Grupo Band tem fortes vínculos com os interesses do agronegócio é sabido. Mas não custa lembrar, pela enésima vez, que as emissoras de rádio e TV são concessões públicas com compromissos a zelar para com o interesse social e o direito coletivo à informação. Ainda mais em se tratando da prática jornalística. Não vale tudo. Quando quiserem produzir mensagem editorializada, que deixem isso explícito.</p> <p>Detalhe: este verdadeiro pastelão travestido em reportagem séria coincidentemente foi ao ar no encerramento da mesma edição do telejornal em que se mostrou Camila Pitanga interrompendo uma cerimônia oficial para pedir diretamente à presidente: “Veta, Dilma”. Pela relevância do evento, era impossível não exibir o recado de Pitanga. O que nos leva a pensar que a produção precisou correr para aprontar a matéria final, em que deixa claro o que o espectador deve pensar sobre o assunto. Dada a pressa, talvez não tenham tido tempo de fazer algo mais qualificado. Ou de disfarçar melhor seus interesses.</p>

No início da etapa, o complexo oracional paratático formado pelo que formalmente seria um simplexo e um complexo oracional hipotático retoma a ligação do Grupo Band com o agronegócio, algo que transparece ao longo de todo o artigo de opinião, e a contrapõe aos compromissos éticos com “o interesse social e o direito coletivo à informação” que “as emissoras de rádio e TV” precisam cumprir. Em seguida, como que mandando um recado à Band, o articulista mais vez retoma um aspecto destacado ao longo de seu texto: a produção de “mensagem editorializada”, ou seja, a manipulação tendenciosa de informações.

Prosseguindo a Reiteração, a reportagem ao qual o articulista reage é referida depreciativamente como “este verdadeiro pastelão travestido em reportagem séria”. Mais adiante, ao novamente retomá-la, agora como a “matéria final”, a intenção de não promover um debate, mas ditar ao telespectador o que pensar é reforçada nos complexos oracionais listados no Quadro 45.

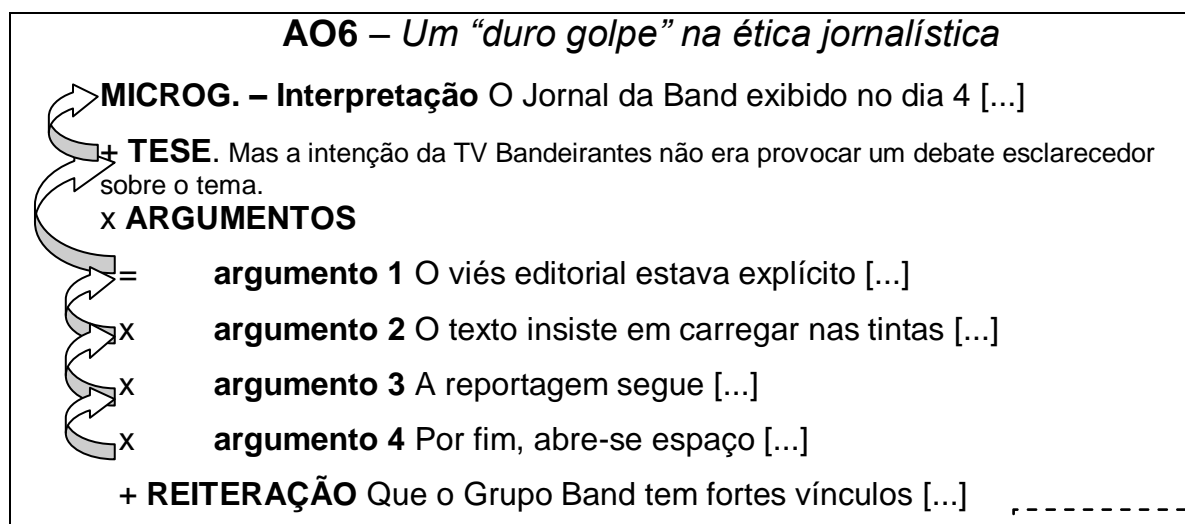
Notação	Complexos oracionais		
$\alpha^{\wedge}\beta(\alpha(\alpha^{\wedge}x\beta)x\beta)$	$\alpha$	O que nos leva a pensar	
	$\beta$	$\alpha$	que a produção precisou correr
		$x\beta$	para aprontar a matéria final,
	$x\beta$	em que deixa claro [[o que o espectador deve pensar sobre o assunto]].	
$1[[ ]]^{\wedge}+2$	$1[[ ]]$	Dada a pressa, talvez não tenham tido tempo [[ de fazer algo mais qualificado]].	

	+2	Ou de disfarçar melhor seus interesses.
--	----	---

Quadro 45 – Ocorrências de complexo oracional na Reiteração, em AO6.

Compondo o aninhamento formado na oração projetada, a oração “xβ”, acompanhada de um encaixamento, evidencia o que o articulista buscou demonstrar com seus Argumentos: a manipulação das informações no intuito de ditar “o que o espectador deve pensar sobre o assunto”, e não de esclarecê-lo. Essa postura do telejornal, por sua vez, tem uma motivação: “os interesses” da emissora, como evidencia a oração “+2”, apresentada como uma alternativa à falta de tempo para “fazer algo mais qualificado”. Dados esses apontamentos, tanto em termos léxico-gramaticais quanto semânticos, verifica-se que, além de retomar a Tese, a Reiteração também retoma os Argumentos. Ao fazê-lo, associa-os a outras informações, de modo que a relação inferida entre a Reiteração e as etapas anteriores é de extensão.

Com a conclusão da análise linguística, constatamos, na organização da Estrutura Esquemática desse artigo de opinião, a ocorrência de três relações lógico-semânticas, como demonstra o Quadro 46.



Quadro 46 – Esquema lógico-semântico de AO6.

Entre a Tese e o microgênero, uma relação de extensão foi empregada para contrastar informações apresentadas na interpretação e, a partir disso,

explicitar o ponto de vista. Entre a Tese e os Argumentos, a relação estabelecida foi de elaboração, tendo em vista que cada argumento exemplificava uma passagem da reportagem sobre a qual o articulista discorria e em torno da qual se desenvolvia a argumentação. Entre os argumentos, devido ao emprego de evidências léxico-gramaticais que denotavam uma relação sequencial, prevaleceu a relação lógico-semântica de intensificação. Por fim, entre a Reiteração e as demais etapas, a relação evidenciada foi de extensão, pois além de reiterar Tese e Argumentos, essa última etapa do texto trouxe informações novas.

### 3.2.2.7 *Um debate desértico*

No texto AO7 “Um debate desértico”, publicado em 08 de maio de 2012 (descrição da EEG no Apêndice E), o articulista Rolf Kuntz manifesta-se sobre a cobertura da imprensa acerca do NCFB. Abordando esse tópico, o registro do texto é claramente manifestado, realizando o propósito social do OI.

Professor titular de Filosofia Política na Universidade de São Paulo (USP), Rolf Kuntz é o único, dentre os nove articulistas, que não possui formação em jornalismo. No entanto, sua formação filosófica está atrelada às questões políticas e econômicas, áreas em que se especializou. Com experiência em Ética e Filosofia Política, Kuntz dedica-se a temas políticos e econômicos, sobre os quais escreve regularmente para a seção de economia do jornal “O Estado de S. e, eventualmente, para o OI<sup>52</sup>.

No seu texto, sua vinculação profissional com a área econômica manifesta-se ao focar o desempenho das seções econômicas nos diferentes meios de comunicação. Com esse enfoque, a expressão de sua avaliação sobre a cobertura do NCFB é feita em dois momentos, intercalados, no texto, por um microgênero. No primeiro momento, a avaliação é sobre a qualidade da informação resultante da “maior parte da cobertura” realizada pelos meios de comunicação, como se verifica no excerto 01.

---

<sup>52</sup> Informações extraídas de <http://www.institutomillennium.org.br/author/rolf-kuntz/>. Acesso em: 15 out. 2015.

	Etapa	Texto
01	Tese	Feijão e arroz interessam a todos, assim como água limpa e ar puro, mas os meios de comunicação conseguiram transformar o debate sobre o Código Florestal em assunto de dois grupos muito restritos, a bancada ruralista do Congresso Nacional e os ambientalistas. A maior parte da cobertura foi mais uma versão da luta entre o bem e o mal, um conflito bipolar entre os defensores da natureza e os partidários da devastação. A redução do problema a termos tão simples dificilmente poderia resultar numa informação de alta qualidade.

Principiando a textualização da Tese, o complexo oracional paratático já encaminha o leitor para um problema: a cobertura reducionista da imprensa. Com o emprego do conector “mas”, o reducionismo promovido pelos “meios de comunicação” evidencia-se ao ser contrastado o interesse de “todos” a um “assunto de dois grupos muito restritos”, reforçado pela expressão “conflito bipolar” presente no simplexo seguinte.

Esse problema apontado, por sua ordem, gera uma consequência, textualizada no último simplexo. O emprego da gradação realizada pelo “tão” acompanhando “simples” qualifica “termos” e, por conseguinte, “a redução” do “debate sobre o Código Florestal”. Essa simplificação, conforme expressa a modalidade negativa “dificilmente poderia”, resultou em uma informação de má qualidade. Essa consequência, dados os elementos avaliativos que a realizam, explicita a primeira avaliação do articulista na direção de manifestar a Tese a ser defendida ao longo do texto: “A redução do problema a termos tão simples dificilmente poderia resultar numa informação de alta qualidade”.

Para especificar e demonstrar essa “redução do problema”, o articulista utiliza-se de um microgênero: um relatório descritivo, reproduzido no excerto 02.

	Texto		
02	<b>MICROGÊNERO</b>	<b>Relatório descritivo</b>	<p>Descrição</p> <p>“Ruralistas vencem no Código florestal”, noticiou o Globo na quinta-feira (26/4), no alto da primeira página. “Dilma é derrotada, e nova lei diminui a proteção ambiental”, deu a Folha de S.Paulo em manchete. Em página interna o Estado de S.Paulo também destacou a vitória de um dos grupos: “Aprovada reforma do Código Florestal; ruralistas impõem derrota ao governo”. O Palácio do Planalto, nesse caso, surgiu como portador da bandeira ambientalista</p> <p>Nos jornais, o assunto foi entregue, de modo geral, às equipes encarregadas de questões de Saúde, Ciência e Ambiente. As editorias de Economia ficaram longe do tema. Alguns colunistas econômicos trataram do debate, em raras ocasiões. Em editoriais, também raros, a dimensão mais ampla do assunto foi mostrada.</p>

Na estruturação desse microgênero, constituído, nesse caso, por apenas uma etapa, a Descrição desenvolve-se de modo a apresentar como diferentes jornais abordaram o tema do NCFB. Para isso, inicialmente são reproduzidas manchetes e títulos de reportagens internas de jornais como “O Globo”, a “Folha de S.Paulo” e o Estado de S.Pulo”. Em seguida, o que é descrito é o tratamento dado ao tema pelos jornais quanto ao envolvimento das editorias e dos profissionais (“equipes encarregadas de questões de Saúde”, “alguns colunistas econômicos”, “em editoriais”).

Funcionalmente, o relatório descritivo especifica o conteúdo da Tese ao expandir, por meio de uma descrição, a “redução do problema” promovida pela “maior parte da cobertura” da imprensa. Em termos lógico-semânticos, embora a coesão não tenha sido feita por meio de complexos oracionais, mas pelo desenvolvimento do significado de um hiperônimo (a “redução”), a relação que se estabelece entre o microgênero e o primeiro momento de textualização da Tese na organização do texto é de elaboração.

A mesma relação, no entanto, não se mantém entre o microgênero e o segundo momento de apresentação da Tese (excerto 03).

03	Etapa	Texto
	Tese	Mas, com a omissão das seções econômicas, a cobertura ficou deficiente. Jornalistas competentes em agricultura poderiam ter enriquecido o trabalho com detalhes de real importância.

Nessa, que podemos chamar de segunda parte da Tese, a relação entre etapa e microgênero é realizada por um simplexo e um complexo oracional, mostrados no Quadro 47.

Notação		Simplexo e complexos oracionais
		Alguns colunistas econômicos trataram do debate, em raras ocasiões.
1^+2	1	Em editoriais, também raros, a dimensão mais ampla do assunto foi mostrada.
	+2	Mas, com a omissão das seções econômicas, a cobertura ficou deficiente.

Quadro 47 – Ocorrências de simplexos na Tese, em AO7.

No Quadro, por meio de uma oração relacional em que o Atributo “deficiente” caracteriza “cobertura”, a oração “+2”, formalmente estruturada como simplexo, principia a Tese elaborando a avaliação já expressa na primeira parte da etapa: “A redução do problema a termos tão simples” não resultou em uma “informação de alta qualidade”, ou seja, “a cobertura ficou deficiente”. Antes de efetuar essa retomada, porém, essa oração estabelece, tanto no interior do complexo oracional, com a oração “1”, quanto com o simplexo, ambos constituintes do relatório descritivo, uma relação de concessão.

Desdobrando a relação lógico-semântica de concessão entre eles, podemos reformulá-los como *embora “Alguns colunistas econômicos” tenham tratado “do debate, em raras ocasiões” e “Em editoriais, também raros, a dimensão mais ampla do assunto tenha sido mostrada”, “a omissão das seções econômicas” tornou “a cobertura deficiente”*. Nesse sentido, entre a segunda parte da Tese e o microgênero, a relação lógico-semântica estabelecida é de intensificação. Além disso, ao chamar atenção para as seções de economia, especificamente, a filiação profissional do articulista, mencionada no princípio da análise, é refletida no texto.

Estabelecida a relação entre etapa e microgênero, a Tese é expandida sob a forma de uma sugestão, sinalizada pela modalidade “poderiam”: “Jornalistas competentes em agricultura poderiam ter enriquecido o trabalho com detalhes de real importância”. Conjugando a Tese previamente explicitada com sua extensão, o ponto de vista a ser sustentado pelo articulista pode ser desdobrado como: *se “Jornalistas competentes em agricultura” tivessem “enriquecido o trabalho com detalhes de real importância”, a “cobertura” não teria sido “deficiente”*.

Para mostrar como o reducionismo, o empobrecimento e, conseqüentemente, a deficiência poderiam ter sido evitados, os Argumentos trazem, por meio de uma relação semântica entre hiperônimo e hipônimos, exemplos de “detalhes de real importância” que “poderiam ter enriquecido” a cobertura do NCFB. Assim, entre os dois argumentos e a Tese, a relação lógico-semântica escolhida para a organização textual foi de elaboração, como pode ser verificado no excerto 04, equivalente ao primeiro argumento.

	Etapa	Fase	Texto
04	Argumentos	1º argum	<p><b>Novas técnicas</b></p> <p>Valeria a pena circunscrever mais claramente o problema do desmatamento. Quem promove a devastação? Qual a responsabilidade de cada categoria de produtor? Como se dá a ocupação do território pela agropecuária? Quanto cresceu a produção de grãos nos últimos vinte anos e quanto aumentou a extensão das terras cultivadas? Os ganhos de produtividade permitiram limitar a expansão das áreas de lavouras? E qual a proporção entre o crescimento da pecuária comercial e o das pastagens? Quem desmata para criar bois?</p> <p>Responder a questões como essas tornaria o debate mais interessante e mais informativo para um número muito maior de pessoas. Também serviria para diferenciar tipos de atividade agropecuária e mostrar o envolvimento de cada classe de produtor com a preservação ambiental.</p>

No simplexo que principia o primeiro argumento, um dos motes que, no entendimento do articulista, “valeria a pena circunscrever mais claramente” e sobre o qual poderiam ter sido abordados “detalhes de real importância” é especificado: “o problema do desmatamento”. Em seguida, uma sequência de simplexos formulados como perguntas contribuem para especificar que “detalhes” seria interessante serem explorados para tornar “o debate mais interessante e mais informativo para um número muito maior de pessoas” e para “diferenciar tipos de atividade agropecuária e mostrar o envolvimento de cada classe de produtor com a preservação ambiental”.

O “envolvimento” do “produtor com a preservação ambiental”, abordado no complexo oracional que encerra o primeiro argumento, é o tópico sobre o qual discorre o argumento 2 e, segundo o articulista, “Jornalistas com experiência na área agrícola poderiam lembrar” “detalhes de real importância”, como pode ser verificado no excerto 05.

	Etapa	Fase	Texto
05	Argumentos	2º argum	<p>Quem acompanhou a evolução da agricultura brasileira nas últimas três décadas sabe quanto mudaram os padrões de manejo de solo e de relação dos produtores comerciais com o ambiente.</p> <p>Jornalistas com experiência na área agrícola poderiam lembrar, por exemplo, os problemas de erosão causados em algumas áreas do Rio Grande do Sul, até os anos 1980, por algumas das piores práticas. Tanto os produtores quanto o governo – incluídos os bancos oficiais – passaram por um duro e importante aprendizado.</p> <p>Boas práticas de culturas em encostas, novas técnicas de irrigação, melhor uso das curvas de nível, manutenção de árvores como quebra-ventos naturais, respeito às matas ciliares e emprego mais cuidadoso de máquinas entraram no repertório dos melhores agricultores. A rotação de culturas também contribui para a preservação da qualidade do solo. Técnicas de plantio direto e de cultivo mínimo (minimum tillage) foram adotadas gradualmente. Agrônomos regionais tiveram papel importante nas mudanças, assim como jovens técnicos de volta das faculdades para a propriedade da família.</p>

Nesse segundo argumento, “o envolvimento de cada classe de produtor com a preservação ambiental”, mencionado no argumento anterior, é elaborado pela especificação de como uma classe, a “dos produtores comerciais”, mudou “os padrões de manejo de solo e de relação” “com o ambiente”. O argumento prossegue, mais uma vez, com uma relação lógico-semântica de elaboração como norteadora da organização textual, realizada por simplexos listados no Quadro 48.

Notação	Simplexos
[[=]]	Jornalistas com experiência na área agrícola poderiam lembrar, por exemplo, os problemas de erosão [[= causados em algumas áreas do Rio Grande do Sul, até os anos 1980, por algumas das piores práticas]].
	Boas práticas de culturas em encostas, novas técnicas de irrigação, melhor uso das curvas de nível, manutenção de árvores como quebra-ventos naturais, respeito às matas ciliares e emprego mais cuidadoso de máquinas entraram no repertório dos melhores agricultores.
	A rotação de culturas também contribui para a preservação da qualidade do solo.
	Técnicas de plantio direto e de cultivo mínimo (minimum tillage) foram adotadas gradualmente.
	Agrônomos regionais tiveram papel importante nas mudanças, assim como jovens técnicos de volta das faculdades para a propriedade da família.

Quadro 48 – Ocorrências de simplexos no argumento 2, em AO7.



No simplexo inicial, o conector “por exemplo” precisa um problema decorrente de antigas “piores práticas” de manejo do solo adotadas no Rio Grande do Sul: a “erosão”. Na sequência, os simplexos que seguem cumprem a função de listar as mudanças realizadas pelos “melhores agricultores” (“entraram no repertório”, “foram adotadas gradualmente”) quanto ao “manejo de solo” e à relação entre eles e o meio ambiente (“Boas práticas de culturas em encostas, novas técnicas de irrigação, melhor uso das curvas de nível, manutenção de árvores como quebra-ventos naturais, respeito às matas ciliares e emprego mais cuidadoso de máquinas”, “rotação de culturas” e “Técnicas de plantio direto e de cultivo mínimo”). Isso posto, verificada linguisticamente a exemplificação empreendida no argumento 2, a relação lógico-semântica que se revela entre as duas fases que constituem os Argumentos é de elaboração.

Concluída a defesa da Tese, a etapa seguinte na estruturação do texto é a Reiteração, exibida no excerto 06.

	Etapa	Texto
06	Reiteração	<p><b>Discussão empobrecida</b></p> <p>Nos anos 1980 e em boa parte dos 90 os debates sobre produtividade e preservação frequentemente se misturaram. A imprensa especializada acompanhou. Ecologistas de ONGs permaneceram longe dessas discussões a maior parte do tempo. Quem acompanhou os fatos e andou pelo interior, como repórter, enfiando o pé no solo recém arado, para conversar com os lavradores, como fez muitas vezes o autor deste texto, sabe disso.</p> <p>Apesar do longo aprendizado, problemas importantes permaneceram, mas a discussão pública sobre o projeto do novo Código Florestal foi tremendamente empobrecida pelo enfoque ruralistas versus ambientalistas.</p> <p>Os meios de comunicação contribuíram para esse empobrecimento.</p>

Na textualização dessa etapa, o articulista principia com uma sucessão de simplexos em que reporta o envolvimento da “imprensa especializada” (“acompanhou”) e de “Ecologistas de ONGs” (“permaneceram longe”) nos “debates sobre produtividade e preservação” durante os “anos 1980 e em boa parte dos 90”. Em seguida, a retomada da Tese é efetivamente promovida pela combinação de um complexo oracional e um simplexo, identificados no Quadro 49.

Notação		Complexo oracional e simplexo
1^x2	1	Apesar do longo aprendizado, problemas importantes permaneceram,
	x2	mas a discussão pública sobre o projeto do novo Código Florestal foi tremendamente empobrecida pelo enfoque ruralistas versus ambientalistas.
		Os meios de comunicação contribuíram para esse empobrecimento.

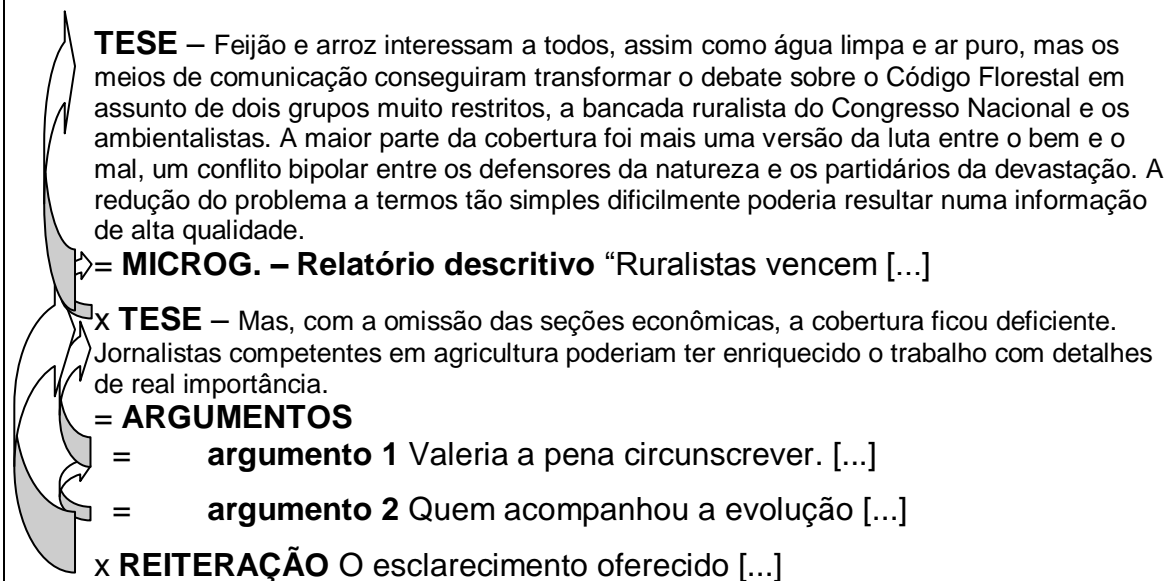
Quadro 49 – Ocorrências de complexo oracional e simplexo na Reiteração, em AO7.

No complexo oracional, o conector “apesar de” que encabeça a oração “1” estabelece uma relação para além do complexo, com o argumento 2. A expressão “longo aprendizado” retoma os novos “padrões de manejo de solo e de relação dos produtores comerciais com o ambiente” adotados após os problemas de erosão. Enquanto faz essa retomada, estabelece uma relação de intensificação, evidenciando uma concessão.

Internamente ao complexo oracional, entre as orações “1” e “+2”, por sua vez, mais uma vez uma relação concessiva é instaurada: *ainda que* permaneçam “problemas importantes”, “a discussão pública sobre o projeto do novo Código Florestal foi tremendamente empobrecida pelo enfoque ruralistas versus ambientalistas”. Na oração intensificadora, a passivação sugere que o “empobrecimento” tenha se dado nas discussões públicas em geral, não necessariamente nas em que a imprensa esteve envolvida. Entretanto, o simplexo que faz o fechamento do texto incita o entendimento de que esse “empobrecimento” foi, em parte, causado pela imprensa, como já declarado pelo articulista na Tese e sustentado com os Argumentos. Assim, consideradas as relações empregadas na organização da Reiteração, a relação lógico-semântica que liga a etapa final e a inicial é de intensificação.

Em resumo, a análise linguística empreendida mostra que a Estrutura Esquemática que compõe o artigo de opinião estudado é organizada, em termos lógico-semânticos, principalmente por elaboração, como mostra o Quadro 50.

### AO A07 – Um debate desértico



Quadro 50 – Esquema lógico-semântico de AO7.

Como um fio que se desenrola, o microgênero especifica a Tese, e os argumentos especificam a Tese. Entre os argumentos, também a relação é de elaboração, de modo que o segundo argumento exemplifica um tópico do primeiro. A relação de intensificação fica restrita às concessões estabelecidas pela Tese em relação ao microgênero e pela Reiteração em relação à Tese, que usam essa estratégia lógico-semântica para expor o ponto de vista e reafirmá-lo, respectivamente.

#### 3.2.2.8 Como cobrir a Rio+20

No texto AO8 “Como cobrir a Rio+20”, publicado em 05 de junho de 2012 (descrição da EEG no Apêndice E), a articulista Verena Glass pronuncia-se sobre as dificuldades enfrentadas pelo jornalismo durante a cobertura da Rio+20, Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada entre 13 e 22 de junho de 2012, no Rio de Janeiro.

Verena Glass é uma profissional bastante engajada em questões sociais e ambientais, como demonstra seus vínculos institucionais. O principal deles, em que desempenha as funções de jornalista e pesquisadora, é a ONG Repórter Brasil, instituição dedicada a identificar e tornar públicas situações que burlam os

direitos trabalhistas e causam danos socioambientais no Brasil, no intuito de mobilizar lideranças sociais, políticas e econômicas para a construção de uma sociedade mais humana, justa, igualitária e democrática<sup>53</sup>. Paralelamente a essas funções, é também representante de jornalismo do Movimento Xingu Vivo, uma associação de organizações e movimentos sociais e ambientalistas da região de Altamira e das áreas afetadas pela hidrelétrica de Belo Monte, no Pará<sup>54</sup>.

Desse contexto de comprometimento socioambiental no qual está inserida a articulista, provavelmente tenha vindo a motivação para abordar o tema da cobertura jornalística da Rio+20 e a preocupação em alertar para os entraves a serem enfrentados pelos profissionais envolvidos. De forma objetiva, já no início do texto, é explicitada a Tese que acena nessa direção, como se verifica no excerto 01.

	Etapa	Texto
01	Tese	Alguns de nós, jornalistas, passaremos boa parte do mês de junho no Rio de Janeiro para cobrir o “Universo Rio+20”. Quem já está trabalhando o tema nesse período que antecede a Conferência da ONU sobre sustentabilidade tem uma boa noção de como nada lá será simples.

Na expressão dessa etapa, a articulista se coloca no texto como um participante (“alguns de nós”) que, juntamente com outros colegas de profissão (“jornalistas”), experienciarão (“passaremos boa parte do mês de junho no Rio de Janeiro para cobrir o “Universo Rio+20””) a Tese. Realizada léxico-gramaticalmente pelo Atributo “simples” qualificando o termo “nada”, acompanhado do elemento circunstancial “lá”, que remete ao “Universo Rio+20”, a Tese constitui um problema a ser vivenciado pelos profissionais do jornalismo, expresso léxico-gramaticalmente por uma oração encaixada: “uma boa noção [[de como *nada lá será simples*]]”.

Para sustentar e comprovar essa Tese, três argumentos são apresentados. Combinados na segunda etapa, os Argumentos contribuem para intensificar o ponto de vista exposto, funcionando lógico-semânticamente como causas, ou razões, para a complexidade do evento e, como consequência, da cobertura jornalística. Em vista disso, a relação lógico-semântica que organiza as duas

<sup>53</sup> Informações coletadas em: <http://reporterbrasil.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 17 out. 2015.

<sup>54</sup> Informações coletadas em: <http://www.xinguvivo.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 17 out. 2015.

primeiras etapas do texto é de intensificação, como pode ser verificado no excerto 02, que traz o argumento 1.

	Etapa	Fase	Texto
02	Argumentos	1º argum	Para começar, há o número insano de eventos setoriais, paralelos, semioficiais, extraoficiais e adjacentes que disputarão nossa agenda. Acontecerão mais de 80 eventos/atividades, da Assembleia Sindical Internacional sobre Trabalho e Meio Ambiente ao Fórum sobre Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável; do Rio+20 Corporate Sustainability Fórum ao Seminário sobre Comunidades Sustentáveis, da Unesco; do Dialogo Mundial da Associação Cristã de Moços (YMCA) sobre Desenvolvimento Sustentável ao Congresso Mundial sobre Justiça, Governança e Direito para a Sustentabilidade Ambiental; e por aí vai. Haverá os diálogos do governo brasileiro com interlocutores não governamentais, e há o grande encontro paralelo à conferência da ONU, a Cúpula dos Povos, promovido pelos movimentos e organizações sociais, com cerca de 800 atividades. E por fim, claro, há a Rio + 20 em si, protagonizada pelas delegações dos Estados-membros da ONU.

No complexo oracional que principia a fase, a oração “para começar” introduz o argumento, deixando subentendida a relação de causa razão com a Tese: *“para começar”, um dos fatores que contribuem para que “nada lá” seja “simples” é “o número insano de eventos setoriais, paralelos, semioficiais, extraoficiais e adjacentes que disputarão nossa agenda”*.

Apontada a primeira causa, o argumento prossegue a fim de especificá-la. Por meio de uma sequência de complexos oracionais, o detalhamento do “número insano de eventos setoriais, paralelos, semioficiais, extraoficiais e adjacentes” é realizado, como mostra o Quadro 51.

Notação		Complexos oracionais
1 <sup>^</sup> 2	1	Acontecerão mais de 80 eventos/atividades, da Assembleia Sindical Internacional sobre Trabalho e Meio Ambiente ao Fórum sobre Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável; do Rio+20 Corporate Sustainability Fórum ao Seminário sobre Comunidades Sustentáveis, da Unesco; do Dialogo Mundial da Associação Cristã de Moços (YMCA) sobre Desenvolvimento Sustentável ao Congresso Mundial sobre Justiça, Governança e Direito para a Sustentabilidade Ambiental;
	+2	e por aí vai.
1 <sup>^</sup> 2(α <sup>^</sup> =β) <sup>^</sup> 3(α <sup>^</sup> =β)	1	Haverá os diálogos do governo brasileiro com interlocutores não governamentais,

	+2	$\alpha$	e há o grande encontro paralelo à conferência da ONU, a Cúpula dos Povos,
		$=\beta$	promovido pelos movimentos e organizações sociais, com cerca de 800 atividades.
	+3	$\alpha$	E por fim, claro, há a Rio + 20 em si,
		$=\beta$	protagonizada pelas delegações dos Estados-membros da ONU.

Quadro 51 – Ocorrências de complexo oracional no argumento 1, em AO8.

No primeiro complexo, a oração “1” faz menção a “mais de 80 eventos/atividades” que “acontecerão” durante o “Universe Rio+20”, iniciando a exemplificação do “número insano de eventos” previamente referido. Dando continuidade, o complexo oracional seguinte traz novos exemplos: “os diálogos do governo brasileiro com interlocutores não governamentais”, “o grande encontro paralelo à conferência da ONU, a Cúpula dos Povos”, e, “por fim, claro, há a Rio + 20 em si”.

Somando-se ao “número insano de eventos”, uma nova razão para “nada lá” ser “simples” é citada, como pode ser verificado no excerto 03.

03	Etapa	Fase	Texto
	Argumentos	2º argum	

O emprego do conector “além de” encabeçando o simplexo evidencia a inserção de um novo argumento: “o fator “personalidades””. O acréscimo desse “fator”, por sua vez, é efetuado depois da retomada do argumento 1, realizada por meio da reiteração de “eventos” e demais atividades que, infere-se, integram as “mais de 80”. Dessa forma, entre esses dois argumentos, a relação lógico-semântica estabelecida é de extensão.

Assim como ocorreu no argumento 1, a fase segue com o detalhamento do argumento, mostrado no Quadro 52.

Notação			Complexo oracional
1( $\alpha^{\beta}$ ) <sup>+2</sup>	1	$\alpha$	Serão centenas de articuladores, cientistas, especialistas, dirigentes de ONGs, dirigentes empresariais, celebridades, artistas, parlamentares, autoridades locais, estaduais e federais, ministros, lideranças sociais, indígenas,
		= $\beta$	impactados por fatores climáticos e por projetos humanos mesmo,
	+2		e por aí vamos.

Quadro 52 – Ocorrência de complexo oracional no argumento 2, em AO8.

Na oração “1”, as “personalidades” são exemplificadas – “articuladores, cientistas, especialistas, dirigentes de ONGs” [...] – e, em seguida, caracterizadas pela oração hipotática que integra um ninho – “impactados por fatores climáticos e por projetos humanos mesmo”.

Essa exemplificação, por sua vez, é o ponto de partida para uma avaliação da articulista, expressa pelo simplexo que encerra o argumento: “Detectar, encontrar e entrevistar será desafiador”. Essa avaliação, textualizada pelo Atributo “desafiador”, reforça a ideia de que “o fator personalidades” contribui para a complexidade do evento e do trabalho de cobertura do Universo Rio+20.

Encaminhando-se para concluir a defesa da Tese, a articulista revela seu terceiro argumento, sinalizado linguisticamente pelo conector “por fim”, como pode ser observado no excerto 04. Com essa sinalização, é evidenciado que, de modo análogo ao que ocorre entre os argumentos 1 e 2, a relação entre os argumentos 2 e 3 é realizada lógico-semanticamente por extensão.

	Etapa	Fase	Texto
04	Argumentos	3º argum	<p>Por fim, teremos que lidar com algo extremamente complexo: a enorme variação de leituras, posicionamentos e interesses relacionados ao conceito de sustentabilidade, seus fundamentos, seus mecanismos e sua aplicação.</p> <p><b>Campeões do desmatamento</b></p> <p>Nesses tempos de pré-Rio+20, o que não têm faltado são polêmicas, como temos relatado diariamente nos nossos veículos. São especialistas profetizando o fracasso da Conferência, são delegações internacionais que avisam que não vêm, há as discordâncias sobre o teor do documento-base (Draft Zero) que guiará as negociações de alto nível, há declarações de cientistas negacionistas que consideram esdrúxula a ideia de aquecimento global, e principalmente há as mais variadas interpretações sobre o que é Economia Verde, pra que servirá e como será implementada.</p> <p>Nesse sentido, aqueles que têm acompanhado ha mais tempo as negociações multilaterais e nacionais sobre clima, biodiversidade, justiça ambiental e social e temas correlatos, sabem que estão longe de objetivar abnegadamente o bem maior do Planeta. Para ilustrar, podemos traçar um paralelo entre estes processos e a briga de foice em torno do Código Florestal brasileiro, e teremos uma boa ideia das disputas de interesses que estão em campo – amplificando-se o tabuleiro a proporções mundiais.</p>

Esse terceiro argumento – “a enorme variação de leituras, posicionamentos e interesses relacionados ao conceito de sustentabilidade, seus fundamentos, seus mecanismos e sua aplicação”, textualizado via simplexo, é avaliado pela articulista como “algo extremamente complexo”. Linguisticamente expressa por uma gradação do tipo intensificação – “extremamente” –, nos termos de Martin e White (2005), acompanhando o qualificador “complexo”, essa avaliação reforça a complexidade apontada na Tese e ressalta a relevância desse novo argumento para “nada lá ser simples”.

Na sequência, repetindo a estratégia de organização textual verificada nas duas fases anteriores, o argumento é detalhado, como evidenciam os complexos oracionais citados no Quadro 53.



Notação		Complexos oracionais
$\alpha[[ ]]^{\beta}$	$\alpha[[ ]]$	Nesses tempos de pré-Rio+20, [[ o que não têm faltado]] são polêmicas,
	$x\beta$	como temos relatado diariamente nos nossos veículos.
$1[[=]]^{+2[[=]]^{+3[[=]]^{+4[[=]]^{+5[[ ]}}$	$1[[=]]$	São especialistas [[= profetizando o fracasso da Conferência]],
	$+2[[=]]$	são delegações internacionais [[= que avisam que não vêm]],
	$+3[[=]]$	há as discordâncias sobre o teor do documento-base (Draft Zero) [[= que guiará as negociações de alto nível]],
	$+4[[=]]$	há declarações de cientistas negacionistas [[= que consideram esdrúxula a ideia de aquecimento global]],
	$+5[[ ]]$	e principalmente há as mais variadas interpretações sobre [[ o que é Economia Verde, pra que servirá e como será implementada]].

Quadro 53 – Ocorrências de complexos oracionais no argumento 3, em AO8.

No primeiro complexo oracional, o termo “polêmicas” traduz “a enorme variação de leituras, posicionamentos e interesses”. Como um hiperônimo, as “polêmicas” são exemplificadas no complexo oracional subsequente, em que cada oração que o compõe traz uma especificação: “especialistas profetizando o fracasso da Conferência”, “delegações internacionais que avisam que não vêm”, “discordâncias sobre o teor do documento-base”, “declarações de cientistas negacionistas” e “as mais variadas interpretações sobre o que é Economia Verde, pra que servirá e como será implementada”.

Concluído o detalhamento, um comentário da articulista trazido ao texto por meio de uma projeção de ideia reitera a “enorme variação” de “interesses”. Na constatação expressa como o conteúdo sabido, “estão longe de objetivar abnegadamente o bem maior do Planeta” elucida a existência não de um objetivo comum, mas de “disputas de interesses”, como é explicitado no complexo oracional ao final dessa terceira fase.

Reforçando a complexidade do “Universo” de “um número insano de eventos”, como muitas “personalidades” a serem detectadas, encontradas e entrevistadas e permeado por muitas polêmicas, a Reiteração (excerto 05) é empreendida.

	Etapa	Texto
05	Reiteração	<p>Mas como distinguir o que é greenwashing do que pode ter um real efeito positivo para o meio ambiente? Como detectar o que visa mais a sustentabilidade de contas bancárias de alguns setores do que a proteção da natureza? Como avaliar a efetividade de mecanismos como o Mercado de Carbono, com suas políticas de compensação que, ao final, buscam terceirizar a faxina atmosférica? O que está em jogo quando se propõem instrumentos como o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), a Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD) e o Pagamento por Serviços Ambientais (PSA)?</p> <p>Será que grandes hidrelétricas, como Jirau e Santo Antonio, no Rio Madeira, devem ganhar dinheiro (como estão pleiteando) via MDL por “emissões de poluentes evitadas”? Se foram apontadas como pivôs de um dos maiores índices de desmatamento de Porto Velho (RO) nos últimos anos? Se têm causado sérios impactos sobre ribeirinhos e indígenas? Se, de acordo com o pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia, Philip Fearnside, produzirão, com o simples funcionamento das turbinas, uma enorme quantidade de gases de efeito estufa?</p>

Na textualização dessa etapa, principiada por uma relação contrastiva sinalizada pelo conector “mas”, nada de declarações. Estruturados sob a forma de simplexos, uma série de questionamentos são apresentados. Nesses questionamentos, a articulista aborda tópicos polêmicos relacionados a meio ambiente, sustentabilidade e interesses econômicos. Diante da pluralidade de perguntas, aparentemente sem respostas, a ideia inicial de complexidade do trabalho de cobertura do “Universo Rio+20” é estendida e reiterada, afinal, tomar tantas decisões não é “nada” “fácil”. Assim, com essas evidências léxico-gramaticais, podemos inferir que a relação lógico-semântica que promove a organização textual tanto entre a Reiteração e o terceiro argumento quanto entre a etapa final e a inicial do artigo de opinião é de extensão.

Ainda na Reiteração, ao mesmo tempo em que levanta questões, a articulista emite avaliações, como pode ser constatado observando os simplexos no Quadro 54.

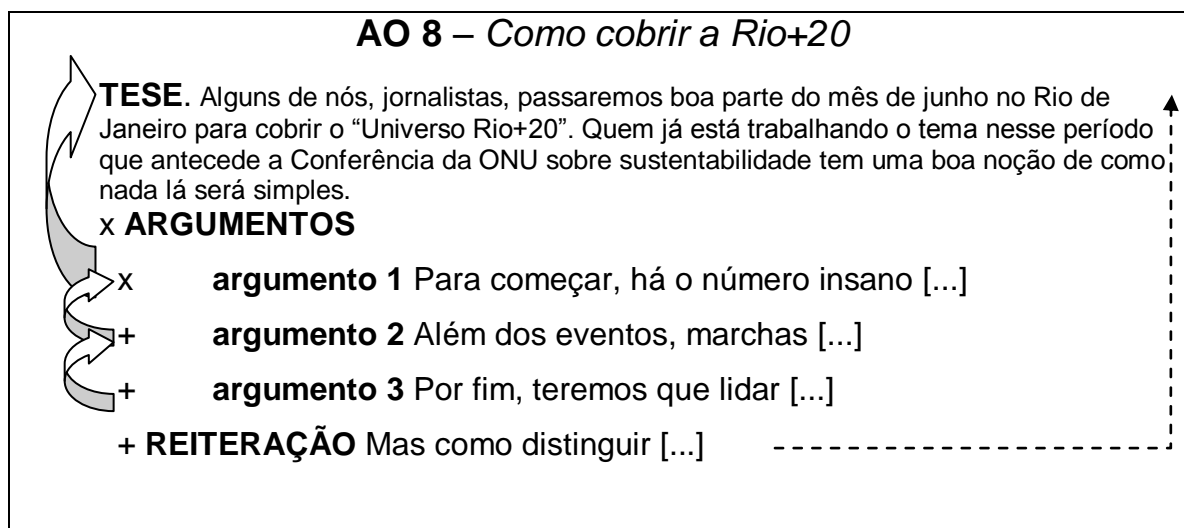
Notação	Simplexos
[[ ]]	[[[Será [[ que grandes hidrelétricas, como Jirau e Santo Antonio, no Rio Madeira, devem ganhar dinheiro (como estão pleiteando) via MDL por “emissões de poluentes evitadas”]]?]]
	Se foram apontadas como pivôs de um dos maiores índices de desmatamento de Porto Velho (RO) nos últimos anos?
	Se têm causado sérios impactos sobre ribeirinhos e indígenas?

	Se, de acordo com o pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia, Philip Fearnside, produzirão, com o simples funcionamento das turbinas, uma enorme quantidade de gases de efeito estufa?
--	---

Quadro 54 – Ocorrências de simplexos na Reiteração, em AO8.

Analisando conjuntamente esses quatro simplexos, percebemos nas entrelinhas uma desaprovação quanto às “grandes hidrelétricas, como Jirau e Santo Antonio, no Rio Madeira” ganharem “dinheiro” “por emissões de poluentes evitadas”. As construções condicionais introduzidas pelo conector “se” funcionam, implicitamente, como pontos negativos que impediriam um reconhecimento favorável ao meio ambiente.

Para concluirmos, conforme ficou evidente ao longo da análise, este texto não foi estruturado como um macrogênero, mas como um exemplar do gênero exposição de opinião apenas. Dentre os nove artigos de opinião, este foi o único que não apresentou microgênero em complementação à sua Estrutura Esquemática, como pode ser verificado no Quadro 55.



Quadro 55 – Esquema lógico-semântico de AO8.

Na organização da EEG típica à exposição de opinião, a relação lógico-semântica predominante foi a de extensão. Entre a Tese os Argumentos, enquanto etapas de gênero, a relação organizadora foi de intensificação, pois cada um dos três argumentos contribuiu para demonstrar as razões pelas quais a

Tese era válida. Entre os argumentos, porém, a relação instituída foi de extensão, já que um somava-se ao outro na defesa da Tese. Por fim, a extensão também foi a relação escolhida para expandir a Tese e o último argumento.

### 3.2.2.9 *Dilma, a imprensa e os medíocres*

O texto AO9 “Dilma, a imprensa e os medíocres”, publicado em 03 de julho de 2012 (descrição da EEG no Apêndice E), à semelhança do anterior (AO8), aborda a Rio+20. Entretanto, enquanto Verena Glass direcionou sua exposição para a cobertura jornalística do evento e das demais atividades que compunham o “Universo Rio+20”, Dioclécio Luz volta-se à avaliação da Rio+20 e dos governantes participantes, de modo especial a Presidente Dilma Rousseff.

Jornalista, radialista e escritor, Dioclécio Luz é diretor do Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal e integrante da Campanha contra baixaria na TV<sup>55</sup>. Além disso, é assessor técnico na área ambiental na Câmara dos Deputados e pesquisador dedicado ao estudo de rádios comunitárias<sup>56</sup>. No texto em análise, em específico, o articulista enfatiza seu viés ambiental, já que seu foco não é a análise da imprensa, mas o tratamento dado pelos governantes às questões abarcadas pela Rio+20, dentre elas, as ambientais.

Esse direcionamento é explicitado logo de início no texto, na etapa referente à Tese, como mostra o excerto 01.

---

<sup>55</sup> Informações coletadas em: <http://www.radiolivre.org/node/471>. Acesso em: 18 out. 2015.

<sup>56</sup> Informações coletadas em: [http://www.editorakiron.com.br/index.php/autores/?option=com\\_content&view=article&id=87&ind=355](http://www.editorakiron.com.br/index.php/autores/?option=com_content&view=article&id=87&ind=355). Acesso em: 18 out. 2015.

	Etapa	Texto
01	Tese	<p>A Rio+20 não aconteceu. O que houve foi um encontro de 190 governantes, ou seus representantes, para decidir que nada seria decidido; ou que tudo seria decidido no futuro, o que dá no mesmo. Depois de anos de debate, ao final do passeio no Rio de Janeiro o grupo de governantes apresentou um relatório que não diz nada, não serve para nada. Em resumo, produziram um documento medíocre.</p> <p>De certa forma, a imprensa fez a devida pergunta à presidente Dilma Rousseff, anfitriã do encontro: “Por que um documento medíocre?”. E ela respondeu: “Era o texto possível”. Será que o “texto possível” eram essas 59 páginas que tentam driblar a história e legitimar a vergonhosa irresponsabilidade dos atuais governantes diante do que acontece ao planeta? E o que dizer do governo brasileiro, que apresentou e defende esse texto como se fosse algo grandioso? Que seja medíocre, já não é bom, agora defendê-lo em sua mediocridade é querer fazer da estultice uma virtude.</p> <p>É preciso reconhecer que a imprensa, muito rapidamente, apontou a má qualidade desse texto. Na verdade, bem antes do evento a imprensa repercutiu a fala de estudiosos e ambientalistas, que profetizaram o fiasco do evento. Bem informados, esses especialistas alertaram o governo e o mundo para a possível nulidade do evento. E foi o que aconteceu.</p>

A tematização da Rio+20 no princípio do texto e da etapa já evidencia uma avaliação do articulista: “não aconteceu”. Embora não seja linguisticamente expressa como uma avaliação, a combinação entre um complexo oracional e um simplexo que vêm na sequência dá ao simplexo inicial o *status* avaliativo, como pode ser observado no Quadro 56.

Notação				Complexo e simplexo	
$\alpha[[ ]]^{\alpha} \times \beta(\alpha^{\beta}(1^{\wedge}+2(1^{\wedge}=2)))$	$\alpha[[ ]]$		[[ O que houve]] foi um encontro de 190 governantes, ou seus representantes,		
	$x\beta$	$\alpha$	para decidir		
		$\beta$	1	que nada seria decidido;	
		+2	1	ou que tudo seria decidido no futuro,	
		=2	o que dá no mesmo.		
[[=]]	Depois de anos de debate, ao final do passeio no Rio de Janeiro o grupo de governantes apresentou um relatório [[= que não diz nada, não serve para nada]].				

Quadro 56 – Ocorrências de complexo oracional e simplexo na Tese, em AO9.

No complexo oracional, a Rio+20 é definida como “um encontro de 190 governantes, ou seus representantes” que teve como propósito “decidir que nada seria decidido”. No simplexo, por sua vez, o “encontro” passa a ser um “passeio

no Rio de Janeiro”. Observando apenas esses dois termos – “encontro” e “passeio”, já percebemos um distanciamento entre a representação que o articulista faz da Rio+20 e o que ela de fato é – a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável. Esse “rebaixamento” da Rio+20 é ainda salientado pelas expressões negativas empregadas: “*nada* seria decidido”, “*não* diz *nada*, *não* serve para *nada*”. Ou seja, dadas essas construções, evidencia-se a “nulidade do evento”, explicitada por meio de um simplexo ao final da etapa. Dessa forma, “a Rio+20 não aconteceu” e a “nulidade do evento” figuram aqui como sinônimas.

Essa nulidade, por sua vez, reflete-se no “texto possível”, “um documento medíocre” com “59 páginas que tentam driblar a história e legitimar a vergonhosa irresponsabilidade dos atuais governantes diante do que acontece ao planeta”. E aqui reside a avaliação que norteia o texto de Dioclécio Luz, para a qual convergem as demais avaliações manifestadas ao longo da etapa, como as expressas pelos dois complexos oracionais listados no Quadro 57.

Notação		Complexos oracionais		
$\alpha^{\wedge}=\beta(1^{\wedge}+2(\alpha^{\wedge}\times\beta))$	$\alpha$	E o que dizer do governo brasileiro,		
	$=\beta$	1	que apresentou	
		+2	$\alpha$	e defende esse texto
			$\times\beta$	como se fosse algo grandioso?
$1[[ ]]^{\wedge}+2[[ ]][[ ]]$	$1[[ ]]$	[[ Que seja medíocre]], já não é bom,		
	$+2[[ ]][[ ]]$	agora [[ defendê-lo em sua mediocridade]] é [[ querer fazer da estultice uma virtude]].		

Quadro 57 – Ocorrências de complexos oracionais na Tese, em AO9.

A explicação de “governo brasileiro” realizada por uma elaboração hipotática, no primeiro complexo oracional, e a relação de adversidade expressa entre as orações paratáticas que formam o segundo (com o “agora” funcionando como “mas”) restringem a crítica aos governantes brasileiros, ou, mais especificamente, à Presidente da República.

Ao longo da estruturação da Tese, cabe chamar atenção para avaliações que podemos chamar de secundárias, tendo em vista que elas não serão desenvolvidas no texto. Essas avaliações aparecem como breves comentários do articulista acerca da participação da imprensa no alerta sobre a “má qualidade” do “texto”. Ao fazê-lo, a imprensa aparece avaliada positivamente – “fez a devida

pergunta” e “É preciso reconhecer” –, embora com uma discreta ressalva – “muito rapidamente”.

A crítica ao “texto medíocre” e ao comportamento do governo brasileiro frente a ele e à Rio+20 como um todo é expandida por três argumentos que, juntos, constituem a segunda etapa da exposição argumentativa. No primeiro desses argumentos, reproduzido no excerto 02, a Tese é estendida pelo desenvolvimento do campo semântico da “irresponsabilidade” e da “nulidade do evento”.

	Etapa	Fase	Texto
02	Argumentos	1º argum	<p>A posição dos governantes reflete uma certa esquizofrenia da política diante das questões mais urgentes. A equipe do governo Dilma colocou no documento aprovado na Rio+20 que as soluções ficaram para o futuro – como se existisse futuro. Essa política medíocre (que adia decisões para não ferir interesses econômicos) rasgou todos os estudos que falam em mudanças climáticas. O principal estudo foi produzido pelo IPCC (sigla em inglês de Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas), um grupo criado pela própria ONU, onde se conclui que “a temperatura está aumentando, os eventos climáticos estão aumentando, as catástrofes serão maiores, é preciso fazer alguma coisa. E logo!”</p> <p>E o que fazem os governantes? Produzem um documento onde não assumem nada. Mais parece que vivem em outro planeta. Devem ter ficado constrangidos com os prefeitos das 50 maiores cidades do planeta, que aproveitaram a Rio+20 para assumir compromissos reais e objetivos.</p>

Essa primeira fase dos Argumentos desenvolve-se em torno da aparente “esquizofrenia da política” e dos governantes “diante das questões mais urgentes”. Para desenrolar esse argumento, o articulista utiliza-se de uma série de complexos oracionais e simplexos, listados no Quadro 58.

Notação	Complexos oracionais e simplexos		
$\alpha[[=]]\alpha^x\beta$	$\alpha[[=]]\alpha$	A equipe do governo Dilma colocou no documento [[= aprovado na Rio+20]] [[ que as soluções ficaram para o futuro]] –	
	$x\beta$	como se existisse futuro.	
$\alpha[[=]]\langle\langle=\beta(\alpha^x\beta)\rangle\rangle$	$\alpha$	Essa política medíocre	
	$=\beta$	$\alpha$	<< (que adia decisões
		$x\beta$	para não ferir interesses econômicos)>>
$\alpha[[=]]$		rasgou todos os estudos [[= que falam em mudanças climáticas]].	

	E o que fazem os governantes?
[[x]]	Produzem um documento [[x onde não assumem nada]].
[[ ]]	Mais parece [[ que vivem em outro planeta]].

Quadro 58 – Ocorrências de complexos oracionais e simplexos no primeiro argumento, em AO9.

Nesses complexos e simplexos, observando os encaixamentos “que as soluções ficaram para o futuro” e “onde não assumem nada” conjuntamente às orações hipotáticas intensificadoras “como se existisse futuro” e “para não ferir interesses econômicos” e à oração elaborativa “que adia decisões”, percebemos a manutenção implícita do campo semântico da “vergonhosa irresponsabilidade dos atuais governantes”.

Mesmo com a incerteza do futuro e a necessidade de atitudes que isso demanda (“é preciso fazer alguma coisa. E logo!”), as lideranças políticas brasileiras parecem optar por não se comprometer “com nada” em prol de “interesses econômicos”. Ou seja, optam pela ilusão de um mundo sem ameaças ambientais – daí a esquizofrenia – a assumir responsabilidades, “compromissos reais e objetivos”, com a preservação do planeta.

Além disso, privilegiar a questão econômica em detrimento do bem-estar da população e da vida do planeta não apenas soa como um ato irresponsável (e ganancioso), mas reitera o campo semântico da “nulidade”, pois o não comprometimento dos governantes tornou a Rio+20 inútil e o texto dela resultante “mediocre”. Nesse sentido, dadas as considerações feitas sobre esse primeiro argumento, embora não tenhamos uma explicação linguística, via complexo oracional, das relações lógico-semânticas que o unem à Tese, podemos inferir que entre a etapa e a fase a organização textual se dá por extensão.

Também extensão é a relação lógico-semântica que podemos inferir na ligação desse argumento com o seguinte, o argumento 2, mostrado no excerto 03.



	Etapa	Fase	Texto
03	Argumentos	2º argum	<p><b>Razões políticas</b></p> <p>Os governantes poderiam, pelo menos, ter avançado em questões que faziam parte do eixo de discussão da Rio+20, como a erradicação da pobreza, mas nem isso conseguiram. A proposta de criação de um fundo de US\$ 30 bilhões para as nações mais pobres (algo que os Estados Unidos gastam a cada 15 dias na guerra do Afeganistão) virou pó. E ninguém reclamou. O Brasil (Dilma, sua equipe, a ministra Isabella Teixeira) se envaidece por ter aprovado o “texto possível”, mas esse texto é o dos países ricos, os principais causadores da tragédia planetária.</p>

Mais uma vez, a coesão com a Tese é feita pela retomada da ideia de “nulidade do evento” e de descomprometimento do governo brasileiro, o que pode ser observado nos complexos oracionais no Quadro 59.

Notação		Complexos oracionais
1[[=]]^+2	1[[=]]	Razões políticas     Os governantes poderiam, pelo menos, ter avançado em questões [[= que faziam parte do eixo de discussão da Rio+20, como a erradicação da pobreza]],
	+2	mas nem isso conseguiram.
1(α^xβ)^+2	1	α     O Brasil (Dilma, sua equipe, a ministra Isabella Teixeira) se envaidece
		xβ    por ter aprovado o “texto possível”,
	+2	mas esse texto é o dos países ricos, os principais causadores da tragédia planetária.

Quadro 59 – Ocorrências de complexos oracionais no segundo argumento, em AO9.

No primeiro complexo oracional, o emprego conjunto das expressões “pelo menos” e “mas nem” apontam para a inutilidade do evento: não fizeram nada do que deveriam ter feito. No segundo complexo oracional, por seu turno, a oração paratática “+2” contrasta o “texto possível” (referido como “esse texto”) ao comportamento de “Dilma, sua equipe, a ministra Isabella Teixeira”, pois aprovar o texto “dos países ricos, os principais causadores da tragédia planetária” não é motivo para se envaidecer.

Da mesma forma, o complexo oracional que principia o segundo argumento estabelece com o complexo oracional que conclui o argumento anterior uma

relação de contraste: enquanto “os prefeitos das 50 maiores cidades do planeta” “aproveitaram a Rio+20 para assumir compromissos reais e objetivos”, os “governantes” não o fizeram. Isso posto, seja por relações entre orações, seja por relações entre complexos oracionais, tanto os argumentos 1 e 2, quanto o argumento 2 e a Tese ligam-se entre si lógico-semanticamente por extensão.

Na sucessão desse argumento, revela-se não um novo argumento, mas a opção do articulista por complementar a estrutura de seu texto com um microgênero, conforme pode ser visualizado no excerto 04.

		Texto	
04	MICROGÊNERO Relato histórico	Pano de fundo	Na verdade, essa história de “texto possível” reflete uma batalha constante da sociedade contra os devastadores ambientais.
		Registro de etapas	<p>Há pouco o Congresso Nacional aprovou um “texto possível” para o Código florestal, que, não por acaso, era o texto que queriam os ruralistas. Depois a presidente Dilma vetou alguns artigos e encaminhou Medida Provisória (MP 571/12) com alterações na lei, mas elas não desagradaram os ruralistas. Sim, eles festejam, mas querem mais. E vão conseguir – afinal, conhecem Dilma Rousseff, sabem que ela – como os ruralistas – é da turma dos “desenvolvimentistas”; o governo Dilma não admite que o meio ambiente atrapalhe a economia.</p> <p>A propósito, quando foi criada na Câmara dos Deputados comissão para discutir Código Florestal, o governo e o PT acharam por bem se omitir para não incomodar a bancada ruralista; aceitaram a indicação do deputado Aldo Rebelo, um comunista-transgênico, para relator, e ficaram quietinhos. Os dois – PT e governo – só se manifestaram ao final dos debates, no fim de 2012, quando Rebelo já tinha apresentado seu relatório-ruralista e a vaca já tinha ido pro brejo.</p> <p>Foi o barulho da imprensa, dos ambientalistas, dos cientistas (SBPC/ABC), do PV e PSol, entre outros teimosos, que fez o Governo acordar para a tragédia anunciada. E deu no que deu. O Brasil, o mundo perdeu, embora a imprensa, em uníssono se plagiou para dizer que quem tinha perdido foi Dilma. Não, Dilma negociou, e ganhou com o “texto possível”. Quem perdeu foi o planeta.</p> <p>No caso da Rio+20, a postura política não foi muito diferente. O governo quis agradar aos países do G-7, os poderosos, e bancou uma proposta medíocre, que não compromete ninguém com nada.</p>

Nesse microgênero, um relato histórico, o propósito é registrar etapas da recente história política brasileira, tendo como Pano de fundo “uma batalha constante da sociedade contra os devastadores ambientais” que se traduz na aprovação do “texto possível”. Para mostrar como essa “batalha” se dá na história política brasileira, são retratados, inicialmente, eventos relacionados ao NCBF. O primeiro deles refere-se à aprovação do Congresso Nacional ao texto do Novo

Código, caracterizado pelo articulista também como um “texto possível”, e aos vetos e modificações realizados no mesmo texto pela Presidente da República. O segundo evento diz respeito à criação, “na Câmara dos Deputados”, da “comissão para discutir Código Florestal”. Por fim, denotando uma sucessão temporal implícita, é citada a Rio+20 (mais recente que os fatos anteriores) e a “proposta medíocre” bancada pelo “governo”.

Nos dois primeiros casos, o articulista chama atenção para o fato de o “texto possível” do NCFB ser parcial (“o texto que queriam os ruralistas”) e de essa parcialidade ter o aval do “governo” e do “PT” (“o governo e o PT acharam por bem se omitir para não incomodar a bancada ruralista”). “No caso da Rio+20”, salienta-se que “a postura política não foi muito diferente” daquela verificada nos anteriores, com a aprovação, mais uma vez, de um “texto possível”. Conjuntamente, as Etapas relatadas ilustram a constância da “batalha” referida inicialmente. Ou seja, o problema do favorecimento dos “ricos, os principais causadores da tragédia planetária”, mencionado no argumento 2, não é algo novo, nem restrito à Rio+20, mas já se verificou em outros momentos da história política brasileira.

Quanto ao relato histórico, julgamos necessário destacar o tom avaliativo que o perpassa. Embora não seja um traço típico desse gênero, o fato de estar encaixado a um texto opinativo parece ter influenciado na apresentação do Registro das etapas, mesclado a comentários do articulista. Construções como “mas elas [as alterações] não desagradaram os ruralistas”, “o governo Dilma não admite que o meio ambiente atrapalhe a economia”, “ficaram quietinhos” e “Os dois – PT e governo – só se manifestaram ao final dos debates, no fim de 2012, quando Rebelo já tinha apresentado seu relatório-ruralista e a vaca já tinha ido pro brejo” deixam transparecer não só a desaprovação em relação ao “governo” e à “Dilma”, mas também ao NCFB e aos ruralistas, refletindo a filiação ambientalista de Diclécio Luz.

Linguisticamente, o ponto de partida desse microgênero é a expressão “Na verdade”, que, em termos lógico-semânticos, sinaliza uma clarificação. O conteúdo a ser precisado, por sua vez, é apresentado, logo em seguida, pela expressão “essa história de “texto possível””. Considerando o argumento que antecede o microgênero, a expressão parece retomar não apenas o texto da Rio+20 – o “texto possível” –, mas também a sua aprovação pelo governo

brasileiro. Dito de outro modo, tendo em vista as marcas linguísticas presentes no simplexo inicial, a relação lógico-semântica que o relato histórico estabelece com o segundo argumento é de elaboração.

Na sucessão do microgênero, o terceiro argumento é apresentado. Assim como nos dois anteriores, o campo semântico da “nulidade do evento” e a ideia de mediocridade perpassam o desenvolvimento desse último argumento, apresentado no excerto 05.

	Etapa	Fase	Texto
05	Argumentos	3º argum	O retrocesso foi tão grande que até sobrou para as mulheres. O Vaticano, isto é, a igreja católica, que estava ali como observadora legitimada pela ONU (claro, a igreja sempre está no poder), conseguiu eliminar do documento a referência ao direito reprodutivo das mulheres. O documento da Rio+20 diz que as mulheres não têm direito sobre seu corpo! Como a igreja conseguiu isso? Como a instituição que “castra” seus sacerdotes, impedindo que eles tenham contato afetivo e físico com mulheres, satanizando o feminino na história da civilização, ainda consegue, em pleno século 21, firmar em documento uma redação obscurantista? Por causa do seu poder político; o mesmo que a faz ser amada pela esquerda e pela direita, por homens e mulheres, que por razões políticas nessa hora não observam sua doutrina, sua história, seus interesses. E por razões políticas, Dilma Rousseff e os demais governantes acatam uma proposta tão arcaica, machista e anti-humana.

No início da fase, o complexo oracional intensificador dá a entender que a Rio+20 foi um “retrocesso”, cuja proporção (“tão grande”) pode ser verificada em um aspecto que atinge principalmente as mulheres (“sobrou até para as mulheres”). Esse aspecto é o tópico desenvolvido no argumento – “a igreja católica” “conseguiu eliminar do documento a referência ao direito reprodutivo das mulheres” – e serve de base para o articulista reafirmar suas avaliações iniciais.

Após questionar como a Igreja conseguiu aprovar tal “retrocesso”, no encerramento do argumento, por meio de um simplexo, é apresentada o que seria a justificativa para “Dilma Rousseff e os demais governantes” terem acatado “uma proposta tão arcaica, machista e anti-humana”: “por razões políticas”. Na textualização dessa apresentação, o emprego do processo “acatar” revela uma avaliação negativa voltada à “Dilma Rousseff e aos demais governantes”, pois sugere que eles foram submissos. Essa submissão, por sua vez, não é apenas à Igreja, mas a interesses políticos.

Levando em consideração os Atributos “arcaica, machista e anti-humana”, a avaliação negativa é salientada. Além de serem submissos e pensarem no benefício próprio acima do coletivo, como subentendem as “razões políticas”, os políticos se curvam a algo negativo e prejudicial, principalmente às mulheres. Dito de outro modo, a submissão leva os governantes a prestarem um desserviço à população. Com isso, é possível perceber subliminarmente a essas avaliações a ideia de nulidade e mediocridade não só do evento, mas principalmente das lideranças políticas, no sentido de terem se mostrado incapazes de contrariar a alteração proposta pela Igreja devido a interesses políticos. Nesse sentido, dadas as considerações levantadas, é possível inferir que a relação lógico-semântica estabelecida tanto entre o microgênero e o terceiro argumento – pela extensão da “proposta medíocre” –, quanto entre o argumento e a Tese é de extensão. Com o apontamento de mais uma falha do evento e dos governantes, a Tese é estendida na tentativa de sustentá-la.

Depois de buscar sustentar seu ponto de vista via Argumentos, na Reiteração (excerto 06), uma avaliação mais específica à Presidente Dilma, tal como manifestada na Tese, é empreendida.

	Etapa	Texto
06	Reiteração	<p><b>Oportunidade perdida</b></p> <p>O pragmatismo econômico do governo brasileiro não lhe permite ver que o planeta tem limites, que é preciso parar de investir no consumo como saída para economia. E quem diz isso – entre outros – não é um maluco ambientalista, ou um socialista fugido da antiga União Soviética, mas André Lara Resende, economista, professor da PUC-Rio, um dos criadores do Plano Real. Como ele, vários estudiosos anunciaram que, ou essa economia muda de linha, ou o planeta se acaba. O governo brasileiro ainda não viu algo que até as minhocas da China já sabem.</p> <p>Em resumo, a presidente Dilma Rousseff perdeu uma grande chance na história. Ela teve a oportunidade de estabelecer um novo marco para o planeta. Mas optou pela política do machismo, do patriarcado, do capitalismo que devasta, aniquila com a vida. Em seu pragmatismo, Dilma não percebeu que talvez não tenhamos a Rio+40, porque o Rio de Janeiro pode estar debaixo do mar (como já acontece com algumas ilhas do Pacífico), ou porque o planeta se tornou inviável. Lamentavelmente ela será lembrada no futuro por esta omissão. E isto se dá no momento em que tinha ao seu lado a grande maioria da população mundial. Era a grande oportunidade para ela firmar seu nome na história do mundo. Mas foi medrosa, optando pelo conforto de ficar ao lado dos poderosos.</p>

Inicialmente, a etapa estrutura-se de modo a retomar o primeiro argumento, ou seja, a esquizofrenia que parece afetar o governo brasileiro, como textualizam os simplexos do Quadro 60.

Notação	Simplexos
[[ ]]	O pragmatismo econômico do governo brasileiro não lhe permite ver [[ que o planeta tem limites, que é preciso parar de investir no consumo como saída para economia]].
[[=]]	O governo brasileiro ainda não viu algo [[= que até as minhocas da China já sabem]].

Quadro 60 – Ocorrências de simplexos na Reiteração, em AO9.

Nesses dois simplexos, os processos mentais perceptivos polarizados negativamente (“não lhe permite ver” e “ainda não viu”) apontam para a incapacidade de o “governo brasileiro” perceber questões essenciais e aparentemente de conhecimento de todos, como revela o encaixamento no segundo simplexo (“algo que até as minhocas da China já sabem”). Essa incapacidade de ver, de certa forma, retoma a esquizofrenia mencionada no argumento 1, tendo em vista que o “pragmatismo econômico” parece promover um distanciamento entre “o governo brasileiro” e a realidade do planeta.

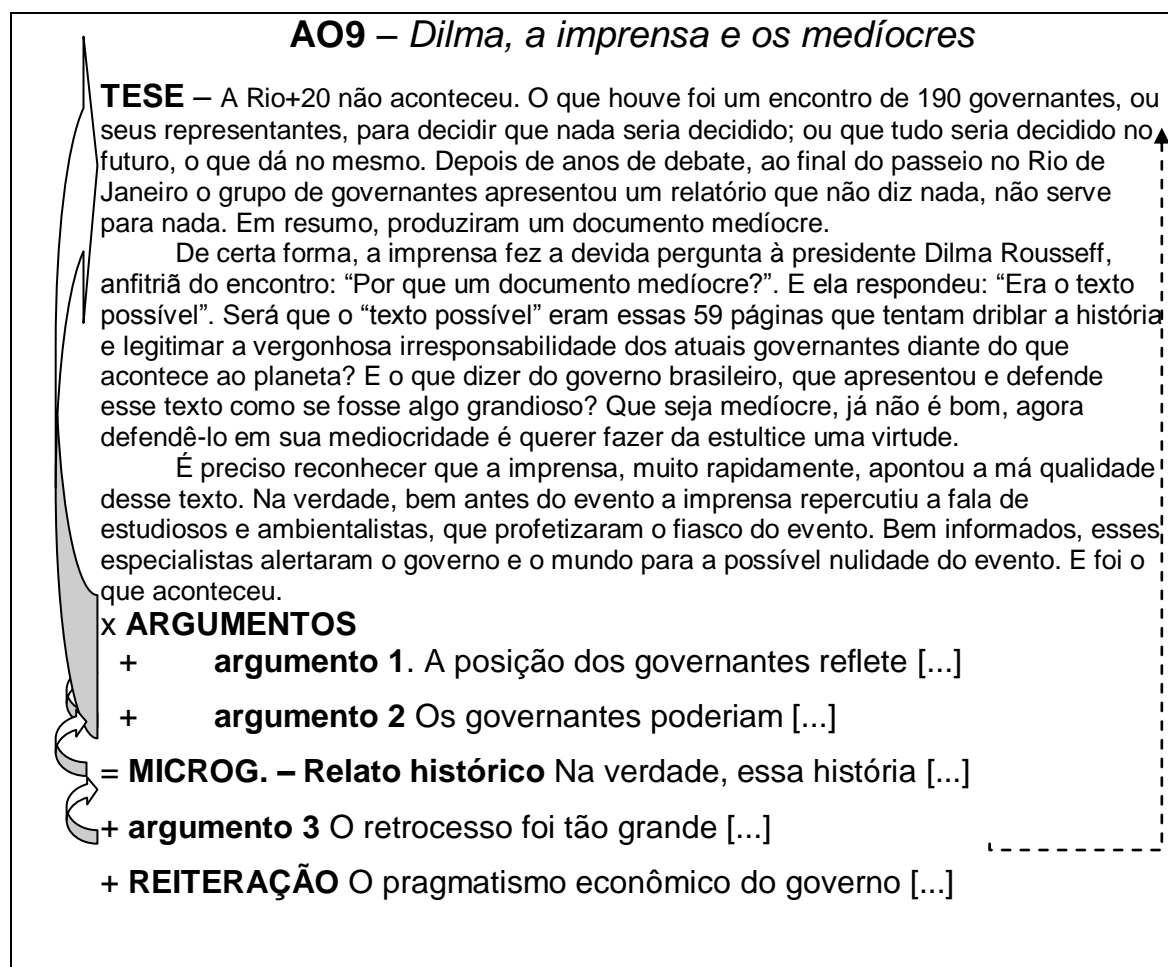
Na sequência da Reiteração, por meio de complexos e simplexos listados no Quadro 61, o articulista tece novas avaliações à Dilma Rousseff.

Notação	Simplexo e complexos oracionais		
1[[=]]^+2[[=]]	1[[=]]	Ela teve a oportunidade [[= de estabelecer um novo marco para o planeta]].	
	+2[[=]]	Mas optou pela política do machismo, do patriarcado, do capitalismo [[= que devasta, aniquila com a vida]].	
		Lamentavelmente ela será lembrada no futuro por esta omissão.	
1(α^xβ)^+2(α^xβ[[ ]])	1	α	Era a grande oportunidade
		xβ	para ela firmar seu nome na história do mundo.
	+2	α	Mas foi medrosa,
		xβ[[ ]]	optando pelo conforto [[ de ficar ao lado dos poderosos]].

Quadro 61 – Ocorrências de simplexo e complexos oracionais na Reiteração, em AO9.

No primeiro complexo oracional, o conector “mas” estabelece entre o que formalmente seriam dois simplexos uma relação de extensão ao sinalizar um contraste entre a “oportunidade” de contribuir com o “planeta” e a opção machista, patriarcal e capitalista feita por Dilma Rousseff. Essa atitude, por conseguinte, na visão do articulista, a torna omissa. Além da omissão, o segundo complexo oracional textualiza a fraqueza e o comodismo da Presidente, ao contrastar a oportunidade de ser reconhecida mundialmente à sua reação “medrosa” ao optar “pelo conforto” de não enfrentar “os poderosos”. Assim, considerando a retomada e expansão da Tese por meio de complexos oracionais e simplexo que realizam avaliações destinadas à Presidente brasileira, a relação lógico-semântica verificada entre a etapa inicial e a final do texto é de extensão.

Em termos gerais, a análise linguística mostrou que a relação lógico-semântica predominante na organização da Estrutura Esquemática desse artigo de opinião foi a extensão, como ilustra o Quadro 62.



Quadro 62 – Esquema lógico-semântico de AO9.

Entre os Argumentos, um relaciona-se ao outro para contrastá-lo ou simplesmente se somar para a defesa e extensão da Tese. O microgênero, por sua vez, assume a função de elaborar um dos argumentos, clarificando-o. Por fim, promovendo tanto a retomada quanto o complemento da Tese, a Reiteração relaciona-se à primeira etapa da exposição também por extensão.

### 3.2.2 A Estrutura Esquemática do gênero exposição de opinião: constituição composicional e lógico-semântica

Ao longo deste Capítulo, em especial na seção 3.2, nossa atenção recaiu sobre a descrição e análise da EEG instanciado pelos artigos de opinião que constituem o *corpus* desta pesquisa, aliando, para isso, categorias da GSF e da R&GT. Efetuada em cada um dos nove textos, essa análise demonstrou que, com exceção de um exemplar, os artigos de opinião analisados podem ser vistos como macrogêneros, em que o gênero dominante é a exposição de opinião, da família do argumentar.

Nos textos, o propósito comunicativo norteador é a defesa de um ponto de vista acerca, principalmente, do comportamento da imprensa frente a questões e fatos ligados ao NCFB e ao meio ambiente, conforme verificamos em AO2, AO3, AO5, AO6, AO7 e AO8. Nesses artigos de opinião, o foco está em avaliar a forma como a imprensa em geral ou veículos jornalísticos específicos cobriram não só o processo de reformulação do Código Florestal Brasileiro, mas também tópicos correlatos, dentre os quais se destacam a Rio+20, o meio ambiente e sustentabilidade.

Retomando a configuração de registro que envolve os textos analisados, esse foco na imprensa reflete o contexto de produção dos artigos de opinião, principalmente no que diz respeito à fonte em que são veiculados. Dito de outro modo, ao centrar a avaliação no que os meios de comunicação divulgaram (ou não), como e porque o fizeram, o propósito social de fiscalização e crítica de mídia do Observatório da Imprensa se manifesta. A Tese, na maioria das vezes (em AO2, AO3, AO5, AO6, AO7 e AO8), é expressa e defendida no intuito de apontar problemas na cobertura empreendida por veículos de imprensa, transformando em texto a função social do OI como agente que toma parte do



debate, defendendo posições (ALBUQUERQUE; LADEIRA; SILVA, 2002) e buscando resgatar o alinhamento ético dos meios de comunicação (VASCONCELOS, 2005).

Embora o tema motivador dos artigos de opinião analisados seja o NCFB, este não aparece como a Tese em nenhum deles, ainda que transpareça, em muitos textos, o posicionamento favorável ou contrário do articulista. No *corpus*, a reformulação da legislação ambiental brasileira é desaprovada na maioria dos textos, o que é verificado em AO2, AO4, AO6, AO5 e AO9. A aprovação, por outro lado, é bem menos frequente, estando explícita apenas em AO1, já que, em AO7, há apenas indícios de que o articulista defenda a proposta de Aldo Rebelo. Em AO3 e AO8, por seu turno, os articulistas não tomam parte da questão, restringindo-se a opinar sobre as dificuldades enfrentadas pelos jornalistas na cobertura da área de meio ambiente e sustentabilidade (AO3) e da Rio+20 (AO8).

Na busca pela defesa do ponto de vista, propósito caracterizador da exposição de opinião, além das etapas e fases típicas do gênero – Tese, Argumentos e Reiteração da tese –, os articulistas construíram os textos que integram a amostra analisada de modo a instanciar, encaixados à Estrutura Esquemática do macrogênero, outros gêneros elementares. Dessa forma, a EEG verificada na maioria dos artigos de opinião compõe-se também por microgêneros.

Dentre os nove artigos de opinião analisados, um (o AO8) não se configurou como macrogênero, apresentando sua EEG composta apenas pelas etapas e fases características à exposição de opinião. Em AO8, diferentemente do que ocorre nos demais textos, a Tese é introduzida de forma mais objetiva, sem o auxílio de microgêneros. A defesa do ponto de vista referente à dificuldade de “cobrir o Universo Rio+20” é realizada por meio de três argumentos, em que cada um traz uma razão para a complexidade da cobertura jornalística do evento. Por fim, na Reiteração, a ideia inicial é retomada e estendida por meio da apresentação de questionamentos que apontam para diferentes fatores que corroboram a dificuldade apresentada pela articulista. Com uma estrutura composicional marcada por elementos léxico-gramaticais que sinalizam cada uma das etapas e fases que a compõem (como as expressões “para começar”, “além de” e “por fim”, para a sinalização dos argumentos), o AO8 apresenta-se como um texto estruturalmente mais convencional. Na amostra analisada, pode ser definido

como o exemplar que apresenta a estrutura típica delineada para o gênero exposição de opinião, na perspectiva da R&GT, e segue a estrutura canônica prevista pela Linguística Textual para os textos argumentativos (SERAFINI, 1998; GARCIA, 1998; KÖCHE; BOFF; MATINELLO, 2011) e também pelo jornalismo para os artigos de opinião (RAMOS, 2000; MARQUES DE MELO, 2003). Com base nisso, podemos dizer que, dentre os textos que integram o *corpus*, o AO8 pode ser usado didaticamente como ponto de partida para o ensino de leitura e produção de novos exemplares do gênero exposição de opinião. A partir do estudo detalhado desse texto, depois que os alunos tenham se apropriado do gênero nele instanciado, o trabalho com outros gêneros elementares como possibilidade de ocorrerem como microgêneros pode ser desenvolvido.

Nos outros oito artigos de opinião, configurados como textos que instanciam um macrogênero, cinco, dentre os vinte e dois gêneros previstos pela R&GT (cf. ROSE; MARTIN, 2012), ocorreram como microgêneros, conforme sumariza o Quadro 63.

Família de gêneros	Microgênero	Texto								
		AO1	AO2	AO3	AO4	AO5	AO6	AO7	AO8	AO9
Relatórios	Composicional	x				x				
	Descritivo			x	x			x		
Estórias	Relato	x	x							
Histórias	Relato histórico					x				x
Reação a textos	Interpretação						x			

Quadro 63 – Relação de gêneros instanciados como microgêneros nos artigos de opinião analisados.

Como mostra o Quadro 63, o microgênero mais frequente foi o relatório descritivo. Verificado em três textos, sua instanciação cumpriu a função de classificar e descrever o “jornalismo rural” (AO3), “quem manda neste país” (AO4) e a “cobertura” do “debate sobre o Código Florestal Brasileiro” pelos “meios de comunicação” (AO7). Ao fazê-lo, o encaixamento desse gênero introduziu nos textos o assunto abordado na Tese, servindo como âncora para o ponto de vista apresentado e fornecendo ao leitor especificações e dados que o possibilitassem se inteirar do assunto a ser desenvolvido na exposição.

Também da família dos relatórios, o relatório composicional foi instanciado como um microgênero em dois textos, nos quais possibilitou a contextualização da Tese. Com o propósito de classificar e descrever “as seis alterações no Código Florestal” sugeridas por “Reinhold Stephanes”, em AO1, o encaixamento desse gênero trouxe informações prévias para que o leitor pudesse compreender o porquê do ponto de vista explicitado, ou seja, no que o articulista se baseou para tecer sua avaliação acerca do “Ministro Minc”. Em AO5, por sua vez, a partir da classificação e descrição dos componentes do “jornalismo” e de seus “sobrenomes”, empreendida por meio do relatório composicional, o leitor é informado sobre os diferentes tipos de jornalismo, dentre os quais o ambiental, enfocado na Tese como um meio para a “legitimação” da “economia verde”.

Integrando a família das estórias, o relato é instanciado como microgênero em dois artigos de opinião. Em AO1, o registro de verbalizações atribuídas a “Carlos Minc” adiciona informações ao conteúdo trazido pelo relatório composicional que, também como um gênero encaixado, antecede-o. Ao fazê-lo, a contextualização da Tese é complementada, tornando mais claras ao leitor as motivações que levaram o articulista a formular seu ponto de vista. Em AO2, principiando o texto, o relato traz o Registro de eventos que informam ao leitor a situação atual da “votação da proposta de mudança no Código Florestal Brasileiro”.

Essas informações, por seu turno, servem como pretexto para outro assunto, aquele que, de fato, será desenvolvido ao longo da exposição. Esse assunto é apresentado por meio de um novo microgênero, uma interpretação. Ao instanciar esse gênero, o articulista reage a uma “mistificação”, “uma versão amputada e manipulada de um estudo” repercutida pela imprensa, cujo conteúdo é alvo da contestação que dá origem à Tese defendida em AO2.

Igualmente servindo à contextualização e motivação da Tese, em AO5, o microgênero relato histórico registra diferentes etapas desencadeadas pela “Eco92” para informar que, mesmo o evento tendo sido importante, não recebeu a atenção devida por parte da mídia. Esses dados, por sua vez, são recuperados na primeira etapa da exposição, como subsídios para o ponto de vista apresentado. Em AO9, diferentemente do que acontece nos outros artigos de opinião, o gênero encaixado não colabora para a apresentação da Tese, mas, sim, para o detalhamento de um dos argumentos. Com o propósito de registrar etapas da recente história da política brasileira, o microgênero precisa uma informação específica mencionada no segundo argumento (“essa história de texto possível”).

Dadas as considerações aqui tecidas, bem como o que fora demonstrado nas análises que compõem a seção 3.2, nos artigos de opinião estudados, os microgêneros cumprem a função principal de contextualizar o tema, trazendo ao texto algo que aconteceu e/ou que foi divulgado (ou deveria ter sido) pelos meios de comunicação e a partir do qual a exposição se desenvolverá. Em outras palavras, os gêneros encaixados prepararam o texto e o leitor para a apresentação da Tese, de modo que podemos dizer que, tipicamente, tendo por base a amostra analisada, o ponto de vista exposto tem sua motivação no conteúdo trazido pelos microgêneros. Além disso, em alguns casos, os microgêneros servem à argumentação, especificando ou contrastando um argumento.

Essa motivação é evidenciada pelas relações lógico-semânticas que organizam a Estrutura Esquemática do macrogênero, tanto entre as etapas e fases quanto entre elas e os microgêneros, como pode ser visualizado no Quadro 64.

Texto	Etapas do macrogênero			Microgêneros
	Tese	Argumentos	Reiteração	
<b>AO1</b>	Intensificação: causa razão* <sup>57</sup>	Intensificação (4 <sup>58</sup> ): causa razão; causa propósito; causa condição; Elaboração	Extensão: adição	Extensão: adição (2)
<b>AO2</b>	Extensão: variação/contraste	Intensificação: causa razão (2); Extensão: adição	Extensão: variação	Extensão: variação/contrast e (2)
<b>AO3</b>	Extensão: contraste	Intensificação: causa razão	Extensão: contraste	Extensão: contraste*
<b>AO4</b>	Elaboração	Intensificação: causa razão Elaboração; Extensão: adição (2)	Extensão: contraste	Elaboração*
<b>AO5</b>	Intensificação: concessão	Intensificação: causa razão (2) Elaboração	Extensão: adição	Intensificação: concessão*
<b>AO6</b>	Extensão: contraste	Elaboração Intensificação: causa razão, tempo sequencial (2)	Extensão: contraste	Extensão: contraste*
<b>AO7</b>	Intensificação: concessão	Elaboração (3)	Intensificação: concessão	elaboração
<b>AO8</b>	Intensificação: causa razão*	Intensificação: causa razão (2) Extensão: adição (2)	Extensão: contraste	-
<b>AO9</b>	Extensão: contraste*	Intensificação: causa razão Extensão: adição (2), contraste (2);	Extensão: contraste	Elaboração

Quadro 64 – Ocorrências das relações lógico-semânticas na EEG do macrogênero exposição de opinião nos artigos de opinião.

<sup>57</sup> De acordo com a GSF, a identificação das relações lógico-semânticas sempre é feita entre pares. Dessa forma, ao identificá-las na estrutura dos textos, analisávamos como a etapa, fase ou o microgênero relacionava-se com o segmento de texto que o antecedia. Em virtude disso, a indicação da relação lógico-semântica acompanha o segundo elemento do par, expressando a relação que ele estabelece com seu anterior. No caso do primeiro segmento do texto, seja ele a Tese ou um microgênero, não acompanharia representação simbólica; no entanto, semanticamente, a relação lógica é compartilhada (ou formada) pelos dois componentes do par, razão pela qual repetimos a relação lógico-semântica no segmento que ficaria sem notação, indicando essa repetição com um asterisco (\*).

<sup>58</sup> O número representa a quantidade de ocorrência da relação lógico-semântica que ele acompanha; sua ausência, por outro lado, significa a existência de apenas uma ocorrência.

Conforme já discutido anteriormente, a etapa Tese está associada predominantemente (em sete, dos nove artigos de opinião) a microgêneros, que funcionam como o ponto de partida para o ponto de vista. Nesse processo de associação, lógico-semânticamente prevaleceu a relação de contraste, como mostra a Figura 06.

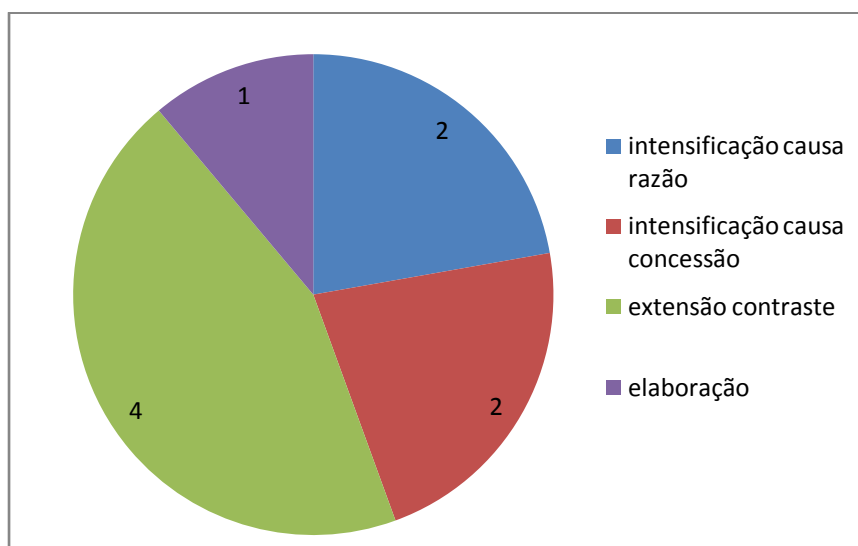


Figura 06 – Ocorrências de relações lógico-semânticas na organização da Tese, no *corpus*.

Em quatro textos (AO2, AO4, AO6 e AO9), o ponto de vista surge de uma relação contrastiva entre fatos e/ou informações trazidas por meio de microgêneros e a avaliação do articulista sobre eles. Em outras palavras, a Tese, na maioria das vezes, é realizada como uma contestação, de modo que o texto se desenvolve para provar a opinião do articulista e negar o que é contrastado.

A relação de intensificação também foi frequente na organização lógico-semântica da primeira etapa do gênero exposição de opinião. Em duas ocasiões, a intensificação foi do tipo causa razão, sendo estabelecida entre a Tese e os Argumentos. Tanto em AO1 quanto em AO8, o ponto de vista foi realizado lógico-semânticamente como uma consequência, cujas razões que o levaram a ser formulado são textualizadas por diferentes argumentos. Em outros dois textos, a relação lógico-semântica se deu entre a Tese e os microgêneros de tal forma que o ponto de vista tenha sido realizado como uma concessão ao que fora trazido no gênero encaixado. Por meio dessa relação de intensificação, o articulista parte de

uma situação problemática, apresenta algo que poderia ter contribuído para resolvê-la (AO5) ou positivo em meio a ela (AO7), mas assume que, ainda assim, o problema existe. Diante disso, o restante do texto é dedicado a mostrar o que pode ser feito para resolvê-lo e por que.

Menos frequente, com apenas uma ocorrência, a elaboração foi a relação lógico-semântica verificada na articulação da Tese com o microgênero que a antecedeu. Nesse caso, o ponto de vista como que resume as informações trazidas no gênero encaixado, parafraseando-as de modo a explicitar a avaliação do articulista. A pouca ocorrência de elaboração na organização da Tese principalmente em combinação a microgêneros e a maior frequência de expansão de ideias por meio de contrapontos, de apontamentos de causas e consequências ou de apresentação de concessões podem ser apontadas como um traço típico da EEG instanciado nos artigos de opinião analisados, motivado pelo fato de os textos abordarem assuntos bastante polêmicos e também pelo fato de serem produzidos para o OI, entidade que tem como função fiscalizar a imprensa e reagir ao que ela publica.

Na segunda etapa característica à Estrutura Esquemática da exposição de opinião, os Argumentos, a organização lógico-semântica se deu principalmente por intensificação, como mostra a Figura 07.

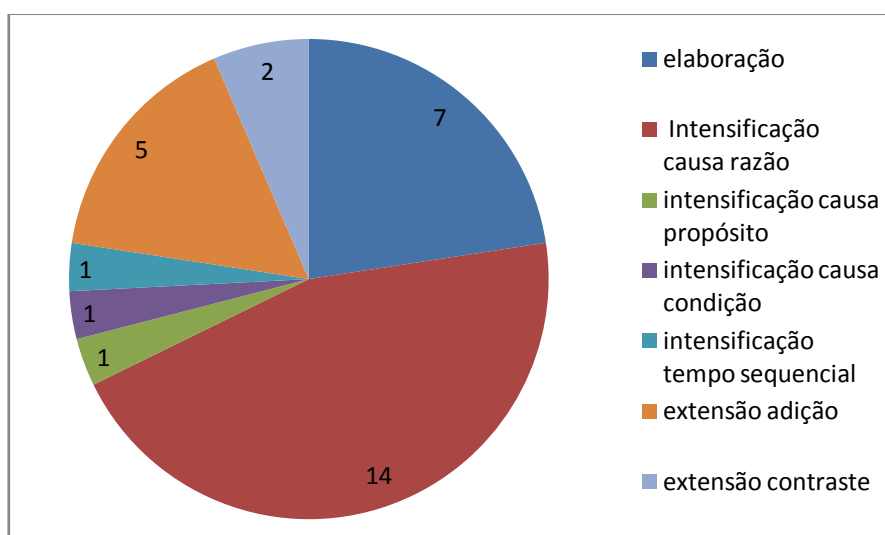


Figura 07 – Ocorrências de relações lógico-semânticas na organização dos Argumentos, no *corpus*.

Nessa etapa, as relações lógico-semânticas mapeadas denotam claramente o propósito comunicativo do gênero que constituem. A significativa predominância de intensificação do tipo causa razão, seja entre as fases que compõem a etapa (em AO1, AO2, AO5 E AO8), seja entre os Argumentos e a Tese (em AO1, AO2, AO3, AO4, AO5, AO6 e AO8), reporta à defesa do ponto de vista. Para justificar e/ou comprovar a avaliação e a opinião norteadora da exposição, os articulistas constroem seus textos de modo a apresentarem razões que textualizem por que suas Teses são válidas e, conseqüentemente, devem ser aceitas pelo leitor.

A relação de intensificação do tipo causa razão entre as duas primeiras etapas do gênero exposição de opinião muitas vezes é estabelecida por meio da combinação de outras relações lógico-semânticas que organizam as fases no interior dos Argumentos. Em AO2, AO4, AO8 e AO9, a extensão por adição expande a argumentação ao acrescentar novos argumentos, como que construindo uma enumeração de razões para justificar a Tese. A extensão por contraste, em AO9, por sua vez, corrobora o ponto de vista ao estabelecer entre os argumentos uma contra-argumentação.

Com ocorrência também significativa, a relação lógico-semântica de elaboração contribui para a organização dos Argumentos e para a defesa do ponto de vista ao realizar principalmente a inserção de exemplos que demonstrem concretamente aquilo a que o articulista se refere na Tese e sobre o qual busca convencer o leitor, verificado em AO4, AO6 e AO7.

Na Reiteração, última etapa da EEG característica da exposição de opinião, a relação lógico-semântica que se sobressaiu foi a extensão, como se verifica na Figura 08.



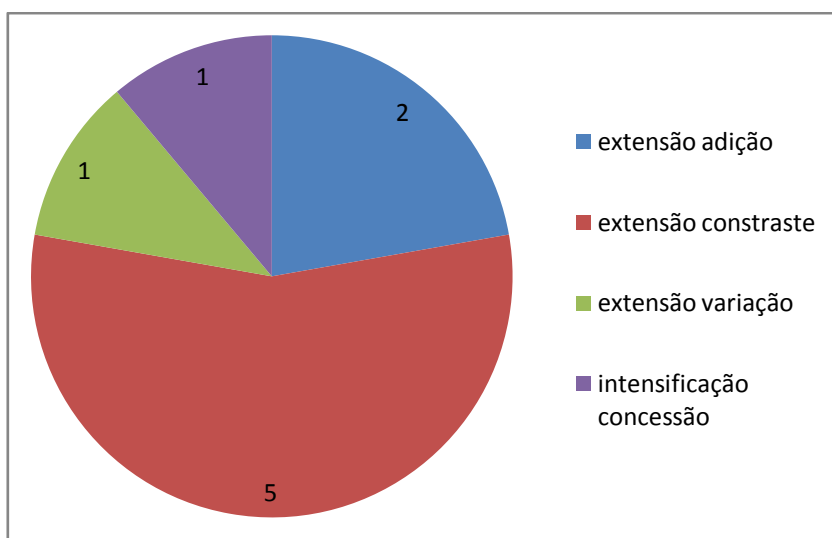


Figura 08 – Ocorrências de relações lógico-semânticas na organização da Reiteração, no *corpus*.

Do total de nove artigos de opinião, oito tiveram a Reiteração relacionada lógico-semanticamente à Tese (AO2, AO3, AO4 e AO5) ou às duas etapas que a antecederam (AO1, AO6, AO8 e AO9) por extensão. Com base nesse dado, podemos afirmar que, na amostra analisada, essa etapa não se restringe a retomar a Tese de forma a apenas reelaborá-la. Ao ser retomada, a Tese inicialmente apresentada é estendida, ou seja, tem novas informações a ela acrescentadas. Além disso, dada a prevalência, a relação de extensão pode ser considerada típica na organização da EEG exposição de opinião, no que se refere à Reiteração.

Essa extensão, por sua vez, se dá, na maioria das vezes, por meio de relações contrastivas estabelecidas entre informações relacionadas ao conteúdo da Tese e, por vezes, também dos Argumentos. O significado resultante dessa oposição acaba por retomar e reforçar o ponto de vista, acrescentando a ele e ao texto novo conteúdo, expandindo-os.

No que diz respeito aos microgêneros, tal como destacado no início desta seção, as relações lógico-semânticas verificadas se dão, em muitos casos (AO1, AO2, AO3, AO4, AO5, AO6 e AO7), entre o gênero elementar encaixado e a etapa Tese. Nessa relação, lógico-semanticamente são textualizadas, com certa frequência, extensões do tipo constraste, como mostra a Figura 09.

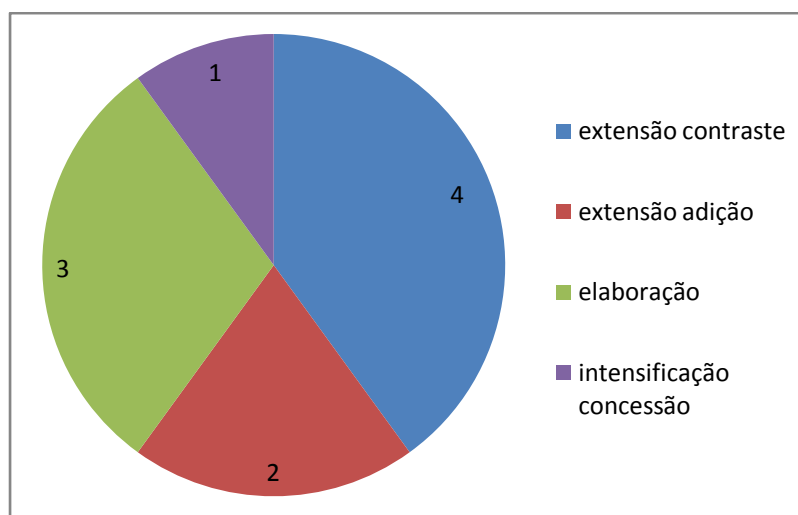


Figura 09 – Ocorrências de relações lógico-semânticas na organização dos microgêneros, no *corpus*.

Além das relações estabelecidas com a Tese, os microgêneros podem se organizar lógico-semanticamente associados a outro microgênero, estendendo-o ao complementá-lo com o acréscimo de novas informações (AO1) ou ao contrastá-lo (AO2), e a argumentos enquanto fases, sendo elaborados pelo argumento (AO1) ou elaborando-o (AO9).

Diante dos dados ora apontados, tendo em vista o propósito comunicativo do macrogênero instanciado nos nove artigos de opinião examinados nesta pesquisa, é possível concluir que os textos são organizados de forma a haver uma progressão em termos de conteúdo, com o acréscimo de informações que desenvolvam o que fora anteriormente apresentado ou com o contraponto entre dizeres ou ideias de outrem e fatos e o ponto de vista do articulista, configurando uma estratégia de contra-argumentação. Além disso, na busca pela defesa da Tese, relações causais explicitam razões, propósitos e concessões que objetivam justificar ao leitor o seu posicionamento. Com esse mesmo propósito, exemplificações com fatos e situações concretas são recursos utilizados pelos articulistas para constituir e organizar lógico-semanticamente as etapas, as fases e os microgêneros que realizam o gênero exposição de opinião instanciado nos artigos de opinião analisados.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho de doutoramento, apresentamos a análise sistêmico-funcional de artigos de opinião que abordam a temática de reformulação do Código Florestal brasileiro e têm como fonte de publicação o Observatório da Imprensa. Partindo de categorias analíticas advindas da Teoria de Gêneros e Registro australiana (EGGINS; MARTIN, 1999; EGGINS, 2004; MARTIN; ROSE, 2008; MARTIN, 2009; ROSE, 2011; ROSE; MARTIN, 2012) e da Gramática Sistêmico-Funcional (HALLIDAY, 1985, 1994; HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, 2014), centramo-nos na análise de quais relações lógico-semânticas são estabelecidas na organização da Estrutura Esquemática do Gênero instanciado por um conjunto de nove textos. Para nos orientarmos em direção a esse propósito, delineamos quatro objetivos específicos: i) descrever as variáveis de registro dos artigos de opinião selecionados; ii) analisar o emprego das relações dependenciais e lógico-semânticas na arquitetura da EEG, a partir de categorias do complexo oracional; iii) descrever os artigos de opinião como textos que instanciam um gênero, identificando suas etapas e fases e os microgêneros que pudessem ocorrer encaixados, uma vez reconhecidos os seus propósitos comunicativos e iv) sistematizar padrões linguísticos da realização lógico-semântica da EEG instanciado pelos artigos de opinião na amostra selecionada.

Depois de concluído o apanhado teórico das abordagens e categorias teórico-analíticas que nos embasaria na realização desta pesquisa, voltamos nossa atenção às escolhas metodológicas que pudessem melhor se adequarem aos objetivos traçados e, com isso, ajudar-nos a alcançá-los. Dessa forma, uma vez definido o *corpus* de estudo, métodos de análise descritivo-qualitativa foram aplicados aos textos para, em um primeiro momento, identificarmos as configurações de registro que os circunscreviam e, com isso, compreendermos o contexto a partir do qual as escolhas composicionais e léxico-gramaticais que constituem os artigos de opinião analisados são motivadas.

Dessa aplicação, verificamos que os artigos de opinião apresentam como **campo** a representação de experiência humana ligada à prática jornalística, em particular à cobertura da imprensa acerca de questões ambientais correlatas à política e à economia. Com essa configuração do campo, os textos nos permitem

recuperar o contexto de publicação: o OI. Órgão de *media criticism*, seu foco está justamente em monitorar o funcionamento dos meios de comunicação e avaliá-los, ou seja, o campo da atividade humana que norteia o OI é a atividade jornalística.

Quanto à variável **relações**, a análise mostrou a existência de dois participantes: o articulista, que escreve o texto, e os leitores, os quais podem ser distinguidos conforme duas categorias. Dado o campo dos artigos de opinião, identificamos a existência de leitores que podemos chamar de comuns e de leitores que são também veículos jornalísticos. Textualmente, a relação estabelecida entre autor e leitor é de formalidade (emprego de 3ª pessoa), porém com certo grau proximidade devido ao uso frequente da 1ª pessoa do plural como um “nós” inclusivo e construções interrogativas e/ou construções que interagem com o leitor.

No que se refere ao **modo**, constatamos que os textos são escritos, em que, mesclada à linguagem mais elaborada e fiel à norma, evidencia-se a incidência de vocabulário do cotidiano. Na estrutura frasal e lexical, verificamos i) o emprego de frases declarativas e na voz ativa para conferirem mais dinamicidade ao texto, ii) uso frequente de adjetivos, metáforas interpessoais, modalizações e modulações como recurso para emitir avaliações e, com isso, não só expor o ponto de vista, mas reforçar a argumentação, iii) escolha por verbos no presente, para conferir ideia de atualidade ao que é apresentado, característica dos textos jornalísticos, e iv) no pretérito perfeito quando é necessário apresentar ao leitor ações já acabadas, principalmente introduzindo exemplos concretos para corroborar a Tese defendida.

Concluída essa primeira análise que nos possibilitou, a partir do texto, deduzir o contexto em que os artigos de opinião foram produzidos, procedemos à análise sob a perspectiva do gênero. Nesse processo, reconhecido o propósito comunicativo que os textos instanciavam, procuramos identificar a EEG que o realizava, tendo por base categorias da R&GT (MARTIN; ROSE, 2008; ROSE, 2011; ROSE; MARTIN, 2012). Para nos auxiliar nessa identificação e fornecer-nos evidências linguísticas para sustentá-la, descrevemos e analisamos como as categorias do complexo oracional (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004; 2014) realizavam cada um dos elementos que compunham a EEG.

Os resultados dessa análise composicional e léxico-gramatical evidenciaram que os artigos de opinião analisados instanciam como dominante o gênero exposição de opinião, da família do argumentar. Com o propósito de defender um ponto de vista principalmente acerca do comportamento da imprensa frente a questões e fatos ligados ao NCFB e ao meio ambiente, além das etapas típicas da exposição de opinião – Tese, Argumentos e Reiteração da tese –, oito, dos nove textos, apresentaram, encaixados à EEG, gêneros elementares. Em outras palavras, com exceção de um (AO8), que instancia apenas o gênero exposição de opinião, os artigos de opinião analisados configuram-se como macrogêneros, de modo que o gênero dominante, a exposição de opinião, seja complementado por microgêneros.

Como microgêneros, são instanciados os gêneros relato (da família das histórias), interpretação (da família de reações a textos), relatório descritivo, relatório composicional (integrantes da família dos relatórios) e relato histórico (da família das histórias). Em termos funcionais, esses gêneros encaixados no macrogênero tipicamente prepararam o texto e o leitor para a apresentação da Tese, de modo que o ponto de vista exposto tenha sua motivação no conteúdo trazido pelos microgêneros. Além disso, em alguns casos, servem à argumentação, especificando ou contrastando um argumento.

Entre as etapas e fases e também entre elas e os microgêneros que constituem a EEG do macrogênero, ocorrem relações lógicas que organizam o texto em termos composicionais e semânticos. No total de ocorrências, houve o predomínio das relações lógico-semânticas de extensão, como mostra a Figura 10.

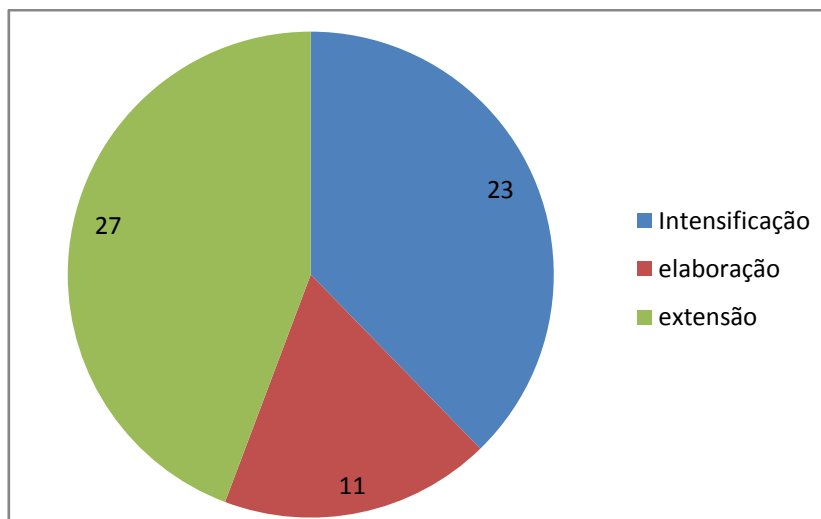


Figura 10 – Ocorrências de relações lógico-semânticas na organização da EEG no *corpus*.

Levando em consideração o propósito dos textos analisados, que instanciam como dominante o gênero exposição de opinião, o predomínio da relação lógico-semântica de extensão pode ser associado ao fato de que, na defesa do ponto de vista, cabe aos articulistas progredirem tematicamente, acrescentando informações novas que visem a sustentá-lo. Em termos mais específicos, a relação de contraste foi o tipo mais frequente de extensão (60%), ocorrendo de modo especial na Tese e na Reiteração. Na etapa inicial, o contraponto entre informações trazidas pelos microgêneros e a opinião do articulista sobre elas mostrou-se a principal motivação (44,4%)<sup>59</sup> para a expressão do ponto de vista. Da mesma forma, a Reiteração relaciona-se à Tese e ao texto como um todo principalmente por meio de oposições (62,5%). Além de retomar o ponto de vista e/ou o texto que a antecede, a última etapa os estende, contrastando ou acrescentando informações, de maneira que a Tese seja reforçada.

Segunda relação lógico-semântica mais frequente na organização da Estrutura Esquemática do macrogênero, a intensificação foi empregada majoritariamente na constituição dos Argumentos. Predominando dentre as demais, a intensificação do tipo causa razão (72,7%), mostrou-se um traço típico da organização dessa etapa na amostra de textos analisada. Tendo em vista o

<sup>59</sup> As demais relações lógico-semânticas verificadas na Tese foram; intensificação causa razão (22,2%), intensificação causa concessão (22,2%) e elaboração (11,1%).

propósito comunicativo do gênero dominante instanciado nos artigos de opinião, essa recorrência pode ser a ele associada. Uma vez problematizado o tema, ou seja, apresentada a Tese, faz-se necessário fornecer razões para validá-la. Para isso, segundo postula Charaudeau (2012), é preciso explicar o porquê e o como, desvendando e apresentando motivos e mostrando a lógica de encadeamento dos fatos.

Na busca pelo objetivo do texto – defender um ponto de vista –, além de estender e intensificar as informações apresentadas, os articulistas recorrem à relação lógico-semântica de elaboração. Embora menos frequente no *corpus* (ver Figura 10), já que não é conveniente, na defesa de um ponto de vista, construir um texto circular, com a reelaboração de uma mesma informação e/ou ideia, essa relação lógico-semântica contribui, em especial (63,6%), para a organização dos Argumentos e defesa da Tese ao realizar a inserção de exemplos que demonstrem concretamente aquilo a que o articulista se refere na Tese e sobre o qual busca convencer o leitor.

Buscando respaldo nesses dados, no Quadro 65, apresentamos o que pode ser considerada uma hipótese de características regulares ao macrogênero exposição de opinião no que se refere à sua Estrutura Esquemática e às relações lógico-semânticas que a organizam.

		<b>Relação lógico-semântica característica</b>	
<b>Estrutura Esquemática do macrogênero exposição de opinião</b>	Tese	Extensão contraste Intensificação causa razão Intensificação causa concessão	
	Argumentos	Intensificação causa razão Elaboração exemplificação Extensão adição	
	Reiteração da tese	Extensão contraste Extensão adição	
	Microgêneros	Relato	Extensão contraste Elaboração Extensão adição
		Interpretação	
Relatório descritivo			
Relatório composicional			
	Relato histórico		

Quadro 65 – Hipótese de caracterização do macrogênero exposição de opinião.



Embora estejamos cientes de que a amostra analisada é pequena e restrita a um veículo jornalístico, o fato de as conclusões a que chegamos não estarem associadas ao estilo, pois se tratam de artigos de opinião de autores diferentes, os dados composicionais e lógico-semânticos apresentados podem ser tomados como uma hipótese inicial para estudos futuros mais amplos acerca da descrição e caracterização do gênero exposição de opinião em textos do contexto brasileiro.

Assim, com base nessa hipótese, nos dados e nas discussões até aqui apresentadas, em resposta ao problema de pesquisa inicialmente formulado, defendemos a **tese** de que **os artigos de opinião analisados constituem-se como macrogêneros que têm como gênero dominante a exposição de opinião (da família do argumentar), em que podem ser encaixados microgêneros de outras famílias (estórias, relatórios, reações a textos), e têm sua Estrutura Esquemática de Gênero organizada por meio de relações lógico-semânticas de extensão, intensificação e elaboração**. Relações de extensão do tipo contraste contribuem com a organização da Tese em associação aos microgêneros, fazendo que o ponto de vista seja manifestado principalmente como uma contestação a alguma informação prévia, trazida pelo gênero encaixado, e também para a organização da Reiteração em relação à Tese e ao todo do texto que a antecede, reiterando-os; relações de intensificação do tipo causa organizam os argumentos entre si e, principalmente, a Tese e os Argumentos de modo a apresentar razões que justifiquem e comprovem o ponto de vista defendido; as relações de elaboração igualmente concorrem para a defesa da Tese, uma vez que promovem a inserção de exemplos que a demonstrem concretamente.

Diante das conclusões a que chegamos, as quais não pretendem ser exaustivas, acreditamos ter contribuído para o aprofundamento dos estudos, em língua portuguesa, tanto da perspectiva teórica de gêneros da Escola de Sydney, a R&GT, quanto do complexo oracional e de suas categorias, a partir da abordagem sistêmico-funcional proposta por Halliday (1985; 1994) e Halliday e Matthiessen (2004; 2014). Reiterando o que apontamos na Introdução, com a verificação da realização léxico-gramatical e funcional das relações lógico-semânticas na organização da Estrutura Esquemática do macrogênero instanciado na amostra de artigos de opinião analisada, realizamos a descrição e

o estudo do complexo oracional e do gênero em um contexto brasileiro específico – o do Observatório da Imprensa – sob a perspectiva da LSF.

Com essa descrição, esperamos contribuir também com a esfera escolar, em especial com o ensino de leitura e escrita em língua portuguesa. A questão sintática pode ser abordada em sala de aula de maneira a ampliar a percepção semântica das relações entre as orações, alertando para o fato de que a estrutura formal, ou seja, a pontuação, nem sempre é determinante para a delimitação de orações e complexos, mas sim o aspecto semântico. Além disso, mostrando as evidências linguísticas que constituem e indicam as etapas, fases e os microgêneros que estruturam o macrogênero instanciado nos artigos de opinião estudados, não só a leitura detalhada é facilitada, mas também a produção de textos argumentativos, possibilitando ao aluno, por conseguinte, um melhor desempenho na escrita e, referenciando Citelli (1994), o exercício da cidadania. O desenvolvimento de atividades que envolvam a estrutura, a linguagem e os significados instanciados nos textos, conforme a abordagem da R&GT (MARTIN; ROSE, 2012), não apenas contribui para que o aluno seja bem sucedido nas tarefas exigidas pela escola, mas também para que ele atinja o sucesso social.

No que se refere ao aspecto social, atentando às orientações presentes nos PCNs, ao trabalharmos com um assunto polêmico, envolvendo questões que afetam diretamente o setor agrícola e a população como um todo, já que envolve questões econômicas, políticas e ambientais, esperamos ter contribuído para elucidar questões que envolvem o NCFB e a agricultura e a preservação do meio ambiente. Por fim, também de cunho social, o estudo da arquitetura argumentativa em textos jornalísticos, especificamente artigos de opinião, pode contribuir para que, tanto quem leia nossas análises quanto quem tiver acesso ao que aqui apresentamos de uma maneira recontextualizada e didatizada em sala de aula possam vir a ter uma visão e uma leitura mais crítica do que é publicado na mídia. Nesse sentido, esperamos contribuir para a formação de leitores esclarecidos quanto às escolhas linguísticas presentes nos textos – midiáticos ou não – para, com isso, poderem ter mais consciência e autonomia em suas leituras e tomadas de posição, o que, aliás, de acordo com os PCNs, é um dos papéis que a escola precisa desempenhar.

As contribuições deste estudo bem como as análises e resultados, no entanto, poderiam ser mais abrangentes, tendo em vista algumas limitações que,

ao longo do processo da pesquisa, foram surgindo. A primeira delas que aqui destacamos diz respeito à maneira como aos textos analisados foram escritos. Talvez motivados por particularidades da escrita jornalística, os articulistas, em sua maioria, não seguem uma organização usual nesses textos, principalmente em termos formais. A paragrafação não parece ter um critério, pois ora são breves, constituídos por um único simplexo ou complexo oracional, ora são longos, constituídos por vários deles. Essa divisão de parágrafos, muitas vezes, é feita, ainda, com a “quebra” do que seria um (mesmo) complexo oracional e, conseqüentemente, com a fragmentação semântica.

Devido a essa fragmentação formal e semântica, a identificação das fronteiras entre complexos oracionais e simplexos e das relações lógico-semânticas era dificultada, pois precisávamos buscar no cotexto as informações necessárias para fazê-lo. Por conseguinte, identificar e delimitar as etapas, fases e os microgêneros tornava-se uma tarefa bastante difícil, pois, em muitos momentos, em um mesmo parágrafo, havia duas fases ou etapas. Dito de outra forma, a EEG não era demarcada quanto aos seus componentes, seja quanto à paragrafação, seja quanto ao emprego de elementos coesivos.

A propósito, dessa dificuldade por nós enfrentada, surge uma de nossas sugestões para trabalhos futuros: o estudo de possíveis motivações que levam esses autores a construírem, com frequência, construções fragmentadas, segmentando, por exemplo, duas orações em que uma delas é continuação da outra, inclusive iniciando com conectores, e implicações que essas escolhas acarretam em termos lógico-semânticos. Paralelamente a essa sugestão, esperamos, ainda, que o trabalho de descrição e análise que fizemos dos artigos de opinião possa servir ao ensino e/ou ao melhoramento da escrita de textos jornalísticos a e por profissionais da área. Ao serem apontadas as estruturas composicionais e linguísticas tipificadoras e os problemas de construção nelas verificadas, principalmente futuros jornalistas podem ter uma base de orientação para como proceder na construção de um texto claro, gramática e semanticamente bem escrito.

Outra limitação a apontar, porém de cunho metodológico, centra-se nas escolhas e, conseqüentemente, nas exclusões que precisamos fazer tendo em vista o aspecto temporal de execução da pesquisa. Dentre essas escolhas, destacamos, em um primeiro momento, a identificação de fases no interior das

etapas Tese e Reiteração. Nesta última, de modo especial, a “sugestão” parece se apresentar como uma fase opcional em alguns dos artigos de opinião analisados; porém, tendo em vista o motivo referido, optamos por nos centrar na análise, no macrogênero, apenas das fases já descritas pela R&GT, aquelas que constituem os Argumentos. De modo semelhante, não nos atemos à identificação de fases nos microgêneros, assim como das relações lógico-semânticas que organizam as etapas que os compunham. Um estudo que se debruçasse sobre esses aspectos enriqueceria as análises aqui apresentadas, pois ampliaria o escopo e, como resultado, levantaria novos e complementares dados tanto da descrição da exposição de opinião, o macrogênero, quanto dos gêneros elementares que ocorrem encaixados nele.

Por fim, outra sugestão que fazemos seria de uma pesquisa semelhante em termos teóricos e metodológicos à que apresentamos, porém com análise de artigos de opinião publicados em outros veículos jornalísticos, a fim de poder ser feito um contraponto entre os dados obtidos e observar em que medida o contexto de produção interferiria na configuração do propósito comunicativo e, a partir disso, na configuração composicional e lógico-semântica dos textos. Tal como nossa análise prévia à delimitação do *corpus* evidenciou, a exposição de opinião é um dos gêneros que podem atuar como dominantes em artigos de opinião, já que identificamos exemplares que instanciavam como dominantes os gêneros resenha, interpretação e relato. Dessa forma, um estudo com um escopo maior, com textos de diferentes fontes, poderia descrever artigos de opinião como textos que instanciam outros (macro)gêneros e, conseqüentemente, outros microgêneros encaixados.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AHRENS, S. O “novo” código florestal brasileiro: conceitos jurídicos fundamentais. In: CONGRESSO FLORESTAL BRASILEIRO, 8, 2003, São Paulo. **Anais** (CD-ROM). São Paulo: Sociedade Brasileira de Silvicultura; Brasília: Sociedade Brasileira de Engenheiros Florestais, 2003. Disponível em: <http://gerencia.ambientebrasil.com.br/midia/anexos/912.pdf>. Acesso em 23 abr. 2012.

ALBUQUERQUE, A. de; LADEIRA, J. D. M.; SILVA, M. A. R. da. Media criticism no Brasil: o Observatório da Imprensa. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**. São Paulo: v. 25. nº 2, jul./dez. de 2002, p. 166-189.

ALBUQUERQUE DE LIMA, M. S. Textos opinativos: transitividade e padronização gramatical. In: Simpósio Internacional de estudos de Gêneros Textuais, 6, 2011. **Anais eletrônicos...** Natal: UFRN, 2011. Disponível em: [http://www.cchla.ufrn.br/visiget/pgs/pt/anais/Artigos/Magna%20Simone%20Albuquerque%20de%20Lima%20\(UFCG\).pdf](http://www.cchla.ufrn.br/visiget/pgs/pt/anais/Artigos/Magna%20Simone%20Albuquerque%20de%20Lima%20(UFCG).pdf). Acesso em: 25 out. 2013.

AMARAL, E.; FERREIRA, M.; LEITE, R.; ANTÔNIO, S. **Novas palavras (1º ano)**. 2ª ed. São Paulo: FTD, 2013.

ANTONIO, J. D. Estrutura retórica e combinação de orações em narrativas orais e em narrativas escritas do português brasileiro. **Estudos Linguísticos**, São Paulo: v. 37, nº, jan/abr. de 2008, p. 223-232.

ARAÚJO, C. G. **O sistema semântico de PROJEÇÃO e sua dispersão gramatical em português brasileiro**: uma descrição sistêmico-funcional orientada para os estudos lingüísticos da tradução. Belo Horizonte: UFMG, 2007. Dissertação (Mestrado em Letras), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO DA CNA. **Potencial de Crescimento da Agropecuária Brasileira**. 2011. Disponível em: <http://www.ruralnews.com.br/visualiza.php?id=1176>. Acesso em 08 fev. 2012.

AYRES, C. R. **A constituição do discurso midiático ou a insistência do dizer – jogos polissêmicos e parafrásticos**. Santa Maria: UFSM, 2007. Tese (Doutorado em Letras), Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2007.

BAKHTIN, M. **A estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

\_\_\_\_\_. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1981.

BARCELLAR, L. de S. Encontros e acordos internacionais: implicações na prática da responsabilidade social empresarial e gestão ambiental. **DELLOS – Revista Desarrollo Local Sostenible**, vol. 3, nº. 9, p. 01-05, 2010. Disponível em: <http://www.eumed.net/rev/delos/09/lb.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2013.

BARROS, D.L.P. de. Contribuições de Bakhtin às teorias do texto e do discurso. In: FARACO, C.A.; TEZZA, C.; CASTRO, G. de. (Orgs.). **Diálogos com Bakhtin**. Curitiba: Ed. da UFPR, 1996, p. 21-42.

BAZERMAN, C. Atos de fala, gêneros textuais e sistemas de atividades: como os textos organizam atividades e pessoas. In: BAZERMAN, C. **Gêneros textuais, tipificação e interação**. Trad. Judith Chambliss Hoffnagel. São Paulo: Cortez, 2005, p. 19-46.

BEBER-SARDINHA, T. **Linguística de corpus**. São Paulo: Manole, 2004.

BOFF, O. M. B.; KÖCHE, V. S.; MARINELLO, A. F. O gênero textual artigo de opinião: um meio de interação. **ReVEL**, vol. 7, n. 13, 2009, p. 01-12.

BLOOR, T. e BLOOR, M. **The functional analysis of English: a Halliday an approach**. London: Arnold, 1995.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa**/ Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998, 106 p.

BRONCKART, J.-P. **Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sócio-discursivo**. São Paulo: EDUC, 1999.

CABRAL, S.R.S. **A mídia e o presidente: um julgamento com base na teoria da valoração**. Santa Maria: UFSM, 2007. Tese (Doutorado em Letras), Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2007.

\_\_\_\_\_. **Núcleo de Estudos em Língua portuguesa**. Santa Maria, UFSM, 2010. Projeto de Pesquisa.

CABRAL, S. R. S.; BARROS, N. C. Linguagem e avaliação: uma análise de texto opinativo. In: 33rd. **Anais...**International Systemic Functional Congress, 2006, São Paulo. 33rd IFSC- Program and Abstracts, 2006. p. 92-92.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Glossário**. 2012. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/glossario>. Acesso em: 14 fev. 2013.

CARVALHO, L. E. de. A progressão referencial – marcas do processo cognitivo no Artigo de opinião. In: Congresso de Leitura do Brasil, 17, 2012. **Anais eletrônicos**. Campinas: UNICAMP, 2012. Disponível em : [alb.com.br/arquivo-morto/edicoes\\_anteriores/anais17/.../COLE\\_949.pdf](http://alb.com.br/arquivo-morto/edicoes_anteriores/anais17/.../COLE_949.pdf). Acesso em: 24 set. 2013.

CEREJA, W.R.; MAGALHÃES, T. C. **Português: linguagens**, 9º ano. 6 ed. reform. São Paulo: Atual, 2010.

CHAPARRO, M. C. **Jornalismo não se divide em opinião e informação**. 2012. Disponível em: [http://www.oxisdaquestao.com.br/admin/arquivos/artigos/2012\\_7\\_31\\_14\\_34\\_6\\_09\\_719.pdf](http://www.oxisdaquestao.com.br/admin/arquivos/artigos/2012_7_31_14_34_6_09_719.pdf). Acesso em: 05 jun. 2015.

CHARAUDEAU, P. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2012.

CITELLI, A. O. **O Texto Argumentativo**. São Paulo: Scipione, 1994.

COLOMBO JR. P. D.; LOURENÇO, A. B.; SASSERON, L. H.; CARVALHO, A. M. P. de. Ensino de física nos anos iniciais: análise da argumentação na resolução de uma “atividade de conhecimento físico”. **Investigações em Ensino de Ciências**, v. 17, n. 2, 2012, p. 489-507.

CORREIA, M. R. de F. R. **Estrutura retórica do texto e a articulação de orações no artigo de opinião: uma abordagem funcionalista**. Belo Horizonte: UFMG, 2011. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos), Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2011.

COSTA, I. B. A intertextualidade em artigos de opinião da mídia impressa. **Anais...** SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS DE GÊNEROS TEXTUAIS, 4. Tubarão - SC: Unisul, 15-18 agosto de 2007. p. 1069-79. Disponível em: [linguagem.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/cd/Port/56.pdf](http://linguagem.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/cd/Port/56.pdf). Acesso em: 18 ago. 2013.

COTTA, P. **Jornalismo: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Rubio, 2005.

CRESWELL, J.W. **Research design: qualitative and quantitative approaches**. London: Sage publications, 1994.p.1-16

DANNEMANN, F.K. **Esopo**. 2007. Disponível em: [recantodasletras.uol.com.br](http://recantodasletras.uol.com.br) › Todos › Biografias. Acesso em: 01 jun. 2010.

DIAS, N. B.; MOURA, M. Z. de. Avaliação na oração matriz e no segmento A. **Veredas Online**, Juiz de Fora, v. 1, 2011, p. 191-205.

EDO, C. El lenguaje y los géneros periodísticos en la narrativa digital. In: BARBOSA, S. (Org.). **Jornalismo digital de terceira geração**. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2007.

EGGINS, S. The Grammar of logical meaning: clause complex. In: EGGINS, S. **An Introduction to Systemic Functional Linguistics**. 2. Ed. London: Continuum, 2007.

EGGINS, S.; MARTIN, J. R. Genre and registers of discourse. In: Van Dijk (Org). **Discourse as structure and process. Discourse studies: a multidisciplinary introduction**. London: SAGE Publications, 1999.

FARACO, C. A. **Português, língua e cultura (1º ano)**. 3ª Ed. Curitiba: Base Editorial, 2013.

FARENCENA, G.S. A imagem do campo: representações para o agricultor e a agricultura sob a perspectiva da Gramática Visual. **Signo**, Santa Cruz do Sul, v. 38, n. 64 (2013), p. 277-292.

FARIA, C. **Agricultura brasileira**. 2008. Disponível em: <http://www.infoescola.com/agricultura/agricultura-brasileira/>. Acesso em: 13 jun. 2012.

FERRARI, P. **Jornalismo digital**. São Paulo: Contexto, 2006.

FERREIRA, M. de A. Para gêneros discursivos: Linguística Sistêmico-Funcional. **Linguagens e Diálogos**, v. 1, n. 1, 2010, p. 69-81.



FUZER, C. **Linguagem e representação nos autos de um processo penal:** como operadores do Direito representam atores sociais em um sistema de gêneros. Santa Maria: UFSM, 2008. Tese (Doutorado em Letras), Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2008.

\_\_\_\_\_. Vítimas e vilões em reality shows no Brasil: representações e avaliações com base em evidências léxico-gramaticais. **Alfa**, São Paulo, v. 56 (2), 2012, p. 403-425.

\_\_\_\_\_. **Leitura e escrita em língua portuguesa na perspectiva sistêmico-funcional.** Santa Maria, UFSM, 2014. Projeto de Pesquisa.

\_\_\_\_\_. Ateliê de textos: (re)invenção e (re)escrita de histórias no ensino básico. **Revista da ANPOLL** (Online), v. 1, p. 56-79, 2014.

FUZER, C.; BARROS, N. C. A. Ações verbais em textos jurídicos. **Nonada** (Porto Alegre), v. 1, p. 83-97, 2010.

FUZER, C.; GERHARDT, C.C.; GONÇALVES, A. A Linguística Sistêmico-Funcional em um processo de ensino e aprendizagem de leitura e escrita.. In: III Jornada de Multiletramentos, V Jornada de Popularização da Ciência e II Encontro de Produção Textual, 2014, Santa Maria, RS. **Caderno de Resumos**, 2014. v. 1. p. 106-107.

FUZER, C.; WEBER, S.; MORAES, D.; PINTON, F. M. A formação do professor de produção textual: movimentos textuais-discursivos recorrentes no bilhete orientador. In: III Jornada de Multiletramentos, V Jornada de Popularização da Ciência e II Encontro de Produção Textual, 2014, Santa Maria, RS. **Caderno de Resumos**, 2014. v. 1. p. 112-113.

GARCIA, A. **Observando o Observatório.** 2002. Disponível em: <http://www.olavodecarvalho.org/convidados/0156.htm>. Acesso em: 12 ago. 2013.

GARCIA, A. D. **Irritações no espaço do Quinto Poder:** ritos e fragmentos da construção da crítica de mídia no Observatório da Imprensa. São Leopoldo: UNISINOS, 2012. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação), Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2012.

GARCIA, O. M. **Comunicação em prosa moderna**. 17 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOUVEIA, C. A. M. Texto e gramática: uma introdução à Linguística Sistémico-Funcional. *Matraga*, Rio de Janeiro, v.16, n.24, jan./jun. 2009, p. 13-47.

\_\_\_\_\_. Aspectos do uso de orações encaixadas num *corpus* de desenvolvimento da escrita no Ensino Básico. In: COSTA, A.; DUARTE, I. (Orgs.). **Nada na linguagem lhe é estranho**. Lisboa: Edições Afrontamento, 2012.

\_\_\_\_\_. Compreensão leitora como base instrumental do ensino da produção escrita. In: SILVA, W. R.; SANTOS, J. S. dos; MELO, M. A. de. (Orgs.). **Pesquisas em língua(gem) e demandas do ensino básico**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2014.

\_\_\_\_\_. **Análise de registro**: aula teórico-prática 05. 2014. Dispositivo.

\_\_\_\_\_. **Análise do discurso**: 6ª aula teórica. 2014. Dispositivo.

GUARESCHI, P. A.; BIZ, O. **Mídia e democracia**. Porto Alegre: Evangraf, 2009.

HALLIDAY, M.A.K. Estrutura e função da linguagem. In: LYONS, John (Org.). **Novos horizontes em linguística**. Sao Paulo: Cultrix / EDUSP, 1976.

\_\_\_\_\_. **An introduction to functional grammar**. London: Arnold, 1985;

\_\_\_\_\_. Part I. In: HALLIDAY, M.A.K & HASAN, R. **Language, context, and text: aspects of language in a social-semiotic perspective**. Oxford: Oxford University Press, 1989.

\_\_\_\_\_. **An introduction to functional grammar**. 2. ed. London: Arnold, 1994.

\_\_\_\_\_. Methods – techniques – problems. In: HALLIDAY, M. A. K.; WEBSTER, J. J. **Continuum Companion to Systemic Functional Linguistics**. London: Continuum Companion, 2009, p. 59-86.

HALLIDAY, M.A.K. e MATTHIESSEN, C. **An introduction to functional grammar**. 3. ed. London: Arnold, 2004.

\_\_\_\_\_. **Halliday's introduction to functional grammar**. 4 ed. New York: Routledge, 2014.

HARA, J. M. **Argumentação e direito**: contribuições da teoria da argumentação para o ensino superior de direito. Juiz de Fora: UFJF, 2010. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2010.

HASAN, R. Part II. In: HALLIDAY, M.A.K & HASAN, R. **Language, context, and text**: aspects of language in a social-semiotic perspective. Oxford: Oxford University Press, 1989.

\_\_\_\_\_. The place of context in a systemic functional model. In: HALLIDAY, M. A. K.; WEBSTER, J. J. **Continuum Companion to Systemic Functional Linguistics**. London: Continuum Companion, 2009, p. 166-189.

HYON, Sunny. Genre in three traditions: implications for ESL. **Tesol Quarterly**, v. 30, n. 4, p. 693-722, winter. 1996.

JORNADA, D. Z. **Avaliatividade**: estratégia discursiva na representação de atores sociais. Santa Maria: UFSM, 2009. Dissertação (Mestrado em Letras), Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2009.

KOCH, I. G. V. **Desvendando os segredos do texto**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

\_\_\_\_\_. **Argumentação e linguagem**. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2004.

KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. **Ler e escrever**: estratégias de produção textual. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2012.

KÖCHE, V. S.; BOFF, O. M. B.; MARINELLO, A. F. **Leitura e produção textual**: gêneros textuais do argumentar e expor. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

KURTZ, M.S.S da C. **A toga pela mídia**: representações da credibilidade do judiciário em notícias *online*. Santa Maria: UFSM, 2011. Tese (Doutorado em Letras), Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2011.

KURTZ, M. S.; BARROS, N. C. A. de. A toga e a mídia: formas de citação e relato em notícias sobre o poder Judiciário. **Revista Letras**, Santa Maria, v. 20, n. 40, jan./jun. 2010, p. 93–111.

LÁZARO DA SILVA, J. C. **A Reforma do Código Florestal do Brasil**. 2012. Disponível em: [http://www.brasilecola.com/brasil/a-reforma-codigo-florestal-brasil.htm#\\_methods=onPlusOne%2C\\_ready%2C\\_close%2C\\_open%2C\\_resizeMe%2C\\_renderstart%2Concircled%2Conauthid=I1\\_1356652210727eparent=http%3A%2F%2Fwww.brasilecola.com](http://www.brasilecola.com/brasil/a-reforma-codigo-florestal-brasil.htm#_methods=onPlusOne%2C_ready%2C_close%2C_open%2C_resizeMe%2C_renderstart%2Concircled%2Conauthid=I1_1356652210727eparent=http%3A%2F%2Fwww.brasilecola.com) Acesso em: 10 dez 2012.

LEITÃO, S. O trabalho com argumentação em ambientes de ensino-aprendizagem: um desafio persistente. **Uni-pluri/versidad**, Medellín, vol. 12, n. 3, p. 23-37, 2012

LIMA, L. R. Orações introduzidas por “quando” no complexo oracional: uma abordagem sistêmico-funcional. In: Seminário Internacional de Educação, 16, 2011. Cachoeira do Sul. **Anais eletrônicos**. Cachoeira do Sul: ULBRA, 2011. Disponível em: [www.sieduca.com.br/2011/admin/.../68\\_Lauro%20Rafael%20Lima.doc](http://www.sieduca.com.br/2011/admin/.../68_Lauro%20Rafael%20Lima.doc). Acesso em: 13 out. 2013.

LIMA, L. O.; FUZER, C.; ROSSI, A. M. Relato de ensino e aprendizagem de produção do gênero artigo de opinião. In: III Jornada de Multiletramentos, V Jornada de Popularização da Ciência e II Encontro de Produção Textual, 2014, Santa Maria, RS. **Caderno de Resumos**, 2014. v. 1. p. 108-108.

LÍRIO, C. J. Uma investigação das relações lógico-semânticas em um panfleto instrucional anti-racista. In: Simpósio Nacional e Internacional de Letras e Linguística, 11., 2009. Uberlândia. **Anais eletrônicos**. Uberlândia: EDUFU, 2009. Disponível em: <http://www.ileel.ufu.br/anaisdosilel/pt/>. Acesso em: 25 jun. 2013.

MACHADO, I.A. Os gêneros e a ciência dialógica do texto. In: FARACO, C.A.; TEZZA, C.; CASTRO, G. de. (Orgs.). **Diálogos com Bakhtin**. Curitiba: Ed. da UFPR, 1996, p.225-270.

MACHADO, A. R. A perspectiva interacionista e sociodiscursiva de Bronckart. In: MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (Orgs.). **Gêneros: teorias, métodos e debates**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005, p. 237-259.

MANFILI, K. Complexos oracionais constituídos pelas construções com onde no Português do Brasil. In: Simpósio Mundial de Estudos da Língua Portuguesa, 1., 2008, São Paulo. **Anais eletrônicos**. São Paulo: USP, 2008, p. 01-17.

MANN, W.C.; THOMPSON, S.A. Rhetorical Structure Theory: toward a functional theory of text organization. **Text**, v. 8, n.3, 1988, p. 243-281.

MARCHUSCHI, L. A. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MARCUZZO, P. **Ciência em debate? Uma análise das vozes no gênero notícia de popularização da ciência**. Santa Maria: UFSM, 2011. Tese (Doutorado em Letras), Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2011.

MARQUES DE MELO, J. de. **A opinião no jornalismo brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1985.

\_\_\_\_\_. **Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro**. 3. ed. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

MARTIN, J. R. The clause complex: *above the clause*. In: MARTIN, J. R.; MATTHIESSEN, C. M. I. M.; PAINTER, C. **Deploying Functional Grammar**. Beijing: The Commercial Press, 2010.

\_\_\_\_\_. Genre and Language Learning: a social semiotic perspective. **Linguistic and Education**, v. 20, n.1, 10-21, 2009.

MARTIN, J. R. e WHITE, P. **The language of evaluation: appraisal in English**. New York: Palgrave, 2005.

MARTIN, J. M.; ROSE, D. **Genre relations**. London: Equinox, 2008.

MARTINELLI, L. A.; JOLY, C. A.; NOBRE, C. A.; SPAROVEK, G. A falsa dicotomia entre a preservação da vegetação natural e a produção agropecuária. **Biota Neotrop**, vol.10, n. 4, out./dez. 2010, p. 323-330. Disponível em: <http://www.biotaneotropica.org.br/v10n4/pt/fullpaper?bn00110042010+pt>. Acesso em: 14 ago. 2013.

MATTHIESSEN, C. M. I. M. Ideas & new directions. In: HALLIDAY, M. A. K.; WEBSTER, J. J. **Continuum Companion to Systemic Functional Linguistics**. London: Continuum Companion, 2009, p.12-58.

MEDINA, J. L. B. Gêneros jornalísticos: repensando a questão. **Revista Symposium**, ano 5, n 1, jan.-jun. 2001, p. 45-55.

MENDES, M. O. H. Abordagem de base genológica no Ensino do Português como Língua não Materna. Lisboa: FLUL, 2014. Dissertação (Mestrado em Língua e Cultura Portuguesa), Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2014.

MERKX, A. C. C. L. Crítica de mídia à brasileira: o pioneirismo do Observatório de Imprensa. **Revista de Ciências Humanas**, Taubaté - SP, v. 7, n.1, p. 13-18, 2001.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Agronegócio brasileiro em números**. 2010. Disponível em: [http://www.agricultura.gov.br/arg\\_editor/file/Sala%20de%20Imprensa/Publica%C3%A7%C3%B5es/graficos\\_portugues\\_corrigido2.pdf](http://www.agricultura.gov.br/arg_editor/file/Sala%20de%20Imprensa/Publica%C3%A7%C3%B5es/graficos_portugues_corrigido2.pdf). Acesso em: 18 set. 2013.

\_\_\_\_\_. **Estatísticas e Dados Básicos de Economia Agrícola (setembro/2013)**. 2013. Disponível em: [http://www.agricultura.gov.br/arg\\_editor/Pasta%20de%20Setembro%20\(1\).pdf](http://www.agricultura.gov.br/arg_editor/Pasta%20de%20Setembro%20(1).pdf). Acesso em: 18 set. 2013.

MOITA-LOPES, L.P. da. Pesquisa interpretativista em linguística aplicada: a linguagem como condição e solução. **D.E.L.T.A.**, v. 10, n.2, p. 329-338, 1994.

MOYANO, S. I. Deconstrucción y Edición Conjuntas en la enseñanza de la escritura: La reflexión sobre género y discurso en la formación académica y profesional. In: Simpósio Internacional de Estudos de Gêneros Textuais, 6, 2011, Natal. **Anais Eletrônicos**... Natal: UFRN, 2011, p. 1-26. Disponível em: <http://www.cchla.ufrn.br/visiget/pgs/pt/anais/Artigos/EstelainesMoyano.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2015.

MOTTA-ROTH, D. A dinâmica de produção de conhecimento: teorias e dados, pesquisador e pesquisados. **Rev. Brasileira de Linguística Aplicada**. Belo Horizonte. v.3, n.1, p. 165-184, 2003.

\_\_\_\_\_. Questões de metodologia em análise de gênero. In: KARWOSKI, A. M.; GAYDECZKA, B.; BRITO, K. S. (Orgs.) **Gêneros textuais: reflexões e ensino**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006, p. 145-163.

\_\_\_\_\_. Análise crítica de gêneros: contribuições para o Ensino e a pesquisa de linguagem. D.E.L.T.A., v. 24, n. 2, 2008, p. 341-383.

MOTTA-ROTH, D.; HEBERLE, V. M. A short cartography of genre studies in Brazil. **Journal of English for Academic Purposes**. 2015, p. 1-10. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.jeap.2015.05.006>. Acesso em: 05 ago. 2015.

NEGREIROS, D. S. de. Mídia e política: a metamorfose do poder. **MNEME – Revista de Humanidades**, Caicó. v.4 – n. 7 - fev./mar. de 2003, p. 64-79.

NEVES, J. L. Pesquisa qualitativa – características, uso e possibilidades. **Cadernos de pesquisa em administração**, São Paulo. v. 1, n. 3, 2ºsem. 1996.

NOVELLINO, M.O. **Fotografias em livro didático de inglês como língua estrangeira**: análise de suas funções e significados. Rio de Janeiro: PUC-RIO, 2007. Tese (Doutorado em Letras), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA. **História**. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/pages/oihistoria>. Acesso em: 22 jun. 2013.

\_\_\_\_\_. **Objetivo**. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/pages/oiojetivos>. Acesso em: 22 jun. 2013.

ONU BRASIL. **Rio+20 em números**. 2012. Disponível em: <http://www.onu.org.br/rio20/rio20-em-numeros/>. Acesso em: 28 ago. 2013.

PERELMAN, C. **O império retórico. Retórica e argumentação**. Lisboa: Edições Asa, 1993.

PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. **Tratado da argumentação**: a nova retórica. Tradução de Maria Ermantina Prado Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PINTON, F. M. **Análise Crítica de Gênero de reportagens didáticas sobre o ensino de produção textual na revista Nova Escola (2006-2010)**. Santa Maria: UFSM, 2012. Tese (Doutorado em Letras), Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2012.

PIRES, T. B.; FLEURI, L. J.; VASCONCELLOS M. L. B. de. O perfil ideacional de Bishop em Flores raras e banalíssimas e Rare and commonplace flowers. In: INTERNATIONAL SYSTEMIC FUNCTIONAL CONGRESS, 33, 2006. São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006. Disponível em: [http://www4.pucsp.br/isfc/proceedings/Artigos%20pdf/39tr\\_pires\\_815a827.pdf](http://www4.pucsp.br/isfc/proceedings/Artigos%20pdf/39tr_pires_815a827.pdf). Acesso em: 15 mai. 2013.

POÇAS, M. T. de C.; WAECHTER, H. da N. A representação gráfica no Brasil através de capas de revistas semanais de informação pelo olhar da Gramática do Design Visual (VG). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM DESIGN, 9, 2010. São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: Universidade Anhembi Morumbi, 2010. Disponível em: <http://blogs.anhembi.br/congressodesign/anais/anais/>. Acesso em: 14 abr. 2012.

RAMOS, R. L. O discurso de opinião como discurso polêmico: aspectos da sua configuração e da interação social. **Cadernos do Noroeste – Série Comunicação**. v.14, n.1-2, p. 235-247, 2000.

RECHDAN, M. L. A. **Dialogismo ou polifonia?** 2003. Disponível em: <http://www.unitau.br/prppg/publica/humanas/download/dialogismo-N1-2003.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2013.

REDE PEABIRUS. **Richard Jakubaszko**. Disponível em: <http://www.redepeabirus.com.br/redes/form/perfil?id=4973>. Acesso em: 17 nov. 2013.

REICHMANN, L. C. Vozes da escola: um olhar sobre projeções verbais e mentais em narrativas de professores em formação inicial. **Signum: Estud. Ling.**, Londrina, n. 14/2, dez. 2011, p. 19-44.

RODRIGUES, D. L. **A política sob o julgamento de Eliane Cantanhêde**: uma investigação da assinatura valorativa. Santa Maria; UFSM, 2013. Dissertação (Mestrado em Letras), Universidade Federal de Santa Maria, 2013.



ROSE, D. **Reading to Learn**: selecting and analysing texts. Teacher training books and DVD. Sydney: Reading to Learn, 2011.

ROSE, D.; MARTIN, J. **Learning to Write, Reading to Learn**: Genre, Knowledge and Pedagogy in the Sydney School. Sheffield: Equinox, 2012.

SANTOS, A. R. B. dos; HACK, J. R. As marcas linguísticas da sequência argumentativa no gênero artigo de opinião. In: Seminário do CELLIP - Pesquisa em Língua e Cultura na América Latina, 19, 2009. **Anais eletrônicos**. Cascavel: UNIOESTE, 2009. Disponível em: [www.hack.cce.prof.ufsc.br/wp-content/uploads/2010/.../Cellip2009.pdf](http://www.hack.cce.prof.ufsc.br/wp-content/uploads/2010/.../Cellip2009.pdf). Acesso em 22 set. 2013.

SANTOS, T. J. F. A semiotização textual em artigos de opinião da mídia. **Revista Arredia**, Dourados, MS, Editora UFGD, v.1, n., jul./dez. 2012, p. 44-62.

SAYÃO, J. **O Jornalismo Literário as Falas de seus Entrevistados**: um Estudo de Linguística Sistêmico-Funcional. São Paulo: PUC-SP, 2011. Dissertação (Mestrado em Letras), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

SCHLEPPERGRELL, M. J. **The language of schooling**: a Functional Linguistics Perspective. London: Lawrence Erlbaum Associates Publishers, 2004.

SERAFINI, M. T. **Como escrever textos**. Tradução de Maria Augusta Bastos de Matos. São Paulo: Globo, 1998.

SETTE, G.; TRAVALHA, M.; STARLING, R. **Português linguagens em conexão (1º ano)**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Leya, 2013.

SILVA, G. N. da. A Argumentação Presente em Diferentes Gêneros Textuais. **Anagrama**, ano 2, edição 1, p. 1-15, 2008.

SILVA, I. M. M. da. **O tratamento da argumentação em livros didáticos**: uma contribuição para o trabalho com a oralidade em sala de aula. Recife: UCPE. Dissertação (Mestrado em Letras), Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2009.

SILVA, T. S. **Irenes**: representações sobre homossexuais idosos no contexto midiático sob a perspectiva Sistêmico-Funcional. Santa Maria: UFSM, 2012.

Dissertação (Mestrado em Letras), Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2012.

SILVA, I. A. L da; PAGANO, A. S.; OLIVEIRA, M. L. de; LIMA, K. C. S. de. Reflexões acerca da (re/des)metaforização do texto traduzido a partir de um estudo de caso. **Secretaria da Educação do Estado do Paraná/Artigos, Teses, Dissertações**. 2012. Disponível em: [http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/janeiro2012/espanhol\\_artigos/igorantoniolourenco\\_art.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/janeiro2012/espanhol_artigos/igorantoniolourenco_art.pdf). Acesso em: 28 jul. 2013.

SILVA, W. R.; ESPINDOLA, E. Afinal, o que é gênero textual na linguística sistêmico-funcional? **Revista da Anpoll**, n 34, Florianópolis, Jan./Jun. 2013, p. 259-307.

SOARES, J. P. **Estudo Sistêmico-Funcional da Estrutura Lógica de Artigos de Revista em Inglês**. São Paulo: PUC-SP, 2008. Dissertação (Mestrado em Letras), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

SOS FLORESTAS. **Código Florestal: Entenda o que está em jogo com a reforma da nossa legislação ambiental**. 2011. Disponível em: [http://assets.wfbr.panda.org/downloads/cartilha\\_codigoflorestal\\_20012011.pdf](http://assets.wfbr.panda.org/downloads/cartilha_codigoflorestal_20012011.pdf). Acesso em: 09 abr. 2012.

SOUSA, A. V. de. **Compreensão de textos argumentativos por leitores do ensino fundamental**. Fortaleza: UFCE, 2003. Dissertação (Mestrado em Linguística), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2003.

SWALES, J. M. **Genre analysis: English in academic and research settings**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

TABOADA, M.; MANN, W.C. Rhetorical Structure Theory: Looking Back and Moving Ahead. **Discourse Studies** 8(3): 423-459, 2006.

TÂM, N. T. M. The Notion of Clause Complex in Systemic Functional Linguistics. **VNU Journal of Foreign Studies**, v. 29, n. 4, 2013, p. 25-36. Disponível em: <http://tapchi.vnu.edu.vn/upload/2014/04/1172/3.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2015.

TAMANINI-ADAMES, F. A. de J. **Análise polifônica de estereótipos na mídia: uma nova identidade para a mulher na maturidade?** Santa Maria: UFSM, 2010. Dissertação (Mestrado em Letras), Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2010.

THOMPSON, J. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

THOMPSON, G. **Introducing Functional Grammar**. 3rd ed. London: Routledge, 2014.

TICKS, L.K. **(Re)construção de concepções, práticas pedagógicas e identidades por professoras de inglês pré e em serviço**. Santa Maria: UFSM, 2008. Tese (Doutorado em Letras), Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2008.

UBER, T. de J. B. **Artigo de opinião: estudos sobre um gênero discursivo**. 2008. Disponível em: [http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes\\_pde/artigo\\_terezinha\\_jesus\\_bauer\\_uber.pdf](http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes_pde/artigo_terezinha_jesus_bauer_uber.pdf). Acesso em: 13 ago. 2013.

VASCONCELOS, C.C **De olho nos observatórios: um estudo comparativo das críticas de mídia do Observatório da Imprensa e do Canal da Imprensa**. Rio de Janeiro: UES, 2005. Monografia (Bacharelado em Comunicação Social), Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, 2005.

VELASCO, D. G. Funcionalismo y formalismo en la lingüística contemporânea. In: VELASCO, D. G. **Funcionalismo y Lingüística: La Gramática Funcional de S.C. Dik**. Oviedo: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Oviedo, 2003.

VIAN JR., O. O ensino de inglês instrumental para negócios, a linguística sistêmico-funcional e a teoria de gênero/registo. **The ESpecialist**, v. 24, n. 1, p.1-16, 2003.

VIAN JR. O; LIMA-LOPES, R.E. DE. A perspectiva teleológica de Martin para a análise dos gêneros textuais. In: MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (Orgs.). **Gêneros: teorias, métodos, debates**. São Paulo: Parábola, 2005, p. 29 - 45.

VIVAN, E. G. S. **Principais usos de processos verbais e metáforas interpessoais em artigos de Linguística Aplicada**. São Paulo: PUC-SP, 2010. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

WALSH, K. Quantitative vs qualitative research: a false dichotomy. **Journal of Research in Nursing**. v.17, n.1, p. 9-11, 2011.

WEBSTER, J. J. An Introduction to *Continuum Companion to Systemic Functional Linguistics*. In: HALLIDAY, M. A. K.; WEBSTER, J. J. **Continuum Companion to Systemic Functional Linguistics**. London: Continuum Companion, 2009, p. 1-11.

WIKIPEDIA. **Código Florestal Brasileiro**. Disponível em: [http://pt.wikipedia.org/wiki/C%C3%B3digo Florestal Brasileiro](http://pt.wikipedia.org/wiki/C%C3%B3digo_Florestal_Brasileiro). Acesso em 03 de setembro de 2011.

WOODWARD-KRON, R. The role of genre and embedded genres in tertiary students' writing. **Prospect**, vol. 20, n. 3, 2005.

## APÊNDICES

## APÊNDICE A – Estudos Prévios

No intuito de situarmos nossa pesquisa no campo dos estudos da linguagem, apresentamos aqui alguns trabalhos que foram pesquisados e lidos durante o processo de escrita da Tese. Para cada uma das áreas pelas quais circulamos – Linguística Sistêmico-Funcional (Gramática Sistêmico-Funcional e Teoria de Gênero e Registro), argumentação e mídia/jornalismo –, trazemos trabalhos que exemplificam estudos desenvolvidos nos últimos anos e aos quais queremos acrescentar.

### 1 Linguística Sistêmico-Funcional

Tendo em vista a preocupação com o funcionamento da linguagem em contextos específicos, a LSF é uma teoria dinâmica (MATTHIESSEN, 2009). Devido a esse dinamismo, esclarece o autor, desde o seu início, na década de 1960, a LSF tem evoluído e novos pressupostos teórico-metodológicos têm sido desenvolvidos em resposta a novas necessidades. Desse modo, o potencial da LSF para reflexão e ação vem se expandindo, como demonstra o desenvolvimento de ramificações teóricas e de trabalhos na área, exemplificados a seguir.

No campo dos **estudos multimodais**, que tem na **Gramática do Design Visual (GDV)**, de Kress e van Leeuwen (2006), desenvolvida como uma adaptação da GSF hallidayana aos textos não verbais, sua base teórica, temos, por exemplo, o trabalho de Novellino (2007). Dedicando-se ao estudo do funcionamento da linguagem não verbal em fotografias presentes em livros didáticos, a autora relaciona a GDV à GSF para investigar as funções que as fotografias exercem nas atividades pedagógicas em um livro didático, de que maneira os significados nas fotografias são negociados, e como as relações sociais entre o produtor da imagem e observador ocorrem.

Da mesma forma, Farencena (2013) alia categorias dessas duas gramáticas para verificar representações sociais para o agricultor e a agricultura em dois textos multimodais referentes à parabenização pelo *Dia do Agricultor* publicadas em sites voltados ao setor agrícola. Também com foco na

multimodalidade, Poças e Waechter (2010) analisam a representação visual da informação no Brasil a partir de aspectos sintáticos, semânticos e pragmáticos da configuração do design gráfico de capas de revistas semanais brasileiras.

Na área da **avaliatividade**, teoria desenvolvida por Martin e White (2005) a partir da metafunção interpessoal da GSF hallidayana, podemos citar o estudo de Cabral e Barros (2006), que objetivam propor um exemplo de análise de um texto de uma coluna jornalística sob o ponto de vista dessa teoria. No trabalho desenvolvido por Jornada (2009), a avaliatividade é relacionada com a representação de atores sociais de van Leeuwen (1997) para investigar a elaboração de versões da realidade no discurso de artigos de opinião do jornalista Diogo Mainardi para representar o presidente Lula, seu governo e o Partido dos Trabalhadores.

Rodrigues (2013), por sua vez, com base no princípio da Individuação de Martin (2008; 2009) e nas premissas sistemáticas propostas por Martin e White (2005), tem como objetivo determinar a construção da “assinatura valorativa” da jornalista Eliane Cantanhêde em sua coluna de opinião política veiculada pelo jornal Folha de São Paulo, a partir da identificação e análise das estratégias discursivas e linguísticas avaliativas.

Sob a perspectiva da **sociossemântica**, a categorização proposta por van Leeuwen (1997; 2008) para analisar a representação de atores sociais, tomando por base as categorias léxico-gramaticais da transitividade da GSF (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004), tem sido igualmente bastante explorada por pesquisadores. Além do trabalho de Jornada (2009), já mencionado, que alia essa teoria à avaliatividade (MARTIN; WHITE, 2005), Fuzer (2008) baseia-se na transitividade (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004) e na perspectiva social de Moscovici (2001) para analisar as formas de representação dos atores sociais em textos produzidos pelos operadores do direito nos autos de um processo penal.

Silva (2012), por seu turno, com base em funções léxico-gramaticais, em elementos semântico-discursivos e categorias sociossemânticas, analisa quais são as representações sociais manifestadas linguisticamente a respeito dos homossexuais idosos e quais são os agentes responsáveis pelas representações encontradas.

Além desses trabalhos, há demais pesquisas que se valem da GSF, utilizando-a isoladamente ou associada a outras abordagens teóricas. Utilizando

categorias da **metafunção ideacional experiencial**, o estudo de Ticks (2008), por exemplo, associa a transitividade à Análise Crítica do Discurso de Fairclough para analisar as representações construídas por estudantes de Letras para si próprios e também para o curso. Albuquerque de Lima (2011), por sua vez, ocupa-se do exame do sistema de transitividade em textos opinativos produzidos por alunos do 8º ano do Ensino Fundamental de uma escola pública de Campina Grande-PB com vistas a verificar a padronização gramatical caracterizadora dos textos opinativos.

**No que tange à metafunção ideacional lógica**, explorada nesta tese e tópico ainda relativamente pouco estudado em português brasileiro, mencionamos o trabalho de Antonio (2008), é discutida a questão da iconicidade sob o ponto de vista funcionalista de linguagem, tendo como ponto de partida o levantamento da relação entre grau de explicitude e realização morfológica de sintagmas nominais na função de sujeito (entidade sintática) e o levantamento da frequência de ocorrência de orações paratáticas, hipotáticas, encaixadas e de orações independentes em um *corpus* formado por narrativas orais, escritas, elocuições formais e trabalhos acadêmicos. A análise da frequência dos diferentes tipos de orações, conforme Antônio (2008), revelou que a ocorrência da hipotaxe é maior na modalidade escrita do que na modalidade oral, uma vez que o uso desse mecanismo tático leva ao estabelecimento de um maior número de relações lógico-semânticas. Além disso, na modalidade escrita, observou-se maior frequência de mecanismos que permitem maior empacotamento da informação. Ademais, conclui o autor, outra diferença linguística pôde ser observada na ocorrência dos diferentes tipos de orações. Nos textos do domínio discursivo científico, argumentativos por natureza, observou-se maior ocorrência de orações hipotáticas; por outro lado, as narrativas favorecem uma maior frequência de orações paratáticas em contraposição aos textos do domínio discursivo científico, uma vez que as narrativas tratam de ações e eventos que se sucedem no tempo (ANTÔNIO, 2008).

O trabalho empreendido por Manfili (2008) contempla o complexo oracional constituído por orações com 'onde', buscando identificar as propriedades gramaticais relacionadas ao seu uso como elemento anafórico em retomada de categorias locativas e não locativas. Os dados linguísticos oriundos de textos escritos de jornais de circulação nacional foram analisados aliando variáveis da



sociolinguística variacionista (tipo de oração, posição sintática das variantes, a preposição envolvida, configuração sintagmática do constituinte retomado pelas variantes e a categoria cognitiva a que remetem) às relações táticas e lógico-semânticas da GSF.

Na pesquisa de Dias e Moura (2011), a metafunção ideacional lógica é relacionada ao sistema de avaliatividade para investigar o comportamento da oração matriz no complexo oracional subjetivo e do segmento 'A' no complexo apositivo, com foco nas orações com [verbo ser + nome avaliativo] ou somente com [nome avaliativo], em textos escritos do português do Brasil. Nesses textos, demonstrou-se que, "no complexo oracional subjetivo, a matriz seleciona um predicado-argumento sujeito e, no complexo apositivo, o segmento 'A' mantém uma relação paratática com o segmento B" (DIAS; MOURA, 2011, p. 191), sendo que a posição inicial ocupada pelos segmentos analisados representam o 'espaço' de marcação de atitude do falante.

No campo dos estudos de tradução, Silva *et al.* (2012, p. 203), partem do conceito de metáfora gramatical desenvolvido pela GSF (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004) e da hipótese de (re/des)metaforização para abordar a produção textual durante a realização de tarefas tradutórias. Desse modo, as análises visam a examinar como um pesquisador experto executa uma tarefa tradutória e, na fase de redação do processo tradutório, "gera um TC [texto de chegada] com substancial grau de *durabilidade* e configuração de metaforicidade que atende às características do tipo de texto e de registro demandado pela tarefa" (SILVA *et al.*, 2012, p. 204). Como categorias analíticas, são observados os limites dos complexos oracionais, os encaixes, as parataxes dentro de grupos, as parataxes dentro de orações, as hipotaxes e os grupos, categorias advindas da GSF de Halliday e Matthiessen (2004).

Soares (2008), por sua vez, analisa a estrutura lógica de artigos de revistas em Inglês, focalizando como se dá a coesão nesses textos. Com esse intuito, o autor investiga elementos gramaticais que contribuem para a organização e coesão do texto nos níveis abaixo (grupo verbal e nominal) e acima da oração (conjunção e referência pronominal) nas revistas *Newsweek* e na versão brasileira da revista *Speak up*.

Focalizando unicamente a língua portuguesa, o trabalho de Lírio (2009) realiza uma investigação das relações lógico-semânticas que ocorrem entre as

orações de um panfleto antirracista articulando-as à noção sociológica de contexto cultural proposta por Meurer (2004), de modo a explicitar como o aspecto lógico-semântico do texto é, em certa medida, uma decorrência da limitação dos “recursos discursivos” e está relacionado às prescrições de papéis sugeridas por Meurer. Como resultado, a análise explicitou a ausência de relações de projeção e a presença significativa de orações paratáticas de expansão por elaboração apositiva (exemplificação). Relacionados aos elementos sociológicos do contexto (recursos, regras e papéis), que caracterizam sua estrutura social, e a fatores sócio-históricos que caracterizam a situação dos afro-descendentes no Brasil, essas opções léxico-gramaticais revelaram-se como ausência de recursos discursivos.

Dedicados a explorar a interface Linguística Sistêmico-Funcional e Estudos da Tradução e a propor a incorporação de uma terceira perspectiva, a dos Estudos da Tradução Baseados em Corpora, Pires, Fleure e Vasconcellos (2006) concluíram que “BISHOP” experiencia o mundo externo mais frequentemente por processos mentais que expressam seus sentidos e emoções muitas vezes por meio de projeções.

Em seu trabalho, Reichmann (2011) analisa relatos reflexivos desencadeados por fotobiografias escolares realizadas para uma disciplina de estágio supervisionado em uma licenciatura em Letras Estrangeiras. Observando as projeções mentais e verbais, serão investigadas as representações relativas ao dizer e pensar/sentir inscritas nos textos dos participantes. Como resultados, a análise evidenciou que, nas projeções, os graduandos, ao contarem suas histórias vividas, constituíram-se como personagens nas narrativas de três maneiras: situando-se como alunos da escola básica, como ex-alunos da escola básica e como estudantes de Letras/professores em formação.

Ligados ao GRPesq *Linguagem como Prática Social* e ao NELP (GAP 026308), voltados ao estudo do complexo oracional, ainda que de maneira pontual, também podemos citar algumas pesquisas, como, por exemplo, a de Kurtz e Barros (2010, p. 93), na qual são analisadas as representações construídas pela mídia para o poder Judiciário brasileiro, a partir de notícias acerca de três episódios de confronto entre poderes de Estado, no primeiro ano do primeiro mandato presidencial de Lula. Nessas notícias, os resultados

apontaram que as representações do Judiciário constituem-se, em grande parte, de colagem de citações e organização de relatos.

Na pesquisa de Lima (2011), para examinar a categoria de tempo, são analisadas orações introduzidas por “quando” em reportagens de capa da revista *Superinteressante* tendo em vista as relações lógico-semânticas de intensificação, tanto paratáticas quanto hipotáticas, e as orações encaixadas. Com essa análise, evidenciou-se a diferença de classificação entre a Gramática Normativa, que classificaria todas as orações com “quando” como subordinadas adverbiais, e a Gramática Sistêmico-Funcional, para a qual haveria três classificações.

Em relação à **perspectiva de Gênero e Registro**, no âmbito nacional, podemos citar o estudo de Vian Jr. (2003, p. 01), que utiliza a perspectiva de R&GT para orientar o planejamento de um curso instrumental com foco na produção oral, ministrado a funcionários de em uma grande instituição bancária paulistana. Ferreira (2010, p. 69), visando “tornar evidente que a Linguística Sistêmico-Funcional (LSF) se revela uma teoria em cujos postulados as pesquisas sobre gêneros textuais podem encontrar esteio para consolidar suas bases”, faz uma revisão teórica sobre a perspectiva da Escola de Sydney. Silva e Espindola (2013, p. 259), por sua vez, realizam um estudo crítico-descritivo sobre as principais perspectivas teóricas de gênero textual ligadas à Linguística Sistêmico-Funcional e produzidas internacionalmente.

No interior do GRPesq *Linguagem como Prática Social*, como um dos primeiros trabalhos abordando essa perspectiva, podemos citar Motta-Roth (2008), que faz um levantamento sobre o conceito de gênero na literatura recente tomando por referência a Análise de Gêneros, a Análise do Discurso Crítica, a Linguística Sistêmico-Funcional e o Interacionismo Sócio-Discursivo. Seguindo essa mesma linha, Motta-Roth e Heberle (2015) apresentam um panorama dos estudos de gênero no Brasil, explorando o que as autoras chamam de Análise Crítica de Gênero e sua investigação interdisciplinar.

## 2 Mídia

A esfera midiática tem sido foco de uma infinidade de trabalhos que se dedicam a explorar, em diferentes níveis e aspectos, o funcionamento da mídia na construção e difusão de significados, ou seja, na constituição da lógica simbólica

da informação. Sob a perspectiva da Sociologia Política, Negreiros (2003) analisa a relação entre a mídia e as campanhas políticas com o intuito de verificar qual como se dá e qual o papel da modernização das campanhas via recursos midiáticos. No campo da Análise de Discurso (AD) de linha francesa, o estudo de Ayres (2007) analisou as marcas linguístico-discursivas em uma campanha produzida pela Rede Brasil Sul de Telecomunicações, a RBS, e em editoriais, reportagens e colunas de opinião produzidos sobre a campanha com vistas a explicitar as formas de dizer do discurso da mídia e as relações com suas condições de produção.

No âmbito da Análise Crítica de Discurso (ACD), Tamanini-Adames (2010), investigou, em reportagens, “se o gênero social feminino na maturidade estaria revelando uma identidade em transformação com valoração positiva através da ‘lista’ de características avaliativas expressa nos gêneros dos discursos midiáticos” (p. 21). Nessa mesma linha teórica, Pinton (2012) analisa criticamente quinze reportagens da Revista Nova Escola sobre o ensino de produção textual na educação básica, a fim de identificar quais discursos sobre essa prática são veiculados pela revista.

Aliando a perspectiva da ACD aos pressupostos da Linguística Sistêmico-Funcional, Marcuzzo (2011) investiga em que medida as vozes apresentadas nas notícias de Popularização da Ciência instauram um debate sobre descobertas científicas. Também ocupando-se de pressupostos sistêmico-funcionais, Kurtz (2011) busca na mídia representações para o judiciário a partir da análise de notícias veiculadas no jornal *Folha Online*.

O trabalho de Medina (2001, p. 45) alia os conceitos de gênero, de discurso e de gêneros discursivos com vistas a analisar os gêneros jornalísticos como um fenômeno histórico. Enfocando o jornalismo literário em comparação ao jornalismo tradicional, o estudo de Sayão (2011) tem como objetivo identificar aspectos léxico-gramaticais e discursivos de exemplares de textos de cada modalidade jornalística buscando estabelecer diferenças e semelhanças entre elas.

Somando aos trabalhos já mencionados, fazemos menção a outros que, dedicados ao estudo do **media criticism brasileiro**, tomam como objeto de análise o Observatório da Imprensa (OI), órgão símbolo desse tipo de jornalismo no Brasil. Assim como nós, que nos propomos a analisar textos opinativos

veiculados no *site* do OI, Vasconcelos (2005) analisa textos críticos publicados no site, cujo assunto abordado era o Referendo (sobre a proibição das vendas de armas de fogo no Brasil). Conforme a autora, no espaço do Observatório, a proposta maior é a reflexão e o estímulo ao debate a partir da exposição de uma maioria formada por profissionais da mídia ou de pessoas que sigam a linha editorial do site.

Em comparação com colunas de *ombudsman* publicadas no Canal da Imprensa, Merx (2001), por seu turno, traz um estudo histórico sobre o pioneirismo do OI em relação ao *media criticism* no Brasil, abordando sua origem, desenvolvimento e seu funcionamento no cenário midiático nacional.

Albuquerque, Ladeira e Silva (2002), analisam os discursos sobre o jornalismo que se produzem no âmbito do Observatório da Imprensa. A partir dessa análise, evidenciou-se que o discurso do Observatório não poderia ser tomado apenas como mais um discurso competindo com os demais. A verdadeira razão da supremacia do discurso do Observatório, apontam os autores, encontrava-se em outra parte, no ponto de encontro dos papéis de agente e arena: o lugar da edição. Este lugar permite ao OI não apenas destacar o seu próprio discurso, como também hierarquizar os demais, atribuindo-lhes maior ou menor pertinência. Em decorrência disso, o Observatório, não obstante ser um espaço polifônico, apresenta-se como um espaço muito menos plural do que se imaginava.



### APÊNDICE C – Descrição do registro dos artigos de opinião.

TEXTO	CAMPO	RELAÇÕES	MODO
AO1	Representação de experiência humana ligada à prática jornalística, em particular à exposição de informações e opinião acerca de discordâncias sobre alterações no Código Florestal Brasileiro (“teimoso”, “alterações no Código Florestal atual”, “não aceita mudar”, “Afinal, o que querem os ambientalistas?” e da cobertura da imprensa sobre a questão (“a omissão da mídia”, “a mídia concorda com tudo”).	Dois participantes: articulista e leitor. Relação informal de proximidade (“Sei lá se vai ou não acontecer tal fatalidade”, “Melhor talvez seja chamar simplesmente de teimoso, esse ministro Minc.”, “Alguém aí, que esteja lendo este texto”).	Modo escrito, com incidência de vocabulário de cotidiano e de construções características da oralidade (“não estão nem aí”, “sabe-se lá o que”, “Aí, a mídia repercute”). Emprego frequente de orações interrogativas (“querem apostar?”, “Que vício idiota esse, não é mesmo?”) e imperativas (“Levem em consideração”, “Alguém aí avise o ministro Minc”) para estabelecer diálogo com o leitor.
AO2	Representação de experiência humana ligada à prática jornalística, em particular à participação da imprensa na divulgação de textos com informações manipuladas por ruralistas que tentavam induzir a aprovação do NCFB (“A Folha de S.Paulo informa”, “versão amputada e manipulada de um estudo”, “Os ruralistas usaram esse texto”, “A imprensa precisa mergulhar profundamente no tema”).	Dois participantes: articulista e leitor. Relação formal construída com certo grau de proximidade (“Aí é que entra o papel da imprensa), embora prevaleça o uso da 3ª pessoa (“A bancada ambientalista quer evitar”, “basta observar”, “considera-se”).	Modo escrito, com incidência de vocabulário do cotidiano (“A imprensa sinaliza aqui e ali ... deram curso a uma mistificação bem ao gosto dos ruralistas”, “Tal raciocínio torto”). Predomínio de orações declarativas (“O Brasil tem a maior disponibilidade de área agriculturável do planeta”, “Há controvérsias segundo as fontes”, “Os dados estão contidos num estudo conjunto produzido pela FAO”).
AO3	Representação de experiência humana ligada à prática jornalística, em particular à dificuldade de cobertura da área de sustentabilidade pelo jornalismo atual (“como noticiar meio ambiente ou “sustentabilidade”?”, “O motivo maior dessa dificuldade se deve”).	Dois participantes: articulista e leitor. Relação de formalidade construída com certo grau de proximidade, com o uso da 1ª pessoa, tanto do singular “Acredito” quanto do plural “Por muitos anos tivemos” (nós inclusivo) mesclado ao uso da 3ª pessoa (“E o que se vê são defesas”, “E esse partido a ser tomado atinge”).	Modo escrito, com incidência de vocabulário do cotidiano e orações declarativas (“Mas, no geral, esse tipo de jornalismo não se posicionou muito”, “E isso é muito complicado para a grande mídia”, “Não têm satisfações a dar”). Uso de questionamentos (“Quem disse?”, “Um exemplo?”) que estabelecem um diálogo com o leitor.
AO4	Representação de experiência humana ligada à prática jornalística, em particular a fatos divulgados sobre a votação do NCFB e questões agrárias e ambientais (“Os fatos registrados na última	Dois participantes: articulista e leitor. Relação de formalidade (uso de 3ª pessoa “pode-se encontrar”, “Agora, no Brasil, uma nova queda de braço se faz”) construída com certo grau de	Modo escrito, com incidência de vocabulário do cotidiano, por vezes aproximando-se ao oral (“Ora, a resposta é simples”, “as vozes das gentes, o tal do povo que os deputados falam”) e

	semana”, “outra coisa importante que a votação mostrou”, “A usina segue em frente, devastando a floresta, alagando as terras, desalojando as famílias”.	proximidade, conferido pelo emprego de expressões que dialogam com leitor “Quem duvida, veja a votação do código florestal”, “Mas a que custo?”.	orações interrogativas em conjunto com declarativas (“Quantos relatórios já foram formulados? Quantas análises? Quantos gritos de clamor e desespero já ecoaram na beira dos rios, nas florestas? Mas o dinheiro é surdo. Não há como ouvir.”, “Que farão? Para onde irão? Ninguém se importa. É o preço do progresso”).
<b>AO5</b>	Representação de experiência humana ligada à prática jornalística, em particular ao papel da mídia na prática e legitimação do jornalismo e da economia verdes (“jornalistas ambientais”, “A economia verde”, “A par com uma economia verde há que brotar um jornalismo verde”).	Dois participantes: articulista e leitor. Relação de formalidade construída com certo grau de proximidade, com o uso da 1ª pessoa tanto do singular (“Sempre fui contrário”, “hoje, devo assumir que mudei”, “aonde quero chegar”) quanto do plural (“Tivemos vinte anos”, “O que fazemos aqui”, “nossa sobrevivência” (nós inclusivo)).	Modo escrito, com incidência de vocabulário do cotidiano (“os chamados jornalistas ambientais comeram mosca”) mesclada a uma linguagem mais cuidada (“Nada mais equivocado que isto”, “a dinamização da própria arquitetura das finanças”). Uso de orações declarativas (“E não deveria ser assim.”, “Algumas vertentes vieram e se foram”, “A Rio+20 e a economia verde têm tudo a ver”, “E neste contexto é indispensável o protagonismo dos meios de comunicação”).
<b>AO6</b>	Representação de experiência humana ligada à prática jornalística, em particular a uma notícia divulgada pelo Jornal da Band. (“O Jornal da Band exibido no dia 4 de maio trouxe um furo de reportagem”; “A suposta notícia”; “o viés editorial”; “a reportagem segue”).	Dois participantes: articulista e leitor. Relação formal construída com certo grau de proximidade (“Opa! Duro golpe?”; “Sim, estas pérolas de nonsense foram veiculadas no principal telejornal da emissora”, “a gente deixa de rir e começa a se preocupar”), embora prevaleça o uso da 3ª pessoa, (“Na mesma pesquisa, descobre-se”, “Que o Grupo Band tem fortes vínculos com os interesses do agronegócio é sabido. Mas não custa lembrar”).	Modo escrito, com incidência de vocabulário do cotidiano com marcas de oralidade (“a gente”, “Opa!”, “Ah, não é isso.”, “verdadeiro pastelão travestido em reportagem séria”. Além de alguns usos do “nós” inclusivo “nunca saberemos”, o articulista faz uso de perguntas retóricas para se aproximar do leitor (“Cômico? Sim”, “Ouvir o outro lado? Não”, “(por que não a entrevistaram, para esclarecer a questão?)”). Predomínio de orações declarativas (“A reportagem segue, mas a fórmula está dada”, “Qualquer bom jornalista sabe que isso é mentira.”).
<b>AO7</b>	Representação de	Dois participantes:	Modo escrito, com



	<p>experiência humana ligada à prática jornalística, em particular à cobertura da imprensa acerca do NCFB (“o debate sobre o Código Florestal”; “Nos jornais, o assunto foi entregue”, “As editorias de Economia ficaram longe do tema. Alguns colunistas econômicos trataram do debate, em raras ocasiões”).</p>	<p>articulista e leitor. Relação mais próxima à formalidade, com emprego da 3ª pessoa (“Valeria a pena circunscrever mais claramente o problema do desmatamento”, “Quem acompanhou a evolução da agricultura brasileira nas últimas três décadas sabe”, “Responder a questões como essas tornaria o debate mais interessante”), atenuada por construções interrogativas “Quem promove a devastação? Qual a responsabilidade de cada categoria de produtor?” que estabelecem uma relação mais próxima com o leitor.</p>	<p>incidência de orações declarativas “A redução do problema a termos tão simples dificilmente poderia resultar numa informação de alta qualidade.” que revelam um vocabulário cotidiano (“Feijão e arroz interessam a todos”, “uma versão da luta entre o bem e o mal”, “enfiando o pé no solo recém arado”). Além disso, o articulista usa como recurso retórico as perguntas “Os ganhos de produtividade permitiram limitar a expansão das áreas de lavouras? Quem desmata para criar bois?”.</p>
<b>AO8</b>	<p>Representação de experiência humana ligada à prática jornalística, em particular às dificuldades enfrentadas pelo jornalismo durante a cobertura da Rio+20 (“trabalhando o tema”; “nada lá será simples”, “Universo Rio+20”).</p>	<p>Dois participantes: articulista e leitor. Relação de formalidade, com certo grau de proximidade, uma vez que a articulista se mostra no texto ao usar 1ª pessoa (“Alguns de nós”; “nos depararemos”).</p>	<p>Modo escrito, com incidência de orações declarativas “Nesses tempos de pré-Rio+20, o que não têm faltado são polêmicas”. Predomínio de declarações mais enfáticas, sem a presença de modalização (sabem que estão longe de objetivar abnegadamente o bem maior do Planeta) que fornecem um maior grau de certeza e comprometimento ao texto.</p>
<b>AO9</b>	<p>Representação de experiência humana ligada à atuação dos governantes, em especial a presidente brasileira, frente à Rio+20. (“Rio+20 não aconteceu”; “encontro de 190 governantes”; “presidente Dilma Rousseff”, “defende esse texto”).</p>	<p>Dois participantes: articulista e leitor. Relação de formalidade, com uso de 3ª pessoa (“Os governantes poderiam”, “produzem um documento”), com certo grau de proximidade conferido por questionamentos que parecem dialogar com o leitor (“E o que fazem os governantes?”). Além disso, em alguns momentos, porém, mesmo com uso da 3ª pessoa, o autor se mostra mais no texto e se aproxima mais do leitor ao expressar algumas avaliações mais explícitas (“esquizofrenia da política”, “texto medíocre”).</p>	<p>Modo escrito, com incidência de vocabulário do cotidiano e orações declarativas (“Produzem um documento onde não assumem nada”, “Dilma negociou, e ganhou com o “texto possível”). Uso pouco frequente de modalização, mas recorrente de gradação (“O retrocesso foi tão grande que até sobrou para as mulheres”).</p>

## APÊNDICE D – Exemplificação da descrição do complexo oracional

AO2 – Como ludibriar o cidadão					
Nº	Notação	Complexos e Simplexos			
1	$\alpha^{\wedge} \beta$	$\alpha$	A Folha de S.Paulo <b>informa</b>		
		$\beta$	que a votação da proposta de mudança no Código Florestal Brasileiro <b>deverá ser adiada</b> para depois das eleições.		
2	$1^{\wedge} + 2$	1	O início da discussão sobre o relatório do deputado Aldo Rebelo, do PCdoB, <b>estava marcado</b> para terça-feira (22/6),		
		+2	mas <b>foi adiado</b> para a próxima segunda-feira (28).		
3	$\alpha(\alpha \ll \beta \gg)^{\wedge} x \beta$	$\alpha$	$\alpha$	A bancada ruralista,	
			$=\beta$	<< que <b>forneceu</b> a maior parte das "contribuições" para a proposta assinada por Aldo Rebelo,>>	
			$\alpha$	<b>vai tentar manobrar</b>	
		$x\beta$	para <b>antecipar</b> a votação.		
4	$1[[\ ]]^{\wedge} + 2(\alpha^{\wedge} \beta(\alpha^{\wedge} x \beta))$	1[[ ]]		A bancada ambientalista <b>quer evitar</b> [[ que a decisão seja contaminada pelo clima eleitoral]],	
		+2	$\alpha$	mas também <b>espera</b>	
			$\beta$	$\alpha$	que a opinião pública se <b>mobilize</b>
				$x\beta$	para que o debate <b>seja</b> mais amplo.
5	[[ ]]	Aí é [[ que entra o papel da imprensa.]]			
6	$1[[\ ]]^{\wedge} + 2(\alpha^{\wedge} = \beta)$	1[[ ]]		A imprensa <b>sinaliza</b> aqui e ali [[ que se interessa pelo assunto]],	
		+2	$\alpha$	mas na semana passada alguns jornais e sites noticiosos <b>deram</b> curso a uma mistificação bem ao gosto dos ruralistas,	
			$=\beta$	que <b>defendem</b> a liberação ampla do desmatamento.	
7	[[=]]	<b>Trata-se</b> de uma versão [[= amputada e manipulada de um estudo intitulado "Fazendas aqui, florestas lá – Desmatamento nos trópicos e competitividade dos estados unidos na agricultura e na indústria madeireira".]]			
8	$1^{\wedge}(\alpha[[\ ]]\ll \beta \gg) + 2(\alpha^{\wedge} \beta(x\beta^{\wedge} \alpha))$	1	$\alpha$	"Inocentes úteis"	
			$=\beta$	O texto original,	
			$\alpha[[\ ]]$	<<que <b>pode ser lido</b> em inglês aqui,>>	
		+2	$\alpha$	<b>defende</b> a falsa teoria [[segundo a qual as queimadas de florestas são a causa principal das mudanças climáticas.]]	
			$\beta$	$x\beta$	e <b>afirma</b>   que, << <b>protegendo</b> as florestas

				tropicais,>> α    os americanos <b>estariam defendendo</b> o interesse de sua agricultura nacional contra a concorrência de outros países.
9	$\alpha^x\beta$	α	Os ruralistas <b>usaram</b> esse texto	
		xβ	para <b>atacar</b> os ambientalistas brasileiros.	
10	$1^{+2}(\alpha^x\beta)$	1	O documento <b>estimula</b> o investimento na exploração sustentável de florestas tropicais,	
		+2	α	mas <b>induz</b> a interpretações equivocadas da questão climática,
			xβ	<b>escondendo</b> as causas urbanas e industriais do aquecimento global.
11	$1^{+2}[[=]]$	1	Tal raciocínio torto <b>foi abrigado</b> por jornais brasileiros,	
		+2	e a divulgação de textos baseados nessa manipulação de dados <b>foi multiplicada</b> por sites ligados a interesses dos ruralistas [[= que tentam impor as mudanças no Código Florestal.]]	
12	$\alpha^{\beta}(1^{+2}[[=]])$	α	A leitura desses textos <b>dá a entender</b>	
		β	1	que os defensores do patrimônio ambiental brasileiro <b>estão</b> a serviço do agronegócio dos Estados Unidos,
			+2[[=]]	ou <b>são</b> inocentes úteis [[= condicionados por ONGs estrangeiras]].
13		A história <b>é</b> bem outra.		
14	$\alpha^x\beta$	α	Em primeiro lugar, o Brasil não <b>precisa desmatar</b> mais	
		xβ	para <b>aumentar</b> sua produção agrícola.	
15		Mesmo com as restrições atuais, o agronegócio brasileiro <b>deverá crescer</b> 40%, o dobro da média mundial, nos próximos oito a dez anos.		
16	[[=]]	Os dados <b>estão contidos</b> num estudo conjunto [[= produzido pela FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação) e pela OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico).]]		
17	[[ ]]	Para efeito de comparação, <b>basta observar</b> [[ que o mesmo estudo aponta uma expansão da agricultura americana e canadense de apenas 10% em igual período.]]		
18		Os países do Hemisfério Norte <b>estão</b> mais perto do limite de produtividade de suas terras.		

19	$\alpha^{\beta} \beta$ [[ ]]	$\alpha$	<b>Considere-se</b> , também,	
		$\beta$ [[ ]]	que mesmo com essa perspectiva de crescimento, o Brasil <b>estará</b> longe [[ de ocupar toda a sua área agriculturável.]]	
20	$1^{x2}$	1	Em 2003, o cultivo e a pecuária não <b>cobriam</b> nem 20% das terras disponíveis no Brasil,	
		x2	e desde então <b>seguimos batendo</b> recordes de produção, em parte com o sacrifício do patrimônio ambiental, sem necessidade desse ônus.	
21	$1^{x2}(\alpha^{\beta})$	1	<b>Há</b> controvérsias segundo as fontes,	
		x2	$\alpha$	mas <b>considera-se</b>
			$\beta$	que atualmente, com a grande expansão da atividade, a exploração se <b>aproxima</b> de 50% das terras agriculturáveis.
22	$\alpha^x \beta$ [[=]]	$\alpha$	Ou seja, o Brasil <b>pode seguir ampliando</b> sua capacidade produtiva	
		$x \beta$ [[=]]	sem <b>cometer</b> o crime [[= que é proposto no relatório assinado pelo deputado Aldo Rebelo.]] 	
23	$1(\alpha^{\beta})^2 + 2(\alpha^x \beta)^3 + 4$	1	$\alpha$	O Brasil <b>tem</b> a maior disponibilidade de área agriculturável do planeta,
			$=\beta$	ainda a <b>ser explorada</b> ,
		+2	$\alpha$	e <b>tende a usar</b> cada vez menos terra por tonelada de produto,
			$x\beta$	porque o agricultor nacional <b>é</b> o mais competitivo do mundo.
		+3	Não apenas porque o país <b>avançou</b> muito em termos de tecnologia rural,	
+4	mas também porque o clima e a diversidade dos solos <b>ajudam a compor</b> um mosaico de produtos altamente valioso.			
24	[[ ]]	A agricultura nacional <b>tem</b> condições [[ de se desenvolver de forma sustentável, sem necessidade de normas "mais flexíveis" de proteção do patrimônio ambiental.]]		
25	$\alpha^{\beta} + \beta$ [[=]]	$\alpha$	A imprensa <b>precisa mergulhar</b> profundamente no tema,	
		$+\beta$ [[=]]	em vez de <b>dar</b> curso a mistificações [[= manipuladas pelas forças mais retrógradas do cenário do poder nacional.]]	
26	[[=]]	<b>São</b> as mesmas forças [[ que produziram o grande retrocesso na tentativa de controlar a proliferação de armas de fogo no país.]]		

**APÊNDICE E – Estrutura Esquemática do gênero instanciado nos artigos de opinião conforme categorização da Escola De Sydney.**

Etapas e fases de gênero		Texto (AO1 – O ministro turrão)	
<b>MACROGÊNERO</b>	<b>Tese</b>	Melhor talvez seja chamar simplesmente de teimoso, esse ministro Minc. As alternativas seriam quase xingamentos, como birrento, quem sabe burro ou ignorante.	
	<b>Argumentos</b>	Pois	
	<b>MICROGÊNEROS</b>	<b>Relatório composicional</b>	o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, sugeriu esta semana, mais uma vez, seis alterações no Código Florestal atual para valer quando entrar em vigor o novo Código no final do corrente ano.
		<b>Relato</b>	<p>As mudanças propostas por Stephanes incluem a retirada da proibição do plantio de áreas consolidadas em morros, topos e encostas; a soma das reservas legais com APPs (Áreas de Preservação Permanente); a liberação da reserva legal, com o tamanho da propriedade sugerido pelo ministro em até 150 hectares. Com isso calcula-se atingir 95%, ou até mais, do total das propriedades. Além disso, Stephanes propõe a compensação em outras áreas, em obediência à legislação anterior e, por fim, que as penalizações e multas feitas fora do período devam ser automaticamente eliminadas.</p> <p>Na avaliação do ministro, 70% do território nacional já é caracterizado hoje como reserva de alguma espécie. "Devemos atingir 80% em breve e esse território está todo congelado para qualquer atividade econômica." Falando frontalmente contra o Ministério do Meio Ambiente a uma plateia formada basicamente por produtores rurais, Stephanes queixou-se de que o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, não aceita mudar nenhum ponto da atual legislação. "Pelo Ministério do Meio Ambiente, não se muda nada, mas precisamos de alterações no curto prazo ou teremos sérios problemas pela frente."</p>
	<b>Argumentos</b>	<p>1º argum.</p> <p>Não sei se o ministro Minc entendeu o que o colega da Agricultura falou, mas apresso-me a "traduzir" a mensagem: vai faltar comida, ou melhor, a oferta de alimentos vai ser drasticamente reduzida e estes vão ficar muito mais caros. Capisce, ministro Minc?</p> <p><b>O "otimista" e a hecatombe</b></p> <p>Afinal, o que querem os ambientalistas? Preservar tudo? Agora investem até contra o Cerrado, lamentam através da grande mídia que quase 50% desse "magnífico" bioma, com vocação para ser uma imensa savana, portanto um solo degradado, já foi alterado para a implantação de lavouras e pastagens e "acusam" que é tudo para se ter lucro...</p> <p>A mídia concorda com tudo, parece não ter competência para contestar o ministro que tem ideias mais curtas do que as mangas de seus coletes. Neste caso, a omissão da mídia sobre a tentativa de debate do ministro da Agricultura, é inexplicável. Não encontrei nenhuma notinha nos grandes jornais, nem nas TVs.</p> <p>Ora, lucro agora é pecado? Talvez ganância, mas seria um pecado venial, até porque a acusação é dessas coisas politicamente corretas, para não dizer capenga e infantil, além de rasteira. O ministro Minc precisa saber que se faz agricultura para produzir alimentos e biocombustíveis, além de fibras, e que estas últimas, depois, viram coletes coloridos para enfeitar o sortido guarda-roupa dele. Alguém aí, que esteja lendo este texto, avise o ministro Minc que alimento não nasce na gôndola de supermercado.</p>	

	2º argum.	<p>Alguém aí avise o ministro e seus amigos ambientalistas que para estancar a oferta de alimentos precisaria reduzir antes o número de bocas que gostam de comida porque o planeta está com 6,7 bilhões de almas, ou melhor, bocas famintas, e vamos aceleradamente para 9 bilhões dentro de 25 anos. Alguém aí avise o ministro de que terá de reinventar a roda do crescimento da economia para garantir emprego aos que vão nascer no futuro breve.</p> <p>Como vão fazer para reduzir o crescimento demográfico não é problema meu. Apenas sei que é preciso fazer isso. Nesse sentido, por vezes me acusam de "catastrofista", mas informo que tenho um amigo, fazendeiro, que se autointitula "otimista" e diz acreditar que a natureza irá nos pregar uma peça inesquecível dentro em breve com uma hecatombe, virose, pandemia ou sabe-se lá o que, que irá extinguir de um só sopro mais de 2,5 bilhões de bocas do planeta, "solucionando" a questão ambiental e mitigando os problemas para daqui a um século e meio, no mínimo.</p> <p><b>Pegue o boné e vá para a praia</b></p> <p>Sei lá se vai ou não acontecer tal fatalidade, não tenho bola de cristal, mas talvez fosse melhor que acontecesse, o quanto antes, seja pela providência divina, seja pela ação inconsequente da humanidade com o consumismo e com essa estranha mania de, todo dia, três vezes ao dia, ficar engolindo alimento. Que vício idiota esse, não é mesmo?</p>
	3º argum.	<p>Nessa marcha consumista não vai sobrar nenhuma árvore na Amazônia daqui a uns 50 anos, querem apostar? Pode colocar um exército de milhões de mincs de braços dados nas bordas de toda a imensa floresta, não vai sobrar uma só árvore para contar a história. Até porque primeiro os madeireiros tiram as árvores de lá, e os fiscais do Ibama, subalternos do ministro Minc, não nos esqueçamos, não estão nem aí: ou deixam os caminhões passar, se ficar uma propina, evidentemente, ou a madeira é apreendida para efeito midiático do ministro dos coletes, que adora aparecer na mídia. Jamais vi uma árvore queimada, esturricada pelas queimadas. Porque os madeireiros passam por lá antes disso, uma eterna coincidência...</p>
	<b>Reiteração</b>	<p>É, é melhor avisar o ministro Minc que ele é turrão, é birrento, é burro (porque pouco inteligente) e ignorante (no sentido lato de ignorar) das coisas da vida e do campo. Ou então há comprometimento com outros interesses, inconfessáveis, por sinal, porque o que ele vai conseguir com essa birra e teimosia, é colocar um nó górdio no agronegócio e depois será difícil de desatar, para não dizer impossível. Levem em consideração que não afirmei que o ministro é vigarista – ainda não tenho certeza de que ele mereça esse rótulo –, apesar dele achar o contrário em relação aos produtores rurais que plantam a comida que ele come. Mas depois que come tenho certeza de que ele cospe no próprio prato, é claro, caso contrário seria um incoerente.</p> <p>Já sugeri uma vez, e repito: pegue seu boné, mas não esqueça dos coletes, e vá tomar sol na sua praia do Leblon, senhor ministro da teimosia. Aproveite e relaxe, faça muita passeata em favor da liberação da sua maconha, talvez a única agricultura possível dentro de sua ótica. Aí, a mídia repercute as suas atividades nessa área.</p>

		Etapas de gênero	Texto (AO2 - Como ludibriar o cidadão)	
MACROGÊNERO	MICROGÊNEROS	Relato	Orientação	A Folha de S.Paulo informa que a votação da proposta de mudança no Código Florestal Brasileiro deverá ser adiada para depois das eleições.
			Eventos	O início da discussão sobre o relatório do deputado Aldo Rebelo, do PCdoB, estava marcado para terça-feira (22/6), mas foi adiado para a próxima segunda-feira (28). A bancada ruralista, que forneceu a maior parte das "contribuições" para a proposta assinada por Aldo Rebelo, vai tentar manobrar para antecipar a votação. A bancada ambientalista quer evitar que a decisão seja contaminada pelo clima eleitoral, mas também espera que a opinião pública se mobilize para que o debate seja mais amplo.
	Interpretação	Avaliação	Aí é que entra o papel da imprensa. A imprensa sinaliza aqui e ali que se interessa pelo assunto, mas na semana passada alguns jornais e sites noticiosos deram curso a uma mistificação bem ao gosto dos ruralistas, que defendem a liberação ampla do desmatamento.	
		Descrição	Trata-se de uma versão amputada e manipulada de um estudo intitulado "Fazendas aqui, florestas lá – Desmatamento nos trópicos e competitividade dos estados unidos na agricultura e na indústria madeireira". <b>"Inocentes úteis"</b> O texto original, que pode ser <a href="#">lido em inglês aqui</a> , defende a falsa teoria segundo a qual as queimadas de florestas são a causa principal das mudanças climáticas, e afirma que, protegendo as florestas tropicais, os americanos estariam defendendo o interesse de sua agricultura nacional contra a concorrência de outros países. Os ruralistas usaram esse texto para atacar os ambientalistas brasileiros.	
		Reafirmação	O documento estimula o investimento na exploração sustentável de florestas tropicais, mas induz a interpretações equivocadas da questão climática, escondendo as causas urbanas e industriais do aquecimento global. Tal raciocínio torto foi abrigado por jornais brasileiros, e a divulgação de textos baseados nessa manipulação de dados foi multiplicada por sites ligados a interesses dos ruralistas que tentam impor as mudanças no Código Florestal. A leitura desses textos dá a entender que os defensores do patrimônio ambiental brasileiro estão a serviço do agronegócio dos Estados Unidos, ou são inocentes úteis condicionados por ONGs estrangeiras.	
		<b>Tese</b>	A história é bem outra.	
	<b>Argumentos</b> 1º argum.	<b>A verdade da terra</b> Em primeiro lugar, o Brasil não precisa desmatar mais para aumentar sua produção agrícola. Mesmo com as restrições atuais, o agronegócio brasileiro deverá crescer 40%, o dobro da média mundial, nos próximos oito a dez anos. Os dados estão contidos num estudo conjunto produzido pela FT (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação) e pela OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico). Para efeito de comparação, basta observar que o mesmo estudo aponta uma expansão da agricultura americana e canadense de apenas 10% em igual período. Os países do Hemisfério Norte estão mais perto do limite de produtividade de suas terras. Considere-se, também, que mesmo com essa perspectiva de crescimento, o Brasil estará longe de ocupar toda a sua área agriculturável. Em 2003, o cultivo e a pecuária não cobriam nem 20% das terras disponíveis no Brasil, e desde então seguimos batendo recordes de produção, em parte com o sacrifício do patrimônio ambiental, sem necessidade desse ônus. Há controvérsias segundo as fontes, mas considera-se que atualmente, com a grande expansão da atividade, a exploração se aproxima de 50% das terras agriculturáveis. Ou seja, o Brasil pode seguir ampliando sua capacidade produtiva sem cometer o crime que é proposto no relatório assinado pelo deputado Aldo Rebelo.		

	2º argum	<p><b>Armas de fogo</b></p> <p>O Brasil tem a maior disponibilidade de área agriculturável do planeta, ainda a ser explorada, e tende a usar cada vez menos terra por tonelada de produto, porque o agricultor nacional é o mais competitivo do mundo. Não apenas porque o país avançou muito em termos de tecnologia rural, mas também porque o clima e a diversidade dos solos ajudam a compor um mosaico de produtos altamente valioso.</p> <p>A agricultura nacional tem condições de se desenvolver de forma sustentável, sem necessidade de normas "mais flexíveis" de proteção do patrimônio ambiental.</p>
	Reiteração	<p>A imprensa precisa mergulhar profundamente no tema, em vez de dar curso a mistificações manipuladas pelas forças mais retrógradas do cenário do poder nacional.</p> <p>São as mesmas forças que produziram o grande retrocesso na tentativa de controlar a proliferação de armas de fogo no país.</p>

Etapas de gênero		Texto (AO3 - Perplexidade diante de tantas escolhas)	
MACROGÊNERO	MICROGÊNERO	Relatório descritivo	<p>Por muitos anos tivemos em cena o jornalismo rural –</p>
		Classificação	
	Descrição	<p>aquele que se aprendia na faculdade, que noticiava/ensinava ao agricultor uma nova técnica agrícola ou a fazer torta de abóbora na safra. Mas, no geral, esse tipo de jornalismo não se posicionou muito em relação a temas agrários polêmicos, tais como reforma agrária, por exemplo, principalmente em tempos bicudos de ditadura militar.</p>	
	Tese	<p>Mas, em tempos de tantas decisões delicadas na área ambiental, como noticiar meio ambiente ou "sustentabilidade"?</p> <p>Acredito que nunca foi tão complicado cobrir a área de meio ambiente nas redações de jornais, revistas, rádios e TV. Não exatamente pela imensa quantidade de matérias a serem escritas, mas pela inexorável dificuldade de se posicionar a respeito. Na era das redes sociais, ao contrário, blogs de ambientalistas têm imensa facilidade em lidar com isso tudo, na ausência da censura. Expõem seus pontos de vista sobre qualquer tema, e está feito. Não têm satisfações a dar a não ser para suas próprias consciências e seus seguidores. Já os jornais de prestígio, as rádios, as TVs...</p>	



	<b>Argumento</b>	<p>O motivo maior dessa dificuldade se deve ao fato de que tratar da construção ou não de Belo Monte, defender ou não mudanças no Código Florestal, por exemplo, impõe tomar partido. E esse partido a ser tomado atinge a visão histórica de desenvolvimento do Brasil que eventualmente se tenha, a escolha ou não do apoio ao modelo desenvolvimentista em curso no país desde os anos 1950 (e agora do neo-desenvolvimentismo), a escolha de uma visão política ou outra e a escolha de um modelo energético possível. E isso é muito complicado para a grande mídia. Não é por acaso que o que tem sido noticiado sobre a temática não raramente aparece na editoria de Economia ou de Política, e não em Geral/Cidades, como antes, pois requer cuidados adicionais. Em alguns jornais aparece nas páginas dos editoriais, pois envolve a visão da própria empresa jornalística sobre o tema. Caímos na Teoria Organizacional do Jornalismo. Aquela que trata dos vínculos da empresa jornalística com o mercado e suas relações institucionais.</p> <p><b>Como fica o leitor/espectador?</b></p> <p>Recentemente, quando chamaram um link para Brasília no Jornal da Globo e vimos na tela Heraldo Pereira – o assunto era o pito da OEA quanto a Belo Monte. Heraldo, já no lead, disse aos telespectadores que o Brasil "precisava" de hidrelétricas como Belo Monte e que a OEA pouco representava no rol das coisas, minimizando a ação do órgão. A questão é... Quem disse? Essa era a opinião pessoal dele, da emissora onde ele trabalha, da presidência da República, do povo brasileiro, do Congresso Nacional ou do Greenpeace, para citar apenas uma entidade ambientalista? Ficou pouco clara tal ingerência do jornalista no nível do jornalismo opinativo e em relação aos fatos apresentados. Já Miriam Leitão – colunista – disse com todas as letras recentemente, no Bom Dia Brasil, que Aldo Rebelo, relator das mudanças no Código Florestal, comunista histórico, havia tomado o partido dos ruralistas.</p>
	<b>Reiteração</b>	<p>Dizem os manuais de jornalismo usados nas faculdades e nas redações que o jornalista deve ser neutro em relação ao noticiário. Ocorre que em temas tão contundentes, polêmicos e incandescentes como modelo de país, construção de novas hidrelétricas e mudanças no Código Florestal, os ânimos se alteram. E o que se vê são defesas de posições político-ideológicas, principalmente no nível do jornalismo opinativo.</p> <p>O mesmo vem ocorrendo nos partidos. Será que os partidos comunistas vêm consultando as bases quanto a apoiar ruralistas? Não soa estranho que históricos partidos de esquerda apoiem o agronegócio? Afinal, antes eles não apoiavam o MST, por exemplo? Não há contradição nesse novo posicionamento? Quem mudou? O Brasil? O jornalismo? Os partidos políticos? Mudaram os rumos do Brasil, a ética, os valores civis e ambientais? E o leitor/espectador, fica como nisso tudo?</p>

		Etapas de gênero	Texto (AO4 - O dinheiro não tem ouvidos)
MACROGÊNERO	MICROGÊNERO	Classificação	Os fatos registrados na última semana no Pará mostram claramente, com som e imagem, quem manda neste país: a oligarquia agrária, os grandes fazendeiros, as empresas estrangeiras que se apropriam a cada dia das terras brasileiras.
		Relatório descritivo	<p>Conforme relatórios da Comissão Pastoral da Terra, hoje, menos de 50 mil proprietários rurais possuem áreas superiores a mil hectares. E são estes os responsáveis pela produção do alimento e pela geração de emprego no campo. São as propriedades com menos de 100 hectares as que produzem 47% da comida que nos mantém vivos e empregam cerca de 40% da mão-de-obra.</p> <p>Por outro lado, apenas 1% dos proprietários rurais detêm em torno de 46% de todas as terras. Não bastasse essa ínfima minoria tomar conta de quase tudo, dos aproximadamente 400 milhões de hectares que aparecem como propriedade privada, apenas 60 milhões de hectares são usados para plantar comida. O restante das terras está ocioso ou subutilizado.</p> <p>O Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra) aponta um dado significativo: existem 100 milhões de hectares de terras ociosas e cerca de 4,8 milhões de famílias sem terra no Brasil. As grandes propriedades, com mais de 10 mil hectares, aparecem nos relatórios como as que participam de apenas 4% da produção de alimento e 4,2% de absorção de mão-de-obra.</p>
	Argumentos	Tese	A pergunta que fica batendo então é: como pode um pequeno grupo, que sequer planta comida ou emprega gente, ter tanto apoio governamental? Ora, a resposta é simples: eles têm grana e mantêm as casas legislativas sob seu comando.
		1º argum	No blog " <a href="#">Os donos da terra</a> ", dirigido pelo jornalista Alceu Castilhos, pode-se encontrar muitos desses exemplos. Seja na Câmara de Deputados, seja nos legislativos estaduais, a bancada ruralista é puro poder. Quem duvida, veja a votação do código florestal. 420 x 68. Goleada! Isso prova por A + B que o processo eleitoral no Brasil não tem qualquer relação com a democracia. O que vale é a força do dinheiro. E ponto final.
		2º argum.	<p><b>Totem de destruição</b></p> <p>Outra coisa importante que a votação do código mostrou é o quanto as vozes das gentes, o tal do povo que os deputados falam tanto quando pedem voto, não são levadas em consideração para nada. Durante anos, as propostas do novo código florestal foram rebatidas, pessoas se mobilizaram, gritaram, fizeram protestos, especialistas ditaram os males que viriam, pitonisas previam desgraças e nada foi capaz de barrar a vitória dos grandes latifundiários.</p>

	3º argum	<p>Agora, no Brasil, uma nova queda de braço se faz entre a maioria e a minoria endinheirada. O mesmo velho e odioso massacre do capital contra a maioria das gentes. É a construção da usina de Belo Monte. Quantos relatórios já foram formulados? Quantas análises? Quantos gritos de clamor e desespero já ecoaram na beira dos rios, nas florestas? Mas o dinheiro é surdo. Não há como ouvir. O lucro de uns poucos (o 1%) vale mais do que a vida de milhares de pessoas que vivem do rio e da floresta.</p> <p>A usina segue em frente, devastando a floresta, alagando as terras, desalojando as famílias. Que farão? Para onde irão? Ninguém se importa. É o preço do progresso. Alguém tem de fazer algum sacrifício. Mas esse “alguém”, é claro, nunca são os ricos.</p> <p>Num tempo em que as tecnologias alternativas de energia já são realidades concretas, o Brasil insiste na mesma matriz das usinas gigantes. Elas geram muita energia, é certo. Mas a que custo? O lago de Belo Monte inundará mais de 500 quilômetros quadrados de terra. Destruirá rios, peixes, gentes e territórios sagrados. O lago mudará para sempre o curso do rio Xingu, que na língua kamaiurá quer dizer água limpa. Esse imenso rio, de mais de dois mil quilômetros, que nasce no Mato Grosso e vai até o Pará, é sinônimo de vida para milhões de pessoas que vivem nas suas margens. Pois ao custo de 25 bilhões de reais, que engordarão as empreiteiras, o governo pretende construir uma obra que equivale a oito Maracanãs. O impacto que a usina vai causar na floresta é a destruição de nove milhões de hectares, equivalente a duas vezes a cidade do Rio de Janeiro. Um gigante de concreto em meio à floresta. Um totem mítico de destruição.</p>
<b>Reiteração</b>		As autoridades falam em desenvolvimento. Mas não dizem para quem.

<b>Etapas de gênero</b>		<b>Texto (AO5 - Campo fértil para o jornalismo verde)</b>
<b>MACROGÊNERO</b>	<b>MICROGÊNERO</b>	O jornalismo, no dia a dia, seja das redações ou universidades, tem recebido muitos sobrenomes.
	<b>Relatório composicional</b> Classificação de entidade Componentes	<p>Cada um destes designa o foco da atividade jornalística – e assim temos desde o jornalismo econômico ao jornalismo político, do jornalismo esportivo ao jornalismo social. A geopolítica também influencia a atividade, e então temos o jornalismo internacional. Temos o jornalismo policial e o acadêmico ou científico.</p> <p>É a nossa antiga mania de esquartejar os conceitos, delimitar em contornos apropriados uma atividade e, a título disso, nos sentir “especializados” no assunto que, no mais das vezes, não passa de mero enfoque, uma tênue sinalização do que pretendemos escrever e transmitir.</p> <p>Algumas vertentes vieram e se foram. Como, por exemplo, o jornalismo ambiental que fez muito sucesso durante a realização, em junho de 1992, no Rio, da Conferência das Nações Unidas para Desenvolvimento e Meio Ambiente, também conhecida como Cúpula da Terra e, para os mais familiarizados pelos cinco signos, Eco92. Agora, em poucos meses, teremos uma conferência filhote desta última, a ora chamada Rio+20.</p>

<b>Tese</b>	<p>O que o público sabe desse evento que pretende reunir dezenas de chefes de Estado estrangeiros no Rio, em junho de 2012? Ao menos neste ponto, os chamados jornalistas ambientais comeram mosca: é um evento pouquíssimo frequente no noticiário impresso, televisivo, radiofônico e pelo que vai nas ondas da web.</p> <p><b>Sem exclusão</b></p> <p>E não deveria ser assim, porque se há algum evento que merece atenção e foco da sociedade é a Rio+20.</p>
<b>MICROGÊNERO</b>	<p>Foi a Eco92 que deflagrou importante processo monitorado pelas Nações Unidas, qual seja a realização de diversas conferências internacionais abordando temas como condição da mulher, habitação, luta contra o racismo, dentre outras, e que teve como objetivo a discussão dos problemas globais que afetam a humanidade. E os resultados não tardaram a aparecer na forma de tratados, pactos e acordos internacionais, como as convenções sobre Mudanças Climáticas, Biodiversidade, Desertificação, a Agenda 21, Carta da Terra, Declaração sobre Florestas, Declaração de Durban.</p> <p>Assim como a Eco92, as demais cúpulas mundiais e seus pactos acordados passaram meio que ao largo daquilo que chamamos de valor-notícia. Ficaram afetos aos ambientalistas, fossem ou não jornalistas, mas não encontraram espaço suficiente para alcançar a atenção da sociedade – isso, não obstante a natureza dos assuntos tratados para o bem-estar e desenvolvimento da espécie humana.</p>
<b>Relato histórico</b>	<p>Tivemos vinte anos entre 1992 e 2012 e o enfoque midiático pouco deixou de ser a velha luta pelo poder nos vários países, os movimentos político-eleitorais com o sobe-e-desce entre direita e esquerda e também os vãos e desvãos da economia internacional. É como se assumíssemos de forma semiautomática que o papel da imprensa não poderia ser outro que não o de manter o status quo planetário. E agora chegou aonde quero chegar: por que não legitimar por meio da apreensão do senso comum o que podemos chamar de economia verde?</p>
<b>Tese</b>	<p>A Rio+20 e a economia verde têm tudo a ver. Afinal, é um termo hoje consagrado, anda nas cabeças e nas bocas dos que assumem algum protagonismo na luta pela recriação de um novo mundo, de uma nova ordem mundial, de algo novo que enterre de vez o mundo como o conhecemos hoje, minado por contradições paralisantes e com elevado grau de conflitos enraizados e patentes injustiças e crimes cometidos contra 2/3 da população mundial.</p> <p>O próprio nome – economia verde – apresenta-se como o complemento mais apropriado de algo apto a amadurecer e crescer. Isto significa que, ao menos em tese, todos parecem convencidos de que conciliar desenvolvimento e preservação vem se revelando a única alternativa possível para melhorar a qualidade de vida de todos. Sem exclusão e sem fronteiras, porque tudo está no mundo, no planeta e, a priori, não existe ninguém fora do planeta. O que fazemos aqui repercute aqui mesmo na forma de nossa qualidade de vida e nos meios que assegurem nossa sobrevivência. Simples assim.</p>
<b>Argumentos</b>	<p><b>1º argum.</b></p> <p><b>Interesses tóxicos</b></p> <p>Sempre fui contrário às ideias circulantes que defendem um jornalismo engajado. Essa ideia sempre me causava a urticária que tão-somente o jornalismo político-partidário poderia causar, com sua deliberada agenda de falsear a verdade em nome da preservação e favorecimento de crenças e ideologias.</p> <p>Mas, hoje, devo assumir que mudei. E considero questão de honra difundir, promover e apoiar toda iniciativa ambientalmente responsável. É inescapável compreender que a eclosão da economia verde representa um grande passo não só em direção a um mundo mais sustentável, mas principalmente em direção a um desenvolvimento socialmente mais inclusivo. Aqui reside uma revolução na forma de semente ainda, é verdade, mas uma revolução com tudo para sacudir os alicerces do mundo como o conhecemos agora.</p> <p><b>2º argum.</b></p>

		<p>A economia verde está diretamente relacionada com a dinamização da própria arquitetura das finanças, ao estimular que se repense de forma mais abrangente e responsável o planejamento urbano e ao ensejar a construção de novos modelos de desenvolvimento local. E este era o elo que faltava para fecharmos a equação vital: a economia verde não tem gerado só mais consciência de que temos um destino comum a partilhar, mas, em uma primeira análise, tem gerado mais empregos. E existirá algo mais em falta no mundo atualmente do que empregos?</p> <p>Para sair do terreno fértil onde vicejam as intenções piegas podemos ver a economia verde como a semente de um extraordinário avanço social, uma vez que conjuga a sobrevivência humana no presente com as perspectivas da sobrevivência humana no futuro, deixando de ver o meio ambiente como algo desconectado e alheio à experiência humana para vê-lo completamente integrado ao que chamo “todo-ambiente” (i.e. ser humano + meio ambiente).</p>
	<b>Reiteração</b>	<p>E neste contexto é indispensável o protagonismo dos meios de comunicação. A agenda midiática – esta que abarca os jornais impressos, os canais de televisão, as emissoras de rádio e a mobilização sempre crescente na web – preferiu ocupar-se da matéria presente a ousar alinhavar o futuro. É como se a melhoria das condições climáticas do planeta, a preservação de sua biodiversidade e o estancamento dos processos de desertificação que enfermam a Terra fossem business de outros setores da vida organizada das sociedades.</p> <p>Nada mais equivocado que isto, uma vez que, agindo assim, os meios de comunicação mantiveram ao largo do processo imensas parcelas da população mundial, deixando-as à mercê de interesses, quando não mesquinhos, profundamente tóxicos à ideia de cidadania, tornando-as nada mais que massa de manobra para os “poderosos” de plantão.</p> <p><b>Pauta ética</b></p> <p>A par com uma economia verde há que brotar um jornalismo verde. Entre um e outro existe toda uma coesão dinâmica a ser explorada, aliando conceitos de desenvolvimento com conceitos de comunicação livre e desimpedida, inclusiva às várias formas do pensamento humano e resistente a modelos de desenvolvimento focados na opressão de uns sobre outros, em que a realidade da vida é vista apenas como peça de engrenagem mercantilista e onde o que vale mesmo é o lucro pelo lucro.</p> <p>É a este jornalismo verde que precisamos chamar a atenção das novas gerações de jornalistas, que saem ainda tinindo de novos dos bancos das universidades e prontos a abraçar não uma profissão somente, mas antes uma causa à qual possa dedicar a vida. Algo muito distante do jornalismo ambientalista, em que uns poucos se apropriam da agenda para priorizar a denúncia dos problemas e dos crimes contra a natureza e o meio ambiente e deixam ao relento de outras editorias a busca por soluções plausíveis, factíveis, possíveis.</p> <p>É a estes que deve chegar, preferencialmente, o apelo maior por um jornalismo verde. Que antes de tudo é pautado pela ética e pela cidadania.</p>

Etapas de gênero		Texto (AO6 - Um “duro golpe” na ética jornalística)	
MICROGÊNERO	Interpretação	<p>O Jornal da Band exibido no dia 4 de maio trouxe um furo de reportagem absolutamente bombástico: todas as previsões “catastróficas” sobre o aquecimento global das últimas décadas estavam erradas. Na verdade, a Terra está esfriando. E, por isso, os ambientalistas que defendem o veto ao Código Florestal sofreram “um duro golpe”. Sim, estas pérolas de nonsense foram veiculadas no principal telejornal da emissora paulista em horário nobre, para todo o Brasil e com o tom de imparcialidade e informação confiável exigido de qualquer programa do gênero. Cômico? Sim, sem dúvida. Mas, sabendo que aquela não era a edição de 1º de abril, a gente deixa de rir e começa a se preocupar.</p> <p>A suposta notícia é construída a partir de uma entrevista dada há alguns dias pelo britânico James Lovelock. Ele afirma que exagerou no catastrofismo sobre o clima e que suas previsões estavam erradas.</p>	
	Sinopse do texto		
	Reafirmação	O problema é que Lovelock, com sua Teoria de Gaia – segundo a qual o planeta é considerado um único organismo vivo –, não costuma servir de referência a ninguém que estude o clima com rigor. O fato de hoje, aos 92 anos, desdizer seus próprios palpites, é cientificamente irrelevante. Ou, no mínimo, questionável.	
MACROGÊNERO	Tese	Mas a intenção da TV Bandeirantes não era provocar um debate esclarecedor sobre o tema.	
	Argumentos	1º argum.	<p>O viés editorial estava explícito desde a primeira frase: “Uma notícia que atinge o centro da argumentação dos ambientalistas que defendem o veto ao novo Código Florestal aprovado pelo Congresso”.</p> <p>Mentira. Qualquer bom jornalista sabe que isso é mentira. Inclusive os competentes e experientes Ricardo Boechat e Joelmir Beting, que comandam a bancada. O “centro da argumentação” dos ambientalistas que defendem o veto ao novo Código Florestal não é nem nunca foi o aquecimento global. O centro da argumentação é muito mais simples, local e observável: preservar as margens dos rios, topos de morro e reservas legais é providência obrigatória para manter a sustentabilidade dos ecossistemas, o suprimento de água, o equilíbrio do clima, a própria segurança da população contra enchentes, entre outros benefícios sociais e ambientais; combater o desmatamento, não anistiar grandes desmatadores. A reportagem, intencionalmente, promove a confusão entre dois temas diferentes: o ceticismo quanto ao aquecimento global e as discussões sobre o Código Florestal brasileiro. Como se não bastasse, ainda omite qualquer opinião que corrobore o aquecimento ou condene o novo Código. Ouvir o outro lado? Não. O Jornal da Band ignorou a regra número um dos manuais de jornalismo.</p>
		2º argum	<p>O texto insiste em carregar nas tintas: a autocrítica de Lovelock “representa um duro golpe no discurso ambientalista em todo o planeta”. Opa! Duro golpe? Quem disse isso? Algum ambientalista, de qualquer ponto do planeta, ficou deprimido, se atirou pela janela ou veio a público anunciar que não acredita mais no aquecimento global e agora defenderá a ampliação dos combustíveis fósseis? Ah, não é isso. “Duro golpe” não é informação. “Duro golpe” é linha editorial. É desejo, é torcida do defensores do novo Código, é manipulação rasteira na tentativa de desmoralizar o crescente movimento “Veta, Dilma”.</p>
		3º argum	<p>A reportagem segue, mas a fórmula está dada: ridicularizar o discurso ambientalista, defender as alterações do Código Florestal. Pinçam uma única frase de artigo de Marina Silva na tentativa de desqualificar seu discurso (por que não a entrevistaram, para esclarecer a questão?). Apresentam um climatologista que afirma, com segurança, que nos próximos anos “vamos mergulhar num resfriamento global”. O telejornal não informa a que instituição está filiado o climatologista responsável por informação tão categórica. E, talvez num ato falho, seu nome aparece errado nos créditos: “Luiz Alberto Morion”. O</p>

		Google informa que o verdadeiro nome é Luis Carlos Morion, professor da Universidade Federal de Alagoas. Na mesma pesquisa, descobre-se que a Band vem se servindo bastante deste entrevistado ultimamente. Nada contra. Mas será que não existe um único climatologista que ainda defenda a tese do aquecimento global? A depender do Jornal da Band, não saberemos.
	4º argum	<b>Muito democrático</b> Por fim, abre-se espaço a Xico Graziano, agrônomo e ex-presidente do Incra, que defende a manutenção integral do texto aprovado pelo Congresso: “Se a presidente vetar é um desrespeito à democracia.” Outra revelação surpreendente, esta! Poderia jurar que o veto é um direito constitucional do presidente eleito democraticamente. Algum depoimento a favor do veto? Não. Talvez o telejornal não considere democrático abrir espaço para este ponto de vista.
	Reiteração	Que o Grupo Band tem fortes vínculos com os interesses do agronegócio é sabido. Mas não custa lembrar, pela enésima vez, que as emissoras de rádio e TV são concessões públicas com compromissos a zelar para com o interesse social e o direito coletivo à informação. Ainda mais em se tratando da prática jornalística. Não vale tudo. Quando quiserem produzir mensagem editorializada, que deixem isso explícito. Detalhe: este verdadeiro pastelão travestido em reportagem séria coincidentemente foi ao ar no encerramento da mesma edição do telejornal em que se mostrou Camila Pitanga interrompendo uma cerimônia oficial para pedir diretamente à presidente: “Veta, Dilma”. Pela relevância do evento, era impossível não exibir o recado de Pitanga. O que nos leva a pensar que a produção precisou correr para aprontar a matéria final, em que deixa claro o que o espectador deve pensar sobre o assunto. Dada a pressa, talvez não tenham tido tempo de fazer algo mais qualificado. Ou de disfarçar melhor seus interesses.

Etapas de gênero		<b>Texto (AO7 - Um debate desértico)</b>	
MACROGÊNERO	Tese	Feijão e arroz interessam a todos, assim como água limpa e ar puro, mas os meios de comunicação conseguiram transformar o debate sobre o Código Florestal em assunto de dois grupos muito restritos, a bancada ruralista do Congresso Nacional e os ambientalistas. A maior parte da cobertura foi mais uma versão da luta entre o bem e o mal, um conflito bipolar entre os defensores da natureza e os partidários da devastação. A redução do problema a termos tão simples dificilmente poderia resultar numa informação de alta qualidade.	
	MICROGÊNERO	Relatório descritivo	“Ruralistas vencem no Código florestal”, noticiou o Globo na quinta-feira (26/4), no alto da primeira página. “Dilma é derrotada, e nova lei diminui a proteção ambiental”, deu a Folha de S.Paulo em manchete. Em página interna o Estado de S.Paulo também destacou a vitória de um dos grupos: “Aprovada reforma do Código Florestal; ruralistas impõem derrota ao governo”. O Palácio do Planalto, nesse caso, surgiu como portador da bandeira ambientalista
		Descrição	Nos jornais, o assunto foi entregue, de modo geral, às equipes encarregadas de questões de Saúde, Ciência e Ambiente. As editorias de Economia ficaram longe do tema. Alguns colonistas econômicos trataram do debate, em raras ocasiões. Em editoriais, também raros, a dimensão mais ampla do assunto foi mostrada.
	Tese	Mas, com a omissão das seções econômicas, a cobertura ficou deficiente. Jornalistas competentes em agricultura poderiam ter enriquecido o trabalho com detalhes de real importância.	

<b>Argumentos</b>	1º argum	<p><b>Novas técnicas</b></p> <p>Valeria a pena circunscrever mais claramente o problema do desmatamento. Quem promove a devastação? Qual a responsabilidade de cada categoria de produtor? Como se dá a ocupação do território pela agropecuária? Quanto cresceu a produção de grãos nos últimos vinte anos e quanto aumentou a extensão das terras cultivadas? Os ganhos de produtividade permitiram limitar a expansão das áreas de lavouras? E qual a proporção entre o crescimento da pecuária comercial e o das pastagens? Quem desmata para criar bois?</p> <p>Responder a questões como essas tornaria o debate mais interessante e mais informativo para um número muito maior de pessoas. Também serviria para diferenciar tipos de atividade agropecuária e mostrar o envolvimento de cada classe de produtor com a preservação ambiental.</p>
	2º argum	<p>Quem acompanhou a evolução da agricultura brasileira nas últimas três décadas sabe quanto mudaram os padrões de manejo de solo e de relação dos produtores comerciais com o ambiente.</p> <p>Jornalistas com experiência na área agrícola poderiam lembrar, por exemplo, os problemas de erosão causados em algumas áreas do Rio Grande do Sul, até os anos 1980, por algumas das piores práticas. Tanto os produtores quanto o governo – incluídos os bancos oficiais – passaram por um duro e importante aprendizado.</p> <p>Boas práticas de culturas em encostas, novas técnicas de irrigação, melhor uso das curvas de nível, manutenção de árvores como quebra-ventos naturais, respeito às matas ciliares e emprego mais cuidadoso de máquinas entraram no repertório dos melhores agricultores. A rotação de culturas também contribuiu para a preservação da qualidade do solo. Técnicas de plantio direto e de cultivo mínimo (minimum tillage) foram adotadas gradualmente. Agrônomos regionais tiveram papel importante nas mudanças, assim como jovens técnicos de volta das faculdades para a propriedade da família.</p>
<b>Reiteração</b>		<p><b>Discussão empobrecida</b></p> <p>Nos anos 1980 e em boa parte dos 90 os debates sobre produtividade e preservação frequentemente se misturaram. A imprensa especializada acompanhou. Ecologistas de ONGs permaneceram longe dessas discussões a maior parte do tempo. Quem acompanhou os fatos e andou pelo interior, como repórter, enfiando o pé no solo recém arado, para conversar com os lavradores, como fez muitas vezes o autor deste texto, sabe disso.</p> <p>Apesar do longo aprendizado, problemas importantes permaneceram, mas a discussão pública sobre o projeto do novo Código Florestal foi tremendamente empobrecida pelo enfoque ruralistas versus ambientalistas.</p> <p>Os meios de comunicação contribuíram para esse empobrecimento.</p>



Etapas de gênero		Texto (AO8 - Como cobrir a Rio+20)
Tese		<p>Alguns de nós, jornalistas, passaremos boa parte do mês de junho no Rio de Janeiro para cobrir o “Universo Rio+20”. Quem já está trabalhando o tema nesse período que antecede a Conferência da ONU sobre sustentabilidade tem uma boa noção de como nada lá será simples.</p>
Argumentos	1º argum.	<p>Para começar, há o número insano de eventos setoriais, paralelos, semioficiais, extraoficiais e adjacentes que disputarão nossa agenda. Acontecerão mais de <a href="#">80 eventos/atividades</a>, da Assembleia Sindical Internacional sobre Trabalho e Meio Ambiente ao Fórum sobre Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável; do Rio+20 Corporate Sustainability Fórum ao Seminário sobre Comunidades Sustentáveis, da Unesco; do Dialogo Mundial da Associação Cristã de Moços (YMCA) sobre Desenvolvimento Sustentável ao Congresso Mundial sobre Justiça, Governança e Direito para a Sustentabilidade Ambiental; e por aí vai. Haverá os diálogos do governo brasileiro com interlocutores não governamentais, e há o grande encontro paralelo à conferência da ONU, a Cúpula dos Povos, promovido pelos movimentos e organizações sociais, com cerca de <a href="#">800 atividades</a>. E por fim, claro, há a Rio + 20 em si, protagonizada pelas delegações dos Estados-membros da ONU.</p>
	2º argum	<p>Além dos eventos, marchas, debates, atos culturais e outros, nos depararemos também com o fator “personalidades”. Serão centenas de articuladores, cientistas, especialistas, dirigentes de ONGs, dirigentes empresariais, celebridades, artistas, parlamentares, autoridades locais, estaduais e federais, ministros, lideranças sociais, indígenas, impactados por fatores climáticos e por projetos humanos mesmo, e por aí vamos. Detectar, encontrar e entrevistar será desafiador.</p>
	3º argum	<p>Por fim, teremos que lidar com algo extremamente complexo: a enorme variação de leituras, posicionamentos e interesses relacionados ao conceito de sustentabilidade, seus fundamentos, seus mecanismos e sua aplicação.</p> <p><b>Campeões do desmatamento</b></p> <p>Nesses tempos de pré-Rio+20, o que não têm faltado são polêmicas, como temos relatado diariamente nos nossos veículos. São especialistas profetizando o fracasso da Conferência, são delegações internacionais que avisam que não vêm, há as discordâncias sobre o teor do documento-base (Draft Zero) que guiará as negociações de alto nível, há declarações de cientistas negacionistas que consideram esdrúxula a ideia de aquecimento global, e principalmente há as mais variadas interpretações sobre o que é Economia Verde, pra que servirá e como será implementada.</p> <p>Nesse sentido, aqueles que têm acompanhado há mais tempo as negociações multilaterais e nacionais sobre clima, biodiversidade, justiça ambiental e social e temas correlatos, sabem que estão longe de objetivar abnegadamente o bem maior do Planeta. Para ilustrar, podemos traçar um paralelo entre estes processos e a briga de foice em torno do Código Florestal brasileiro, e teremos uma boa ideia das disputas de interesses que estão em campo – amplificando-se o tabuleiro a proporções mundiais.</p>

<b>Reiteração</b>	<p>Mas como distinguir o que é greenwashing do que pode ter um real efeito positivo para o meio ambiente? Como detectar o que visa mais a sustentabilidade de contas bancárias de alguns setores do que a proteção da natureza? Como avaliar a efetividade de mecanismos como o Mercado de Carbono, com suas políticas de compensação que, ao final, buscam terceirizar a faxina atmosférica? O que está em jogo quando se propõem instrumentos como o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), a Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD) e o Pagamento por Serviços Ambientais (PSA)?</p> <p>Será que grandes hidrelétricas, como Jirau e Santo Antonio, no Rio Madeira, devem ganhar dinheiro (como estão pleiteando) via MDL por “emissões de poluentes evitadas”? Se foram apontadas como pivôs de um dos maiores índices de desmatamento de Porto Velho (RO) nos últimos anos? Se têm causado sérios impactos sobre ribeirinhos e indígenas? Se, de acordo com o pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia, Philip Fearnside, produzirão, com o simples funcionamento das turbinas, uma enorme quantidade de gases de efeito estufa?</p>
-------------------	---

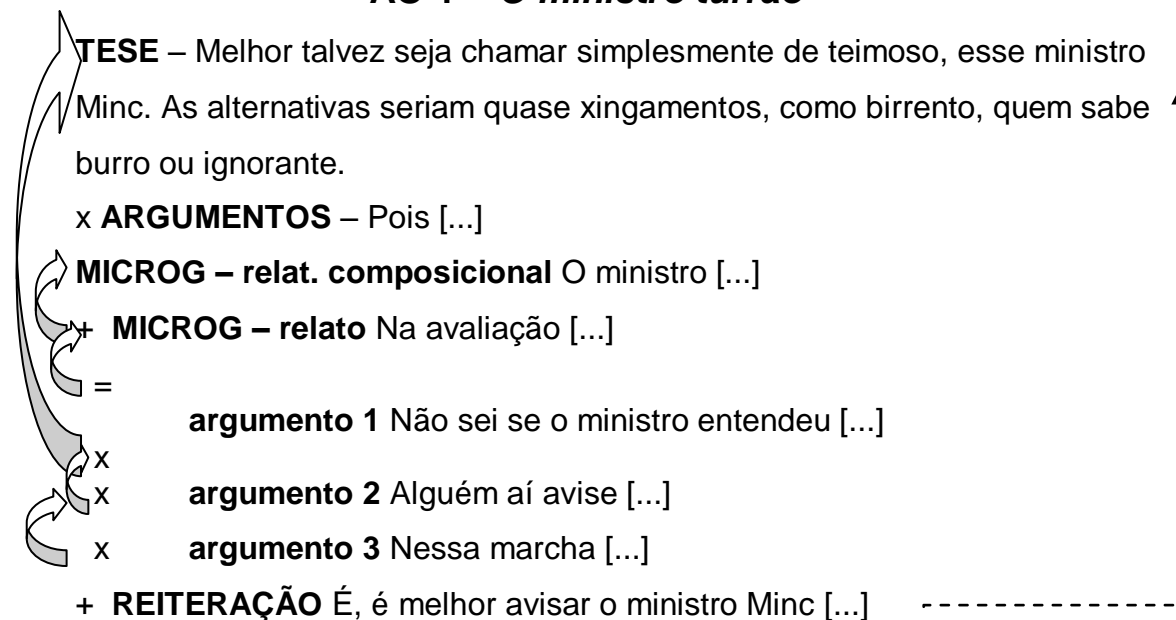
<b>Etapas de gênero</b>		<b>Texto (AO9 - Dilma, a imprensa e os medíocres)</b>
<b>MACROGÊNERO</b>	<b>Tese</b>	<p>A Rio+20 não aconteceu. O que houve foi um encontro de 190 governantes, ou seus representantes, para decidir que nada seria decidido; ou que tudo seria decidido no futuro, o que dá no mesmo. Depois de anos de debate, ao final do passeio no Rio de Janeiro o grupo de governantes apresentou um relatório que não diz nada, não serve para nada. Em resumo, produziram um documento medíocre.</p> <p>De certa forma, a imprensa fez a devida pergunta à presidente Dilma Rousseff, anfitriã do encontro: “Por que um documento medíocre?”. E ela respondeu: “Era o texto possível”. Será que o “texto possível” eram essas 59 páginas que tentam driblar a história e legitimar a vergonhosa irresponsabilidade dos atuais governantes diante do que acontece ao planeta? E o que dizer do governo brasileiro, que apresentou e defende esse texto como se fosse algo grandioso? Que seja medíocre, já não é bom, agora defendê-lo em sua mediocridade é querer fazer da estultice uma virtude.</p> <p>É preciso reconhecer que a imprensa, muito rapidamente, apontou a má qualidade desse texto. Na verdade, bem antes do evento a imprensa repercutiu a fala de estudiosos e ambientalistas, que profetizaram o fiasco do evento. Bem informados, esses especialistas alertaram o governo e o mundo para a possível nulidade do evento. E foi o que aconteceu.</p>
	<b>Argumentos</b>	<p>A posição dos governantes reflete uma certa esquizofrenia da política diante das questões mais urgentes. A equipe do governo Dilma colocou no documento aprovado na Rio+20 que as soluções ficaram para o futuro – como se existisse futuro. Essa política medíocre (que adia decisões para não ferir interesses econômicos) rasgou todos os estudos que falam em mudanças climáticas. O principal estudo foi produzido pelo IPCC (sigla em inglês de Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas), um grupo criado pela própria ONU, onde se conclui que “a temperatura está aumentando, os eventos climáticos estão aumentando, as catástrofes serão maiores, é preciso fazer alguma coisa. E logo!”</p> <p>E o que fazem os governantes? Produzem um documento onde não assumem nada. Mais parece que vivem em outro planeta. Devem ter ficado constrangidos com os prefeitos das 50 maiores cidades do planeta, que aproveitaram a Rio+20 para assumir compromissos reais e objetivos.</p>
	<b>1º argum.</b>	<p>Os governantes poderiam, pelo menos, ter avançado em questões que faziam parte do eixo de discussão da Rio+20, como a erradicação da pobreza, mas nem isso conseguiram. A proposta de criação de um fundo de US\$ 30 bilhões para as nações mais pobres (algo que os Estados Unidos gastam a cada 15 dias na guerra do Afeganistão) virou pó. E ninguém reclamou. O Brasil (Dilma, sua equipe, a ministra Isabella Teixeira) se envaidece por ter aprovado o</p>
<b>2º argum.</b>	<p><b>Razões políticas</b></p> <p>Os governantes poderiam, pelo menos, ter avançado em questões que faziam parte do eixo de discussão da Rio+20, como a erradicação da pobreza, mas nem isso conseguiram. A proposta de criação de um fundo de US\$ 30 bilhões para as nações mais pobres (algo que os Estados Unidos gastam a cada 15 dias na guerra do Afeganistão) virou pó. E ninguém reclamou. O Brasil (Dilma, sua equipe, a ministra Isabella Teixeira) se envaidece por ter aprovado o</p>	

		<p>“texto possível”, mas esse texto é o dos países ricos, os principais causadores da tragédia planetária.</p>
<b>MICROGÊNERO</b>	<b>Relato histórico</b>	<p>Na verdade, essa história de “texto possível” reflete uma batalha constante da sociedade contra os devastadores ambientais.</p>
	<b>Etapas</b>	<p>Há pouco o Congresso Nacional aprovou um “texto possível” para o Código florestal, que, não por acaso, era o texto que queriam os ruralistas. Depois a presidente Dilma vetou alguns artigos e encaminhou Medida Provisória (MP 571/12) com alterações na lei, mas elas não desagradaram os ruralistas. Sim, eles festejam, mas querem mais. E vão conseguir – afinal, conhecem Dilma Rousseff, sabem que ela – como os ruralistas – é da turma dos “desenvolvimentistas”; o governo Dilma não admite que o meio ambiente atrapalhe a economia.</p> <p>A propósito, quando foi criada na Câmara dos Deputados comissão para discutir Código Florestal, o governo e o PT acharam por bem se omitir para não incomodar a bancada ruralista; aceitaram a indicação do deputado Aldo Rebelo, um comunista-transgênico, para relator, e ficaram quietinhos. Os dois – PT e governo – só se manifestaram ao final dos debates, no fim de 2012, quando Rebelo já tinha apresentado seu relatório-ruralista e a vaca já tinha ido pro brejo.</p> <p>Foi o barulho da imprensa, dos ambientalistas, dos cientistas (SBPC/ABC), do PV e PSol, entre outros teimosos, que fez o Governo acordar para a tragédia anunciada. E deu no que deu. O Brasil, o mundo perdeu, embora a imprensa, em uníssono se plagiou para dizer que quem tinha perdido foi Dilma. Não, Dilma negociou, e ganhou com o “texto possível”. Quem perdeu foi o planeta.</p> <p>No caso da Rio+20, a postura política não foi muito diferente. O governo quis agradar aos países do G-7, os poderosos, e bancou uma proposta medíocre, que não compromete ninguém com nada.</p>
	<b>3º argum</b>	<p>O retrocesso foi tão grande que até sobrou para as mulheres. O Vaticano, isto é, a igreja católica, que estava ali como observadora legitimada pela ONU (claro, a igreja sempre está no poder), conseguiu eliminar do documento a referência ao direito reprodutivo das mulheres. O documento da Rio+20 diz que as mulheres não têm direito sobre seu corpo! Como a igreja conseguiu isso? Como a instituição que “castra” seus sacerdotes, impedindo que eles tenham contato afetivo e físico com mulheres, satanizando o feminino na história da civilização, ainda consegue, em pleno século 21, firmar em documento uma redação obscurantista? Por causa do seu poder político; o mesmo que a faz ser amada pela esquerda e pela direita, por homens e mulheres, que por razões políticas nessa hora não observam sua doutrina, sua história, seus interesses. E por razões políticas, Dilma Rousseff e os demais governantes acatam uma proposta tão arcaica, machista e anti-humana.</p>

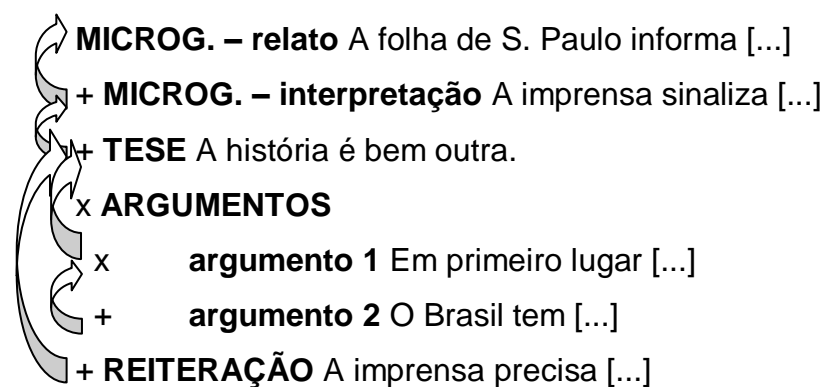
	<b>Reiteração</b>	<p><b>Oportunidade perdida</b></p> <p>O pragmatismo econômico do governo brasileiro não lhe permite ver que o planeta tem limites, que é preciso parar de investir no consumo como saída para economia. E quem diz isso – entre outros – não é um maluco ambientalista, ou um socialista fugido da antiga União Soviética, mas André Lara Resende, economista, professor da PUC-Rio, um dos criadores do Plano Real. Como ele, vários estudiosos anunciaram que, ou essa economia muda de linha, ou o planeta se acaba. O governo brasileiro ainda não viu algo que até as minhocas da China já sabem.</p> <p>Em resumo, a presidente Dilma Rousseff perdeu uma grande chance na história. Ela teve a oportunidade de estabelecer um novo marco para o planeta. Mas optou pela política do machismo, do patriarcado, do capitalismo que devasta, aniquila com a vida. Em seu pragmatismo, Dilma não percebeu que talvez não tenhamos a Rio+40, porque o Rio de Janeiro pode estar debaixo do mar (como já acontece com algumas ilhas do Pacífico), ou porque o planeta se tornou inviável. Lamentavelmente ela será lembrada no futuro por esta omissão. E isto se dá no momento em que tinha ao seu lado a grande maioria da população mundial. Era a grande oportunidade para ela firmar seu nome na história do mundo. Mas foi medrosa, optando pelo conforto de ficar ao lado dos poderosos.</p>
--	-------------------	--

**APÊNDICE F** – Esquematização das relações lógico-semânticas entre os segmentos de texto que integram a Estrutura Esquemática de Gênero nos artigos de opinião.

### **AO 1 – O ministro turrão**



### **AO 2 – Como ludibriar o cidadão**



### AO 3 – *Perplexidade diante de tantas escolhas*

**MICROG. – relatório descritivo** Por muitos anos tivemos em cena o jornalismo rural [...]

**+ TESE.** Mas, em tempos de tantas decisões delicadas na área ambiental, como noticiar meio ambiente ou "sustentabilidade"?

Acredito que nunca foi tão complicado cobrir a área de meio ambiente nas redações de jornais, revistas, rádios e TV. Não exatamente pela imensa quantidade de matérias a serem escritas, mas pela inexorável dificuldade de se posicionar a respeito. Na era das redes sociais, ao contrário, blogs de ambientalistas têm imensa facilidade em lidar com isso tudo, na ausência da censura. Expõem seus pontos de vista sobre qualquer tema, e está feito. Não têm satisfações a dar a não ser para suas próprias consciências e seus seguidores. Já os jornais de prestígio, as rádios, as TVs...

**x ARGUMENTO** O motivo maior dessa dificuldade [...]

**+ REITERAÇÃO** Dizem os manuais de jornalismo [...]

### AO 4 – *O dinheiro não tem ouvidos*

**MICROG. – relatório descritivo** Os fatos registrados [...]

**= TESE.** A pergunta que fica batendo então é: como pode um pequeno grupo, que sequer planta comida ou emprega gente, ter tanto apoio governamental? Ora, a resposta é simples: eles têm grana e mantêm as casas legislativas sob seu comando.

**x ARGUMENTOS**

**= argumento 1** No blog "Os donos da terra" [...]

**+ argumento 2** Outra coisa importante [...]

**+ argumento 3** Agora, no Brasil [...]

**+ REITERAÇÃO** As autoridades falam em desenvolvimento, mas não dizem para quem.

### AO A05 – *Campo fértil para o jornalismo verde*

**MICROG. – Relatório composicional** O jornalismo, no dia a dia [...]

**TESE** – O que o público sabe desse evento que pretende reunir dezenas de chefes de Estado estrangeiros no Rio, em junho de 2012? Ao menos neste ponto, os chamados jornalistas ambientais comeram mosca: é um evento pouquíssimo frequente no noticiário impresso, televisivo, radiofônico e pelo que vai nas ondas da web.

**Sem exclusão**

E não deveria ser assim, porque se há algum evento que merece atenção e foco da sociedade é a Rio+20.

+ **MICROG. – Relato histórico** Foi a Eco92 [...]

x **TESE** – Tivemos vinte anos entre 1992 e 2012 e o enfoque midiático pouco deixou de ser a velha luta pelo poder nos vários países, os movimentos político-eleitorais com o sobe-e-desce entre direita e esquerda e também os vãos e desvãos da economia internacional. E agora chegou aonde quero chegar: por que não legitimar por meio da apreensão do senso comum o que podemos chamar de economia verde?

x **ARGUMENTOS**

x **argumento 1** A Rio+20 e a economia verde têm tudo a ver. [...]

= **argumento 2** Sempre fui contrário às ideias circulantes [...]

+ **REITERAÇÃO** O esclarecimento oferecido [...]

### AO A06 – *Um “duro golpe” na ética jornalística*

**MICROG. – Interpretação** O Jornal da Band exibido no dia 4 [...]

+ **TESE.** Mas a intenção da TV Bandeirantes não era provocar um debate esclarecedor sobre o tema.

x **ARGUMENTOS**

= **argumento 1** O viés editorial estava explícito [...]

x **argumento 2** O texto insiste em carregar nas tintas [...]

x **argumento 3** A reportagem segue [...]

x **argumento 4** Por fim, abre-se espaço [...]

+ **REITERAÇÃO** Que o Grupo Band tem fortes vínculos [...]

### AO A07 – Um debate desértico

**TESE** – Feijão e arroz interessam a todos, assim como água limpa e ar puro, mas os meios de comunicação conseguiram transformar o debate sobre o Código Florestal em assunto de dois grupos muito restritos, a bancada ruralista do Congresso Nacional e os ambientalistas. A maior parte da cobertura foi mais uma versão da luta entre o bem e o mal, um conflito bipolar entre os defensores da natureza e os partidários da devastação. A redução do problema a termos tão simples dificilmente poderia resultar numa informação de alta qualidade.

⇒ **MICROG. – Relatório descritivo** “Ruralistas vencem [...]”

x **TESE** – Mas, com a omissão das seções econômicas, a cobertura ficou deficiente. Jornalistas competentes em agricultura poderiam ter enriquecido o trabalho com detalhes de real importância.

= **ARGUMENTOS**

= **argumento 1** Valeria a pena circunscrever. [...]

= **argumento 2** Quem acompanhou a evolução [...]

x **REITERAÇÃO** O esclarecimento oferecido [...]

### AO8 – Como cobrir a Rio+20

**TESE.** Alguns de nós, jornalistas, passaremos boa parte do mês de junho no Rio de Janeiro para cobrir o “Universo Rio+20”. Quem já está trabalhando o tema nesse período que antecede a Conferência da ONU sobre sustentabilidade tem uma boa noção de como nada lá será simples.

x **ARGUMENTOS**

x **argumento 1** Para começar, há o número insano [...]

+ **argumento 2** Além dos eventos, marchas [...]

+ **argumento 3** Por fim, teremos que lidar [...]

+ **REITERAÇÃO** Mas como distinguir [...]



## A09 – Dilma, a imprensa e os medíocres

**TESE** – A Rio+20 não aconteceu. O que houve foi um encontro de 190 governantes, ou seus representantes, para decidir que nada seria decidido; ou que tudo seria decidido no futuro, o que dá no mesmo. Depois de anos de debate, ao final do passeio no Rio de Janeiro o grupo de governantes apresentou um relatório que não diz nada, não serve para nada. Em resumo, produziram um documento medíocre.

De certa forma, a imprensa fez a devida pergunta à presidente Dilma Rousseff, anfitriã do encontro: “Por que um documento medíocre?”. E ela respondeu: “Era o texto possível”. Será que o “texto possível” eram essas 59 páginas que tentam driblar a história e legitimar a vergonhosa irresponsabilidade dos atuais governantes diante do que acontece ao planeta? E o que dizer do governo brasileiro, que apresentou e defende esse texto como se fosse algo grandioso? Que seja medíocre, já não é bom, agora defendê-lo em sua mediocridade é querer fazer da estultice uma virtude.

É preciso reconhecer que a imprensa, muito rapidamente, apontou a má qualidade desse texto. Na verdade, bem antes do evento a imprensa repercutiu a fala de estudiosos e ambientalistas, que profetizaram o fiasco do evento. Bem informados, esses especialistas alertaram o governo e o mundo para a possível nulidade do evento. E foi o que aconteceu.

### x ARGUMENTOS

+ **argumento 1.** A posição dos governantes reflete [...]

+ **argumento 2** Os governantes poderiam [...]

= **MICROG. – Relato histórico** Na verdade, essa história [...]

+ **argumento 3** O retrocesso foi tão grande [...]

+ **REITERAÇÃO** O pragmatismo econômico do governo [...]